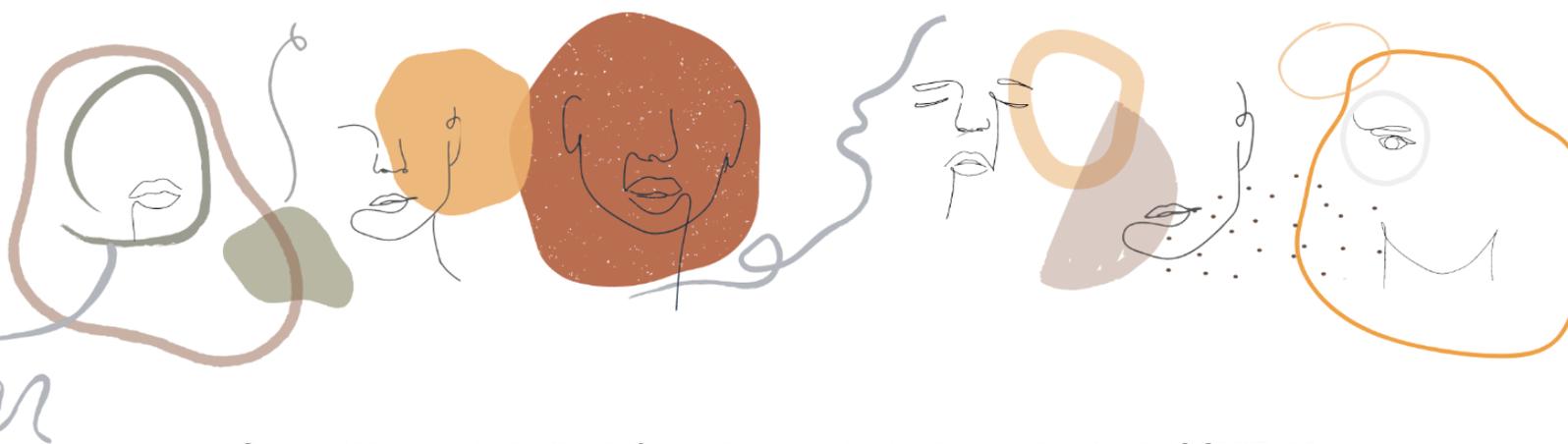
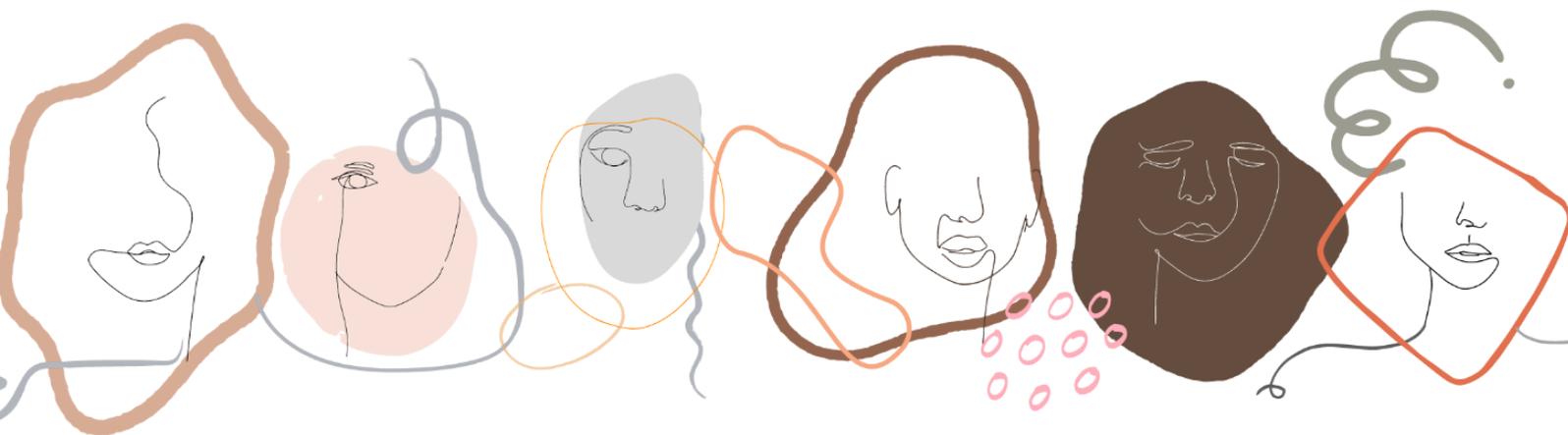


**Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



**Os sentidos do trabalho informal no contexto da pandemia da COVID-19:  
Uma análise disposicional de narrativas de mulheres**



**Gabriela Pecantet Siqueira  
Pelotas, 2022**

**Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



**Os sentidos do trabalho informal no contexto da pandemia da COVID-19:  
Uma análise disposicional de narrativas de mulheres**

**Gabriela Pecantet Siqueira  
Pelotas, 2022**

Gabriela Pecantet Siqueira

**Os sentidos do trabalho informal no contexto da pandemia da COVID-19:**

Uma análise disposicional de narrativas de mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilis Lemos de Almeida.

**Coorientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone da Silva Ribeiro Gomes.

Pelotas, 2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S111s Siqueira, Gabriela Pecantet

Os sentidos do trabalho informal no contexto da pandemia da covid-19 : uma análise disposicional de narrativas de mulheres / Gabriela Pecantet Siqueira ; Marilis Lemos de Almeida, orientadora ; Simone da Silva Ribeiro Gomes, coorientadora. — Pelotas, 2022.

207 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Sentidos do trabalho. 2. Trabalho informal. 3. Covid-19. 4. Sociologia disposicional. I. Almeida, Marilis Lemos de, orient. II. Gomes, Simone da Silva Ribeiro, coorient. III. Título.

CDD : 331.4

Gabriela Pecantet Siqueira

**Os sentidos do trabalho informal no contexto da pandemia da COVID-19:**

Uma análise disposicional de narrativas de mulheres

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 8 de julho de 2022.

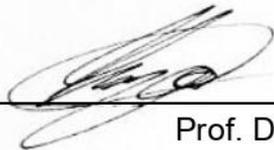
**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilis Lemos de Almeida

Doutora em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas



---

Prof. Dr. Thiago Brandão Peres

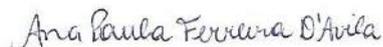
Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Garcia de Mello

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul



---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Ferreira D'Avila

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

Pelotas, 2022

*À todas as mulheres que cederam um pouco do seu tempo para as entrevistas realizadas nesta pesquisa.*

## **Agradecimentos**

Apesar desta dissertação ter sido escrita na primeira pessoa do singular, ela é o resultado de um plural de pessoas e instituições, que sem o apoio, estímulo, estudos anteriores, orientação, incentivo e trocas não seria possível a realização e, com certeza, o resultado não seria o mesmo.

Em primeiro lugar agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento desta pesquisa, que proporcionou as condições materiais para que eu pudesse me dedicar exclusivamente à vida acadêmica.

Agradeço o meu marido, Victor, por estar sempre ao meu lado, me apoiando em cada decisão, em cada passo dado no caminho da vida acadêmica, por entender minhas alterações de humor e as madrugadas de estudos, pelo companheirismo durante a pandemia, mas principalmente por construir comigo uma família e um lar harmonioso e tranquilo, muito obrigada!

À minha mãe, que sempre me incentivou, desde pequena, à leitura. Mergulhar nos livros e encontrar ali um mundo capaz de me envolver, encantar e ensinar tem sido imprescindível na minha trajetória.

Ao meu pai, que tem o estudo enquanto um lema de suma importância em sua vida, que me ensinou através do exemplo vivido o valor da perseverança, à ti sou eternamente grata.

Ao meu amado irmão, meu eterno gurizinho, meu melhor amigo, agradeço por tua amizade e carinho, obrigada por vibrar comigo a casa conquistada.

Aos familiares que mesmo em outras cidades – Guaíba, Porto Alegre e Florianópolis – torcem sempre pelas minhas conquistas.

Aos/às amigos/as que me apoiaram com palavras de estímulo, em especial as minhas amigas de infância Ândrea e Lauren por aguentarem meus longos desabafos.

A minha orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilis Lemos de Almeida, meu especial agradecimento por tudo que me ensinou, e, sobretudo, pela paciência. Sua escuta ativa e observações cuidadosas a cada passo que dei nesta trajetória fizeram os momentos de orientação serem muito mais que um aprendizado acadêmico.

À minha coorientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone da Silva Ribeiro Gomes pelas leituras dos meus textos, apontamentos e trocas, pela sua presença (mesmo que virtualmente) capaz de deixar sempre tudo mais leve, obrigada.

À toda a equipe do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas, por me ensinarem que há sempre diferentes maneiras para se olhar o mundo e para entendermos as pessoas. Em especial agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Louise Prado Alfonso por me incentivar ao envolvimento em atividades acadêmicas e a ensinar a importância das ações extensionistas na universidade.

Agradeço também às professoras da banca de qualificação, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Mello e a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula D'Ávila pelas contribuições que foram fundamentais para ajustes no projeto de pesquisa e avanços na pesquisa.

À Luana Costa Bidigaray e Renata Vieira, por escutarem meus longos áudios no *WhatsApp* e pelas trocas nas orientações, vocês foram fundamentais na construção desta pesquisa!

À minha psicóloga, Kidia, pela profissional incrível e pelo ser humano maravilhoso que és, sou imensamente grata por nossos caminhos terem se cruzado.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus queridos tutelados não-humanos do tipo felino, Ozzy, Frodoaldo e Salame, que me fizeram constantemente companhia durante o período de distanciamento social.

*“Dar continuidade às ideias (ou ser perseverante) é, sem dúvida, uma das propriedades disposicionais de todo pesquisador, seja qual for sua disciplina de origem.”*  
(LAHIRE, 2004, p. 9)

## Resumo

SIQUEIRA, Gabriela Pecantet. **Os sentidos do trabalho informal no contexto de pandemia da COVID-19**: Uma análise disposicional de narrativas de mulheres. Orientadora: Marilis Lemos de Almeida. 2022. 207f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Esta dissertação discute os sentidos do trabalho a partir da perspectiva da centralidade da categoria trabalho e do entendimento de que determinadas disposições, incorporadas e ativadas em contextos plurais, constituem referências significativas na construção dos sentidos atribuídos ao trabalho informal. O objetivo geral foi compreender os efeitos da pandemia da COVID-19 nos sentidos atribuídos ao trabalho informal por mulheres na cidade de Pelotas/RS. O caminho metodológico envolveu a realização de entrevistas narrativas com 11 trabalhadoras, de agosto a dezembro de 2021 e conversas informais estabelecidas com uma interlocutora, todas em formato virtual. Em relação à experiência do trabalho informal, as entrevistadas apontaram aspectos negativos e positivos, os rendimentos obtidos e o status de permanência nestes trabalhos. Com a análise disposicional das narrativas foi possível identificar que as diferentes disposições incorporadas em experiências passadas – nos contextos escolar, familiar e laboral – influenciaram na construção dos sentidos do trabalho. Considerando os efeitos da pandemia da COVID-19, os resultados apontaram para três distintas situações: as que não apresentaram mudanças, pois já atuavam na informalidade e o contexto de crise sanitária não foi um fator interveniente decisivo; as que tiveram um reforço do sentido do trabalho, visto que para algumas interlocutoras intensificou-se a necessidade de manterem-se ativas ou obterem novos aprendizados; e aquelas em que houve alteração do sentido, quando o trabalho informal passou a ser visto como uma forma de complementar a renda, a ser considerado enquanto provisório ou como meio relevante de subsistência.

**Palavras-chave:** Sentidos do trabalho; trabalho informal; Covid-19; Sociologia disposicional.

## **Abstract**

SIQUEIRA, Gabriela Pecantet. **The meanings of informal work in the context of the COVID-19 pandemic:** A dispositional analysis of women's narratives. Advisor: Marilis Lemos de Almeida. 2022. 207f. Dissertation (Masters in Sociology) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2022.

This dissertation discusses the meanings of work from the perspective of centrality of the work category, which it has in society and in the lives of people in contemporary times, and from the understanding that certain dispositions, incorporated and activated in plural contexts, constitute significant reference in the construction of the meanings attributed to informal work. The general objective was to understand the effects of the COVID-19 pandemic in the sense attributed to informal work by women in the city of Pelotas/RS. The method adopted was the narrative interview with 11 workers, from August to December 2021 and informal conversations established with an interlocutor, all in virtual format. Regarding the experience of informal work, the interviewees pointed out negative and positive aspects, the income and the status of permanence in these jobs. With the dispositional analysis of the narratives, it was possible to identify that the different dispositions incorporated in past experiences – in education, family and work contexts – influenced the construction of the meanings of work. Considering the effects of the COVID-19 pandemic on the meanings of informal work, the results pointed to three different situations: those that did not change, as they were already working informally and the context of pandemic was not a decisive intervening factor; those who had a reinforcement of the sense of work, for some interlocutors the need to remain active or obtain new learning intensified; and those in which there was a change in meaning, when informal work came to be seen as a way of supplementing income, to be considered as temporary or as a relevant means of subsistence.

**Key words:** Senses of work; informal work; Covid-19; dispositional sociology.

## Índice de Figuras

|  |            |
|--|------------|
| <b>Figura 1.</b> Ilustração do modelo de Hackman e Oldham (1975)   | <b>34</b>  |
| <b>Figura 2.</b> Ilustração da representação estruturada do significado do trabalho para o grupo de pesquisa MOW | <b>36</b>  |
| <b>Figura 3.</b> Ilustração do modelo de análise   | <b>71</b>  |
| <b>Figura 4.</b> Linha de experiências de Ana  | <b>72</b>  |
| <b>Figura 5.</b> Linha de experiências de Bruna  | <b>73</b>  |
| <b>Figura 6.</b> Linha de experiências de Cláudia  | <b>74</b>  |
| <b>Figura 7.</b> Linha de experiências de Débora   | <b>75</b>  |
| <b>Figura 8.</b> Linha de experiências de Eduarda  | <b>76</b>  |
| <b>Figura 9.</b> Linha de experiências de Gabriele   | <b>77</b>  |
| <b>Figura 10.</b> Linha de experiências de Heloísa   | <b>78</b>  |
| <b>Figura 11.</b> Linha de experiências de Isadora   | <b>79</b>  |
| <b>Figura 12.</b> Linha de experiências de Jaqueline   | <b>80</b>  |
| <b>Figura 13.</b> Linha de experiências de Karen   | <b>81</b>  |
| <b>Figura 14.</b> Linha de experiências de Laura   | <b>82</b>  |
| <b>Figura 15.</b> Mapa de Pelotas/RS   | <b>105</b> |
| <b>Figura 16.</b> Fotografia Centro da cidade de Pelotas – vista da Rua Barão de Santa Tecla                     | <b>106</b> |
| <b>Figura 17.</b> Mapa de Pelotas e suas águas   | <b>107</b> |
| <b>Figura 18.</b> Fotografia tirada no 8º distrito, Rincão da Cruz   | <b>108</b> |
| <b>Figura 19.</b> Mapa rural do Município de Pelotas/RS  | <b>109</b> |
| <b>Figura 20.</b> Fotografia de Quindins   | <b>112</b> |
| <b>Figura 21.</b> Fotografia da Casa Gruppelli - restaurante italiano localizado no 7º distrito, Quilombo        | <b>113</b> |
| <b>Figura 22.</b> Mapa da Metade Sul do Rio Grande do Sul  | <b>114</b> |
| <b>Figura 23.</b> Fotografia do Engenho Coronel Pedro Osório   | <b>116</b> |

## Índice de gráficos

|  |            |
|--|------------|
| <b>Gráfico 1.</b> Pessoas que utilizam a internet por grupo de idade (%) no Brasil, em 2018 e 2019   | <b>59</b>  |
| <b>Gráfico 2.</b> Pessoas que utilizaram a Internet, segundo o nível de instrução (%), no Brasil, em 2017                                    | <b>60</b>  |
| <b>Gráfico 3.</b> Proporção de pessoas em trabalhos informais, por cor ou raça, no Brasil, de 2012 a 2019                                    | <b>99</b>  |
| <b>Gráfico 4.</b> Mulheres ocupadas: formais, informais por posição na ocupação e faixas de idade no Brasil, 2009                            | <b>100</b> |
| <b>Gráfico 5.</b> Evolução da taxa de informalidade no Brasil por nível educacional - 1992 - 2020  | <b>101</b> |
| <b>Gráfico 6.</b> Taxas de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada (em %), Rio Grande, Pelotas, RS, Brasil, 2000-2010 | <b>117</b> |
| <b>Gráfico 7.</b> Taxas de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada (em %), Rio Grande, Pelotas, RS, Brasil, 2000-2010 | <b>119</b> |
| <b>Gráfico 8.</b> Impacto da pandemia no número de funcionários das empresas nas primeiras quinzenas de junho, julho e agosto de 2020        | <b>125</b> |
| <b>Gráfico 9.</b> Impacto da pandemia no número de funcionários das empresas nas primeiras quinzenas de junho, julho e agosto de 2020        | <b>126</b> |

## Índice de Quadros e Tabelas

|   |            |
|---|------------|
| <b>Quadro 1.</b> Quadro geral do perfil das interlocutoras  | <b>63</b>  |
| <b>Quadro 2.</b> Grau de escolaridade das interlocutoras da pesquisa  | <b>102</b> |
| <b>Quadro 3.</b> Interlocutoras por natureza dos rendimentos obtidos em trabalhos informais, segundo perfil e atividade desempenhada              | <b>140</b> |
| <b>Quadro 4.</b> Interlocutoras por status atribuído ao trabalho informal, segundo perfil e atividade desempenhada                                | <b>144</b> |
| <b>Quadro 5.</b> Interlocutoras e suas trajetórias escolares, segundo perfil e atividade desempenhada   | <b>152</b> |
| <b>Quadro 6.</b> Entrevistadas e suas trajetórias laborais  | <b>161</b> |
| <b>Quadro 7.</b> Interlocutoras e o aprendizado das práticas desenvolvidas na informalidade durante a pandemia de COVID-19                        | <b>170</b> |
| <b>Tabela 1.</b> População ocupada e proporção em ocupações informais, por gênero e cor ou raça, no Brasil, em 2019                               | <b>98</b>  |
| <b>Tabela 2.</b> Trabalho formal e informal conforme gênero e raça no Brasil, em 2004 e 2008  | <b>98</b>  |
| <b>Tabela 3.</b> Total de trabalhadores/as informais com Ensino Superior e total, no Brasil, em 2015 e 2019                                       | <b>101</b> |
| <b>Tabela 4.</b> Trabalhadores/as com ensino superior informais - por faixa etária no Brasil, em 2015 e 2019                                      | <b>102</b> |
| <b>Tabela 5.</b> Trabalhadores informais conforme anos de estudo, sexo e raça e rendimentos medianos em salários mínimos/hora, no Brasil, em 2008 | <b>103</b> |
| <b>Tabela 6.</b> População de Pelotas por faixa etária, em 2010   | <b>105</b> |
| <b>Tabela 7.</b> Dados de ocupação por cor ou raça e sexo, no Brasil, em 2020   | <b>122</b> |
| <b>Tabela 8.</b> População ocupada e proporção em ocupações informais, por gênero e cor ou raça, no Brasil, em 2019 e 2020                        | <b>126</b> |

## Lista de abreviaturas e siglas

**A.P.** – Antes do Presente

**CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

**CF/88** - Constituição Federal de 1988

**CLT** – Consolidação das Leis Trabalhistas

**CNPJ** – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

**Conab** – Companhia Nacional de Abastecimentos

**COVID-19** – *Coronavirus Disease 2019*

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**EC** – Emenda Constitucional

**Fenadoce** – Feira Nacional do Doce

**FURG** – Universidade Federal do Rio Grande

**GEEUR** – Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**IFSUL** – Instituto Federal Sul-rio-grandense

**Inep** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MEI** – Microempreendedor Individual

**M/C** - grupo Modernidade/Colonialidade

**MNU** – Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial

**MOW** – *Meaning of Work International Research Team*

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**OMS** – Organização Mundial de Saúde

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PJA** – Programa Jovem Aprendiz

**PPGS** – Programa de Pós-graduação em Sociologia

**Pnad Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua

**SARS-CoV-2** – *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*

**Senac** – Faculdade de Tecnologia Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**Serpro** – Serviço Federal de Processamento de Dados

**SOF** – Sempreviva Organização Feminista

**UCPel** – Universidade Católica de Pelotas

**UFPA** – Universidade Federal do Pará

**UFPeI** – Universidade Federal de Pelotas

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## Sumário

|  |            |
|--|------------|
| <b>Introdução</b>  | <b>19</b>  |
| <b>Capítulo 1. Os sentidos do trabalho e o trabalho informal</b>                                   | <b>25</b>  |
| 1.1. A informalidade no mundo do trabalho: um embaralhamento conceitual                            | 25         |
| 1.2. Sobre os sentidos e significados do trabalho  | 32         |
| 1.3. Os sentidos do trabalho e a sociologia disposicional de Bernard Lahire                        | 43         |
| 1.3.1. A sociologia à escala individual de Lahire  | 44         |
| 1.3.2. A vida das disposições e a fabricação social dos sentidos                                   | 48         |
| <b>Capítulo 2. Caminho metodológico</b>  | <b>58</b>  |
| 2.1. Da construção das redes de interlocuções às entrevistas narrativas                            | 58         |
| 2.2. Entrevista em profundidade: narrar é produzir sentido   | 66         |
| 2.3. Método de análise e interpretação das narrativas  | 69         |
| 2.3.1. Ana   | 72         |
| 2.3.2. Bruna   | 73         |
| 2.3.3. Cláudia   | 74         |
| 2.3.4. Débora  | 75         |
| 2.3.5. Eduarda   | 76         |
| 2.3.6. Gabriele  | 77         |
| 2.3.7. Heloísa   | 78         |
| 2.3.8. Isadora   | 79         |
| 2.3.9. Jaqueline   | 80         |
| 2.3.10. Karen  | 81         |
| 2.3.11. Laura  | 82         |
| <b>Capítulo 3. No sul do sul global: as mulheres, o trabalho informal e a pandemia da COVID-19</b> | <b>83</b>  |
| 3.1. Mulheres no trabalho informal e o trabalho informal na vida das mulheres                      | 83         |
| 3.2. Perfis de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade no Brasil                            | 95         |
| 3.3. Contexto social e territorial da pesquisa: um olhar sobre Pelotas                             | 104        |
| 3.4. A crise dentro da crise: impactos decorrentes da pandemia da COVID-19                         | 118        |
| <b>Capítulo 4. A escala individual do social e os sentidos do trabalho informal</b>                | <b>131</b> |
| 4.1. “Trabalho é trabalho”: a relação porosa entre o formal e o informal                           | 131        |
| 4.2. Passado-presente das disposições na produção de sentidos do trabalho                          | 145        |
| 4.3. Entre práticas laborais, disposições e a construção do sentido do trabalho informal           | 163        |
| <b>Considerações finais</b>  | <b>175</b> |
| <b>Referências</b>   | <b>180</b> |
| <b>Apêndices</b>   | <b>199</b> |

|                     |            |
|---------------------|------------|
| <b>Apêndice I</b>   | <b>200</b> |
| <b>Apêndice II</b>  | <b>202</b> |
| <b>Apêndice III</b> | <b>204</b> |
| <b>Apêndice IV</b>  | <b>206</b> |

## Introdução

Difícilmente brota de forma espontânea um objeto de pesquisa ao sociólogo ou a socióloga sem que tenha ocorrido algo que o/a afetado/a de alguma maneira. Às vezes é por conta de algum desconforto vivido, de uma curiosidade ou interesse despertado perante a aproximação de algum tema. Dentre outras possibilidades, uma investigação nasce a partir de algo anterior com oportunidade de ser cultivado, “tal como plantas que germinam a partir de sementes” (SILVA, 2020, p. 17).

A presente dissertação nasceu a partir de reflexões e inquietações pessoais com base nas minhas experiências no mundo do trabalho, que até o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) permaneceram circunscritas apenas ao meu foro íntimo. Estas reflexões iniciaram-se quando experienciei por três anos trabalhos informais na cidade de Pelotas/RS. Fui garçoneiro, operadora de caixa, *bartender* e desenvolvi várias outras atividades vinculadas ao ramo da alimentação, área diferente da minha formação profissional<sup>1</sup>, mas que me possibilitou experimentar outras práticas laborais e levantar questionamentos a respeito dos múltiplos sentidos construídos e possíveis de serem atribuídos ao trabalho.

Após o ingresso no mestrado, meu objetivo foi amadurecer tais reflexões, sendo necessário lapidar as minhas inquietações de ordem pessoal a um problema sociológico. Em outras palavras, transformar e amadurecer questões para buscar uma explicação teórica do que acontece na vida social, pois, de acordo com Bernard Lahire, “é necessária uma problemática teórica de pesquisa para guiar o trabalho de investigação e é necessária sempre uma problemática teórica para interpretar os materiais produzidos ou selecionados” (HASEGAWA, *et al*, 2012, p. 205).

No decorrer da pesquisa vários desafios me acompanharam no desenvolvimento do estudo. Primeiramente, destaco a necessária adaptação ao ensino e ao fazer pesquisa no formato remoto em virtude do contexto de pandemia da COVID-19. As aulas, as orientações, as reuniões dos grupos de pesquisa, o processo de qualificação, bem como as entrevistas realizadas para esta dissertação, ocorreram todas virtualmente a fim de manter o distanciamento social.

Um segundo importante desafio foi a aproximação e aprofundamento dos meus conhecimentos em uma nova área de conhecimento. Ainda que a Sociologia e

---

<sup>1</sup> Conclui a graduação em Direito em 2015 na UFPel.

o Direito pertençam à área das Ciências Sociais e apresentam muitos pontos comuns, exploram objetos por perspectivas totalmente diferentes. Assim, precisei me debruçar e aprofundar meus conhecimentos em referenciais teóricos e metodológicos novos.

Primeiramente, para obter uma visão ampla sobre o tema do sentido do trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica na qual foram selecionados estudos mais relevantes e/ou recentes, possibilitando a identificação de perspectivas adotadas e lacunas existentes. Além disso, tendo em vista que esta pesquisa explora especificamente o sentido do trabalho informal, foi igualmente relevante revisar discussões sobre o trabalho informal e conceitos teóricos sobre a informalidade.

A partir deste processo o conceito do sentido do trabalho passou a ser tecido pela perspectiva do trabalho enquanto categoria central na vida em sociedade na contemporaneidade. A atividade laboral é analisada por diferentes áreas das ciências desde que o trabalho passou a ser considerado essencial na vida das pessoas, “seja como a categoria sociológica chave, na construção da subjetividade e identidade, ou como uma necessidade instrumental, um meio para a sobrevivência humana” (PEREIRA, TOLFO, 2017, p. 303).

A relevância da categoria trabalho é evidente quando se constata seu papel enquanto referência na própria estruturação do tempo, divisor entre as atividades pessoais e impessoais e, ainda, como fator legitimador das fases da vida, como estudar, trabalhar e se aposentar (ALBERTON, 2008). Assim, momentos de intensas transformações sociais se tornaram de suma importância para pesquisas que investigam os sentidos do trabalho para os indivíduos (BASTOS, PINHO; COSTA, 2005). Perante o contexto de pandemia, circunstância em que iniciei meus estudos no âmbito do mestrado, as reflexões acerca deste momento acabaram se entrelaçando à temática explorada.

O aparecimento de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), nunca identificado até então em seres humanos, ao se espalhar rapidamente pelo mundo desencadeando a pandemia da COVID-19 em 2020, provocou inúmeras consequências no Brasil que modificam as formas de viver e as dinâmicas em sociedade.

O “novo normal”<sup>2</sup> que passou a vigorar afeta profundamente trabalhadores e trabalhadoras, que já enfrentavam adversidades no país com as mudanças legislativas – como a emenda constitucional do teto de gastos, as Reformas Trabalhista e da Previdência. O enfraquecimento da proteção de direitos somaram-se a “uma grave violência estrutural, expostos ao vírus, à desinformação, ao temor pela morte de seus familiares, ao desemprego e a dura condição de não ter escolha” (LEAL, 2020, p. 59).

Em vista disto, com a intenção de ampliar o campo de investigação sobre os sentidos do trabalho e suprir a lacuna no que tange ao sentido do trabalho para as mulheres, o escopo deste estudo foi apreender o sentido do trabalho informal para mulheres em Pelotas/RS considerando o contexto de pandemia da COVID-19.

Reconhecendo a multiplicidade de perspectivas e conceitos atribuídos ao trabalho informal e que a definição sobre a informalidade é um tema controverso, para esta pesquisa a compreensão adotada partiu da concepção de que para se observar a dinâmica da informalidade importa considerar, além dos fatores de ordem econômica, os fatores de ordem histórica e cultural, pois para compreender os sentidos sociológicos das práticas é necessário contextualizá-las.

Afinal, a informalidade é, conforme Adalberto Cardoso (2016), resultado enraizado na experiência de uma proporção significativa da população no Brasil, configurando-se de diversas maneiras. A utilização da expressão “trabalho informal” ao longo desta escrita faz referência a uma forma social de trabalho, típica no Brasil onde o mercado de trabalho protegido e regulado nunca foi capaz de gerar trabalho suficiente para todos (CARDOSO, 2016).

Além disso, o sentido do trabalho informal ganha contornos particulares com base nas experiências pregressas e disposições incorporadas pelas trabalhadoras. Assim, para compreender os impactos da pandemia no sentido do trabalho informal na vida das mulheres foi considerado que a realidade social é caracterizada por sua complexidade disposicional, “que se manifesta na diversidade dos domínios de práticas ou cenários nos quais esse indivíduo insere suas ações” (LAHIRE, 2004, p. 11).

---

<sup>2</sup> Expressão que se difundiu nos meios de comunicação para definir as mudanças e as necessárias adaptações no convívio social provocadas pela pandemia da COVID-19.

Desse modo, a problemática levantada para esta pesquisa se expressa da seguinte forma: a partir do entendimento de que as disposições incorporadas pelas trabalhadoras atuam como princípios ativos na construção de sentidos atribuídos ao trabalho informal, como o atual contexto de crise sanitária que vivemos, decorrente da pandemia da COVID-19, afeta estes sentidos atribuídos por elas?

Este questionamento remete à hipótese que guiou a investigação. Considerando que a multiplicidade de experiências anteriores e disposições incorporadas ao longo da vida das trabalhadoras inseridas na informalidade na cidade de Pelotas despertam variações importantes na atribuição dos sentidos ao trabalho informal, espera-se que com o advento da pandemia da COVID-19 tenha ocorrido mudanças significativas do sentido do trabalho informal para elas.

O objetivo geral foi compreender os efeitos da pandemia da COVID-19 nos sentidos atribuídos ao trabalho informal por mulheres na cidade de Pelotas/RS. Para atingir este propósito, defini como objetivos específicos: i) Analisar as narrativas de mulheres que estão ou estiveram em algum momento no contexto da pandemia da COVID-19 trabalhando informalmente em Pelotas/RS; ii) Identificar características do trabalho informal a partir das trajetórias laborais das entrevistadas (como a natureza dos ganhos obtidos e o status da permanência em trabalhos informais, entre outros aspectos); iii) Identificar disposições incorporadas que funcionam como os princípios influenciadores na construção de sentidos de trabalhos informais desenvolvidos por mulheres em Pelotas/RS; e iv) Analisar os efeitos da pandemia da COVID-19 no trabalho informal e nos sentidos atribuídos à ele por estas mulheres.

Metodologicamente a pesquisa segue uma abordagem qualitativa com a utilização de entrevistas narrativas, a partir de um roteiro previamente elaborado, para a produção de dados junto às trabalhadoras na cidade de Pelotas e região. Os primeiros contatos foram estabelecidos em 2020 e as entrevistas foram realizadas de agosto a dezembro de 2021, todas virtualmente. Ao todo foram entrevistadas 11 mulheres e utilizada conversas informais estabelecidas com uma interlocutora, as interlocutoras possuíam entre 23 a 63 anos, destas oito se autodeclararam brancas e quatro negras. As trabalhadoras desenvolviam de maneira informal atividades como diarista, cuidadora de idosos, fotógrafa, microtrabalhadora de site, massoterapeuta, doceira, vendedora de cosméticos e padeira.

Para tal, mobilizei diferentes redes de contatos, entrei em contato com amigas, conhecidas e trabalhadoras com quem eu já havia sido colega. Ainda, como forma de ampliar as possibilidades de alcançar uma diversidade maior de perfis, busquei estabelecer contato com trabalhadoras por meio de mídias sociais<sup>3</sup>.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro, intitulado Os sentidos do trabalho e o trabalho informal, trata dos principais conceitos utilizados para o entendimento da construção da problemática teórica formulada para o desenvolvimento desta pesquisa. No capítulo, inicialmente, é apresentada a discussão a respeito da informalidade e a conceituação de trabalho informal adotada. Na seção seguinte, exponho o estado da arte a respeito do tema dos sentidos e significados do trabalho e as principais perspectivas adotadas para o seu entendimento. E, por fim, trato do embasamento teórico-metodológico adotado para analisar a relação entre ambos nesta pesquisa a partir de Bernard Lahire.

No segundo capítulo, Caminho metodológico, é apresentada a metodologia adotada para o estudo, de cunho qualitativo, que se centrou nas narrativas de mulheres que, em algum momento no contexto da pandemia da COVID-19, estão ou estiveram trabalhando informalmente em Pelotas/RS. O procedimento adotado para a produção de dados foi a entrevista narrativa proposta por Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2019) e a análise das narrativas teve como inspiração a metodologia disposicional de Bernard Lahire.

O terceiro capítulo, No sul do sul global: as mulheres, o trabalho informal e a pandemia da COVID-19, visa contextualizar por uma perspectiva macrossociológica a relação entre as mulheres e os trabalhos informais no mercado de trabalho brasileiro, considerando a existência de uma divisão sociosexual e racial do trabalho; perfis de trabalhadores e trabalhadoras que predominam na informalidade no país; os aspectos econômicos e socioculturais particulares da cidade de Pelotas e região; e, por fim, os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 na vida das mulheres.

No quarto capítulo, A escala individual do social e os sentidos do trabalho informal, é apresentado uma análise a escala microsociológica dos dados produzidos no trabalho de campo, considerando três contextos, o meio familiar, escolar e laboral. Primeiramente, são apresentados os dados relacionados às

---

<sup>3</sup> A principal mídia social utilizada foi o *Facebook*, no qual busquei participar e publicar em diversos grupos, de cunho universitário, de moradoras/es de diferentes bairros da cidade de Pelotas.

experiências das interlocutoras na informalidade no mundo do trabalho. Após, as relações estabelecidas entre passado (incorporado) e presente (contextual), com base nos três contextos citados, destacando as disposições relevantes na construção dos sentidos do trabalho informal para as interlocutoras. Na seção seguinte, são apresentadas a relação que as interlocutoras estabelecem com as práticas desenvolvidas nos trabalhos informais e, por fim, são analisados os efeitos da pandemia da COVID-19 nos sentidos do trabalho informal para as trabalhadoras.

## **Capítulo 1. Os sentidos do trabalho e o trabalho informal**

Este capítulo visa situar o tema explorado nesta dissertação – os sentidos do trabalho – e apresentar a sua articulação com os conceitos de trabalho informal e de disposições. Para isso, inicialmente apresento a discussão de conceitos teóricos sobre a informalidade, para caracterizar a natureza específica desta no mundo do trabalho, matéria amplamente explorada na Sociologia. Na seção seguinte exponho o estado da arte a respeito do tema dos sentidos e significados do trabalho e as principais interpretações adotadas para o seu entendimento. Por fim, na última seção, trato do embasamento teórico-metodológico adotado para analisar a relação entre os sentidos do trabalho, o trabalho informal e as disposições a partir da sociologia disposicional de Bernard Lahire.

### **1.1. A informalidade no mundo do trabalho: um embaralhamento conceitual**

Tendo em vista que as condições laborais e as perspectivas adotadas são decisivas para a compreensão dos sentidos ao trabalho, o objetivo desta seção é apresentar a concepção escolhida sobre a informalidade e do trabalho informal para o desenvolvimento desta pesquisa. Para isso, foram reunidos os principais marcos teóricos e seus referenciais interpretativos, que estão vinculadas aos processos econômicos, históricos e culturais de diferentes épocas e contextos, mas sem perder de vista a realidade brasileira.

A informalidade no mundo do trabalho<sup>4</sup> suscita constantes debates no Brasil e no mundo. As diversas reelaborações conceituais para o entendimento da informalidade resultam da sua própria heterogeneidade e complexidade. As divergências de definição acrescenta-se, quando se trata da realidade brasileira, a existência da “semiformalidade – isto é, de situações nas quais operam, de forma articulada e complementar, atividades formais e informais –, que contribui para taldar ainda mais as possibilidades de análise” (NOGUEIRA, 2016, p. 7).

No Brasil, a noção de informalidade foi construída em contraposição ao processo de formalização do trabalho, durante a chamada Era Vargas. Neste período, ocorreu uma ampliação de políticas relacionadas ao trabalho, com a criação

---

<sup>4</sup> A expressão mundo do trabalho utilizada no decorrer desta dissertação abrange o trabalho formal, informal, produtivo e reprodutivo. Já a utilização da expressão mercado de trabalho está restrita ao trabalho produtivo.

do Ministério do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Até os anos 1940, pouca atenção era concedida às questões do mundo do trabalho, eram escassas as garantias existentes e se restringiam a uma parcela pequena de profissões e ocupações, enfaticamente as do setor público.

A CLT “marcou o mercado nacional por todo o século” (NORONHA, 2003, p. 113) e se tornou a maior referência jurídica no que tange às proteções sociais trabalhistas. Reunindo um conjunto de normas que visam equilibrar a relação entre empregadores e empregados, determina, entre outros direitos, salário mínimo, férias remuneradas e jornadas de trabalho.

Dessa forma, o entendimento de trabalho formal e informal no país tem origem de natureza jurídica, “que, por sua vez, está associada às noções de cidadania e de direito social” (NORONHA, 2003, p. 113), ou seja, a concepção de formal carrega sentido legal, em oposição a diversos tipos de contratos “informais”, como os ilegais ou trabalhos familiares, dentre “diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está freqüentemente em disputa – por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados” (*idem*, p. 112).

Internacionalmente inaugura o debate, no campo acadêmico, o estudo do antropólogo inglês Keith Hart, publicado em 1973, sendo o primeiro a adotar o termo setor informal. O trabalho do autor influenciou pesquisas posteriores e foi uma das referências para o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Emprego e Renda no Quênia de 1972 e para o Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (PERES, 2015).

Na pesquisa, Hart identificou na economia de Gana, na África, questões associadas à não incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam para as cidades do país em meados de 1960. A ausência de mecanismos institucionais para garantir uma renda mínima fez com que parte dessa população desenvolvesse atividades que se aproximavam das tradicionais da economia, sem obtenção da proteção social estatal (HART, 1973).

Neste momento, o trabalho informal era considerado como uma atividade à margem, desintegrado da cadeia produtiva, sem exercer função na estrutura econômica da sociedade. Enquanto o setor formal envolvia formas de obtenção de

renda por fontes regulamentadas pelo Estado, tidas como pertencentes à estrutura econômica. Assim, o entendimento era de que o setor formal e informal não estabeleciam relações, existia um dualismo econômico (PERES, 2015).

Em consonância a este entendimento surgem, nas décadas de 1960 e 1970, teorias explicativas acerca da informalidade no mercado de trabalho capitalista, as Teorias da Modernização e da Marginalidade. Estas compartilhavam alguns pressupostos em comum, como a compreensão de que a informalidade desapareceria com o desenvolvimento e o crescimento econômico. A Teoria da Modernização, fruto de uma corrente estruturalista e tendo como principais expoentes os economistas da CEPAL, afirmava que o baixo nível de capitalização dos países subdesenvolvidos desequilibrava a estrutura do emprego urbano. A ideia sustentada era de que os países da América Latina, “cujos modelos de industrialização foram centrados na política de substituição de importações, contavam com um nível de acumulação muito baixo para fazer frente aos requisitos da moderna produção industrial” (COSTA, 2010, p. 173).

Já a Teoria da Marginalização deriva de uma corrente analítica que interpretava o funcionamento da economia a partir de uma lógica de polarização em uma mesma sociedade. Através do processo de integração e não-integração – ou desajuste ou, ainda, de uma inadequação de indivíduos, regiões e atividades econômicas – a um padrão considerado como normal, inerente à cultura industrial, se formariam realidades opostas.

O excedente de mão de obra, predominantemente advinda das áreas rurais, que não se incorporava na esfera da produção capitalista organizada e hegemônica, constituiria um segmento à parte ao modelo de industrialização. Portanto, à margem do sistema. A incorporação destes indivíduos dependeria de adequações, sobretudo, no âmbito das qualificações e das concepções culturais, aos requisitos de uma sociedade industrial (COSTA, 2010).

Procurando se contrapor a estas Teorias surge uma terceira grande corrente interpretativa, de base marxista, a Teoria da Dependência. A partir da ideia de não-integração e da perspectiva das contradições do próprio modelo de acumulação capitalista concebe “o subdesenvolvimento não como um estágio anterior do desenvolvimento, mas como produto de uma inserção subordinada e dependente dos países da região no sistema capitalista mundial” (COSTA, 2010, p. 174). Em

suma, esta Teoria considera a existência de uma relação no capitalismo mundial de dependência dos países “periféricos” dos países “centrais”. O desenvolvimento dos primeiros estaria submetido (ou limitado) pelos últimos (*idem*).

Contudo, tais teorias explicativas passaram a ser tensionadas em virtude de importantes transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas nas décadas seguintes. No final dos anos 1970, a crise do fordismo nos países capitalistas centrais e as respostas ao seu enfrentamento – através da reestruturação produtiva e de uma ideologia neoliberal<sup>5</sup> – provocaram transformações no mundo do trabalho que contribuíram para “o surgimento de atividades não regulamentadas pela legislação vigente nestes países” (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004, p. 214), tais como a subcontratação, terceirização, cooperativismo, estagiarização, entre outras.

Além disso, estas mudanças geraram profundos impactos “no padrão convencional de garantias sociais oferecidas pelo Estado de Bem-Estar Social” (DUARTE, 2011, p. 58). Importa frisar que, neste contexto, cada país vinha desenvolvendo seu próprio sistema de proteção social. No caso brasileiro, tanto o sistema fordista de produção como o Estado de Bem-Estar nunca se constituíram plenamente e a presença da informalidade sempre foi intensa desde o período do pós-guerra. Conforme coloca Thays Mossi:

No Brasil, a principal característica dessa construção é o seu caráter parcial, ou seja, o nosso sistema de proteção nunca foi capaz de alcançar todos os indivíduos. Isso se deve ao fato de que – não apenas no Brasil, mas também em outros países como a França – o acesso à proteção social está condicionado ao trabalho, mais especificamente, ao trabalho formal. Assim, um sistema de proteção social universal requer que todos os trabalhadores tenham acesso a um trabalho formal, o que a França conseguiu promover por um momento (UFRGS, 2020, p. 1).

No caso dos países do Sul Global, como o Brasil, a reestruturação produtiva se instaurou no final da década de 1980 e se acentuou na década seguinte (DUARTE, 2011). Na América Latina, ocorreu uma “diminuição relativa do emprego industrial, maior expansão do emprego terciário e a ampliação do informal” (*idem*). No Brasil, a abertura de mercado do país e a intensa competitividade internacional promoveram a perda progressiva da importância do trabalho assalariado e a

---

<sup>5</sup> A ideologia neoliberal retoma os antigos ideais do liberalismo clássico ao preconizar a mínima intervenção do Estado na economia, através de sua retirada do mercado, que, em tese, seria capaz de se autorregular e regular a economia.

flexibilização das relações de trabalho, contribuindo com o crescimento da informalidade, que marca o mercado de trabalho nacional (KREIN; PRONI, 2010).

O avanço da globalização, o aumento da instabilidade dos mercados de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sociais contribuíram para que um contingente expressivo de trabalhadores/as que desenvolviam atividades formais passassem a exercer atividades informais, para muitos deixando de ser algo transitório em suas trajetórias para constituir-se em definitivo.

Ademais, surgem diferentes formas de manifestações da informalidade, com o surgimento de novas tecnologias, ampliando a sua heterogeneidade. Sublinha Magda Neves e Bianca Lima Costa que:

**A revolução tecnológica e a globalização da economia provocaram mudanças no conteúdo e nas formas do trabalho**, trazendo, como consequência, a desestruturação do mercado de trabalho e o aumento do desemprego. Nesse contexto, cresce a precarização do trabalho, com a terceirização da mão-de-obra nas cadeias produtivas, empregos mal pagos, instáveis e de baixa qualificação, além de forte **aumento do trabalho informal**. Essas tendências do mercado de trabalho têm contribuído, nas últimas décadas, para o empobrecimento da sociedade urbana na América Latina e no Brasil. (NEVES; COSTA, 2008, p. 33) (grifos meus)

Estas mudanças configuraram o que o economista e sociólogo espanhol Pérez-Sáinz nomeou como a nova informalidade (1995, 1998 *apud* PERES, 2015). O próprio termo setor informal passou a se mostrar desatualizado e um novo, mais amplo, foi apresentado na 90ª Conferência Internacional do Trabalho em 2002, o de economia informal (OIT, 2005). Esta redefinição dada pela OIT buscou incorporar ao conceito a dinâmica do capitalismo globalizado e as transformações da produção e dos mercados de trabalho (KREIN; PRONI, 2010).

A definição de economia informal passa a agregar todas as formas de trabalho remunerado que não estão plenamente reguladas pela legislação social e trabalhista, assim como o trabalho não remunerado em atividades que geram renda (PERES, 2015). Porém, apesar de resultar de uma reflexão conceitual mais abrangente, o termo tornou-se muito amplo, tendendo a um esvaziamento.

A economista brasileira Maria Cristina Cacciamali inova ao propor o conceito de processo de informalidade, pois considera necessário observar os processos de transformações advindas da “reestruturação produtiva; a internacionalização e a expansão dos mercados financeiros; o aprofundamento da internacionalização e a

maior abertura comercial das economias; e a desregulamentação dos mercados” (CACCIAMALI, 2000, p. 158).

Para a autora, falar em processo de informalidade é falar de um “processo de mudanças institucionais que deriva das transformações estruturais na produção e no emprego” (CACCIAMALI; JOSÉ-SILVA, 2003, p. 11). Nesta abordagem, o que interessa é compreender as atividades informais como dinâmicas de produção que estão inter-relacionadas à produção capitalista (PERES, 2015). A matriz analítica de Cacciamali oferece boas lentes para o estudo da informalidade, a depender do tema de pesquisa investigado.

Para esta dissertação, que busca compreender os sentidos atribuídos ao trabalho informal – que ganha contornos a partir das trajetórias e experiências laborais e das relações estabelecidas em outras esferas da vida<sup>6</sup> –, as noções de informalidade e a concepção de trabalho informal seguem os entendimentos de Adalberto Cardoso e Mauro Oddo Nogueira, que são tratadas nas páginas seguintes.

A escolha pelo uso da expressão “trabalho informal” no decorrer desta escrita não segue um viés dualista – formal/informal ou legal/ilegal –, mas como forma de nomear uma forma social de trabalho típica no Brasil, onde o mercado de trabalho protegido e regulado nunca foi capaz de gerar trabalho suficiente para todas as pessoas (CARDOSO, 2014; 2016). A informalidade é resultado enraizado na experiência de uma proporção significativa da população que tem na sociabilidade seu elemento estruturante.

A informalidade tem como elemento central de coordenação as redes sociais, que se fundamentam nas relações de confiança, na solidariedade, em “toda a gama de disposições para a ação que tomam o outro como referência” (CARDOSO, 2014, p. 4). A finalidade das relações econômicas neste contexto é a renda, “mas esse fim instrumental se obtém por meios nem sempre instrumentais, e nem segundo uma lógica voltada para a obtenção do lucro” (CARDOSO, 2014, p. 20).

As oportunidades para a “obtenção de meios de vida, quando acionadas pelos trabalhadores, assumem formas sociais específicas, ou configurações,

---

<sup>6</sup> O conceito adotado a respeito do sentido do trabalho é aprofundado nas seções seguintes deste capítulo.

estruturadas pelos meios de coordenação da ação nas sociedades contemporâneas” (CARDOSO, 2014, p. 2). Desta forma, a “informalidade pode ser pensada como uma resposta popular, espontânea e criativa, em sociedades em que o assalariamento é pouco generalizado” (PERES, 2015, p. 270) e que ganha contornos no momento em que os/as trabalhadores/as se colocam em movimento para obter meios de vida em ambientes onde quase tudo é informal, como a habitação, os serviços de infraestrutura urbana e até as próprias relações pessoais (CARDOSO, 2016).

Conforme Cardoso, a concepção da informalidade se afasta cada vez mais da ideia de marginalidade, já que desempenha papel significativo na estruturação das relações econômicas, fazendo parte da dinâmica capitalista (CARDOSO, 2013, 2016). O sistema econômico capitalista exerce uma força gravitacional “que integra e se estende a tudo e a todos – mesmo que esta integração entre os elementos do sistema se realize de modo desigual” (PERES, 2015, p. 282). Nas palavras de Cardoso:

(...) a ordem econômica capitalista atual, dominada pelas finanças, pode ser pensada como uma galáxia em espiral com um buraco negro no centro. O buraco negro é o que confere identidade à galáxia: sua dimensão, sua forma, sua dinâmica (seu movimento). O movimento depende também da massa (*quantum* de matéria) e da densidade (proximidade relativa entre os elementos) da galáxia. Muito próximas do buraco negro estão as estruturas mais coesas e densas, que respondam mais prontamente às demandas do centro.

A galáxia tem zonas de densidade variável. O centro coeso é fortemente regulado pelos mecanismos principais de coordenação da galáxia: o mercado (dinheiro e contratos, isto é, mercado e Estado), o Estado (as leis e instituições que as validam, muito especialmente a política e os exércitos), a informação (e suas redes materiais e virtuais de sustentação) e sociabilidade extensa nas redes sociais. O buraco negro, assim como toda a galáxia é constituído do amálgama inextricável desses quatro elementos. (CARDOSO, 2013, p. 21-22)

No país, o trabalho informal abrange uma diversidade considerável de trabalhadores/as sem qualquer tipo de proteção social, pois não acessam direitos sociais ligados à formalidade das relações de trabalho estabelecidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na CLT – como férias, seguro desemprego e 13º salário. Grande parte deste grupo, por não ter renda fixa, não contribui para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), o que afeta o direito de aposentadoria bem como questões relacionadas à saúde, visto que somente com a contribuição é

possível acessar direitos como o auxílio-doença, auxílio-invalidez e licenças, como a da maternidade (KREIN; PRONI, 2010).

Contudo, apesar do trabalho formal estar mais próximo do centro coeso desta galáxia, para usar a expressão de Cardoso, não significa que esteja totalmente isento de precariedade<sup>7</sup> e vulnerabilidade, visto que há no país uma precarização do trabalho em sentido amplo que mitiga a proteção social de trabalhadores/as com carteira assinada. Os trabalhos informais também não podem ser presumidos, no contexto brasileiro, enquanto aqueles sempre acompanhados da díade precariedade-vulnerabilidade, pois observa-se graus e intensidade distintos a depender do contexto ou grupo social envolvido.

Além disso, com a reestruturação produtiva, na década de 1990, as relações de trabalho passaram a adquirir uma porosidade mais intensa nas fronteiras do formal e informal. Ocorrendo a combinação de diferentes atividades, formalizadas com atividades não formais, tornando a condição formal mutante, já que não é fixa nem definitiva, podendo o trabalhador oscilar entre ambas ou mesmo exercê-las simultaneamente (ROSENFELD; ALMEIDA, 2015). O/A trabalhador/a no Brasil transita de forma descontínua e intermitente pela fronteira do formal e informal, seguindo uma trajetória ocupacional que se distancia do assalariamento formal, o que acarreta diversos níveis de desproteção.

## **1.2. Sobre os sentidos e significados do trabalho**

Desde os anos 1970 e 1980, os significados e os sentidos atribuídos pelas pessoas aos seus trabalhos são objetos de pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas do conhecimento, abrangendo diversas situações, atividades, contextos, assim como múltiplas abordagens teóricas e vertentes epistemológicas. Grande parte delas são realizadas “por psicólogos, mas também por sociólogos, administradores e profissionais da comunicação social” (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 39).

---

<sup>7</sup> De acordo com entendimento da socióloga Helena Hirata (2000) os trabalhos precários são aqueles “mal remunerados, com possibilidade quase nula de promoção e de carreira e com direitos sociais diminuídos ou inexistentes”. Os trabalhos informais, em sua grande maioria, possuem estas características, pois os/as trabalhadores/as inseridos/as na informalidade não se beneficiam diretamente da legislação do trabalho e de proteção social.

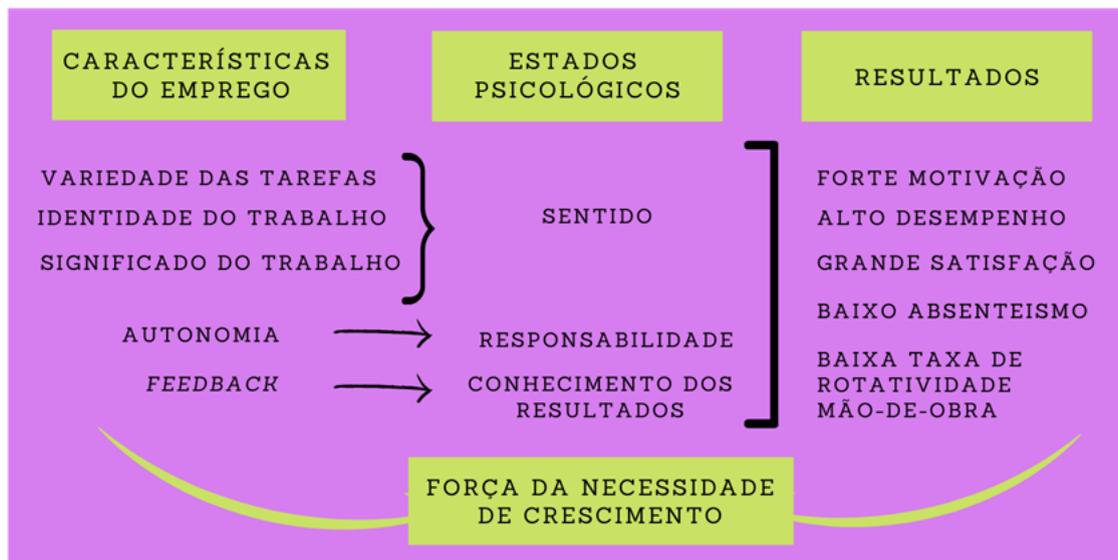
Estudos podem ser citados na área da saúde (BORGES, 1997, 1999; BORGES; FILHO, 2001, 2003; D'ACRI, 2003; COUTINHO; GOMES, 2006), assim como na da administração (OLIVEIRA, *et al.*, 2004; CODA; FONSECA, 2004), na Sociologia (VASCONCELLOS, 1994; ANTUNES, 2000; GAULEJAC, 2007; TOLFO; PICCININI, 2007; AZAMBUJA, 2007; JARDIM, 2010; OLIVEIRA, 2012; SILVA, 2020, entre outros) e em outras áreas (AMARAL, 1994; BASSO, 1998; SOUZA, 2017), o que demonstra o aspecto multidimensional do tema.

As áreas que mais se destacam são a Sociologia e a Psicologia (PRATES; SILVA; PICCININI, 2014), a primeira tem “contextualizado a evolução do conceito de trabalho na sociedade”, enquanto a segunda busca a “compreensão da subjetividade diante das mudanças na realidade do mundo do trabalho” (LEMOS; SÁ, 2017, p. 23). Contudo, conforme Tolfo e Piccinini (2007), os sentidos e significados atribuídos ao trabalho precisam ser mais explorados por um olhar multidisciplinar, já que se trata de construções psicológicas e envolvem dinâmicas resultantes da interação entre variáveis pessoais e sociais.

A literatura aponta que uma das primeiras pesquisas a respeito dos sentidos do trabalho foi realizada pelos psicólogos Hackman e Oldham, publicada em 1975 (MORIN, 2001; TOLFO; PICCININI, 2007; LEMOS; SÁ, 2017). Os autores buscaram investigar a relação entre os sentidos atribuídos ao trabalho e os impactos da qualidade de vida dos/as trabalhadores/as.

Hackman e Oldham propuseram um modelo (Figura 1) para tentar explicar “como as interações, as características de um emprego e as diferenças individuais influenciam a motivação, a satisfação e a produtividade dos trabalhadores” (MORIN, 2001, p. 9) e chegaram à conclusão que para um trabalho ter sentido deve ser importante, útil e legítimo, além de apresentar variedade de tarefas, ser não-alienante e proporcionar *feedbacks* sobre seu desempenho nas atividades realizadas (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 39).

**Figura 1.** Ilustração do modelo de Hackman e Oldham (1975)



Fonte: Morin, 2001, p. 11. Adaptado, 2021.

A partir de 1980, a temática passou a ser mais explorada devido às transformações tecnológicas e produtivas que impactaram diretamente o mundo do trabalho (LEMOS; SÁ, 2017; ANDRADE; TOLFO; DELLAGNELO, 2012). Neste período, os estudos desenvolvidos pela equipe de pesquisa *Meaning of Work International Research Team* (MOW) se destacaram. A fim de identificar e definir variáveis que explicassem os significados que as pessoas atribuíam aos seus trabalhos, os/as pesquisadores/as do MOW desenvolveram estudos entre os anos de 1978 e 1984 com cerca de 15 mil indivíduos (KUBO; GOUVEA; MONTOVANI, 2013) em oito países: Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Israel, Japão, Holanda, Estados Unidos e Iugoslávia (PRATES; SILVA; PICCININI, 2014).

A equipe estruturou os dados empíricos da pesquisa em 12 fatores e posteriormente “em quatro dimensões principais: a centralidade do trabalho, as normas sociais sobre o trabalho, os resultados valorizados do trabalho/metabolos do trabalho e a identificação das regras do trabalho” (TOLFO; PICCININI, 2007, p. 39). A última dimensão, entretanto, apresentou, estatisticamente, pouca consistência interna e foi excluída da estrutura geral do construto (MOW, 1987 *apud* LEMOS; SÁ, 2017).

As três dimensões que se destacaram são definidas a seguir, conforme apresentadas por Suzana da Rosa Tolfo e Valmíria Piccinini (2007).

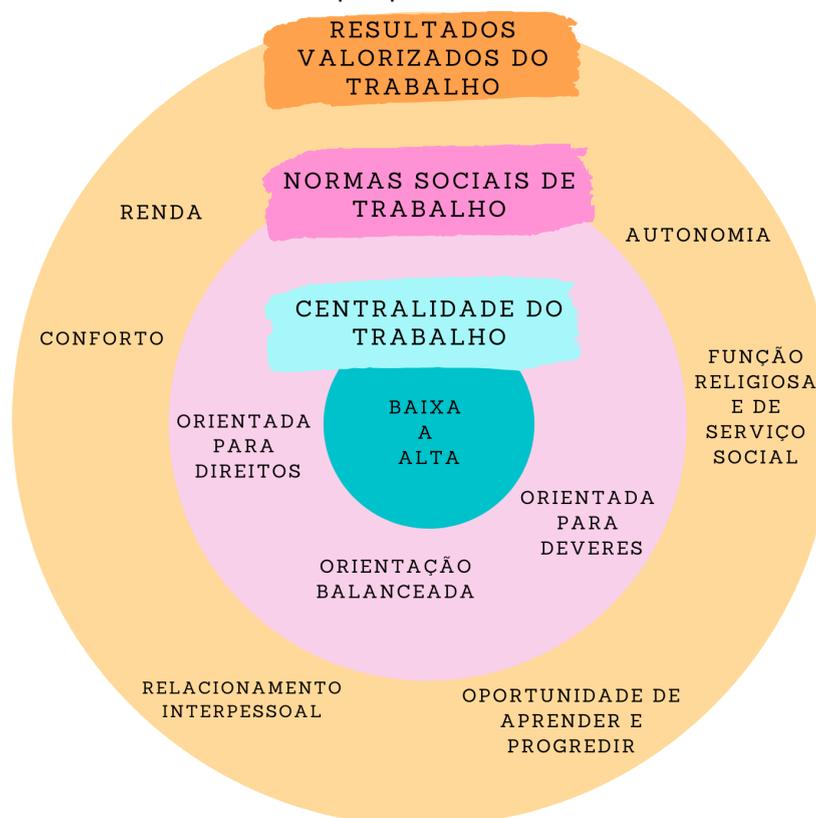
- **Centralidade do Trabalho** - Trata do grau (baixo a alto) de importância que o trabalho possui na vida de uma pessoa em um determinado momento ou contexto. A centralidade do trabalho pode ser mensurada em termos absolutos – a partir do valor atribuído na vida dos sujeitos e na identificação do quanto o trabalho é central para a auto-imagem – ou em termos relativos – com base na relação entre o trabalho com outros momentos significativos da vida.

- **Normas Sociais sobre o Trabalho** - Derivam de valores morais – como a ética, princípios e condutas sociais –, das obrigações e dos direitos relacionados ao trabalho. Abrangem normas que atuam como padrões sociais que balizam as avaliações individuais a respeito das recompensas geradas pelo trabalho e constituem uma percepção geral do que são trocas justas entre o que o indivíduo recebe e as contribuições que ele traz no processo de trabalho. Não são estáveis, pois variam conforme determinados contextos e situações. No estudo do grupo MOW são classificadas em: a) *Deveres*. Consiste na responsabilidade dos indivíduos com a sociedade na execução do seu trabalho. As autoras citam como exemplo o dever de contribuir para o bem social com seu trabalho ou de pensar na melhor forma de fazê-lo; e b) *Direitos*. Estes estão associados às obrigações da sociedade para com o indivíduo.

- **Resultados valorizados do trabalho** - Esta variável trata dos valores associados às finalidades que as atividades representam para as pessoas. Constitui um conjunto de resultados que os indivíduos visam alcançar no trabalho, seja com as funções que desenvolvem ou através da satisfação de suas necessidades – como obtenção de prestígio ou status, retorno financeiro, usufruir do convívio social, sentir-se ativo e/ou útil para a sociedade, entre outros.

Sinteticamente, as dimensões exploradas pela equipe MOW podem ser representadas pela figura a seguir (Figura 2).

**Figura 2.** Ilustração da representação estruturada do significado do trabalho para o grupo de pesquisa MOW



Fonte: KUBO, GOUVEA; MANTOVANI, 2013, p. 33. Adaptado, 2021.

A equipe MOW influenciou a produção de uma grande quantidade de investigações ao redor do mundo e no Brasil. A partir da década de 1990, as principais variáveis utilizadas partem das três dimensões supracitadas, seja de forma integral, parcial ou da combinação delas com outros construtos (TOLFO; PICCININI, 2007; KUBO; GOUVEA; MANTOVANI, 2013).

Nos anos 2000, ganha visibilidade as pesquisas desenvolvidas pela psicóloga canadense Estelle Morin<sup>8</sup>. Com influência na base teórica do MOW, a autora procura aperfeiçoar a identificação das variáveis que influenciam a construção de um trabalho que tenha sentido (LEMOS; SÁ, 2017). Para ela, estudar os sentidos do trabalho exige olhar além da execução das atividades propriamente ditas e aponta três dimensões de análise para investigar se um trabalho faz sentido para o indivíduo: a individual, a organizacional e a social (MORIN, 2001).

A dimensão individual trata das categorias que produzem efeitos mais diretos do trabalho sobre a subjetividade dos indivíduos, estão relacionados a um ponto de

<sup>8</sup> MORIN, 2001; MORIN, TONELLI, PLIOPAS, 2003.

vista mais pessoal. Dentro desta dimensão estão a: i) satisfação pessoal; ii) independência e sobrevivência; iii) crescimento e aprendizagem; e iv) identidade. O sentido que pode ser identificado na relação da pessoa com a organização (a dimensão organizacional) trata da utilidade do trabalho, suas tarefas, relacionamento com seus pares e sua vida enquanto sujeito social. A dimensão social envolve a relação da pessoa para com a sociedade (SILVA, 2020).

A partir destas dimensões a autora compreende que um trabalho com sentido é aquele que realiza, satisfaz e estimula o indivíduo para o desempenho de suas tarefas (MORIN, 2001). Isto é, para um trabalho ter sentido deve apresentar variadas tarefas e desafios, fornecer constante aprendizado, promover independência, reconhecimento pessoal, contribuir ao meio social e permitir que as pessoas idealizem um futuro positivo (financeiramente e pela segurança psicológica).

Se, ao contrário, estas condições não se configurarem, não convergirem aos interesses do sujeito, as tarefas não apresentarem uma finalidade útil, as relações interpessoais de trabalho forem superficiais, tornando-se fonte de vergonha, humilhação e sofrimento para o trabalhador e alcançarem um nível considerado insuportável, o sentido torna-se extremamente negativo, e caracteriza o que Morin denomina de trabalho absurdo (MORIN, 2001).

No mesmo período, anos 1990 e 2000, no Brasil, várias pesquisas a respeito dos sentidos e significados do trabalho começaram a se desenvolver. Inauguram a discussão os estudos na área da psicologia, com a pesquisadora Cecília Soares<sup>9</sup>, em 1992, e com os pesquisadores Antonio Bastos, Ana Paula Pinho e Clériston Alves Costa (1995).

A partir do referencial teórico e metodológico proposto pelo MOW, Soares pesquisou o significado do trabalho para 915 trabalhadores de 7 organizações públicas (da administração direta e indireta) e privadas de Brasília (1992 *apud* BASTOS, PINHO e COSTA, 1995). Para desenvolver o modelo de análise a pesquisadora “considerou variáveis condicionais (categoria ocupacional) e centrais (centralidade do trabalho, da família e da religião; resultados sociais e resultados econômicos; objetivos intrínsecos e objetivos extrínsecos valorizados)” (KUBO; GOUVEA; MONTOVANI, 2013, p. 34).

---

<sup>9</sup> Principal responsável pela tradução e por importar ao país o estudo produzido pelo grupo MOW.

Bastos, Pinho e Costa (1995) com foco em trabalhadores/as de organizações públicas e privadas da região metropolitana de Salvador, na Bahia, buscaram descrever o trabalho, comparando os resultados neste contexto com dados apresentados por Soares e pela equipe MOW (BASTOS, PINHO E COSTA, 1995, p. 24). Os resultados foram, de modo geral, ao encontro com os observados nos estudos do grupo MOW, com algumas diferenças atribuídas a especificidades culturais do contexto investigado.

Já no campo sociológico, um dos primeiros trabalhos encontrados durante a construção desta revisão bibliográfica foi o da socióloga Eliane de Vasconcellos (1994) que trata sobre os/as trabalhadores/as informais. Na pesquisa o objetivo foi identificar as razões pelas quais pessoas exercem trabalhos informais e as razões pelas quais permanecem (ou não) nestes trabalhos. A metodologia adotada por Vasconcellos foi a realização de entrevistas em profundidade com a análise dos dados referentes à trajetória ocupacional de trabalhadores/as informais.

Como conclusão, a pesquisadora entende que a escolha pelo trabalho informal tem como base tanto valores e orientações pessoais em relação ao trabalho como as condições e limitações do mercado às preferências ocupacionais. Apesar de utilizar a ideia de escolha<sup>10</sup>, tomando como referencial para a análise a concepção de escolha racional proposta pelo filósofo norueguês Jon Elster, o estudo serviu de grande valia para análise das experiências das interlocutoras em trabalhos informais, que serão apresentadas no Capítulo 4 desta pesquisa.

No campo sociológico cabe também citar a pesquisa realizada por Ricardo Antunes, na Universidade de Sussex (Inglaterra), que resultou no livro intitulado *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho* (2000). A partir da discussão a respeito reprodução de discursos, ideologias e hegemonias, de acordo com a demanda da metabolização de relações de poder no processo capitalista de produção, o autor propõe uma reflexão sobre a centralidade e os sentidos do trabalho.

Para isso, Antunes discorre sobre a reestruturação produtiva na Inglaterra – no auge das políticas neoliberais e da introdução do toyotismo nos processos de

---

<sup>10</sup> O trabalho informal é uma forma social de trabalho típica de países em que a regulação e a proteção no mercado de trabalho nunca garantiram trabalho suficiente para todas as pessoas (CARDOSO, 2016). Assim, considero que explorar a ideia de escolha em relação ao trabalho informal pode esvaziar sua complexidade.

trabalho – e sobre as lutas de classes, sobretudo com a onda de explosões sociais de 1989 e 1990 (PREVITALI, 2013). Realiza uma detalhada e densa análise onde trata sobre...

(...) a nova configuração da classe trabalhadora, mais heterogênea e multifacetada, bem como das imbricações entre trabalho produtivo e improdutivo, material e imaterial, para recolocar e dar concretude à tese da centralidade do trabalho e sua importância na sociabilidade humana, uma vez que o trabalho é, segundo o autor, elemento ontologicamente essencial e fundante da existência humana. (PREVITALI, 2013, p.1)

Segundo Antunes, existe um sistema de metabolismo social do capital que transforma as relações sociais de produção, introduzindo “elementos fetichizadores e alienantes de controle social metabólico” (ANTUNES, 2000, p. 20). O autor reflete se na atualidade seria possível, então, ter uma vida cheia de sentidos fora do trabalho e conclui que:

Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo verdadeiramente livre. **Uma vida desprovida de sentidos no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentidos fora do trabalho.** Em alguma medida, a esfera fora do trabalho, estará maculada pela desafetivação que se dá no interior de uma vida laborativa. (ANTUNES, 2000, p. 175) (grifo meu)

Ao aprofundar a questão a respeito dos novos elementos constituintes do metabolismo societal do capital, destaca que o sentido dado ao trabalho pelo capital é completamente diferente do sentido atribuído pela humanidade. Antunes tece considerações sobre um projeto de construção de uma sociedade para além do trabalho voltado para o mercado ou para o capital, mas fundada numa autêntica liberdade (PREVITALI, 2013). Sua proposta consiste no entendimento de que uma vida cheia de sentido é possível em uma organização societária que tenha como base o trabalho livre e concreto, com espaço de criação e realização aos/às trabalhadores/as (D'ACRI, 2003).

Já a socióloga Maria Bernadete de Oliveira (2012) desenvolveu uma pesquisa na qual buscou identificar a influência da estrutura organizacional da Universidade Federal do Pará (UFPA) na percepção do sentido do trabalho para os/as servidores/as públicos técnico-administrativos. Para isso, analisou a percepção do servidor em relação ao conteúdo da tarefa realizada com seu trabalho, além de

averiguar de que forma as transformações no mundo do trabalho interferem na percepção do sentido do trabalho para estes/as.

Os resultados revelaram que os/as servidores/as percebem seu trabalho como produtivo, que contribui para a sociedade, e como uma forma de realização. O trabalho está associado à noção de emprego e à condição de receber recompensa que permita garantir a sobrevivência, possibilita ter autonomia e garante segurança. Por fim, que a organização dos processos de trabalho no contexto institucional interfere na forma como o trabalho dos/as servidores/as é objetivado.

Em trabalho mais recente, da socióloga Fernanda Silva (2020) desenvolveu pesquisa qualitativa com o objetivo de compreender os impactos das transformações institucionais e organizacionais sobre o sentido do trabalho para os/as auxiliares operacionais de empresa pública de tecnologia da informação, a Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro).

Seguindo metodologia utilizada por Morin (2001), Silva realizou entrevistas semiestruturadas com 21 trabalhadores/as. Ao final deste estudo constatou que o sentido do trabalho foi afetado por mudanças na dimensão objetiva, como os avanços tecnológicos, nas formas de gestão e na organização do trabalho, e na dimensão mais subjetiva, impactando o sentido conferido pelos indivíduos ao seu trabalho.

A maior parte das investigações nacionais não inovam nas construções teóricas para o entendimento do tema, se apoiando ou apresentando derivações, principalmente, nas desenvolvidas pela MOW (TOLFO; PICCININI, 2007). Em relação às pesquisas desenvolvidas na área da sociologia é possível identificar perspectivas teóricas bem diferentes umas das outras. Além disso, diferentemente das pesquisas realizadas pela equipe MOW, de caráter quantitativo, no Brasil, predominam estudos qualitativos (LEMOS; SÁ, 2017).

Não há consenso também na utilização das expressões sentidos do trabalho e significado do trabalho nas pesquisas, que ora são adotados como sinônimos, ora como elementos diferenciados ou como partes do mesmo construto (TOLFO; PICCININI, 2007; PEREIRA; TOLFO, 2017). Estas diferenciações têm sido discutidas “pelos pesquisadores, mais recentemente, na tentativa de dirimir confusões conceituais, diferenciar e definir conceitos, bem como determinar qual a perspectiva adotada em seus estudos” (PEREIRA; TOLFO, 2017, p. 304).

Os/as estudiosos/as do grupo MOW (1987) adotam somente a expressão significados do trabalho. Para Morin (2001) o termo sentido abarca o conceito de significado do trabalho, para ela o sentido do trabalho é composto pelo significado, pela orientação e pela coerência do trabalho. O significado refere-se ao valor e a relação que um/a trabalhador/a possui com sua atividade, a orientação envolve as ações que direcionam o trabalho e a coerência o equilíbrio que o trabalhador espera de sua relação com o trabalho (MORIN, 2001).

Borges trata “os sentidos e os significados como elementos do mesmo construto, os quais apresentam caráter de complementaridade” (1997, 1998, *apud* TOLFO; PICCININI, 2007). Contudo, tanto o grupo de pesquisa MOW como Borges não tratam explicitamente em seus trabalhos da diferenciação etimológica dos termos sentidos e significados (PEREIRA; TOLFO, 2017). A ausência desta distinção também é possível de ser identificada nos trabalhos de Vasconcellos (1994), Antunes (2000), Oliveira (2012) e Silva (2020).

Para Hackman e Oldham (1975) e Tolfo *et al.* (2011) os sentidos e os significados do trabalho são construtos distintos. Hackman e Oldham (1975) entendem que o significado é a generalização e a fixação da prática social humana representada por instrumentos, técnicas, linguagem e relações sociais, e os sentidos envolvem a razão e o motivo que incita determinada pessoa a desenvolver seu trabalho (ANDRADE; TOLFO; DELLAGNELO, 2012). Para as autoras Tolfo *et al.* (2011) o significado trata de uma construção coletiva em certo contexto histórico, econômico e social, enquanto o termo sentido refere-se a um conceito individual relacionado aos significados coletivos com base nas experiências cotidianas.

A nomenclatura adotada neste trabalho foi de sentido do trabalho, conforme entendimento de Morin (2001). O sentido do trabalho engloba a concepção de significado do trabalho, bem como a de orientação e coerência que o trabalho possui para alguém no desenvolvimento de determinada prática laboral. Mas, ainda que não sejam sinônimos, o foco não foi explorar a distinção entre eles. Assim o uso da expressão sentido do trabalho do decorrer desta dissertação se dá de forma extensiva.

Ainda, apesar de não existir uma uniformidade nos estudos em relação aos elementos que permitam identificar os sentidos atribuídos ao trabalho, foi observado que existem variáveis em comum e que foram incorporadas nesta pesquisa. Todos

apontam para duas dimensões importantes que compõem o construto: a centralidade do trabalho na vida na sociedade contemporânea e a influência dos contextos na atribuição de sentido ao trabalho. Sobre o primeiro assunto, Bastos, Pinho e Costa ponderam que:

A relevância que a esfera de vida pessoal ocupada pelo trabalho adquire para a maioria das pessoas das sociedades modernas é evidente quando se observa que ele é utilizado como definidor da estrutura de tempo (dias, meses, anos), divisor entre atividades pessoais (autodeterminadas) e impessoais (heterodeterminadas), legitimador social de diferentes fases da vida (estudo, trabalho e aposentadoria), como afirmam Quitanilla e Wilpert. (BASTOS; PINHO e COSTA, 1995, p. 21)

De forma similar, Antunes observa que por mais que surjam novas formas de organização, complexificação e fragmentação do trabalho – tornando-o cada vez mais “precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculado à economia informal” (2000, p. 44) – o trabalho não deixará de ser essencial na vida das pessoas, pois a centralidade do trabalho é atualizada e reafirmada sob novas formas e estruturas.

Neste sentido, a partir da consideração da categoria trabalho enquanto central, as sociólogas Maria Coutinho e July Gomes (2006) desenvolveram estudo a partir da realização de uma oficina com 11 jovens. Levando em conta que o trabalho vem se transformando nos últimos tempos, buscaram compreender o que o trabalho vem assumindo para os jovens que buscam qualificação e aperfeiçoamento para ingressar no mundo do trabalho.

A oficina foi dividida em três módulos. No primeiro, cada participante escolheu uma profissão imaginária e comunicou sua escolha, caracterizando-a como trabalho, emprego ou profissão, em seguida o que se propôs foi uma reflexão sobre “o que é”, e “o que deveria” ser trabalho e emprego. No segundo módulo, foi debatido como o trabalho almejado poderia se inserir no contexto atual. No último módulo abordou-se o tema da centralidade do trabalho, considerando como o trabalho está envolvido, ou não, em atividades diárias.

Os participantes da oficina revelaram a importância da realização de um trabalho satisfatório e prazeroso, que “supra as necessidades tanto nos planos afetivo, e cognitivo, quanto nos planos social e financeiro” (COUTINHO; GOMES,

2006, p. 9). As autoras chegam à conclusão de que o trabalho mantém um espaço significativo na vida dos jovens constituindo elemento de suas identidades.

Logo, a relevância da categoria trabalho é notória tendo em vista seu papel na divisão no dia-a-dia – entre as atividades pessoais e impessoais – e em fases da vida – como estudar, trabalhar e se aposentar (ALBERTON, 2008). O que torna cenários que passam por transformações sociais de suma importância para investigar as diferentes perspectivas sobre os sentidos do trabalho para os indivíduos (BASTOS, PINHO; COSTA, 2005).

Dito isto, o entendimento a respeito do conceito de sentido do trabalho adotado nesta pesquisa, leva em consideração que o trabalho tem centralidade nas relações em sociedade e na vida dos indivíduos na contemporaneidade. Além disso, parte do entendimento de que sua construção resulta de um processo pessoal baseada em relações intersubjetivas – por meio da relação entre o individual e o social em diferentes contextos<sup>11</sup> e fases da vida – que estão em constante transformação. Esta segunda parte do conceito será ainda mais aprofundada na seção seguinte, a partir da contribuição do conceito de disposições conforme Bernard Lahire.

Por fim, considerando que o “sentido do trabalho não foi amplamente explorado no Brasil no que diz respeito aos estudos de gênero e minorias” (LEMOS; SÁ, 2017, p. 33), havendo uma lacuna expressiva de pesquisas que se atente ao sentido do trabalho para mulheres<sup>12</sup>, constitui o objeto de pesquisa desta dissertação, os sentidos do trabalho para mulheres inseridas na informalidade, considerando as mudanças provocadas pela pandemia da COVID-19.

### **1.3. Os sentidos do trabalho e a sociologia disposicional de Bernard Lahire**

Neste tópico, o objetivo foi apresentar os principais aspectos da sociologia disposicional do sociólogo francês Bernard Lahire, bem como explorar o conceito de disposições, que serviram para jogar luz ao tema dos sentidos do trabalho informal. Para isso, as obras *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável* (1997), *O homem Plural: Os determinantes da ação* (2002), *Retratos Sociológicos:*

---

<sup>11</sup> As ações e percepções das pessoas são influenciadas por questões culturais e pela própria natureza da sociedade num dado momento histórico.

<sup>12</sup> O estudo de perspectivas sobre o sentido do trabalho das mulheres, são de grande valia dada a crescente inserção no mercado de trabalho e os inúmeros conflitos vividos pelas mulheres na conciliação entre demandas laborais e familiares.

*Disposições e variações individuais* (2004) e os artigos do autor presentes no *Dossiê Bernard Lahire* (2017) foram fundamentais nesta etapa.

### 1.3.1. A sociologia à escala individual de Lahire

Bernard Lahire<sup>13</sup> se insere na tradição sociológica disposicionalista e desenvolve estudos com uma forte influência na obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Mas outros autores, bastante diferentes e, por vezes, com ideias divergentes, também influenciam os trabalhos de Lahire, como o lingüista e filósofo russo Mikhail Bakhtin, o lingüista suíço Ferdinand de Saussure, os filósofos franceses Michel Foucault e Maurice Merleau-Ponty, o antropólogo inglês Jack Goody, o sociólogo e economista alemão Max Weber, sociólogo francês Maurice Halbwachs e o sociólogo alemão Norbert Elias (LAHIRE, 2002, 2004; ROSENFELD, *et al* 2015).

No livro *O homem plural: determinantes da ação* (2002), Lahire estabelece intenso diálogo com a obra de Pierre Bourdieu, em especial com a Teoria da Prática e do *habitus* (teoria da ação) procurando flexibilizar a universalidade presentes na conceituação (LAHIRE, 2002). Lahire, numa relação crítica com a teoria bourdieusiana, sublinha a necessidade de pensar nos prolongamentos à obra de Bourdieu a fim de manter viva sua herança científica (LAHIRE, 2002, p. 37) e propõe que se pense “com e contra seu mestre, adotando um espírito crítico e investigativo que o conduz a um programa de sociologia à escala individual, que forneceria as condições de um estudo sociológico cada vez mais singular do social” (ALVES, 2016, p. 309).

Bourdieu, a partir da problematização teórica que envolve a “questão da mediação entre o agente social e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 8) buscou superar a dicotomia entre os modos objetivistas e subjetivistas de conhecimento da vida societária desenvolvendo uma praxiologia e três importantes conceitos: de campo, de capital e de *habitus*. Para poder apreender o social na sua existência dupla – nas suas facetas objetiva e subjetiva – o sociólogo integra ferramentas analíticas do objetivismo e do subjetivismo:

---

<sup>13</sup> Atualmente é professor da École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines e Diretor do Grupo de Pesquisa sobre Socialização (CNRS/Universidade de Lyon 2) (ROSENFELD *et al*, 2015).

Ao caracterizar sua teoria sociológica como uma “praxiologia”, Bourdieu está, em primeiro **lugar, oferecendo uma caracterização das práticas como produto dessa dialética entre o social como objetividade e o social como subjetividade**. Uma teoria praxiológica não é, no entanto, apenas uma teoria da prática, mas uma teoria do universo social como prática ou, em outros termos, uma teoria da prática como o modo fundamental de existência da vida societária. (PETERS, 2020, p. 8) (grifo meu)

Para o autor, o social, em seu modo objetivo, existe enquanto espaços estruturados (campo social) de posições determinadas, que se configuram pela distribuição desigual de recursos de poder ou formas de capital – tais como o capital econômico, capital social, capital cultural, capital simbólico (PETERS, 2020).

Os campos que formam a sociedade são diferentes entre si e específicos, constituídos de valores e regras próprias. Nestes espaços os atores estabelecem interações e disputas por uma posição que os permita exercer o poder (PETERS, 2020). Assim, a estrutura é considerada como algo objetivamente existente e a intervenção dos atores sociais pode ser percebida tanto no processo de conservação como no de transformação do jogo de forças do campo social (PETERS, 2006).

Os volumes diferenciados de capital que os indivíduos possuem em função das posições objetivas que ocupam no espaço social se associam, por sua vez, às condições de existência também diferenciadas, na medida em que internalizam as suas condições sociais de existência nas formas de disposições de conduta adaptadas aquelas condições – trata-se aqui do modo subjetivo do social (PETERS, 2020).

O *habitus* diz respeito a estruturas estruturadas que funcionam como estruturas estruturantes, ou seja, pode ser definido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, incorporadas através de suas experiências em sociedade, “que funcionam como princípios geradores de práticas e organizadores de representações” (ORTIZ, 1983, p. 61).

Bourdieu, então, propõe a apreensão do social sob sua forma incorporada utilizando o *habitus* como ferramenta teórica e assim atacar as bases do mito da liberdade individual (LAHIRE, 2002), pois na medida em que o *habitus* é “produto das relações sociais ele tende a assegurar a reprodução dessas mesmas relações objetivas que o engendram” (ORTIZ, 1983, p. 15). Neste processo ocorre a

“interiorização, pelos atores, dos valores, normas e princípios sociais, que assegura, dessa forma, a adequação entre as ações do sujeito e a realidade objetiva da sociedade como um todo” (*idem*).

O *habitus* deixa de ter efeitos somente regulados pela estrutura objetiva no momento em que as pessoas mobilizam suas disposições nas práticas cotidianas. Como são ativadas em momentos diferentes daqueles em que foram incorporadas ou interiorizadas, passam a ser fontes de mudança social (PETERS, 2006, p. 128), nas palavras de Renato Ortiz, o *habitus* ou:

(...) o sistema de disposições é o princípio das transformações e das revoluções regradas que nem os determinismos extrínsecos e instantâneos de um sociologismo mecanicista, nem a determinação puramente interior mas puramente pontual do subjetivismo voluntarista ou espontaneísta conseguem explicar. (ORTIZ, 1983, p. 76)

Já a prática social é “produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*” (ORTIZ, 1983, p. 19), pois a ação tem influência da estrutura e relação intrínseca com as disposições incorporadas. No modelo bourdieusiano, existe uma adesão muito forte dos indivíduo à prática, onde este é incapaz de resistir ou de ser atraído por outras vontades e pulsões (ALVES, 2016). Reunindo estes conceitos, a ação social para Bourdieu pode ser representada pela seguinte fórmula: Prática = [(*habitus*) (capitais)] + campo (BOURDIEU, 2007).

Contudo, conforme aponta Lahire, Bourdieu trata os processos de incorporação do passado pelos atores e o uso deste passado em contextos de ação de maneira abstrata, deixando de investigá-los em sua complexidade. O aspecto sistemático e unificador do *habitus* apresenta algumas generalizações excessivas na medida em que supõe que exista um sistema unificado de disposições que é sempre transferível para todos os contextos de ação (NOGUEIRA, 2013). A respeito Lahire afirma que:

Quando, por exemplo, as noções (e as realidades às quais elas remetem) de estruturas cognitivas, psíquicas ou mentais, de esquemas, de disposições, de *habitus*, de incorporação e de interiorização **não estavam no coração do estudo**, elas serviriam somente ao acerto de contas em entrevistas, de comutadores necessários para compreender práticas, **evocando uma grosseira socialização passada incorporada**. (LAHIRE, 2017a, p. 33 - 34) (grifos meus)

Assim, a sociologia disposicionalista de Bourdieu tende a pensar em indivíduos homogêneos num mundo heterogêneo, privilegiando a coerência de uma trajetória, ao postular ideias de disposição ou esquemas de ação (e a transferência dos mesmos), como se fosse um fato empírico dado ou claramente estabelecido, ignorando, então, as incertezas e as contradições que se manifestam da vida (AMÂNDIO, 2014).

A interpretação bourdieusiana sobre a moldagem socializativa da subjetividade individual privilegia os princípios de sociação, deixando de dar atenção aos princípios de individuação da constituição do patrimônio de disposições (RODRIGUES, 2018). O intelectual até chegou a anunciar que o *habitus* de classe pode gerar opiniões políticas radicalmente opostas (BOURDIEU; PASSERON, 1992), por exemplo, mas acaba tratando o *habitus* em sua obra como um sistema praticamente estático e homogêneo, ao invés de um patrimônio dinâmico e heterogêneo de disposições (RODRIGUES, 2018). Foi inclusive este entendimento que o fez negligenciar em seus estudos situações em que os atores utilizam esquemas de ação, interpretados como, não coerentes ou inadaptados a determinados contextos da ação (*idem*).

Neste ponto, Lahire percebe o *habitus* enquanto dispositivo conceitual e metodológico definido mais por seu funcionamento nas experiências específicas que moldam patrimônios de disposições. Mas considera que o ator não é socializado por uma única forma geradora ou princípio único de todas as práticas, e sim por uma pluralidade de mundos sociais com princípios de socialização heterogêneos e, às vezes, contraditórios. Em suma, a partir do eixo norteador da singularidade do social, Lahire apresenta os conceitos de homem plural (disposições) e mundo plural (contextos) frente aos conceitos *habitus* e de campo de Bourdieu.

A adoção de uma escala individual, conforme Lahire, carrega a possibilidade de apreensão das complexidades disposicionais dos atores<sup>14</sup> socialmente situados. Ao apresentar a teoria do ator plural, o sociólogo tece reflexões sobre a pluralidade das lógicas da ação, as formas de incorporação do social e os processos de

---

<sup>14</sup> Constantemente as teorias sociológicas utilizam termos como ator, sujeito, indivíduo, agente, ser social, entre outros, Lahire utiliza “ator social” de maneira bastante similar à de Bourdieu: “fundamentalmente, o ator social é visto como um ser que se constitui por meio dos processos de socialização, adquirindo um patrimônio de disposições que passa a orientar suas ações, como um senso prático, nos contextos subsequentes” (NOGUEIRA, 2013, p. 1), considerando a expressão dentro de uma rede associativa entre: ator, ação, ato, atividade, ativar, reativar,... (LAHIRE, 2002, p. 10).

interiorização (LAHIRE, 2002). O autor propõe uma análise sociológica à escala individual, permitindo levantar informações detalhadas sobre o impacto das experiências nas trajetórias de indivíduos singulares (*idem*). Em suas próprias palavras:

O interesse que experimentei, desde os primeiros anos de meu percurso científico, pela teoria do habitus me conduziu progressivamente a forjar a convicção segundo a qual **se faz necessário examinar o mundo social à escala dos indivíduos**. A concepção de que existe um social (ou uma história) em estado incorporado, **sob a forma de disposições a agir, a crer, a sentir, etc., me parece fundamental quando nos propomos compreender as práticas ou os comportamentos**. (LAHIRE, 2016, p. 2) (grifos meus)

Desse modo, a teoria de Lahire considera que a relação e os processos de transferibilidade de disposições entre estrutura e indivíduo é muito mais que um simples mecanismo de intercâmbio, num fluxo único e simples. O que existem são indivíduos que ao longo de suas trajetórias atravessam uma pluralidade de contextos sociais que passam a portar uma pluralidade de disposições (ALVES, 2016). A partir desta lógica, Lahire tem seu interesse voltado, principalmente, “em como os indivíduos mobilizam seus patrimônios de disposições (de esquemas de ação) conforme a pluralidade de contextos (que servem como molas da ação)” (RODRIGUES, 2018, p. 28).

### 1.3.2. A vida das disposições e a fabricação social dos sentidos

O desenvolvimento de uma sociologia em escala individual implica que a noção de “disposição” seja examinada. (LAHIRE, 2017a, p. 36)

Bernard Lahire compreende que o social em estado incorporado nos atores sociais está sob a forma de disposições, que podem ser classificadas em disposições para crer, agir e sentir<sup>15</sup> (ALVES, 2016). Segundo Lahire, as disposições são gerais, duráveis e possíveis de serem ativadas em diferentes momentos da vida

---

<sup>15</sup> O autor estabelece uma importante diferença entre as disposições para crer (crenças) e as para agir. As primeiras não podem ser sistematicamente incorporadas como as disposições para agir, pois as crenças estão relacionadas a normas sociais produzidas e difundidas por diferentes instituições, e independem dos hábitos de ação. Além disso, sua força varia em função do seu grau de constituição e de confirmação (LAHIRE, 2004).

dos atores (são transcontextuais), o que está diretamente relacionado com a maneira e o momento que foram adquiridas (LAHIRE, 2004).

Logo, o estudo de uma disposição envolve sempre uma realidade reconstruída e que nunca é observada diretamente (LAHIRE, 2002), mas é deduzida das práticas sociais (alimentares, desportivas, culturais...) (OLIVEIRA, 2013). Para compreendê-la totalmente é necessário reconstruir sua gênese, suas condições e modalidades de sua formação (LAHIRE, 2002; LAHIRE, 2017b). Por isso, o autor sublinha a importância do desenvolvimento de um trabalho empírico e interpretativo minucioso para estudá-la, a fim de dar conta de um complexo e plural conjunto de comportamentos, práticas, opiniões e sentidos relacionados a ela (LAHIRE, 2004).

Para Lahire, enquanto as disposições incorporadas formam tendências internas das pessoas, os contextos de ação correspondem às influências externas que atuam tanto na incorporação quanto na ativação, inibição e desativação das disposições. Neste sentido, o termo contextos é um “conceito guarda-chuva, que abarca tudo com que os atores se deparam no seu ambiente e que impinge sobre suas ações no presente e a partir do exterior (classe, poder, organizações, instituições etc)” (VANDENBERGHE, 2017, p. 4).

A incorporação de disposições ocorre através de um processo de aprendizagem pelo qual o indivíduo passa ao longo de sua trajetória, em diferentes contextos e experiências particulares, de maneira durável e sistemática, mas não de forma mecânica ou irreversível (LAHIRE, 2017a). Conforme Lahire, as disposições podem ser incorporadas por diferentes formas de socialização: por treinamento direto, por efeito difuso de uma situação e por inculcação ideológica ou simbólica (LAHIRE, 2004).

A socialização por treinamento ou prática direta é aquela segundo a qual as pessoas constroem suas disposições mentais e comportamentais através da participação direta em atividades recorrentes, seja na família, na escola entre pares ou no local de trabalho. Já a socialização por resultado de um efeito mais difuso da ordenação ou da organização de uma "situação" trata de uma socialização silenciosa:

Não se deve a uma inculcação (voluntária ou involuntária) moral, ideológica e pedagógica. Por exemplo, os dispositivos objetivados de segregação conforme o sexo tais como as escolas (na época – não tão distante – em que não eram mistas), os banheiros públicos ou os vestiários e os chuveiros

dos ginásios de esporte têm o efeito, por existirem, de reafirmar de modo contínuo na prática no espaço, em suma, em dispositivos não discursivos, as diferenças sociais entre os sexos. Igualmente, as divisões táticas ou semi explícitas de territórios diferenciados (os meninos “fora”, as meninas “dentro”) contribuem para fixar identidades sexuadas e para **engendrar inclinações para uma série de práticas sociais e culturais associadas a esses territórios**. (LAHIRE, 2004, p. 334)

A socialização a forma de uma inculcação ideológico-simbólico de crenças envolve valores ou modelos e está baseada nas normas culturais difundidas por instituições como a família e a escola, mas também como a televisão, a publicidade, pois “mostram ou colocam em jogo discursivamente e/ou iconicamente personagens em papéis, situações, com modos ou atitudes específicas” (LAHIRE, 2004, p. 334-5).

Estas três modalidades da socialização não são forçosamente coerentes em todas as dimensões da sociedade e em todos os espaços frequentados pelas mesmas pessoas, na família, na escola ou no universo profissional, podendo produzir efeitos de socialização relativamente dissonantes. Por esta razão o patrimônio individual de disposição para agir e a crer têm poucas chances de serem perfeitamente coerente e harmoniosos (LAHIRE, 2004).

Mas é perigoso supor que as disposições sejam perfeitamente transferíveis de um contexto a outro sem que haja uma investigação detalhada, pois a “preguiça empírica” pode gerar uma “generalização abusiva” (LAHIRE, 2004, p. 9). Assim, a perspectiva lahireana não pressupõe a incorporação subjetiva das estruturas sociais de uma forma automática, pois existem processos pelos quais as relações entre o indivíduo com o mundo social são progressivamente incorporadas (NOGUEIRA, 2013). Conforme Lahire apresenta na obra *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável* (LAHIRE, 1997), estes processos podem contar com fatores que tornam mais fácil ou não a incorporação de disposições.

A pesquisa, que resultou na mencionada obra, teve como questão central compreender quais os fatores que influenciam nos resultados escolares de crianças de baixa renda na França. Para isso, Lahire analisou as diferenças “secundárias” entre famílias populares cujo nível de renda e nível escolar eram próximos (LAHIRE, 1997, p.12). Foram selecionadas 26 famílias, de 27 crianças (sendo duas irmãs) e identificado características como situação profissional, lugar de moradia, grau de conhecimento do sistema escolar e número de filhos/as de cada família.

Lahire buscou entender a trajetória<sup>16</sup> escolar das crianças e observou que, ainda que estivessem em contextos sociais similares, a existência de particularidades em suas vivências relativizam a construção de seus repertórios disposicionais. O meio social que cercavam as crianças, principalmente o familiar, tinham influência decisiva para suas experiências escolares<sup>17</sup>. Condições como o envolvimento da família nos estudos das crianças e o tempo dedicado a elas, ou seja, o grau de integração familiar, se revelou como fator que interfere na transmissibilidade e na incorporação de disposições, que acarretava no desenvolvimento escolar delas. Em outras palavras, o que se observou foi que os meios e as condições sociais afetam no sucesso ou fracasso escolar<sup>18</sup> das crianças.

Desta forma, para entender um ator e suas disposições deve recair um olhar atento aos contextos em que está inserido e as condições associados à estes contextos:

A coerência dos hábitos ou esquemas de ação (esquemas sensório-motores, esquemas de percepção, de apreciação, de avaliação...), que cada ator pode ter interiorizado, depende, portanto, da coerência dos princípios de socialização aos quais esteve sujeito. Uma vez que o ator foi colocado, simultânea ou sucessivamente, ou dentro de universos sociais não homogêneos, às vezes até contraditórios, ou dentro de universos sociais relativamente coerentes mas que apresentam, em certos aspectos, contradições, então trata-se de um ator com o estoque de esquemas de ações ou hábitos não homogêneos, não unificados, e com práticas consequentemente heterogêneas (e até contraditórias), que variam segundo o contexto social no qual será levado a evoluir. Poder-se-ia resumir tudo isto dizendo que todo **corpo (individual) mergulhado numa pluralidade de mundos sociais está sujeito a princípios de socialização heterogêneas e, às vezes, contraditórios que incorpora.** (LAHIRE, 2002, p. 31)

Lahire não desconsidera a posição ocupada pelos indivíduos em espaços macrossociais – em instituições, grupos ou classes –, pois parte das posições

---

<sup>16</sup> Bourdieu define trajetória como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 1996, p. 189).

<sup>17</sup> Lahire cita como exemplo a leitura: “Se os pais leem histórias aos filhos desde pequenos, isso vai permitir uma melhor compreensão e aprendizagem da escrita, desde a identificação de elementos até a construção de um texto, com introdução, desenvolvimento, conclusão e uma mensagem para a reflexão. A família tem esse poder de dar as ferramentas do sucesso. Sem mencionar que esses momentos em que pais e filhos leem juntos são de cumplicidade, de partilha, de troca, de despertar o espírito de curiosidade na criança”. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/872/bernard-lahire-a-escola-e-a-estrutura-estavel-de-quem-vive-numa-familia-instavel>>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

<sup>18</sup> O entendimento acerca do sucesso e fracasso escolar na obra de Lahire advém do campo de sua pesquisa. O vocábulo sucesso e fracasso eram utilizados por professores/as e familiares com um significado próprio atribuído pelos atores sociais envolvidos.

ocupadas no espaço social para flexibilizar o modelo de determinações. Para o autor, pesa sobre cada indivíduo tanto as dimensões da condição de classe, por exemplo, como contextos mais singularidades que lhe conferem uma modelagem social, “começando pela família no interior da qual ele experienciou sua classe, explorando seu meio escolar, de trabalho, cultural, religioso” (ALVES, 2016, p. 312). Neste sentido:

É importante acentuar que o social não se reduz às relações sociais entre grupos e principalmente às diferenças socioprofissionais, socioeconômicas ou, ainda, socioculturais, se não se quiser deixar de pensar que as diferenças mais finas não são mais socialmente engendradas e que, por conseguinte, as estruturas cognitivas, emotivas, sensíveis..., individuais estão fora da inteligência sociológica. O social é a relação. (LAHIRE, 2002, p.197)

Com base neste entendimento, Lahire constrói uma metodologia contextual e disposicionalista para analisar a heterogeneidade dos patrimônios individuais de disposições – por vezes contraditórias entre si – que podem ser acionadas ou não em determinados contextos de ação (LAHIRE, 2017a). O seu modelo teórico metodológico possibilita estudar as ações dos atores, segundo as disposições e contextos considerando as variações intraindividuais dos comportamentos.

Em *Retratos sociológicos: Disposições e variações individuais* (2004), o sociólogo faz o que chama de uma “sociologia experimental”<sup>19</sup> (p. 20), utilizando noções como disposição, inclinação, hábito e tendência, para realizar oito estudos de caso. O foco da pesquisa foi conhecer trajetórias individuais com a finalidade de identificar momentos em que as disposições dos atores sociais eram mobilizadas e ativadas ou reativadas.

Cada participante, através de seis entrevistas biográficas, foi questionado a respeito de temas relacionados à escola, ao trabalho, a família, a sociabilidade, ao lazer, as práticas culturais e, por fim, questões relacionadas ao corpo (como saúde, alimentação, esporte, estética), de maneira que se obteve acesso a uma gama experiências que foram comparadas de forma sistemática e intraindividualmente (LAHIRE, 2004).

As narrativas foram organizadas em quadros, como um retrato de cada entrevistado/a, onde foi dado destaque aos patrimônios de disposições,

---

<sup>19</sup> O autor não trata de um tema e um objeto de pesquisa nos moldes clássicos, mas busca testar empiricamente a validade dos conceitos de disposição, transferibilidade, etc.

relacionando-os a comportamentos, atitudes e práticas em diferentes contextos de ação, que foram sendo revelados nas entrevistas. A forma de organizar os dispositivos de maneira individualizada permitiu que certos pontos pudessem ser facilmente retomados na análise apresentada posteriormente na obra, pois não estavam imersos em uma condensação de dados.

Com o estudo constatou-se que uma pessoa possui múltiplas disposições, incorporadas em determinados momentos no passado, que para serem ativadas exigem uma confluência de fatores. As disposições podem ser ativadas ou não em determinada situação no presente, suspensas, transformadas, atualizadas – caso encontrem condições para tal –, ou, até, operarem em sentidos opostos e inapropriados aos contextos de ação (LAHIRE, 2017a). As disposições podem, ainda, enfraquecer ou apagar-se caso encontrem condições de repressão.

Além disso, os patrimônios disposicionais possuem graus de fixação e de força distintas, sendo mais duráveis e fortes quanto maior a precocidade, a regularidade e a intensidade da socialização em que as disposições foram incorporadas (LAHIRE, 2004). As disposições que foram incorporadas precocemente e por mais tempo encontram condições mais favoráveis à uma interiorização mais durável, maior possibilidade de serem atualizadas e menor chance de serem contraditórias.

Lahire destaca que a característica flexível das disposições remete a uma importante diferenciação entre os termos disposições, apetência e competência e suas possíveis combinações para distinguir diferentes situações. A apetência pode ser entendida enquanto um ato não imposto ou advindo de uma força exterior sobre o indivíduo. Nos estudos de caso, na obra *Retratos Sociológico*, o autor percebe a combinação de disposições e apetências, mas frisa que “nem toda disposição é acompanhada de apetência” (LAHIRE, 2004, p. 330).

As disposições (enquanto propensões, inclinações) pode tomar diversamente a forma individual de uma paixão (quando há uma disposição + forte apetência), de uma simples rotina (disposição + falta de apetência ou indiferença) ou mesmo de um mau hábito ou de uma mania perversa (disposição + nojo, rejeição, resistência em relação a essa disposição).

Já a distinção entre competência e disposições está na especificidade de uma e generalidade da outra. Enquanto as disposições estão atreladas a um esquema de

ação prática mais amplo, a concepção de competência está associada a uma qualificação (OLIVEIRA, 2013). A competência diz respeito “a uma circunstância ou a uma prática bem particular de treinamento, inserida em um determinado contexto” (OLIVEIRA, 2013, p. 37). Lahire a apresenta da seguinte forma:

Pode-se falar de **competência quando se trata de saberes e de *savoir-faire* bem circunscritos, ligados a uma circunstância ou a uma prática bem específica**, a um contexto muito particular (saber redigir uma dissertação, saber resolver uma equação de segundo grau, saber trabalhar uma peça em um torno, saber jogar pingue-pongue, saber tocar um instrumento musical, saber de cor uma prece, etc.). Mas esses saberes e *savoir-faire* podem revelar uma disposição mais geral. (LAHIRE, 2004, p. 331) (grifo meu)

Desse modo, um ator social atravessa os mundos sociais nos quais é influenciado, mas também influencia, motivo pelo qual para explicar como o indivíduo atua na sociedade, deve-se compreender como a sociedade atua no indivíduo, visto que as ações individuais refletem o social no qual está inserido (LAHIRE, 2016). Lahire, então, por meio da observação das práticas dos atores sociais, visa compreender os ambientes de interdependências, as variações nas experiências individuais, mas sem buscar um princípio único gerador de todas as práticas. A fórmula do seu modelo científico, para uma sociologia contextual-disposicionalista, pode ser entendido da seguinte forma:

Este programa, que responde à questão de por que as pessoas agem, pensam, sentem etc. da maneira como o fazem, pode ser resumido em uma fórmula científica bastante simples: **Passado incorporado + Contexto presente de ação = Práticas observáveis**. Ela condensa a intenção investigativa de pensar as práticas na intersecção entre disposições e competências incorporadas (produzidas pela frequência mais ou menos assídua a quadros passados de socialização) e os sempre específicos contextos de ação. (LAHIRE, 2012, p. 12, *apud* VANDENBERGHE, 2017)

Feitas estas colocações, a fim de aprofundar o conceito do sentido do trabalho formulado neste estudo, seguiu-se o caminho trilhado por Lahire na sua revisão sistemática de um conjunto de formas possíveis para o emprego da noção de disposição (LAHIRE, 2017a), que as coloca na economia geral do seguinte raciocínio teórico:

(...) “o modo de percepção que realiza certa disposição e certa competência”; “as *experiências diferenciais* que formam consumidores em função das disposições que eles incorporam nas suas posições no espaço econômico”; “o habitus de classe como forma incorporada da condição de

classe e dos condicionamentos que ela impõe”; “suas propriedades que podem existir no estado incorporado, sob a forma de disposições”; “a homogeneidade das disposições associadas a uma posição”; “a dialética que se estabelece ao longo de uma extensa entre disposições e posições”; “todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais)”; “as disposições sociais contam mais que as “competências escolarmente garantidas”; “as disposições do habitus se especificam para cada um dos grandes domínios da prática, realizando algumas possibilidades estilísticas oferecidas por cada campo”; “a afinidade entre potencialidades objetivamente inscritas nas práticas e nas disposições”; “o ajuste às posições das disposições ligadas às trajetórias”; “do ponto de vista de sua posição social e de todas as disposições correlativas”; “as disposições socialmente inculcadas”; “as disposições herdadas”; **“as disposições que estão no princípio de produção das opiniões”**. (LAHIRE, 2017a, p. 37) (grifo meu)

Por esta cadeia lógica, as disposições exercem significativa influência na base de referências para a produção de opiniões de um ator social, de forma consciente ou não, ou seja, se comportam como pressupostos que fundamentam o que pensamos, sentimos e como agimos. Estas opiniões, que podem inclusive serem contraditórias em relação às ações dos atores sociais, por sua vez, podem se modificar ao longo da vida, já que as próprias disposições caducam ou são atualizadas.

No que diz respeito à relação entre as disposições e a construção de sentidos do trabalho, um processo similar ocorre. A partir do entendimento construído na seção anterior, de que os sentidos do trabalho tem centralidade nas relações na sociedade atual e provém de um processo pessoal baseado em relações intersubjetivas, que estão em constante transformação, aqui busquei avançar mais um pouco a partir do conceito de disposição.

As disposições funcionam como princípios ativos na construção dos sentidos do trabalho, visto que estes são desenvolvidos ao longo de uma vida e de diferentes formas ou modos de socializações, a partir de diferentes contextos, sendo mais ou menos mutáveis de acordo com o tempo e sua força de fixação. Os sentidos do trabalho ganham contornos particulares com base nas experiências, contextos e disposições incorporadas de cada pessoa.

Desta forma, para compreender os sentidos atribuídos ao trabalho informal para as mulheres em Pelotas/RS, me apoiei no conceito apresentado por Lahire de disposições, pois possibilita compreender e mapear a gênese da formação dos sentidos pelas trabalhadoras através de suas experiências, suas práticas e

disposições incorporadas ao longo de suas vidas em diferentes contextos (LAHIRE, 2017b) e “que se manifesta na diversidade dos domínios de práticas ou cenários nos quais esse indivíduo insere suas ações” (LAHIRE, 2004, p. 11).

Além do entendimento do conceito de disposições, foi inspirando-me na metodologia sociológica lahireana que procurei compreender a construção dos sentidos do trabalho informal para as interlocutoras, com importantes adaptações. A primeira delas foi trabalhar empiricamente explorando três microcontextos – o familiar, o escolar e o laboral – em vez de uma multiplicidade de contextos. Estes microcontextos foram escolhidos tendo em vista que constituem, geralmente, os que possuem uma permanência relativamente prolongada na vida individual, produzindo disposições mais duráveis e com mais chances de serem ativadas em outros momentos e contextos posteriores, configurando os mais prováveis rastrear as gêneses ou princípios que influenciam as construção dos sentidos do trabalho.

A segunda adaptação diz respeito ao contraste adotado entre indivíduos neste estudo, diferentemente da perspectiva explorada por Lahire que se apoia tanto em contrastes intra como interindividuais (ALVES, 2016). Para o entendimento da gênese da construção dos sentidos atribuídos ao trabalho informal, as entrevistas foram contrastadas umas às outras a fim de perceber diferenças e consonâncias nos comportamentos, pensamentos e atitudes, durante a análise dos dados produzidos no trabalho de campo.

A terceira, trata-se da escolha pela entrevista narrativa e não pela biográfica, como utilizada por Lahire. O autor tem na entrevista biografia espinha dorsal para desenvolver a pesquisa disposicionalista, visto que busca reconstruir linhas de experiências dos atores sociais para identificar os quadros socializadores que deixam marcas nas maneiras de pensar, expressar e agir. Desta forma, para além das posições sociais que uma pessoa ocupa em espaços de um determinado campo, através de características como origem social, classe, gênero, raça, profissão, Lahire visa relativizar as vivências.

A abordagem biográfica permite levantar detalhadamente as experiências anteriores, em diferentes momentos de socialização (ou quadros sociais de ação distintos) de um indivíduo, que tenham deixado impressões de forma mais ou menos duráveis nele. Porém, considerando que o objetivo geral desta pesquisa foi compreender especificamente os sentidos atribuídos ao trabalho informal, houve

uma limitação em relação às experiências anteriores, ganhando maior atenção na análise aquelas mais diretamente relacionadas ao trabalho.

## Capítulo 2. Caminho metodológico

Depois de apresentado um apanhado da literatura a respeito do tema e dos conceitos principais que são explorados na pesquisa, o presente capítulo tem por finalidade descrever o caminho metodológico percorrido para que fosse possível responder aos questionamentos propostos neste estudo. A seguir é descrito como foram construídas as redes de interlocuções, a realização das entrevistas narrativas, os passos para análise e interpretação dos dados produzidos no campo de pesquisa.

### 2.1. Da construção das redes de interlocuções às entrevistas narrativas

Os primeiros contatos estabelecidos com possíveis interlocutoras tiveram início em meados de junho de 2020. A finalidade neste momento era conhecer preliminarmente experiências de mulheres que estiveram em algum momento de suas vidas na informalidade no mundo do trabalho no país, bem como explorar estratégias e possíveis caminhos para desenvolver a pesquisa durante a pandemia da COVID-19.

Para isso, entrei em contato com mulheres que eu já havia sido colega em trabalhos informais em Pelotas e busquei me aproximar de outras trabalhadoras por meio de mídias sociais<sup>20</sup> com aplicação de questionário via *Google Forms* (Apêndice I). No questionário me apresentei como pesquisadora do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da UFPel, expliquei brevemente a proposta da pesquisa e dentre outras questões indaguei se seria possível conversar mais a respeito de suas experiências na informalidade. Neste momento não houve um recorte temporal, apenas a delimitação quanto ao território brasileiro, pois o objetivo era alcançar o máximo possível de diversidade de perfis e, a partir do retorno das respostas, considerar delimitações.

Em relação às antigas colegas de trabalho contactadas, as respostas foram negativas, principalmente, pela relativa proximidade. Quanto à aplicação do questionário houve um retorno total de 88 respostas, dos quais apenas duas pessoas se manifestaram contrárias a um novo contato. A maioria declarou morar nos estados do Rio Grande do Sul (48,9%) – sendo 33 respostas de trabalhadoras

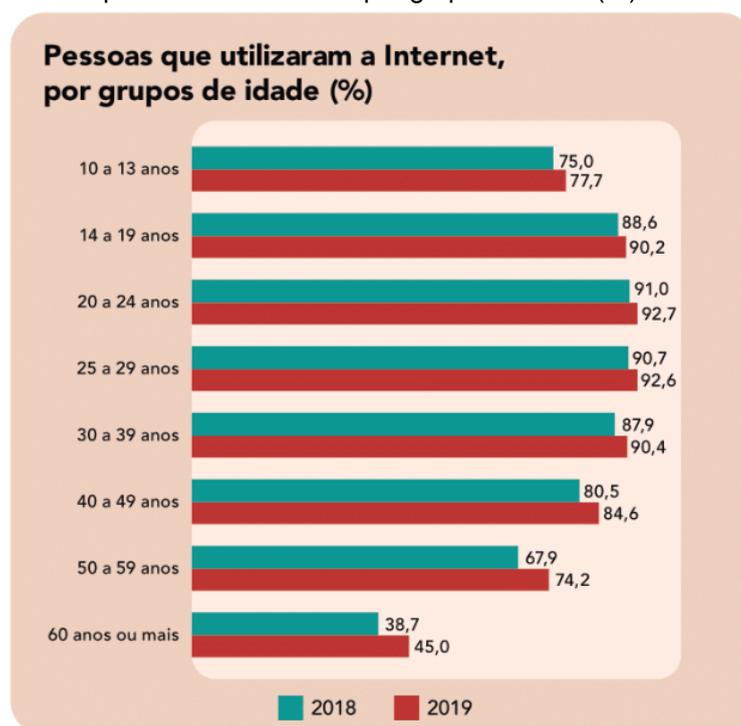
---

<sup>20</sup> A principal mídia social utilizada foi o Facebook, no qual busquei participar e publicar em diversos grupos, de cunho universitário, de moradoras/es de diferentes bairros da cidade de Pelotas.

da cidade de Pelotas – e São Paulo (40,9 %) <sup>21</sup>, majoritariamente se declararam brancas (60,3%) e com ensino superior completo ou em andamento, além de prevalecer mulheres com idades entre 21 a 25 anos.

Através destes resultados foi possível perceber um predomínio de mulheres de determinadas classes sociais, raça e geração. Limitações influenciadas, provavelmente, devido ao meio digital utilizado para o contato, pois no Brasil possuir aparatos tecnológicos (como computador, tablet e celular), ter acesso à internet e dispor de conhecimento para utilização destes, são fatores associados aos níveis de rendimento e, portanto, de classe e raça, bem como de idade. Em 2019 o número de domicílios em que havia microcomputador <sup>22</sup> no país era de 40,6%, e o perfil do público que tradicionalmente mais utiliza a internet são pessoas mais jovens (Gráfico 1) <sup>23</sup> e com maior escolaridade (Gráfico 2) <sup>24</sup>.

**Gráfico 1.** Pessoas que utilizam a internet por grupo de idade (%) no Brasil, 2018 e 2019



Fonte: IBGE, Pnad - Contínua, 2018 a 2019. Elaboração: IBGE, 2021a.

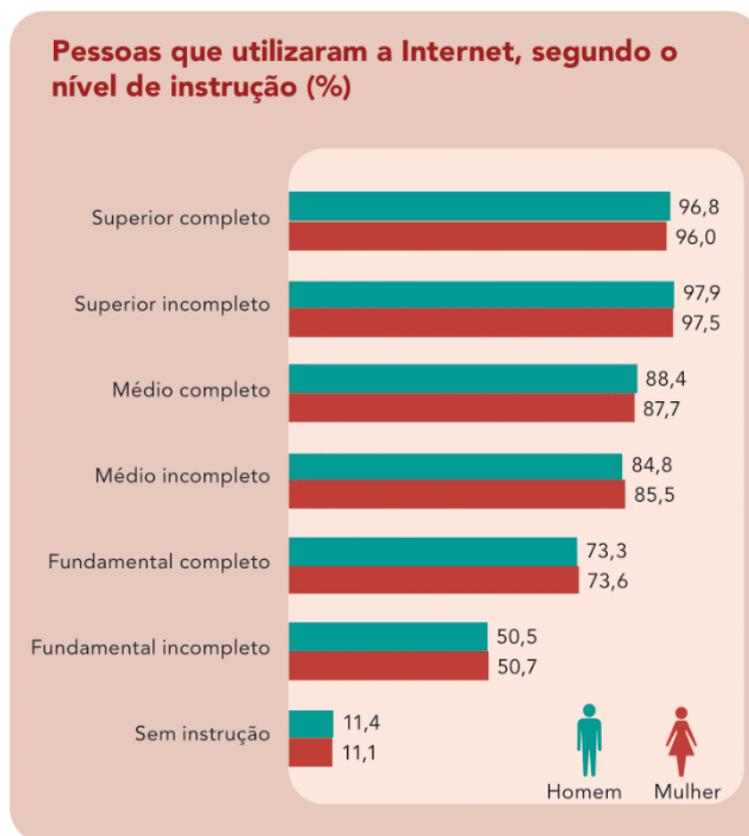
<sup>21</sup> Resultado também relacionado a natureza algorítmica da localização geográfica de onde partiu a busca *online*, pois as próprias redes estabelecidas no campo virtual influenciam nesta dinâmica.

<sup>22</sup> Inserir nota sobre o pq do uso “microcomputador”.

<sup>23</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf)>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

<sup>24</sup> Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf)>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

**Gráfico 2.** Pessoas que utilizaram a Internet, segundo o nível de instrução (%), 2017



Fonte: IBGE, Pnad - Contínua, 2016 a 2017. Elaboração: IBGE, 2018.

Contudo, apesar do predomínio de pessoas de determinadas classes, gerações e escolaridades, o uso de recursos digitais se adequaram às necessidades de fazer pesquisa nas atuais circunstâncias de crise sanitária. Além disso, o número total de retornos do questionário aplicado permitiu considerar a viabilidade da realização de recortes no campo de pesquisa, tanto do ponto de vista temporal quanto territorial. Assim, o estudo passou a focar territorialmente na cidade de Pelotas e temporalmente no contexto da pandemia da COVID-19.

Para tentar alcançar mulheres pertencentes a classes, raças, idades e escolaridade mais diversas procurei mobilizar, em 2021, outras redes de contato e explorar outros ambientes no ciberespaço. Busquei indicações de trabalhadoras informais de amigas e apliquei outro questionário via *Google Forms* (Apêndice II), por meio de mídias sociais, em grupos de *Facebook* e *WhatsApp* mais diversos – como voltados a bairros populares, por exemplo.

O resultado desta nova aplicação de questionário teve um alcance menor em relação a quantidade, mas apresentou uma diversidade maior de perfis, sobretudo,

em relação à raça quando comparado ao primeiro questionário. Além disso, contar com indicação de pessoas próximas também foi um diferencial, pois através desta rede de contato tive acesso a uma trabalhadora com 61 e outra de 63 anos, o que contribui para somar as diferentes visões que as mulheres possuem a partir de suas distintas posições na realidade social e no mundo do trabalho.

Importa destacar que a diversidade foi o critério para a escolha das entrevistadas, tanto em relação às atividades desenvolvidas informalmente como de marcadores sociais da diferença, tendo em vista a hipótese deste estudo levar em conta a multiplicidade de trajetórias e experiências distintas de mulheres inseridas na informalidade na cidade de Pelotas.

Entre agosto e dezembro de 2021, passei a realizar as entrevistas narrativas buscando pôr em prática a técnica Bola de Neve ou *Snowball* como forma de construir cadeias de interlocuções. A mesma consiste na indicação das próprias interlocutoras de outras possíveis mulheres para serem entrevistadas (GOLDENBERG, 2004), contribuindo ao facilitar o acesso às demais trabalhadoras, devido a vínculo de confiança que se estabelece entre elas, e de ampliar o número de interlocutoras para a pesquisa (SEVERO, 2019).

Ao todo foram realizadas 12 entrevistas, mas para o estudo foram consideradas 11 – uma das entrevistas foi desconsiderada por não configurar enquanto trabalho informal conforme o conceito adotado. Além disso, foi considerada uma conversa informal estabelecida com a interlocutora Mônica<sup>25</sup>. As trabalhadoras possuíam, na data da realização das entrevistas, idades entre 23 e 63 anos, oito mulheres se autodeclararam brancas e quatro negras, todas residentes na cidade de Pelotas e cidades próximas<sup>26</sup>. As interlocutoras desenvolviam atividades de maneira informal diversas, trabalhando como diarista, cuidadora de idosos, fotógrafa, microtrabalhadora de site<sup>27</sup>, massoterapeuta, doceira, dona de salão de beleza (Quadro 1).

---

<sup>25</sup> Durante a escrita desta dissertação o uso das palavras interlocutora(s) ou trabalhadora(s) remete a todas as mulheres entrevistadas mais Mônica. Já a utilização da palavra entrevistada(s) se refere a uma ou a todas as 11 mulheres que efetivamente foram entrevistadas.

<sup>26</sup> Nesta pesquisa as trabalhadoras entrevistadas residiam (e desenvolviam suas atividades laborais) nas cidades de Pelotas, São José do Norte e São Lourenço do Sul.

<sup>27</sup> De acordo com as sociólogas Cinara Rosenfield e Thays Mossi (2020) microtrabalho ou *crowdwork*, consiste na decomposição de tarefas em microtarefas e são lançadas a uma massa de trabalhadores a domicílio por meio de plataformas digitais.

O número inferior de negras em relação às brancas e a prevalência de mulheres com acesso ao ensino superior (nove das entrevistadas possuem graduação ou pós-graduação concluído ou em andamento) provavelmente tenha ocorrido por conta de três fatores: minha posição enquanto mulher branca de classe média inserida no meio acadêmico; o meio utilizado para contato, digital; e, a tendência maior, nos últimos anos, de trabalhadores/as com ensino superior inseridos em trabalhos informais no país<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Característica que será apresentada no capítulo seguinte.

Quadro 1. Quadro geral do perfil das interlocutoras

| Nome <sup>29</sup> | Cor/<br>raça <sup>30</sup> | Idade | Escolaridade                | Estado<br>civil | Filhos/<br>as           | Atividade                                     | Fonte de<br>renda <sup>31</sup> | Forma de<br>contato               | Plataforma<br>em que foi<br>realizada a<br>entrevista | Mês da<br>realização da<br>entrevista/ das<br>conversas<br>informais |
|--------------------|----------------------------|-------|-----------------------------|-----------------|-------------------------|---|---------------------------------|-----------------------------------|---|--|
| 1. Ana             | Branca                     | 23    | Pós-graduação<br>incompleta | Solteira        | Não                     | Doceira                                       | Complementar                    | Direto                            | <i>Webconf</i>  | Agosto de 2021   |
| 2. Bruna           | Branca                     | 44    | Graduação<br>incompleta     | Casada          | 1 filha                 | Fotógrafa                                     | Complementar                    | Direto                            | <i>Webconf</i>  | Outubro de<br>2021   |
| 3. Cláudia         | Branca                     | 30    | Graduação<br>incompleta     | Casada          | 1 filha                 | Dona de salão de<br>beleza                    | Principal                       | Indicação de<br>pessoa<br>próxima | <i>Webconf</i>  | Outubro de<br>2021   |
| 4. Débora          | Branca                     | 30    | Pós-graduação<br>completa   | Solteira        | Não                     | Microtrabalhadora<br>de site                  | Principal                       | Questionário 1                    | <i>WhatsApp</i>                                       | Outubro de<br>2021   |
| 5. Eduarda         | Preta                      | 30    | Graduação<br>completa       | Solteira        | Não                     | Profissional de<br>marketing e<br>comunicação | Principal                       | Indicação de<br>pessoa<br>próxima | <i>Webconf</i>  | Outubro de<br>2021   |
| 6. Gabriele        | Branca                     | 63    | Ensino médio<br>incompleto  | Casada          | 1 filho<br>e<br>1 filha | Massoterapeuta                                | Complementar                    | Indicação de<br>pessoa<br>próxima | <i>Webconf</i>  | Novembro de<br>2021  |
| 7. Heloísa         | Branca                     | 29    | Pós-graduação<br>completa   | Solteira        | Não                     | Microtrabalhadora<br>de site                  | Principal                       | Indicação de<br>Débora            | <i>Webconf</i>  | Novembro de<br>2021  |

<sup>29</sup> Os nomes das interlocutoras foram alterados a fim de preservar suas identidades.

<sup>30</sup> Conforme IBGE.

<sup>31</sup> Para fins desta pesquisa foram consideradas enquanto renda principal, em termos objetivos, a que contempla gastos das trabalhadoras com aluguel, luz e água.

|              |        |    |                          |               |                    |                        |              |                |                 |                               |
|--------------|--------|----|--------------------------|---------------|--------------------|------------------------|--------------|----------------|-----------------|-------------------------------|
| 8. Isadora   | Branca | 26 | Pós-graduação completa   | União estável | Não                | Doceira                | Complementar | Questionário 1 | <i>Webconf</i>  | Novembro de 2021              |
| 9. Jaqueline | Parda  | 32 | Ensino médio incompleto  | União estável | 2 filhos e 1 filha | Diarista <sup>32</sup> | Principal    | Questionário 2 | <i>WhatsApp</i> | Novembro de 2021              |
| 10. Karen    | Preta  | 61 | Ensino médio completo    | União estável | 2 filhas           | Diarista               | Complementar | Direto         | <i>WhatsApp</i> | Novembro de 2021              |
| 11. Laura    | Branca | 35 | Graduação incompleta     | Solteira      | 2 filhos           | Diarista               | Complementar | Questionário 2 | <i>WhatsApp</i> | Dezembro de 2021              |
| 12. Mônica   | Parda  | 30 | Pós-graduação incompleta | União estável | 1 filha            | Padeira                | Principal    | Questionário 1 | <i>WhatsApp</i> | Final de 2020 e final de 2021 |

Fonte: Diário de Campo. 2021.

---

<sup>32</sup> Conforme denominação atribuída nas narrativas pelas entrevistadas Jaqueline, Karen e Laura.

Cabe destacar que o número de mulheres contatadas que aceitaram participar das entrevistas foi maior em relação às de fato realizadas. Contudo, a quantidade de participantes encontrou a lógica interna do objeto de estudo, pois as narrativas permitiram o aprofundamento necessário para colocar à luz as teorias e conceitos que fundamentam as indagações levantadas (MINAYO, 2017).

A maioria que aceitou o convite e depois declinou apontou para o fato de que tinham filhos/as pequenos/as que demandavam seus cuidados e não conseguiriam dar atenção necessária para contribuir com a pesquisa. Neste ponto tentei apresentar alternativas, como a realização da entrevista em duas partes ou de forma mais flexível – durante a entrevista poderiam ficar totalmente à vontade, com possibilidade de fazermos pausas, para que pudessem dar atenção às crianças, bem como encerrarmos a entrevista a qualquer momento caso considerassem necessário.

A última alternativa se revelou mais frutífera, duas trabalhadoras cederam entrevistas dividindo a vídeo chamada na presença de seus/suas filhos/as. Uma das interlocutoras, Mônica, apesar de demonstrar interesse em participar do estudo, não conseguiu realizar entrevista, mas em seu caso se sucederam diálogos de maneira informal que contribuiriam para a pesquisa.

Apesar do número de negativas, tais retornos evidenciam questões relacionadas ao atual contexto da pandemia, que afeta as mulheres de forma específica. Conforme pesquisa *Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*, desenvolvida pela Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2020), 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém durante a pandemia. Com o distanciamento social<sup>33</sup>, o fechamento das escolas, o trabalho do cuidado se intensifica – com o cuidado de crianças, dos familiares idosos e doentes, que fazem parte do grupo de risco para agravamento da COVID-19<sup>34</sup> (MENDES, 2020).

---

<sup>33</sup> “Distanciamento social é a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus.” Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/telessauders/posts\\_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/](https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/)>. Acesso em: 22 de out. de 2021.

<sup>34</sup> Conforme Folha informativa sobre COVID-19, da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), constitui grupo de risco “as pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes”. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

Outro desafio enfrentado, devido ao cenário de crise sanitária, foi não poder realizar os primeiros contatos e as entrevistas face-a-face. Assim, para obter o aceite das interlocutoras, para participarem da pesquisa, foi preciso manter muitos contatos e conversas preliminares até que elas se sentissem à vontade para conceder a entrevista.

Em um destes processos de negociação, uma das interlocutoras solicitou um termo de consentimento para realização da entrevista, que foi, neste caso, especialmente formulado (Apêndice IV). A interlocutora aceitou participar, mas o documento não foi devolvido. Neste caso o termo cumpriu papel importante para ganhar a confiança e também prestar esclarecimentos de forma ainda mais detalhada a respeito da pesquisa.

Visando manter o distanciamento social, todas as entrevistas foram realizadas por meio de vídeo chamada – 7 entrevistas pela plataforma *Webconf*, serviço de webconferências UFPel, e 4 por *WhatsApp*. Apesar de ter que enfrentar também falhas de conexões e outras implicações por ter a interação mediada por tecnologia, as entrevistas online se mostram uma alternativa importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Neste sentido, conforme Howard Becker, as condições do campo de pesquisa estão em permanente mudança e toda investigação apresenta desafios específicos, que instigam a criatividade de quem pesquisa para superá-los. “O sociólogo ativo não somente pode como deve improvisar as soluções que funcionam onde ele está e resolver os problemas que ele quer resolver” (BECKER, 1997, p.13).

## **2.2. Entrevista em profundidade: narrar é produzir sentido**

Se uma ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, simbolicamente mediatizada. (RICOEUR, 1994, p. 91)

Narrar um fato, uma história ou uma experiência envolve utilizar recursos simbólicos com significados próprios dentro de determinado contexto. As palavras, os gestos e a maneira como as informações são relatadas possuem um sentido específico para determinada pessoa em um determinado contexto. Assim, o foco principal para interpretar as narrativas das interlocutoras desta pesquisa foi entender

e interpretar a vida social considerando o contexto sócio-histórico e cultural em que as interlocutoras do estudo estavam inseridas nos momentos das entrevistas e em suas experiências pregressas. Logo, a perspectiva metodológica que se apresentou mais adequada foi a pesquisa qualitativa.

As abordagens qualitativas contribuem para o entendimento do sentido ou a lógica interna que os sujeitos atribuem a suas ações, representações, sentimentos, opiniões e crenças (MINAYO; GUERRIERO, 2014). São aptas a incorporar o significado e a intencionalidade “como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (MINAYO, 2010, p. 22-23). A escolha pela realização de uma pesquisa qualitativa teve como principal motivação o seu enfoque em compreender e aprofundar conhecimentos sobre a percepção das interlocutoras sobre a informalidade, perante um contexto relacional da realidade que as rodeia.

Já o procedimento adotado para a produção dos dados foi a entrevista narrativa, conforme sistematizado por Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2019), a partir de várias tradições, como a estrutural de Roland Barthes e a interpretativista de Alfred Schutze. A entrevista narrativa é um tipo de entrevista em profundidade que tem como principal característica a não interferência ou direcionamento por parte de quem realiza a entrevista sobre quem compartilha um relato. Para além do esquema de pergunta-resposta, as interlocutoras tiveram a liberdade para expressar e narrar acontecimentos sob seus pontos de vista, organizando verbalmente os suas experiências de vida, o que possibilitou alcançar e aprofundar as inteligibilidades sobre o que acontece na vida social.

Contudo, a liberdade narrativa concedida não impediu que os assuntos e tópicos fossem estabelecidos a fim de possibilitar a produção de dados suficientes para se chegar às conclusões futuras acerca do problema de pesquisa a que me propus solucionar. Diferentemente de outros modelos de entrevistas, foram apenas elencadas temáticas da realidade investigada para que as entrevistadas desenvolvessem seus relatos da maneira que considerassem conveniente e oferecessem possíveis explicações para suas experiências.

As entrevistas foram realizadas com roteiro previamente elaborado e seguiram a seguinte dinâmica: após apresentação inicial, esclarecimentos

necessários e autorização para realizar a gravação, formulei perguntas gerativas associadas a cinco blocos temáticos (Apêndice III). Sendo eles relativos a trajetória escolar, trajetória laboral familiar, experiências de trabalho *lato sensu*<sup>35</sup> – incluindo trabalho reprodutivo, produtivo, formal, informal –, impactos da pandemia e, por último, um bloco relacionado à percepção a respeito do trabalho.

Cada bloco elaborado tinha a finalidade de contemplar a problemática de pesquisa, hipóteses, objetivo geral e objetivos específicos. Além disso, as perguntas gerativas abrangiam um rol de vários outros questionamentos, que caso não fossem respondidos durante a construção dos relatos eram realizados ao final da narrativa das entrevistadas sobre o tema, antes de passar para o bloco seguinte.

Durante o desenvolvimento das narrativas, meu papel se restringiu a encorajar e estimular através de curtas manifestações verbais e não-verbais para não interromper as interlocutoras. Conforme teciam seus relatos, estas escolhiam determinados termos e palavras revelando suas maneiras de pensar, gerando compreensões singulares com base em suas experiências.

O ato de narrar permitiu que fossem acessadas, na escala da relação pessoa-a-pessoa, a esfera da intersubjetividade, pois a narrativa sempre envolve uma “deposição de valores” (SPINK; GIMENES, 1994). Com as narrativas das interlocutoras foi possível perceber a relação entre o individual e o social em diferentes contextos no qual estavam inseridas (tanto no contexto atual como os mencionados nos relatos).

Por isso, cada narrativa foi única e singular, fornecendo uma variedade de elementos que permitiram acessar determinados entendimentos sobre o trabalho informal e puderam ser contrastadas umas às outras, levando a perceber diferenças e consonâncias. Ao passo que também possibilitam identificar os desdobramentos do social em cada pessoa, pois “o social não se reduz ao coletivo ou ao geral porquanto se encontra nas dobras as mais singulares de cada indivíduo” (LAHIRE, 2016, p. 1).

Em todos os casos realizei “anotações etnográficas” (LAHIRE, 2004, p. 33) registrando a forma como o contato foi estabelecido, o local das entrevistas e a maneira como se desenvolveram. Ainda que o formato virtual das entrevistas tenha

---

<sup>35</sup> Para fins desta pesquisa foram consideradas enquanto experiências laborais os estágios, as bolsas de pesquisa, trabalhos formais, informais, etc.

limitado a leitura das expressões corporais das interlocutoras, busquei observá-las, visto que o ato de se comunicar não se reproduz somente de forma oral ou intencional com os sinais, afinal o corpo também fala através dos movimentos.

### **2.3. Método de análise e interpretação das narrativas**

A análise das narrativas permitiu acessar com profundidade cada experiência vivida e compartilhada através da fala livre das interlocutoras. Para isto foi utilizada a combinação de dois modelos de análise, inicialmente procedeu-se uma análise de cada entrevista, em sua totalidade, observando e destacando os acontecimentos vivenciados, ao longo da vida laboral das entrevistadas, e a cronologia dos mesmos. Esta análise resultou nas “Linhas de Experiências” que serão apresentadas a seguir.

Adicionalmente procedeu-se a análise temática das entrevistas, articulando categorias previamente estabelecidas a partir do problema de pesquisa, com outras que emergiram da categorização sequencial das entrevistas, inicialmente realizada individualmente e posteriormente comparadas e agrupadas. As categorias comuns entre as entrevistas foram incorporadas na análise temática. Ao final as categorias utilizadas na análise temática foram: papel e percepção do trabalho informal na vida das interlocutoras no presente; relação presente-passado e a construção dos sentidos do trabalho; práticas laborais desenvolvidas informalmente; e implicações da pandemia da COVID-19 na atribuição de sentido do trabalho informal.

Assim, no caminho metodológico desta pesquisa foram dados diferentes passos principais. O primeiro passo foi organizar os momentos narrados de cada entrevista em ordem cronológica, visto que a construção das narrativas seguiram regras próprias. As narrativas despertadas nas entrevistas envolveram tanto uma situação de interação presente ou atual (entre pesquisadora-interlocutora) como uma relação das entrevistadas com os momentos retrospectivos sobre os seus passados (ROSENTHAL, 2014).

Nos situações de recordação sempre existirá uma diferença entre a perspectiva atual do passado e as perspectivas do passado que mudam constantemente em presentes posteriores (*idem*), pois, conforme Gabriele Rosenthal:

As vivências narradas se referem a lembranças que se apresentam no processo narrativo, **essas lembranças não se referem a um estoque de**

**memórias que contenha lembranças firmemente armazenadas ou fixadas.** Pelo contrário: o presente da narração ou escrita biográfica define o olhar retrospectivo sobre o passado e gera um passado recordado específico em cada caso. (ROSENTHAL, 2014, p. 229) (grifo meu)

Considerando que as narrativas são influenciadas pela inserção das trabalhadoras numa determinada cultura e num determinado momento histórico, foi importante compreender quem são as interlocutoras, levando em conta que suas declarações estavam inseridas em um contexto mais amplo de vivência. Foi tecida a relação entre as mulheres e trabalhos informais no mercado de trabalho brasileiro – com contribuições da perspectiva do feminismo decolonial com foco no conceito da interseccionalidade de Maria Lugones (2014; 2020) –, os perfis de trabalhadores e trabalhadoras inseridos na informalidade no país nos últimos anos, os aspectos econômicos e culturais da cidade de Pelotas e região, e, por último, os impactos do contexto da pandemia da COVID-19 na vida das mulheres.

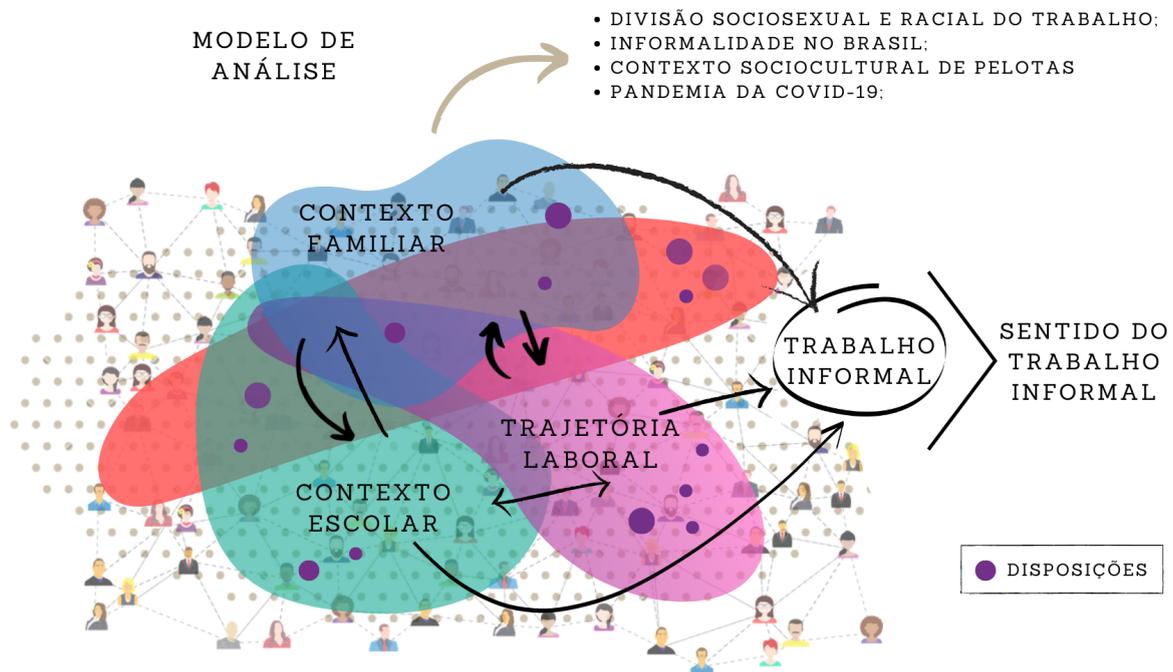
O passo seguinte foi selecionar e classificar trechos das falas individualmente, aproximar e identificar correlações. O contraste das entrevistas umas às outras contribuiu para que se percebesse diferenças, destacando-se particularidades de cada caso, e consonâncias na análise dos dados produzidos no trabalho de campo. Os pontos narrativos comuns forneceram elementos chave para o entendimento das experiências das interlocutoras na informalidade no mundo do trabalho – que variam conforme as atividades desempenhadas, período ou planejamento da permanência em trabalhos informais –, bem como das experiências sociais pregressas e disposições que influenciam na produção de sentidos do trabalho informal.

Por fim, o último passo foi considerar o contexto da pandemia da COVID-19 e tensioná-lo aos impactos singulares provocados nas trajetórias individuais, considerando a hipótese que guiou a investigação<sup>36</sup>. A fim de não perder de vista os conceitos operacionalizados nesta pesquisa, o modelo de análise (Figura 3) formulado do projeto de pesquisa foi guia para o entendimento do material empírico.

---

<sup>36</sup> Hipótese: Considerando que a multiplicidade de experiências anteriores e disposições incorporadas ao longo da vida das trabalhadoras inseridas na informalidade na cidade de Pelotas despertam variações importantes na atribuição dos sentidos ao trabalho informal, espera-se que com o advento da pandemia da COVID-19 tenha ocorrido mudanças significativas do sentido do trabalho informal para elas.

**Figura 3.** Ilustração do modelo de análise



Fonte: Projeto de Pesquisa, 2021. Revisado, 2022.

No modelo (Figura 3) há áreas sombreadas nas cores azul, vermelho, verde e rosa, que representam os diferentes contextos de socialização, os quais nomeei apenas três, os explorados no estudo, mas que não se restringem apenas a estes quando consideradas as experiências dos atores sociais.

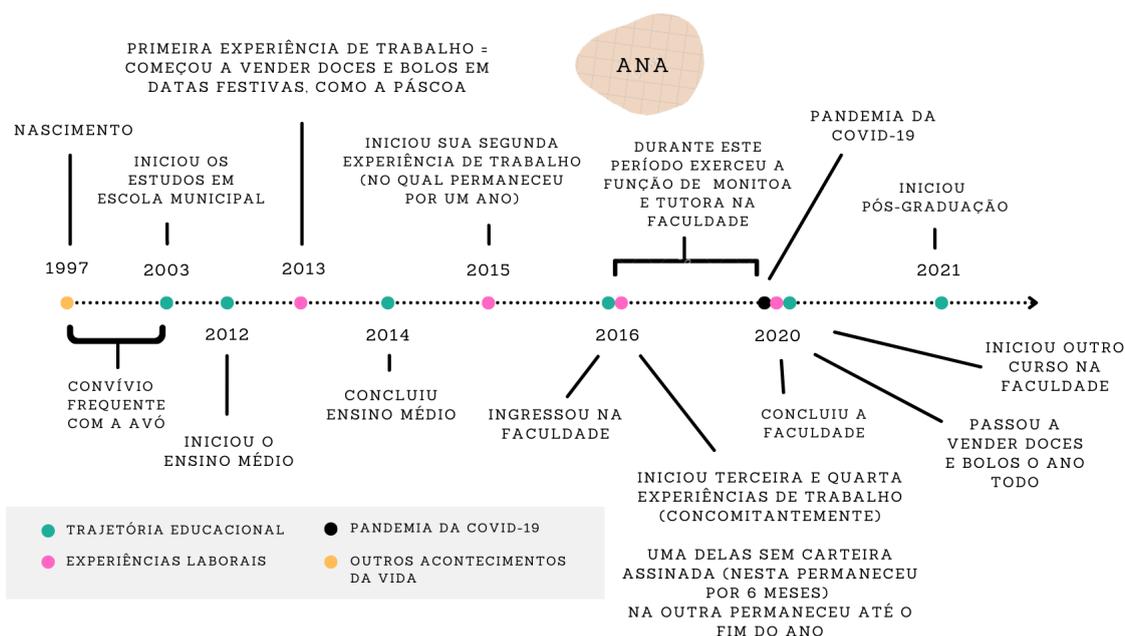
Os contextos também não se encontram de maneira isoladas umas das outras, pois trata-se de espaços nos quais as pessoas incorporam diferentes disposições e que podem ser acionados em outros campos de socialização ou momentos de suas vidas (este fluxo é representado pelas flechas), motivo pelo qual as áreas encontram-se sobrepostas. Como pano de fundo da ilustração estão os macrocontextos: a divisão sociosexual e racial do trabalho (que se estrutura no Brasil desde o período colonial), a informalidade no país, contexto sociocultural de Pelotas e a pandemia da COVID-19.

A seguir, podem ser lidas uma breve apresentação das entrevistadas e visualizadas as “Linhas de Experiências” construídas com base nas principais experiências citadas nas narrativas de cada uma das interlocutoras.

### 2.3.1. Ana

Ana foi a primeira entrevistada. No momento da entrevista tinha 23 anos de idade, se autodeclarou mulher branca, solteira e sem filhos. Relatou que antes de frequentar a pré-escola ficava com a avó enquanto sua mãe trabalhava. Aos 6 anos passou a frequentar a escola e fez tanto o ensino fundamental como o médio em escola pública. Sua primeira experiência de trabalho ocorreu durante o ensino médio quando recebeu encomendas de ovos de chocolate no período da Páscoa, a partir de então começou a desenvolver a atividade de doceira. Após concluir o ensino médio teve sua segunda experiência de trabalho, sem carteira assinada, em empresa familiar. Em 2016 ingressou em uma universidade federal, concluindo a graduação em 2020. Durante este período teve sua terceira e quarta experiências laborais, ambas de maneira informal. Em 2020 começou uma outra graduação e em 2021 uma pós-graduação.

Figura 4. Linha de experiências de Ana

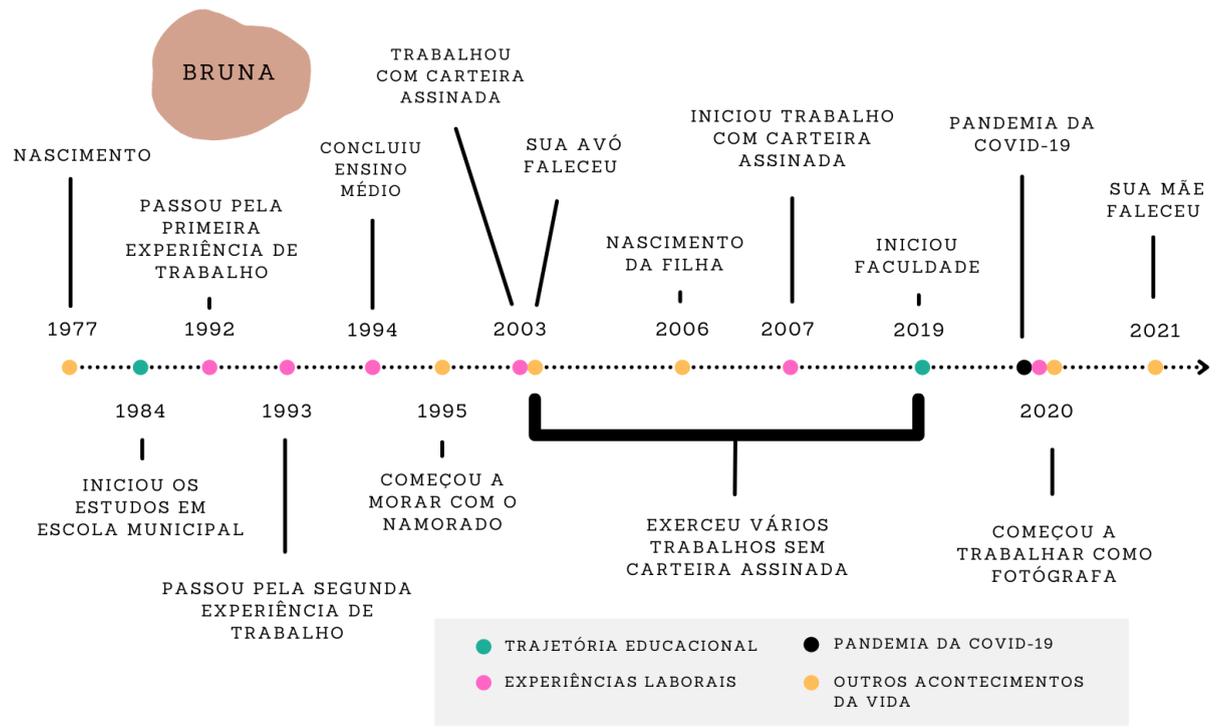


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.2. Bruna

Bruna foi a segunda interlocutora a ser entrevistada e no momento tinha 44 anos de idade, se autodeclarou mulher branca, casada e com uma filha. Sua vida escolar ocorreu toda em escola pública. Com 15 anos de idade teve sua primeira experiência de trabalho – um estágio desenvolvido em escritório de contabilidade. Após teve várias entradas e saídas em trabalhos com e sem carteira assinada, mas conta que nunca deixou de exercer informalmente alguma atividade – como artesã, cabeleireira, manicure. Atualmente além do trabalho com carteira assinada, no qual está a 16 anos, exerce atividade de fotógrafa de maneira informal e cursa graduação em universidade particular.

Figura 5. Linha de experiências de Bruna

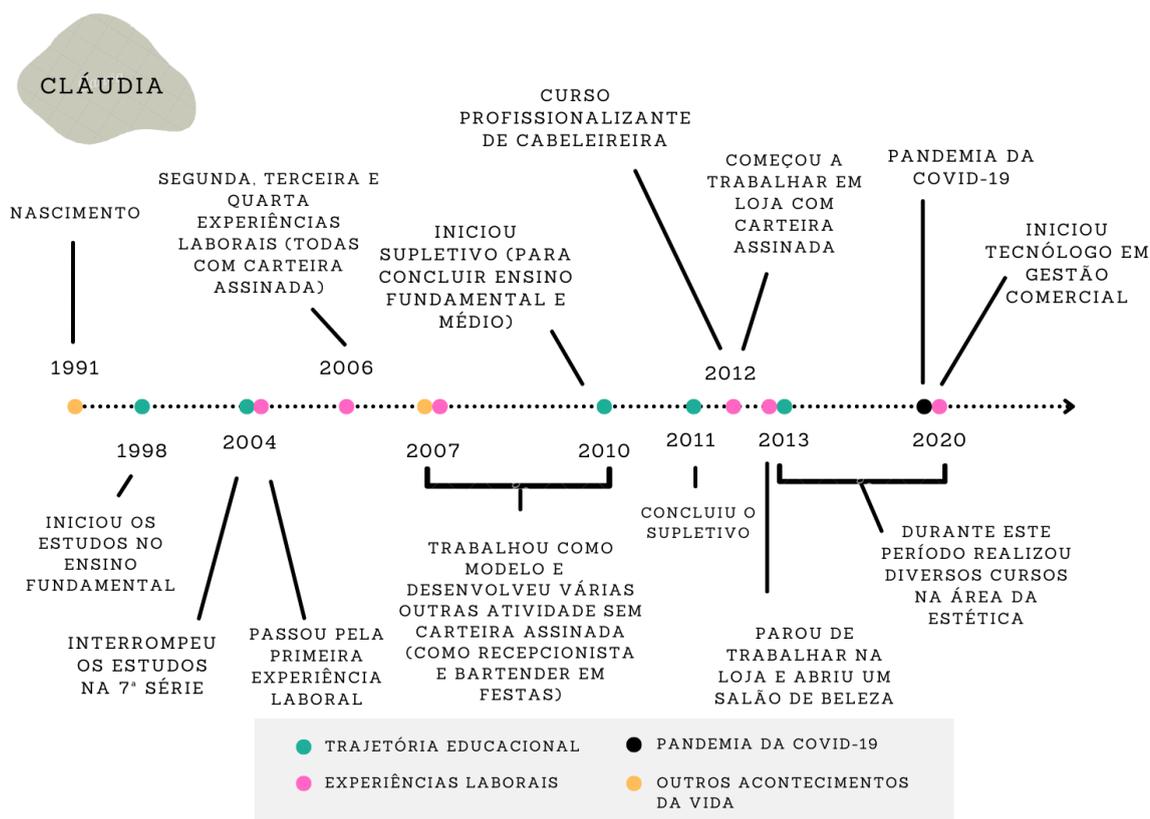


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.3. Cláudia

A interlocutora Cláudia foi a terceira a ser entrevistada, tinha 30 anos na data da entrevista, se autodeclarou branca, casada e com uma filha. Iniciou seus estudos em escola pública, interrompendo aos 13 anos de idade, momento em que teve sua primeira experiência laboral (sem carteira assinada). Iniciou supletivo para concluir o ensino fundamental e médio 6 anos depois, concluindo aos 20 anos o ensino regular. Entre os 13 e 21 anos passou por diversas experiências laborais com e sem carteira assinada. Em 2012 fez curso profissionalizante de cabeleireira e abriu um salão de beleza em 2013. Atualmente trabalha em seu salão desenvolvendo várias atividades relacionadas à estética, onde também comercializa produtos cosméticos e semi-jóias. Além disso, está cursando tecnólogo em gestão comercial.

Figura 6. Linha de experiências de Cláudia

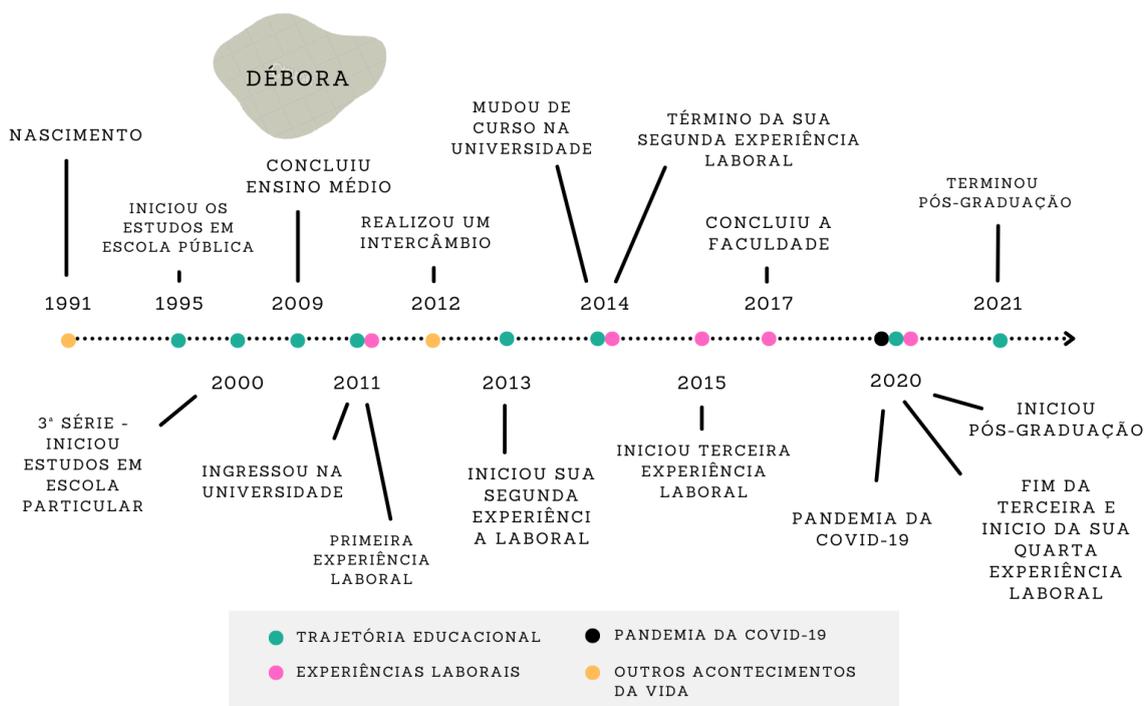


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.4. Débora

A quarta entrevistada foi Débora, branca, solteira e com 30 anos de idade, sem filhos/as. Estudou em escola pública até a 2ª série e a partir da 3ª série do ensino fundamental passou a estudar em escola particular, onde concluiu o ensino fundamental e médio. Ingressou em uma universidade pública em 2011, migrando de curso em 2014, concluindo a graduação em 2017. Sua primeira experiência laboral foi um estágio realizado durante a faculdade em 2011. As experiências laborais que se sucederam foram todas sem carteira assinada. Hoje trabalha como moderadora de anúncios de um site, no qual está a um ano.

Figura 7. Linha de experiências de Débora



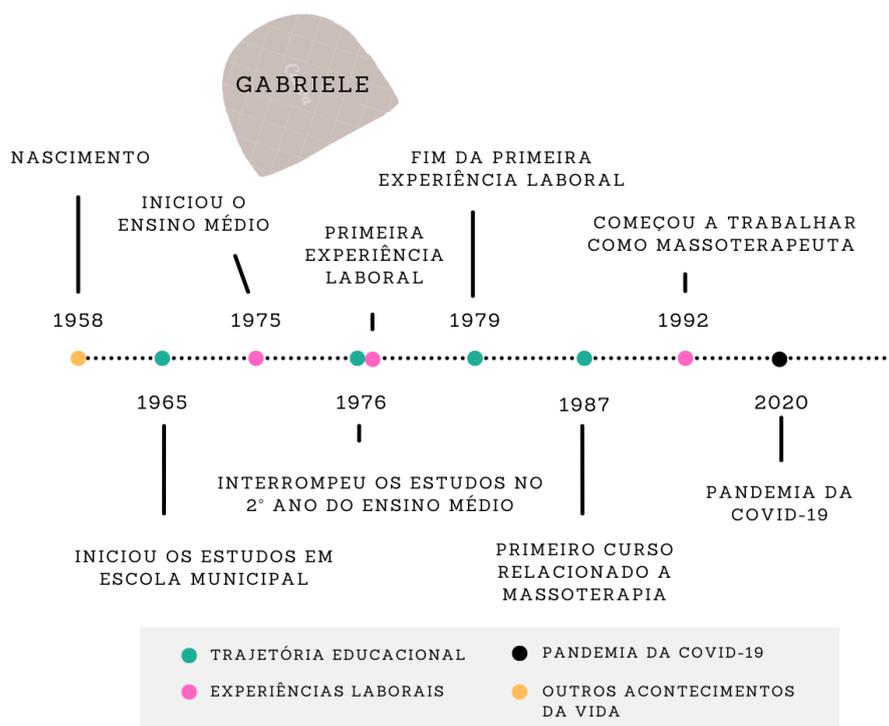
Fonte: Diário de Campo. 2021.



### 2.3.6. Gabriele

Na data da entrevista Gabriele tinha 63 anos de idade, se autodeclarou branca, casada, com um filho e uma filha (ambos adultos). Iniciou sua vida escolar com sete anos e estudou até o 2º ano do ensino médio, sempre em escola pública. Em seguida começou a trabalhar, sem carteira assinada, em uma loja de antiguidade pertencente a um membro da família. A loja encerrou as atividades anos depois e em algum momento neste período trabalhou com uma amiga na venda de peças em couro (como bolsas, cintos, etc.). Em 1987 fez o primeiro curso relacionado a massoterapia e em 1992 começou a trabalhar com a técnica, desde então exerce a profissão de maneira informal.

**Figura 9.** Linha de experiências de Gabriele

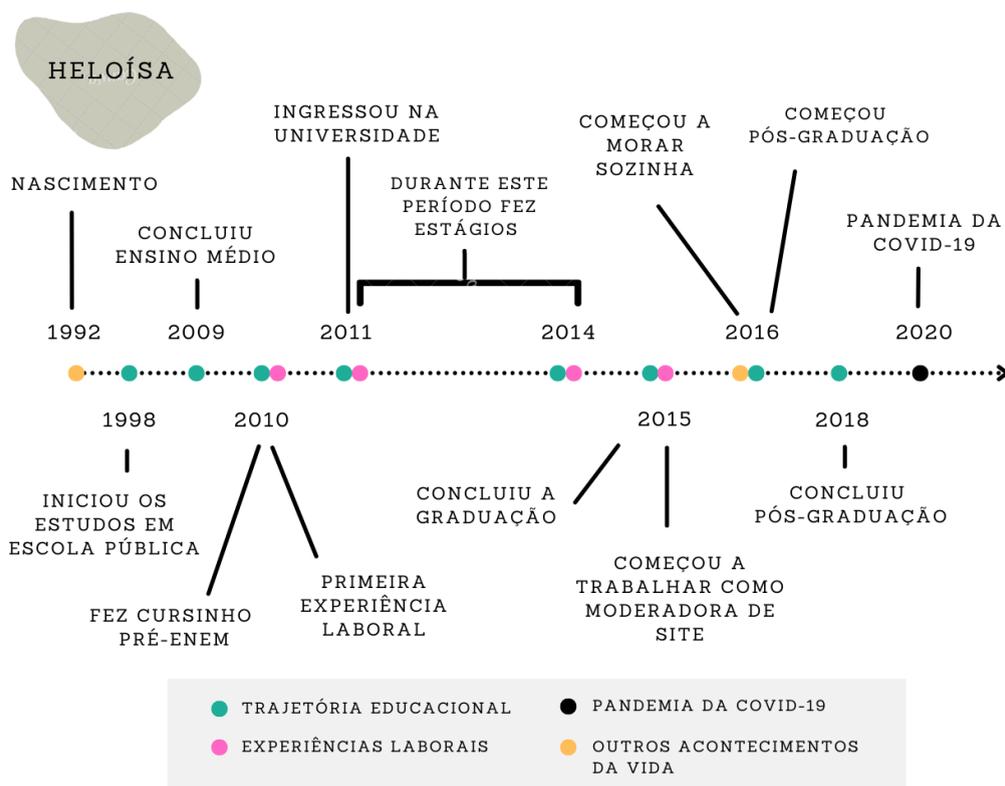


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.7. Heloísa

A interlocutora Heloísa foi a sétima entrevistada e no momento tinha 29 anos de idade, se autodeclarou branca, solteira e sem filhas/os. Contou que começou a frequentar a escola com seis anos de idade, concluindo o ensino fundamental e médio em escola pública. No ensino médio, participou do Programa Jovem Aprendiz (PJA) e por meio dele teve sua primeira experiência laboral. Ingressou na universidade em 2011 e durante este período realizou dois estágios. Poucos meses antes de concluir a graduação, em 2015, começou a trabalhar como moderadora de site, trabalho em que está atualmente. Após obter a diplomação, passou a morar sozinha e começou uma pós-graduação.

Figura 10. Linha de experiências de Heloísa

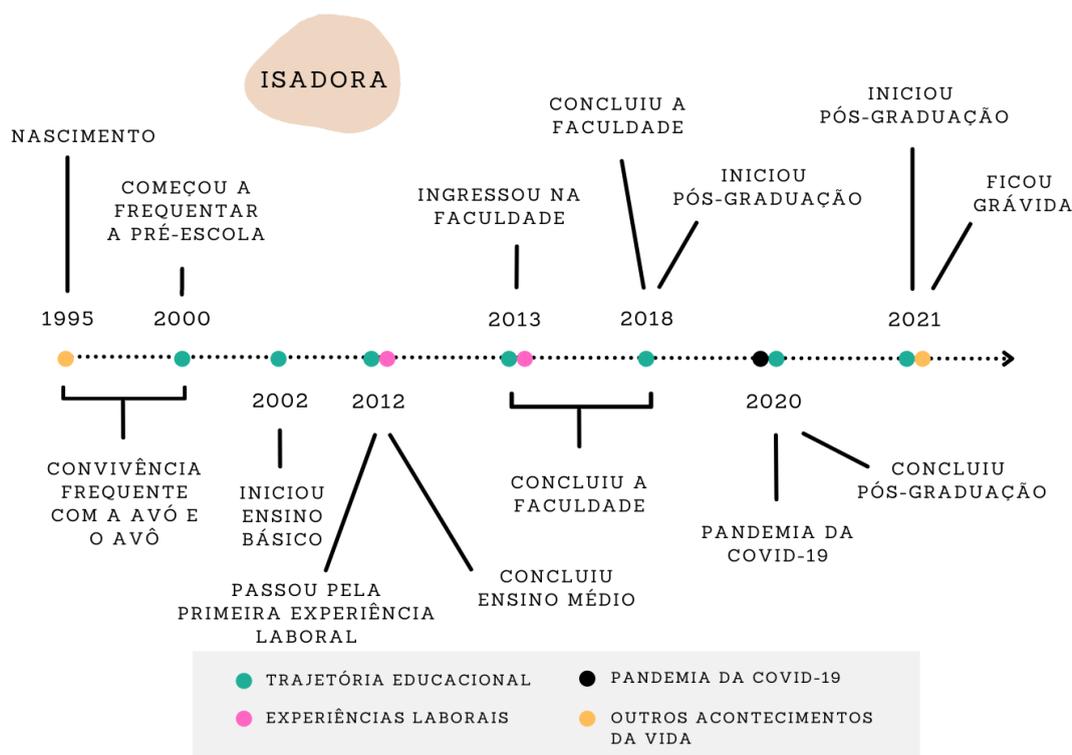


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.8. Isadora

Isadora foi a oitava entrevistada. No momento da entrevista tinha 26 anos de idade, se autodeclarou branca, com união estável e sem filhos/as. Relatou que antes de frequentar a pré-escola ficava com a avó e avô enquanto sua mãe trabalhava. Começou o ensino básico em 2002 concluindo em 2012 em escola pública. Durante o ensino médio teve sua primeira experiência laboral, dava aula aos colegas de aula que tinham dificuldades (em um primeiro momento as aulas não eram cobradas, mas depois passaram a ser). No ano de 2013 ingressou na faculdade, obtendo diploma em 2018. Em 2018 a 2020 fez uma pós-graduação e em 2021 começou outra. Atualmente mora com o companheiro e descobriu que está grávida.

Figura 11. Linha de experiências de Isadora

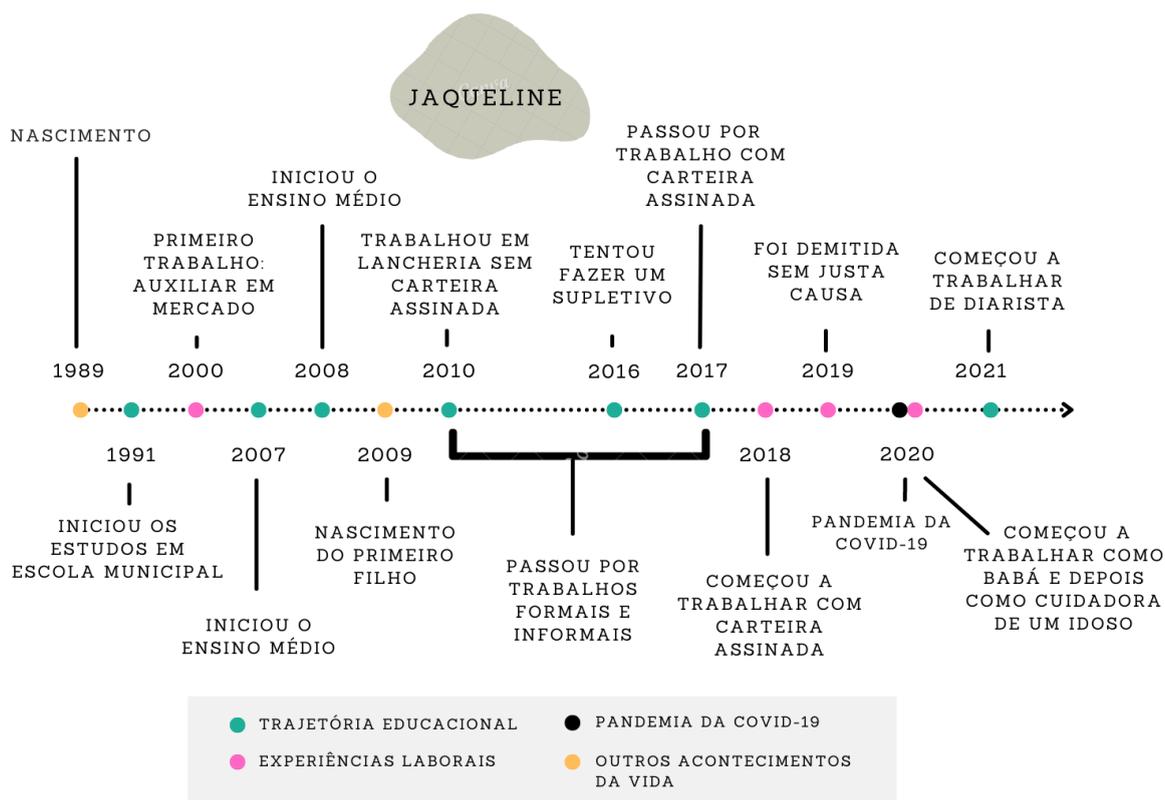


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.9. Jaqueline

Jaqueline possuía 32 anos no dia da entrevista, se autodeclarou parda, com companheiro e mãe de dois filhos e uma filha. Contou que estudou até o 2º ano do ensino médio em escola pública, interrompendo os estudos quando ficou grávida de sua filha. A primeira experiência laboral foi sem carteira assinada, trabalhou na reposição de produtos em um mercado pequeno do bairro em que morava, na época tinha 11 anos. Suas experiências de trabalho seguintes transitaram de forma recorrente entre trabalhos formais e informais. Em 2019 foi demitida do trabalho em que possuía vínculo empregatício. Após, começou a trabalhar como babá, depois como cuidadora de um idoso e em seguida como diarista. Mora com sua filha, filhos e companheiro, que trabalha de maneira informal.

**Figura 12.** Linha de experiências de Jaqueline

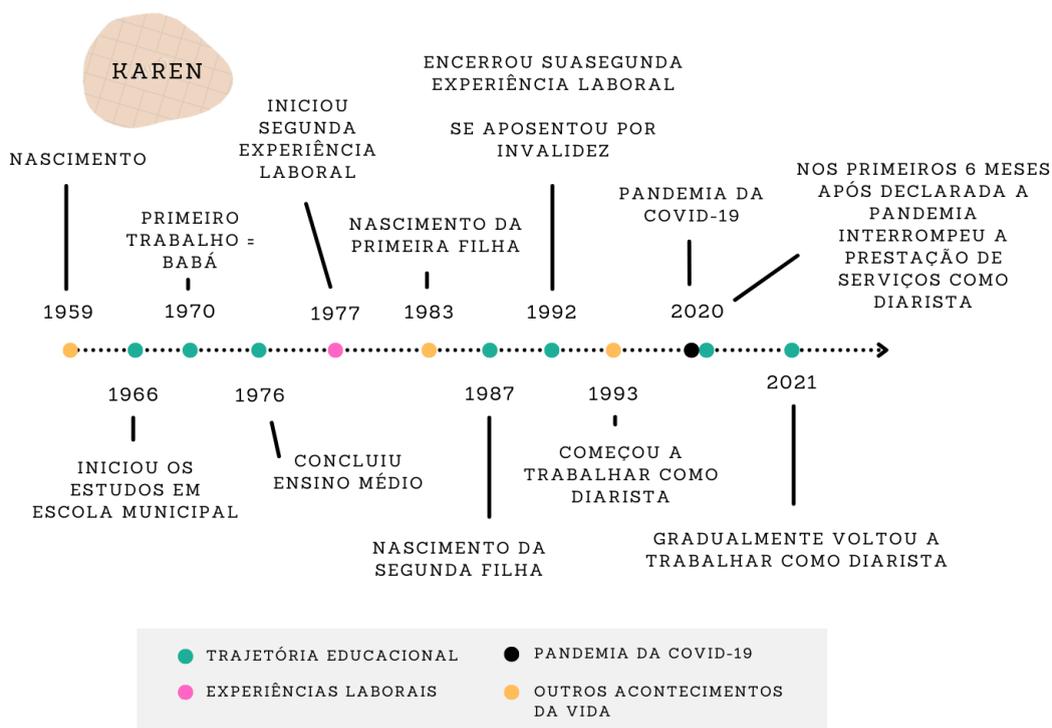


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.10. Karen

Karen tinha 62 anos no dia da entrevista, se autodeclarou preta, tem um companheiro e duas filhas (adultas). Toda sua vida escolar ocorreu em escola pública, concluindo o ensino regular em 1976. Sua primeira experiência laboral foi aos 11 anos de idade quando trabalhou como babá, sem carteira assinada, o qual exerceu até a conclusão do ensino médio, aos 17 anos. Após concluir o ensino médio começou a trabalhar em órgão público, mas por problemas relacionados à saúde acabou se aposentando por invalidez, em 1993, momento em que começou a trabalhar como diarista. Com o passar do tempo passou a vender doces e salgados concomitantemente. Além disso, mora com seu companheiro, que também desenvolve trabalhos de maneira informal.

Figura 13. Linha de experiências de Karen

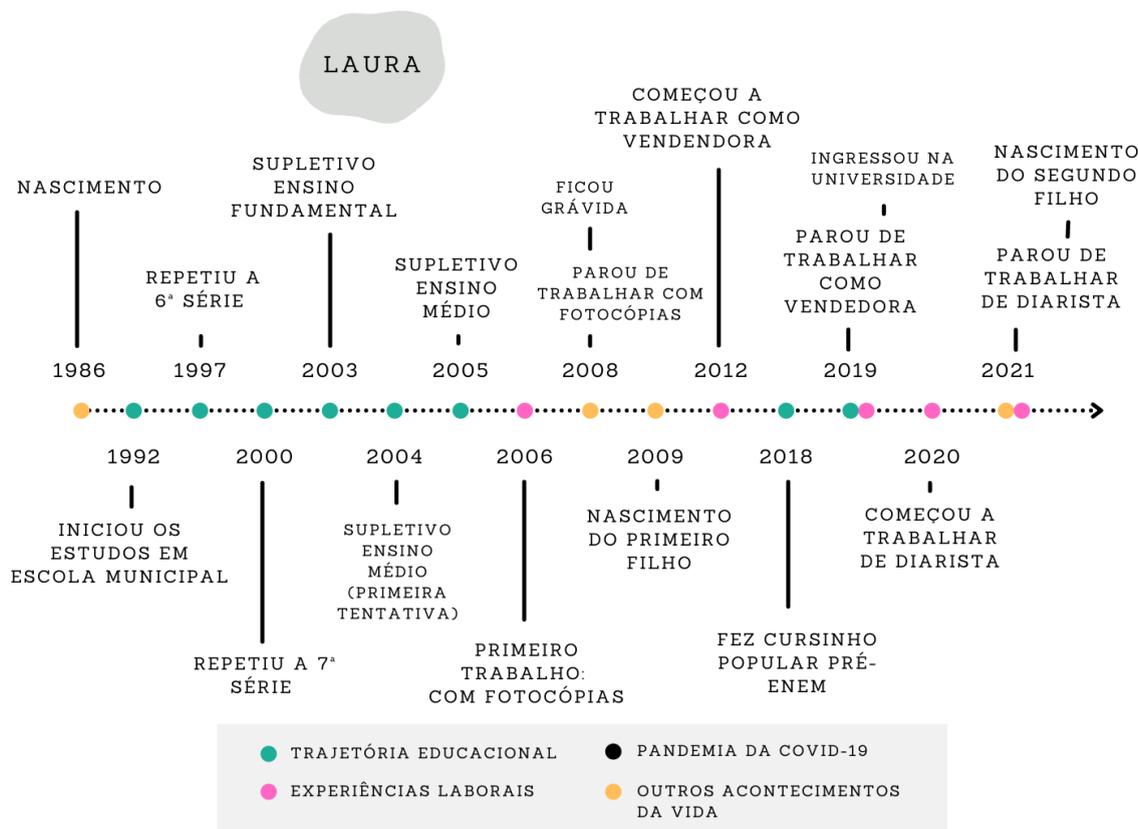


Fonte: Diário de Campo. 2021.

### 2.3.11. Laura

Laura foi a última entrevistada e no momento tinha 35 anos de idade, se autodeclarou branca, solteira e com dois filhos (uma criança e um bebê de 6 meses). Sua vida escolar foi toda em escola pública e durante a entrevista contou que repetiu a sexta e a sétima série do ensino fundamental duas vezes. Após estas tentativas fez supletivo para concluir o ensino fundamental em 2003. Nos dois anos subsequentes seguiu os estudos a fim de concluir o ensino médio, obtendo o diploma em 2005. Suas experiências laborais foram atividades sem carteira assinada, sendo a primeira em 2006, que interrompeu com o nascimento do seu primeiro filho. As suas experiências posteriores (em 2012 e 2020) também foram sem carteira assinada. Ingressou em uma universidade pública em 2019 e em 2020, durante a pandemia, começou a trabalhar como diarista. Mais tarde, como o nascimento de seu segundo filho parou de trabalhar.

**Figura 14.** Linha de experiências de Laura



Fonte: Diário de Campo. 2021.

### Capítulo 3. No sul do sul global: as mulheres, o trabalho informal e a pandemia da COVID-19

Segundo Bernard Lahire para explicar como o indivíduo atua na sociedade, deve-se compreender como a sociedade atua no indivíduo, visto que as ações individuais refletem o social no qual está inserido (LAHIRE, 2016). Na senda deste raciocínio, de forma similar, o sentido atribuído ao trabalho não é unívoco, ao contrário, é multifacetado, visto que expressa o social no qual está inserido e as variações sociais e pessoais que este comporta, que podem ser, inclusive, contraditórias entre si. Assim, a análise do contexto no qual as mulheres desta pesquisa estão inseridas tem uma intenção dupla, a de situar o/a leitor/a no sul do sul global e de fornecer pistas para compreender os sentidos atribuídos ao trabalho.

#### 3.1. Mulheres no trabalho informal e o trabalho informal na vida das mulheres

(...) podemos falar dos *múltiplos sentidos e significados do trabalho* no mundo contemporâneo. **Sentidos que são vivenciados de forma objetiva, concreta e subjetivamente de modo distinto por homens e mulheres, por brancos e afrodescendentes, por jovens e pelos que estão na “terceira idade”** e que têm consequências distintas para estes distintos grupos que vivem situações de trabalhadores de primeira e segunda categoria, de segregação ou de exclusão. (ARAÚJO; AMORIN; FERREIRA, 2004, p. 3) (grifo meu)

A categoria mulher abrange múltiplos significados e representações. Esta diversidade contempla mulheres com distintas cosmovisões inseridas em diferentes contextos (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018). Diferenças que fazem o trabalho ser vivenciado de forma objetiva, concreta e subjetivamente de modo distinto. Daí deriva a importância das contribuições epistemológicas do feminismo decolonial com foco no conceito de interseccionalidade, pois permite compreender as diferentes posições em que as trabalhadoras se encontram na informalidade no Brasil e os diferentes sentidos atribuídos ao trabalho informal.

Considerando a realidade latino-americana, o lugar que as mulheres negras e indígenas ocupam no mercado de trabalho é completamente distinto daquele ocupado pelas mulheres brancas com descendência europeia (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018). Realidade que reflete o legado das hierarquias do período colonial que se reatualizam nos dias de hoje, perpetuando uma divisão sociossexual e

racial<sup>37</sup> no mundo do trabalho brasileiro (PASSOS; NOGUEIRA, 2018; NOGUEIRA; PASSOS, 2020).

No Brasil, as relações de poder estabelecidas no sistema colonial foram responsáveis pela racialização, classificação e hierarquização de corpos. Primeiramente, organizados pela divisão racial: as pessoas brancas – homens e mulheres – estavam acima das pessoas negras e indígenas<sup>38</sup>. Seguindo com divisões de classe, de sexo e de origem nacional (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018). A partir desta classificação, papéis sociais foram distribuídos e posições nas relações de trabalho foram estabelecidas, pois os corpos são interpretados de acordo com o meio social em que estão inseridos e conforme o que a cultura atribui a eles (MEAD, 2000).

Hoje o mercado de trabalho brasileiro apresenta reflexos desta classificação. Conforme a socióloga Luciana Mello, a lógica de estruturação do mercado de trabalho segue a seguinte forma:

O mercado de trabalho apresenta uma ordem de preferência que tem se mostrado relativamente constante: primeiro ingressam os homens brancos, depois vem os homens negros seguidos das mulheres brancas e, por último, entram as mulheres negras. (MELLO, 2016, p.154)

No período colonial, pela perspectiva de gênero, as mulheres foram colocadas no lugar social da servidão, o que incidiu na naturalização da subalternidade. Pela perspectiva de gênero e de raça coube às mulheres brancas o dever do cuidado restrito ao âmbito familiar, sendo vedadas a sua presença em espaços públicos, pois eram consideradas frágeis e incapacitadas para qualquer trabalho fora do espaço doméstico (LUGONES, 2020).

---

<sup>37</sup> As autoras Claudia Nogueira e Rachel Passos, apresentam a expressão divisão sociosexual e racial do trabalho nos textos: O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho (PASSOS; NOGUEIRA, 2018) e A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti (NOGUEIRA; PASSOS, 2020). Com base nos pensamentos de Heleieth Saffioti – que busca compreender o lugar social da mulher no capitalismo – apontam para “grande desigualdade no que diz respeito à relação entre homens e mulheres e mulheres brancas e mulheres negras no mercado de trabalho” (2018, p. 489). Segundo Passos e Nogueira “as relações sociais no Brasil foram constituídas e assentadas na exploração e desigualdade de classe e nas opressões de gênero e raça/etnia” (*idem*). As desigualdades no mercado de trabalho hoje são realidade resultante da formação social brasileira assentada no racismo e no patriarcado, ou seja, de ideologias de dominação que compõem o país desde o colonialismo.

<sup>38</sup> Estas eram destituídas de gênero para o sistema colonial (LUGONES, 2020).

Enquanto que, às mulheres negras colonizadas incidiu o desumano trabalho escravo, em que pese, da mesma forma violenta a que era imposto aos homens negros colonizados (*idem*), mas somado a violência sexual – o que resultou em estereótipos perpetuados até os dias atuais (CARNEIRO, 2003). Assim, a articulação entre o racismo e o sexismo revelam efeitos violentos para as mulheres negras que tiveram negado o direito da maternagem, da família, dos cuidados e ao seu próprio corpo (GONZALEZ, 2020).

Conforme a socióloga argentina María Lugones (2014), o pensamento colonial se fundamenta em um pensamento categorial e dicotômico, onde de um lado há o humano – o colonizador – e de outro o não humano – os colonizados<sup>39</sup> –, no qual este último estava ausente a atribuição de gênero. Para a autora este é um dos preceitos fundamentais para entender a modernidade (LUGONES, 2020), que foi pensada a partir de uma visão universal de sujeito e com uma determinada vivência, a dos homens brancos, burgueses e heterossexuais (CORREAL, 2014).

A imposição desta racionalidade específica desconsidera outras cosmovisões e a existência de uma pluralidade de sujeitos. Lógica que alicerçou o colonialismo e atravessou a modernidade por meio da colonialidade, permeando todos os aspectos da vida social – relações cotidianas e intersubjetividades que se estruturam a partir de posições de domínio e subalternidade (QUIJANO, 2005). Em outras palavras, a colonialidade tem sua origem no colonialismo e permanece viva, mesmo com o fim deste, através de um sistema mundo de poder que define padrões, impõe saberes e modos de vida (*idem*).

Apesar da independência dos poderes coloniais, a colonialidade seguiu perpetuando a dominação colonial com grande força na vida dos povos que foram colonizados (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018). Assim, a modernidade está intrinsecamente associada à experiência colonial, que não é capaz de apagá-la, pois não existe modernidade sem colonialidade (QUIJANO, 2005).

Neste sentido, não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem a contínua exploração das Américas (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992). Por isso, analisar a modernidade e o capitalismo dialeticamente com a colonialidade oferece

---

<sup>39</sup> As pessoas negras africanas eram consideradas coisas, pressuposto que fundamentava a captura e tráfico e escravização destas (CARDOSO, 2019).

possibilidades de se reinterpretar as relações capitalistas como resultados históricos do colonialismo (MACHADO; COSTA; DUTRA, 2018).

É precisamente deste diagnóstico que nasceu um grupo de intelectuais latinoamericanos/nas vinculados/as ao projeto Modernidade/Colonialidade (M/C)<sup>40</sup>. A partir de uma perspectiva decolonial este grupo busca romper epistemologicamente com o projeto moderno/colonial. Em contraposição às concepções ocidentais e universais, o grupo considera a existência de várias subjetividades e tem na formação da modernidade e de suas transformações na América Latina e Caribe o eixo principal de suas discussões.

O grupo M/C identificou que a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão, a do poder, do saber e do ser, e iniciou uma revisão crítica das questões histórico-sociais nas Ciências Sociais latino-americanas no século XXI, para compreender “a permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (BALLESTRIN, 2013, p. 89). O conceito de colonialidade do poder, formulado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, é uma importante chave analítica “que permite visualizar o espaço de confluência entre a modernidade e o capitalismo, bem como o campo formado por essa associação estrutural” (QUINTEIRO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5). O termo é amplamente utilizado pelo grupo M/C para se referir ao...

(...) processo fundamental de **estruturação do sistema-mundo moderno/colonial**, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. **Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da "colonialidade global"** imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. **As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.** (GROSFOGUEL, 2008, p. 126) (grifos meus)

Novas questões surgem a partir de velhas estruturas (coloniais) como apontado pelo grupo M/C, atualizando a colonialidade, e podem ser observadas na informalidade. Quando se observa a estrutura do mercado de trabalho na América Latina e no Brasil é possível identificar tanto um alto grau de informalização quanto

---

<sup>40</sup> O grupo M/C é integrado por Aníbal Quijano (Peru), Walter Mignolo (Argentina), Enrique Dussel (Argentina), Catherine Walsh (Equador), Nelson Maldonado Torres (Porto Rico), Edgardo Lander (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia), Santiago Castro-Gómez (Colômbia) e outros/as.

uma hierarquia ocupacional definida a partir dos lugares socialmente estabelecidos, onde existe uma maior presença de determinados grupos – mulheres, pessoas negras e pertencentes a classes mais baixas – na informalidade.<sup>41</sup>

As antigas formas de produção e de exploração são reconfiguradas no sistema-mundo moderno/colonial e as especificidades da periferia e seus modos de vida são apropriados de novas maneiras. A informalidade, fortemente presente no Sul Global – com características de ausência de direitos e a flexibilidade-precariedade locais –, é percebida atualmente por empresas de plataformas digitais como oportunidade para explorar o trabalho, pois encontram nesta realidade os elementos que possibilitam a exploração através de uma racionalização, dataficação e centralização das relações laborais (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2020).

Conforme relatório do Bureau Internacional do Trabalho (BIT, 2019)<sup>42</sup>, os/as microtrabalhadores/as constituem mão-de-obra espalhados por toda parte do mundo, com forte representação do Brasil, Estados Unidos, Índia, Indonésia e Nigéria, e também de países na Europa. O número de homens e de mulheres varia conforme o país e a plataforma, mas, em geral, existe um número maior de homens, o nível de escolaridade é elevado e o grupo etário que predomina é de jovens adultos de até 40 anos. Os pagamentos das prestações de serviços são feitos por meios virtuais e a maior parte das tarefas realizadas são simples (ROSENFELD; MOSSI, 2020).

É por meio da plataformização do trabalho<sup>43</sup> que as interlocutoras Heloísa e Débora se inserem na informalidade, ambas trabalhadoras se declararam brancas, sem filhos/as, com pós-graduação completa e respectivamente com 29 e 30 anos. A entrevistada Heloísa, contou que trabalha para empresa estrangeira que “contrata” brasileiros para desenvolverem microtarefas:

---

<sup>41</sup> O perfil de trabalhadores e trabalhadoras inseridos na informalidade no Brasil serão mais aprofundados na seção seguinte deste capítulo.

<sup>42</sup> O relatório foi desenvolvido a partir de uma pesquisa comparativa entre cinco plataformas (que funcionam com o uso de microtrabalhos), com trabalhadores/as de vários países por um período entre 2015 e 2017 (BIT, 2019).

<sup>43</sup> O termo plataformização do trabalho abarca todo trabalho digital, “inserido em uma lógica empresarial, onde o tempo e as atividades são mediados por algoritmos” (ROSENFELD; MOSSI, 2020, p. 742), podendo ser este trabalho do tipo *on demand* ou *crowdwork*. *On demand* é o tipo de trabalho distribuído localmente por meio de aplicativos e orientado de maneira específica (como os relacionados a transportes, como Uber, ou a entregas). *Crowdwork* - Trabalho externalizado, pulverizado em microtarefas e lançado a uma massa de trabalhadores a domicílio por meio de plataformas digitais (ROSENFELD; MOSSI, 2020).

(...) uma amiga, que já tava nesse trabalho, me indicou... nesse que eu to até hoje, é assim, é um site, só que assim, é um site gringo, **é no Brasil, mas é um site gringo. O que acontece... O pessoal paga o pessoal aqui do Brasil porque a mão-de-obra é barata**, entendeu? Claro, eu não ganho em dólar nem nada do tipo, mas eu ganhava um pouco a mais... E eles pagam tudo direitinho... A oportunidade era trabalhar 4h e eu ganharia 16 reais por hora, então eu ia ganhar uns 1.200 reais trabalhando 4h, né? Era muito mais do que eu ganharia no estágio trabalhando 6h. (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa) (grifo meu)

A maior parte das tarefas são rápidas e repetitivas, mas também existem outras mais complexas, que podem ser subdivididas, o que acaba diminuindo a remuneração (ROSENFELD; MOSSI, 2020). A respeito da complexidade das atividades Débora descreve que por vezes as realiza, inclusive, enquanto faz outras coisas:

Às vezes as pessoas não sabem bem como funciona, mas nem tudo acontece de forma automática, tem coisas que precisa de alguém fazendo. Eu faço o filtro do que vai ser publicado, mas agora to respondendo mais os e-mails das pessoas (...) Às vezes me dizem assim: ai, tu podia estar fazendo algo mais do teu nível, tu é formada... **Mas acontece que eu sento ali e consigo até assistir aula ao mesmo tempo**. (Débora, branca, 30 anos, pós-graduação completa) (grifo meu)

O microtrabalho não envolve uma dinâmica inteiramente nova, visto que no processo industrial do taylorismo havia uma decomposição de tarefas em microtarefas. Além disso, a remuneração, que é realizada por tarefa, lembra a remuneração por peça da era pré-industrial (ROSENFELD; MOSSI, 2020). Porém, a plataforma possui características particulares (por utilizarem ferramentas digitais, por exemplo), que geram dinâmicas e relações com implicações específicas, tanto operacionais quanto de ordem moral<sup>44</sup>. São formas de produção e de exploração modernas que nascem imbuídas por velhas lógicas como apontado pelo grupo M/C.

Ademais, com as entrevistas realizadas nesta pesquisa, foi possível observar como a informalidade é presente e recorrente nas trajetórias laborais, não se configurando enquanto uma "forma atípica" de trabalho, mas sim como uma entre

---

<sup>44</sup> O aspecto de ordem moral é explorado pelas sociólogas Rosenfeld e Mossi, no artigo Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas (2020), quando analisam, com base nas teorias do reconhecimento de Fraser e Honneth, o microtrabalho e os tensionamentos que tal realidade provoca no conceito de dignidade, formulada pela OIT, como condição para o trabalho decente.

tantas outras formas de trabalhar e auferir renda no Brasil. Todas as entrevistadas narraram já ter experienciado o trabalho informal antes mesmo de declarada a pandemia de COVID-19, em 11 de março de 2020. Mas trata de experiências que não se configuram de forma igual, apresentando diferenças importantes no trânsito formalidade-informalidade e na permanência em trabalhos informais que estão diretamente relacionadas às posições ocupadas socialmente.

É a partir da dimensão da raça que o grupo M/C centraliza seu olhar a fim de analisar as novas configurações de exploração do trabalho. Para o grupo a hierarquia racial constitui parte central na divisão internacional do trabalho, no qual as ocupações mais desvalorizadas socialmente e com menores remunerações concentram, sobretudo, pessoas negras. A modernidade e o capitalismo enquanto resultados históricos do colonialismo possuem na desigualdade estrutural de raça construções fundamentais e imprescindíveis à dominação colonialista (QUIJANO, 2005).

Perspectiva similar está presente no feminismo decolonial, porém acentua a centralidade das hierarquias de gênero e colonialidade. Considerando as marcas do colonialismo deixadas na América Latina e Caribe, o feminismo decolonial se opõe ao feminismo hegemônico (branco, heterossexual e etnocêntrico), pois não há como se falar em mulher enquanto sujeito universal (CORREAL, 2014). Conforme explica a antropóloga argentina Diana Correal, o feminismo focou no debate a respeito do patriarcado e deixou de problematizar a colonialidade e a hegemonia da perspectiva da mulher branca:

(...) el feminismo se focalizó en contestar la idea de la mujer como frágil, débil de cuerpo y mente, cerrada en la esfera privada y sexualmente pasiva, sin discutir que esas eran características de las mujeres blancas burguesas. (CORREAL, 2014, p. 49)

Por outro lado, a questão de gênero não foi explorada pelo grupo M/C enquanto um pilar estruturante da colonialidade, como fez em relação à raça. Quijano ao desenvolver o conceito de colonialidade do poder, marco teórico fundamental nestas discussões, limitou a questão de gênero ao ato sexual e seus recursos à formação compulsória de famílias mestiças e patriarcais para a reprodução capitalista controlada pela colonialidade do poder (LUGONES, 2014).

Neste sentido, Lugones ao formular o conceito de colonialidade de gênero e de sistema moderno-colonial de gênero pretendeu ir além. Em suas próprias palavras: “eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também critico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres” (LUGONES, 2014, p. 939). Para isso, a autora articula a interseccionalidade<sup>45</sup> – introduzido pelos feminismos de “mulheres de cor”<sup>46</sup> – e a colonialidade do poder, de Quijano (LUGONES, 2020).

Com o conceito de interseccionalidade, a autora propõe uma análise sobre as diferentes formas de opressão que a ferida colonial manifesta nos corpos situados historicamente em processos particulares e locais. A interseccionalidade permite que se veja o que não seria visível caso as categorias de gênero e de raça fossem conceitualizadas de forma separada (LUGONES, 2020).

A partir desta abordagem é possível identificar que o sistema moderno-colonial de gênero produziu nas mulheres não-brancas um processo dual de subordinação de gênero e de inferiorização racial. Considerar a dimensão de gênero somado ao pertencimento racial é de suma importância para se relativizar e compreender os modos de inserção e participação das mulheres no mercado de trabalho, pois as mulheres negras estão hoje “restritas a um *locus* de atuação profissional que as concentra majoritariamente em atividades pouco qualificadas e mal remuneradas” (MELLO, 2016, p. 153).

Quando considerada a informalidade no mundo do trabalho brasileiro, questões suscitadas pelas interlocutoras desta pesquisa revelam os reflexos das estruturas de poder ou de opressão nas singularidades de suas vidas. Levando em

---

<sup>45</sup> O conceito de interseccionalidade surge como ferramenta analítica em meados dos anos 1970 com o estudo de caso da jurista Kimberlé Crenshaw. Considerando a aplicabilidade do feminismo negro a Lei Antidiscriminação vigente nos EUA, à época, Crenshaw examinou uma decisão judicial decorrente de uma ação movida contra a empresa General Motors por cinco mulheres afro-americanas, que alegavam que a fábrica promovia discriminação racial e de gênero, ou seja, colocavam em discussão a questão da dupla discriminação. A Justiça norte-americana rechaçou a acusação, alegando que a companhia contratava mulheres e afro-americanos. Contudo, as mulheres contratadas não eram negras nem os afro-americanos contratados eram mulheres, ou seja, eram recrutados para trabalhar mulheres e negros, porém não as mulheres negras (AKOTIRENE, 2020). Apesar do uso recorrente da interseccionalidade em diversas pesquisas acadêmicas hoje, a sua utilização pode ser verificada muito antes e em outros espaços, como a própria Crenshaw sublinha, ainda que não recebendo tal denominação.

<sup>46</sup> O termo “mulheres de cor” foi cunhado por mulheres subalternas, vítimas de diferentes dominações nos Estados Unidos e aponta para uma coalizão “entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo – toda a trama complexa de vítimas da colonialidade do gênero, articulando-se não enquanto vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial” (LUGONES, 2020, p. 22).

conta a dimensão racial, duas das entrevistadas negras, Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo e diarista) e Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto e diarista), narraram que tiveram que se inserir cedo no mercado de trabalho, ambas com 11 anos de idade, diferentemente da maioria das interlocutoras brancas deste estudo.

A inserção laboral com tenra idade é o resultado do entrecruzamento de opressões de classe e raça. As mulheres negras vivenciam precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que acarreta implicações na trajetória profissional e os “danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional” (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 65). Além disso constituem a grande maioria em trabalhos informais e, mais especificamente, no trabalho doméstico sem carteira assinada. A respeito a trabalhadora Karen contou que:

(...) eu era a mais velha das gurias e... **Eu tinha 11 anos quando comecei a trabalhar.** Eu trabalhei dos 11 até meus 17 anos, mais ou menos, na casa de uma família. Eu trabalhava como babá. (Karen, preta, 61 anos, ensino médio completo)

Já a intersecção entre as dimensões de classe e de geração revelam opressões que incidem sobre as trabalhadoras Karen, diarista, e Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto), massoterapeuta. As trabalhadoras possuem baixa escolaridade, possuem mais de 60 anos e têm praticamente toda as suas vidas laborais em trabalhos informais. Existe uma longa continuidade em trabalhos informais, tanto Karen como diarista quanto Gabriele como massoterapeuta exercem por quase 30 anos, sem qualquer proteção trabalhista ou social.

A partir do pressuposto de que a categoria trabalho ocupa uma centralidade na sociedade contemporânea e na vida das trabalhadoras, existe uma carga negativa em relação aos casos de não trabalho – como desocupação, desemprego e aposentadoria, o que faz existir um “medo do “não-trabalho” [que] empurra os trabalhadores[as] para a precarização, aceitando, muitas vezes, a diminuição dos seus direitos, seja direta ou indiretamente” (SEVERO, 2019, p. 89).

Assim, a interseccionalidade é ferramenta analítica que localiza as pessoas em um entrecruzamento de múltiplas eixos de opressão, para compreender além de uma noção de gênero ou de apenas dois marcadores de diferença (PISCITELLI,

2008). Seguindo a mesma lógica, a jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw<sup>47</sup> afirma que o uso da interseccionalidade como ferramenta que busca...

...capturar as **consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação**. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177) (grifo meu)

O principal impulsionador desta abordagem foi feminismo negro que levantava demandas que incluíam questões que infligiam as mulheres negras, em contraposição ao feminismo hegemônico, pautado em teorias universalistas (LUGONES, 2014). A cosmovisão eurocêntrica e o neocolonialismo das feministas brancas limitava debates e proposições para o enfrentamento da condição de exclusão e subalternidade na qual as mulheres afro-brasileiras se encontravam (GONZALEZ, 2012).

Além disso, o feminismo hegemônico não olha para as particularidades das pessoas negras. Para o feminismo branco, por exemplo, a família ocupa um lugar central na “opressão das mulheres, mas a família da mulher negra funcionou como fonte de resistência política e cultural contra o racismo durante a escravidão e o período de colonização” (MELLO, 2016, p. 159). Também existe uma grande diferença do que ocorre com as mulheres brancas, em relação às ideologias da sexualidade, pois o que existe em relação a feminilidade da mulher negra é sua negação, que não advém originalmente da família negra (*idem*).

No Brasil, por volta dos anos 1970, a intelectual Lélia Gonzalez, fundadora do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU)<sup>48</sup>, desenvolveu estudos estabelecendo de forma vinculada o racismo e sexismo ao tratar da categoria mulher. Gonzalez chamou a atenção para a importância desta articulação para se pensar na estruturação do mercado de trabalho, a fim de que não se caísse

---

<sup>47</sup> Kimberlé Crenshaw inaugurou o uso do termo em 1989 com o artigo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*.

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

“em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco” (GONZALEZ, 2020, p. 129).

Ainda que a interseccionalidade nem sempre tenha sido utilizada sob esta denominação, vem contribuindo para revelar os rastros do legado histórico do colonialismo e da escravidão no Brasil, que são atualizadas e ganham novos contornos nas estruturas contemporâneas. O mercado de trabalho brasileiro, com as particularidades da dinâmica capitalista periférica, redesenha perpetuando os desiguais caminhos de grupos de pessoas, que foram mais exploradas na constituição sócio-histórica do país – populações colonizadas e as mulheres – no ingresso ao mundo do trabalho no presente.

As vivências das mulheres no mundo do trabalho – tanto produtivo como reprodutivo – no Brasil são atravessadas por uma intersecção de opressões que se estruturaram desde o período colonial. Na esfera produtiva constituem força de trabalho sub-remunerada, ocupando majoritariamente os trabalhos mais precários e de menor prestígio social, como o trabalho doméstico e de cuidado assalariados – nichos tradicionais de ocupação feminina.

Além disso, ainda que as mulheres estejam cada vez mais presentes no mercado de trabalho, isto não significa uma transformação na sua relação com o trabalho doméstico. A presença das mulheres na esfera produtiva produz uma contradição: “ao mesmo tempo em que o capital explora ao limite a sua força de trabalho, ele também necessita delas no espaço reprodutivo para garantir a sua manutenção e reprodução” (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 8). Se configura a expropriação do tempo feminino, nos termos de Maria Betânia Ávila (2004).

Apesar da autonomia financeira, quando acessam a esfera produtiva, enfrentam uma “sobrecarga de trabalho e de tempo de trabalho em decorrência de uma jornada que compreende trabalho assalariado e trabalho doméstico não assalariado” (ÁVILA, 2004, p. 18). Cabe destacar ainda que, o trabalho doméstico permanece enquanto uma responsabilidade das mulheres de todas as classes, porém com desigualdades históricas na forma de enfrentar esta relação. As mulheres que estão exclusivamente no trabalho doméstico não remunerado, a contradição se coloca em outros termos, pois, nesse caso, a falta de uma renda própria é um impedimento à autonomia (ÁVILA, 2004).

Ademais, outros marcadores sociais da diferença, além da classe, raça e gênero, também influenciam no surgimento de opressões que (re)criam desigualdades e segregações no mundo do trabalho brasileiro, como a geracional<sup>49</sup>. Nesta perspectiva, a antropóloga Mirian Goldenberg argumenta que, embora a velhice seja a única categoria social a qual todos pertenceremos em algum momento, o tratamento dado às pessoas “velhas” é o da invisibilização (ROSSO, 2020).

O discurso hegemônico perpetuado pelo sistema moderno/colonial prioriza o homem, branco e jovem nas relações de trabalho mais prestigiadas, e a estigmatização em relação à velhice no mundo do trabalho leva à exclusão e à precarização do trabalho de pessoa “velhas” (GOLDENBERG, 2020). A exploração capitalista que se opera na vida das trabalhadoras hoje é, portanto, indissociável do racismo e do patriarcado (SAFFIOTI, 2015), mas também da velhofobia<sup>50</sup>.

A hierarquização de corpos, a distribuição de papéis sociais e a manutenção de uma estrutura no mundo do trabalho se (re)atualizam nas suas formas mais sutis ou explícitas na vida em sociedade, seja através das sociabilidades mais cotidianas aos mecanismos que operam de maneira mais ampla (como o Estado), por socializações de efeito difuso (LAHIRE, 2004).

Cabe ressaltar, ainda, que as categorias gênero, raça, classe, geração, que permitem identificar as lógicas de opressão e de desigualdade, não são constantes em todos os lugares do mundo, pois não existe uma única forma de interseccionalidade. As categorias interseccionais devem ser pensadas como processos fluídos e dinâmicos (CRENSHAW, 2002). O que reforça a importância de se considerar o contexto sociocultural no qual determinados grupos estão inseridos, como o da colonialidade que se reatualiza no Brasil.

Assim, a categoria mulher, as relações das mulheres com o trabalho (produtivo e reprodutivo), abrangem a multiplicidade de trajetórias e experiências que fazem a informalidade ser vivida de formas distintas. Motivo pelo qual a diversidade foi o critério para a escolha das entrevistadas – em relação aos marcadores sociais da diferença e das atividades desenvolvidas informalmente.

---

<sup>49</sup> Para Guita Debert “a velhice não seria pensada como um momento definido cronologicamente, mas como um processo gradual em que a dimensão histórica e social e a biografia individual devem ser consideradas como relevantes” (1992, p. 37).

<sup>50</sup> Expressão cunhada pela antropóloga Mirian Goldenberg que se refere ao preconceito em relação às pessoas mais velhas e aos estigmas associados ao envelhecimento (ROSSO, 2020).

A perspectiva feminista decolonial de Lugones evita a fragmentação da análise e a homogeneização das condições das mulheres, pois permite: a) identificar o que a informalidade representa na vida das mulheres, considerando os marcadores sociais da diferença; e, b) localizar o lugar que as mulheres ocupam na informalidade, que carrega os reflexos da divisão sociosexual e racial do trabalho (PASSOS; NOGUEIRA, 2018; NOGUEIRA; PASSOS, 2020).

Frente ao exposto, nas seções seguintes são examinadas os perfis dos dos/as trabalhadores/as inseridos/as na informalidade levando em conta a importância de se considerar a intersecção entre gênero, raça, classe social, entre outros marcadores sociais da diferença para compreender a informalidade na vida das mulheres (PINHEIRO, 2021).

### **3.2. Perfis de trabalhadores e trabalhadoras na informalidade no Brasil<sup>51</sup>**

O legado colonial no país deixou marcas profundas “no imaginário e nas práticas posteriores” (CARDOSO, 2019, p. 35), em relação ao trabalho degradado construiu-se “uma imagem depreciativa do povo, (...) uma indiferença moral das elites em relação às carências da maioria, e uma hierarquia social de grande rigidez e vazada por enormes desigualdades” (*ibidem*).

Hoje, as funções temporárias, os trabalhos informais, com menores rendimentos e menos acesso à proteção social são majoritariamente preenchidas mulheres e negros (PRONI; GOMES, 2015). Várias pesquisas constataam que estes enfrentam “mais dificuldade para obter uma inserção regular no mercado de trabalho, mesmo quando a economia cresce num ritmo forte” (PRONI; GOMES, 2015, p. 137).

No caso das mulheres, embora tenha havido aumento da participação feminina no desenvolvimento econômico brasileiro a partir dos anos 1990, devido à expansão da industrialização no Brasil, não se estabeleceu uma situação equânime na estrutura laboral (ABREU; JORGE; SORJ, 1994). O crescimento da participação feminina na força de trabalho no país repetiu um fenômeno que ocorreu em todo o subcontinente latino-americano, nas últimas décadas do século XX (MELO, 2000),

---

<sup>51</sup> Os dados – gráficos, tabelas – apresentados nesta seção partem de diferentes conceitos para mensurar o trabalho informal. Contudo, fornecem importantes panoramas para a compreensão da estrutura da informalidade no país.

mas não garantiu a qualidade do trabalho feminino, que é mais vulnerável à precariedade e à informalidade (PRONI; GOMES, 2015).

No Brasil, o intenso processo de industrialização desencadeou dois fatores importantes que afetaram as mulheres no mercado de trabalho no país: a ampliação da presença feminina e a deterioração das relações de trabalho, de modo geral – com redução do assalariamento e crescimento da informalidade (LEONE, 2010). Assim, apesar do aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, a deterioração das relações de trabalho colaboraram para que ocupassem postos de trabalho mais instáveis e pior remunerados e concentradas em guetos ocupacionais.

No período de 1985 a 1995, Maria Cristina Bruschini (1998) aponta, ao examinar a posição das mulheres no mercado de trabalho no país, que as trabalhadoras que permaneceram ativas estiveram concentradas em atividades de serviços e com expressiva presença em segmentos informais – em trabalhos domésticos não-registrados, atividades por conta própria, familiar não remunerada ou domiciliar.

Ainda, conforme Alice Abreu, Angela Jorge e Bila Sorj (1994), ao considerar a dimensão racial havia, nos anos 1990, uma participação maior de pessoas não brancas em trabalhos informais que de brancas (47,2% e 39,0%, respectivamente). O setor informal revelou condições desfavoráveis às mulheres quando comparada à dos homens, principalmente em relação à prestação de serviços domésticos.

As trabalhadoras domésticas assalariadas sem carteira assinada, por experienciarem condições de trabalho distintas em relação a outras categorias, são tratadas de forma diferenciada pelas autoras. As principais especificidades citadas são: a não produção de valores de troca como resultado dos seus trabalhos, pois são apropriados por quem as paga; forte precarização em termos de salários e de contribuição à Previdência; e, ser uma categoria essencialmente feminina, com uma taxa de participação das mulheres que supera os 90% (ABREU; JORGE; SORJ, 1994).

Entre os anos 1990 a 2000, apesar do *turning point* – crescimento do emprego formal –, no Brasil, o trabalho informal<sup>52</sup> continuou sendo a marca da situação de trabalho de boa parte da população e a inserção feminina no trabalho

---

<sup>52</sup> As autoras analisaram a evolução do trabalho informal entre os anos de 2001 e 2009 com base nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD).

remunerado apontava um contínuo crescimento<sup>53</sup>, tanto em relação ao trabalho formal quanto informal (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013).

A taxa de desemprego e de informalidade tiveram um declínio significativo ao longo dos anos 2000, mas as mulheres terminaram a década com uma participação ligeiramente maior em relação aos homens em trabalhos informais. Conforme Araújo e Lombardi:

(...) mesmo que o trabalho informal tenha se expandido muito menos que o emprego formal, mais mulheres do que homens se colocaram em postos de trabalho mais desprotegidos e vulneráveis: entre 2001 e 2009, a taxa de crescimento relativo dos ocupados no informal foi de 2,1%, enquanto a das ocupadas, de 16,3%. (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 462 - 463)

Em 2001, os homens ocupados que trabalhavam informalmente representavam 59,2% e as mulheres 58%. Em 2004, os homens representavam 52,6% e as mulheres 56,7%. Em 2009 estas porcentagens passaram para 51,3% e 52,1%, respectivamente (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013). Conforme a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, em 2013 essa diferença era cerca de um ponto percentual, 41,5% e 42,7%, respectivamente. Nos últimos anos, a distância entre as taxas por gênero de trabalhadores/as inseridos/as na informalidade no país se reduziu.

No ano de 2019, conforme a Pnad Contínua (IBGE, 2020), 41,6% da população estava inserida no trabalho informal, sendo 41,7% mulheres (Tabela 1). As mulheres estavam em maior proporção no trabalho auxiliar familiar e compoendo quase que integralmente o trabalho doméstico sem carteira, e quando considerado recorte de cor ou raça as mulheres negras representavam 72,5% das trabalhadoras informais em serviços domésticos. Enquanto que os homens, ocupados na informalidade, tinham maior participação como empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria.

---

<sup>53</sup> As autoras ressaltam que apesar desse crescimento a dimensão de gênero é quase inexistente na maioria dos estudos da época (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 455).

**Tabela 1.** População ocupada e proporção em ocupações informais, por gênero e cor ou raça, no Brasil, em 2019

| População ocupada |  |        |          |                 |                |
|-------------------|--|--------|----------|-----------------|----------------|
| Total             | População em ocupações informais (%) (1) |        |          |                 |                |
|                   | Total                                    | Gênero |          | Cor ou raça (2) |                |
|                   |  | Homens | Mulheres | Branca          | Preta ou parda |
| 94.642            | 41,6                                     | 41,5   | 41,7     | 34,5            | 47,4           |

(1) Inclui empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar.

(2) Não são apresentados resultados para cor ou raça amarela, indígena e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE, Pnad Contínua, 2020. Elaboração: IBGE, 2020, p. 37. Adaptado, 2022.

Em relação a dimensão racial dos/as trabalhadores/as inseridos/as na informalidade, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro manteve as características de 2000 a 2008 (Tabela 2), bem como entre 2012 e 2019 (Gráfico 3), podendo ser verificada uma constância na concentração de pessoas pardas ou pretas nestes intervalos, conforme a Pnad Contínua.

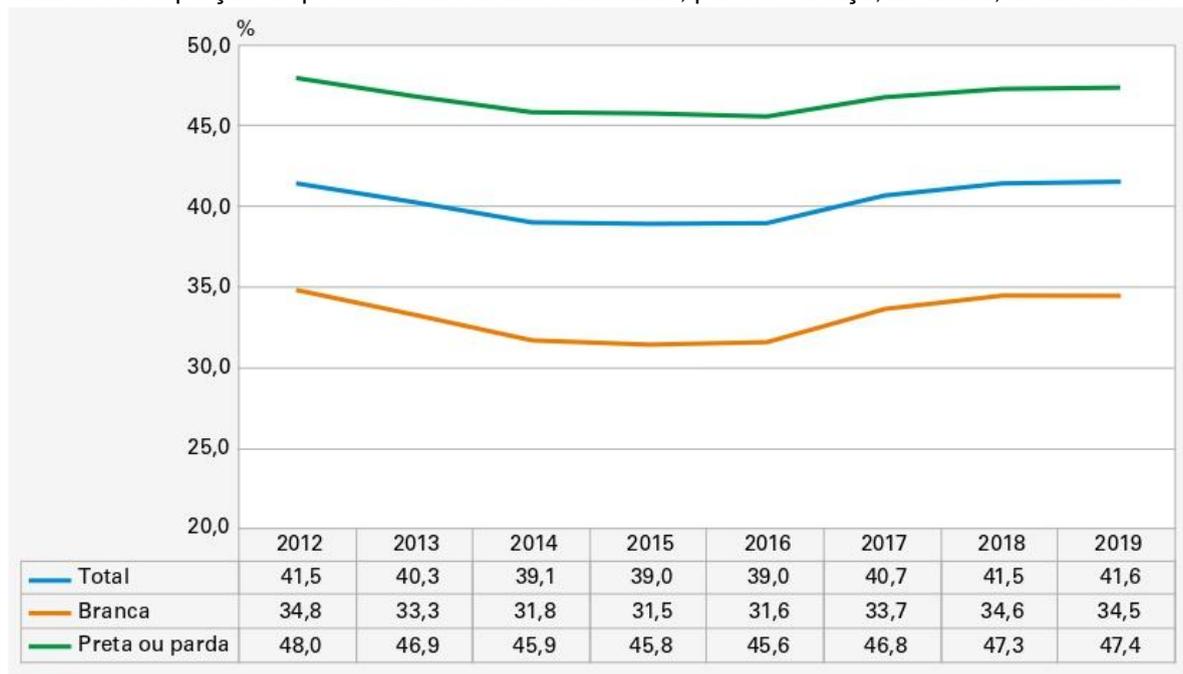
**Tabela 2.** Trabalho formal e informal conforme gênero e raça no Brasil, em 2004 e 2008

| Gênero e raça | Emprego formal |       |            | Ocupação não-formal |       |            | % Formal na ocupação total |      |
|---------------|----------------|-------|------------|---------------------|-------|------------|----------------------------|------|
|               | 2004           | 2008  | Tx. Cresc. | 2004                | 2008  | Tx. Cresc. | 2004                       | 2008 |
| Homem         | 58,4           | 58,3  | 5,0        | 58,1                | 57,0  | (-0,6)     | 39,1                       | 44,0 |
| Mulher        | 41,6           | 41,7  | 5,1        | 41,9                | 43,0  | 1,0        | 38,7                       | 42,6 |
| Branco        | 59,4           | 54,7  | 2,9        | 48,7                | 46,1  | (-4,0)     | 43,8                       | 47,6 |
| Negro         | 40,6           | 45,3  | 7,9        | 51,3                | 53,9  | 1,5        | 33,5                       | 39,2 |
| Total         | 100,0          | 100,0 | 5,0        | 100,0               | 100,0 | 0,3        | 38,9                       | 43,4 |

Formal: emprego com carteira, militar e funcionário público e estatutário, emprego doméstico com carteira.

Não-formal: emprego sem carteira, trabalho doméstico sem carteira,

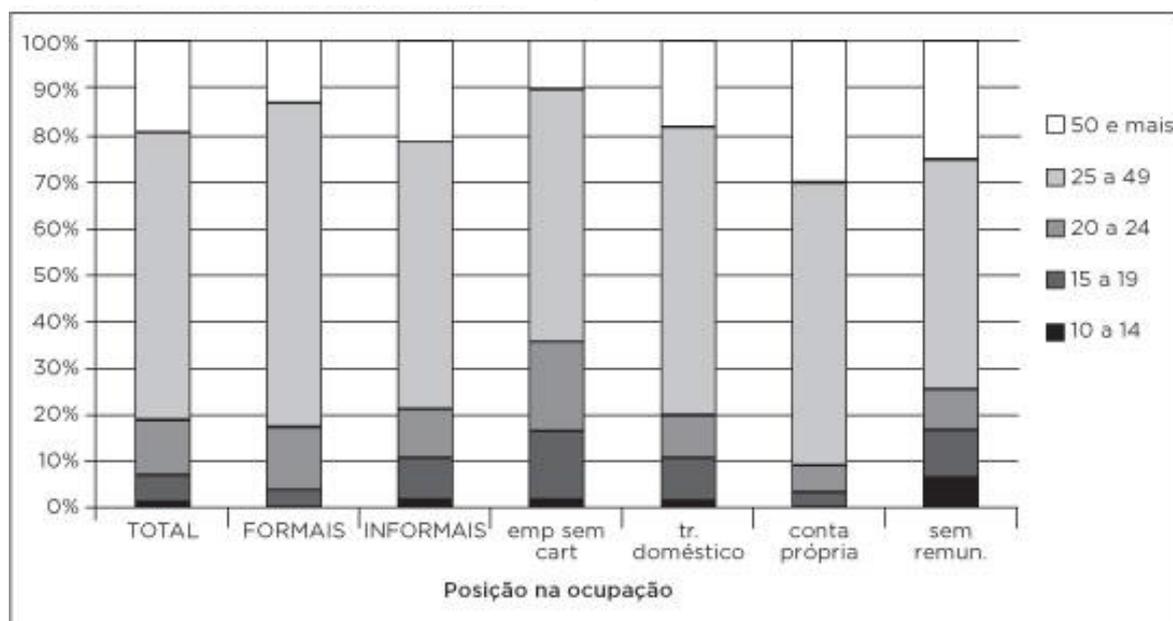
Fonte: IBGE, Pnad Contínua, 2004 a 2008. Elaboração: LEONE, 2010. Adaptado, 2022.

**Gráfico 3.** Proporção de pessoas em trabalhos informais, por cor ou raça, no Brasil, de 2012 a 2019

Fonte: IBGE, Pnad Contínua, 2012 a 2019. Elaboração: IBGE, 2020, p. 39.

Quando considerado o aspecto geracional, em 2009, aproximadamente 14% dos homens e das mulheres em trabalhos formais tinham mais de 50 anos, enquanto, que no informal, essas proporções subiram para 24,5% e 21,5%, respectivamente (Gráfico 4). Em 2013, cerca de 45% dos jovens de 16 a 24 anos ocupados estavam em trabalhos informais, entre os idosos este percentual era ainda maior, de 69%. O que evidencia a tendência da informalidade em incorporar a força de trabalho no início e no final do ciclo de vida laboral, em maior proporção do que o formal (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013).

**Gráfico 4.** Mulheres ocupadas: formais, informais por posição na ocupação e faixas de idade no Brasil, 2009



Fonte: IBGE, Pnad Contínua, 2009. Elaboração: ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 466.

Outra característica da informalidade no mundo do trabalho no Brasil é a concentração de pessoas com baixa escolaridade<sup>54</sup> (Gráfico 5). Entre os anos de 1992 a 2020 predominaram grupos de escolaridade mais baixa, em especial no grupo que agrega trabalhadores/as com 0 a 4 anos de estudo (VELOSO; FILHO; PERUCHETTI, 2022).

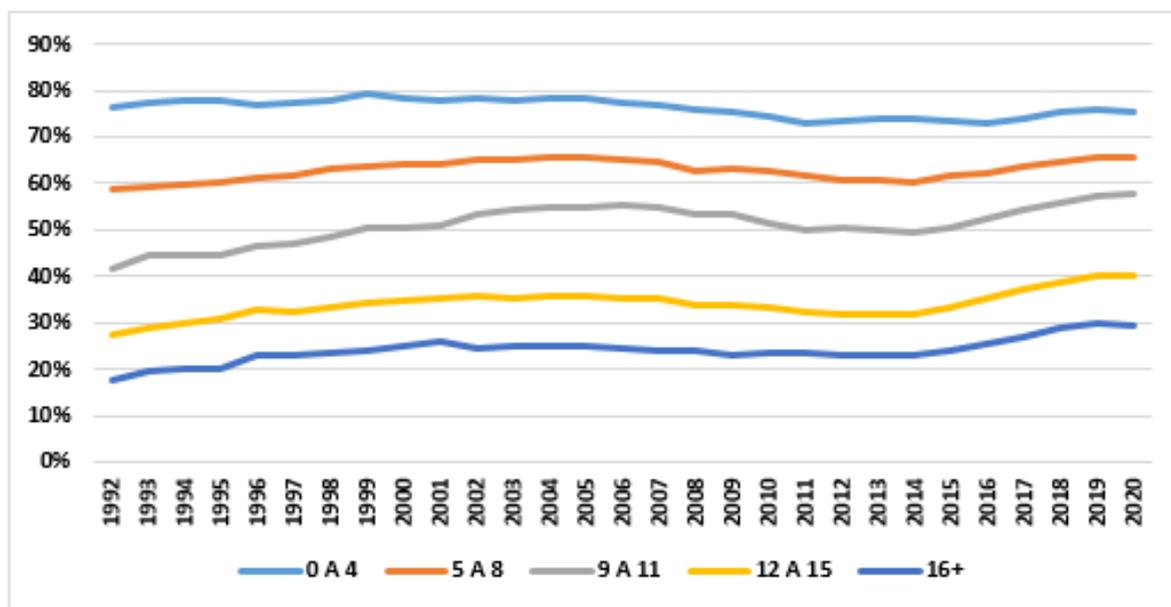
Um fato considerável diz respeito ao aumento da informalidade nos últimos anos que acabou atingindo de forma generalizada todos os grupos educacionais, inclusive aqueles com escolaridade mais alta. A taxa de informalidade entre quem possui 16 anos ou mais de estudo aumentou de 23,1% em 2014 para cerca de 30% em 2019.

Em 2020, a taxa de informalidade do grupo com 16 anos ou mais de estudo apresentou um pequeno recuo para 29,4%, porém é possível observar nos últimos

<sup>54</sup> Apesar de não haver consenso na literatura sociológica a respeito do conceito de classe ou sobre sua operacionalização, o uso de níveis de escolaridade como indicador de classe social é extremamente relevante para estudos da realidade brasileira, tendo em vista que o acesso a ensino de qualidade, de modo geral, e ao ensino superior, ainda está restrito a uma parcela pequena da população. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2019, cerca de 20% da população entre 25 e 34 anos possui um diploma de nível superior. E, ainda, 40% dos ingressantes em universidades pertenciam aos 20% da população com maior poder econômico e apenas 5% pertenciam aos 20% mais pobres da população.

anos mudanças significativas em relação à escolaridade dos/as trabalhadores/as informais.

**Gráfico 5.** Evolução da taxa de informalidade no Brasil por nível educacional - 1992-2020



Fonte: Pnad e Pnad Contínua. Elaboração: VELOSO; FILHO; PERUCHETTI, 2022, p. 3.

O crescimento do percentual de trabalhadores informais no Brasil, entre 2015 e 2019, que possuem ensino superior, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), cresceu 4,8 pontos percentuais, enquanto o crescimento da taxa de informalidade dos trabalhadores em geral foi de 2,7 pontos percentuais (Tabela 3). Em termos relativos, significa que 44% dos empregos informais criados foram ocupados por trabalhadores/as com ensino superior (TEREZA, 2020).

**Tabela 3.** Total de trabalhadores/as informais com Ensino Superior e total, no Brasil, em 2015 e 2019

| Trabalhadores/as informais       | 2015               | 2019               |
|----------------------------------|--------------------|--------------------|
| Com ensino superior              | 2.910.441 (25,1%)  | 4.442.671 (29,9%)  |
| Total trabalhadores/as informais | 37.750.721 (44,9%) | 41.176.494 (47,6%) |

Fonte: Pnad Contínua - 4º trimestre 2015-2019. Elaboração: TEREZA, 2020, p. 1. Adaptado, 2022.

Houve um crescimento da taxa de informalidade dos graduados, principalmente, entre os trabalhadores mais jovens, com um aumento de 24,02% para 31,63%, resultando num aumento 7,6 pontos percentuais (Tabela 4),

possivelmente por terem menos experiência no mercado de trabalho e conseguirem se inserir em trabalhos informais de maneira mais fácil em relação a um trabalho formal. Enquanto que os trabalhadores mais velhos foram 4,3 pontos percentuais.

**Tabela 4.** Trabalhadores/as com ensino superior informais - por faixa etária no Brasil, em 2015 e 2019

| Trabalhadores/as informais com ensino superior          | 2015               | 2019               |
|---|--------------------|--------------------|
| 18 a 29 anos  | 615.710 (24,02%)   | 950.636 (29,9%)    |
| 30 a 64 anos  | 2.144.830 (24,77%) | 3.218.507 (28,49%) |
| Total de trabalhadores/as informais com ensino superior | 2.910.441 (25%)    | 4.442.671 (29,9%)  |

Fonte: Pnad Continua - 4º trimestre 2015-2019. Elaboração: TEREZA, 2020, p. 1. Adaptado, 2022.

Considerando o nível educacional em relação às mulheres participantes neste estudo, existe uma prevalência de mulheres com acesso ao ensino superior, nove possuem graduação ou pós-graduação concluído ou em andamento, enquanto duas possuem ensino médio incompleto e uma o ensino médio completo (Quadro 2). Fator que vai ao encontro da tendência maior de pessoas com escolaridade mais alta (e pertencentes a camadas sociais mais altas) nos últimos anos inseridas na informalidade.

**Quadro 2.** Interlocutoras por grau de escolaridade, segundo perfil e atividade

| Escolaridade             | Nome      | Raça   | Idade | Atividade                               |
|--------------------------|-----------|--------|-------|---|
| Ensino médio incompleto  | Jaqueline | Parda  | 32    | Diarista                                |
|                          | Gabriele  | Branca | 63    | Massoterapeuta                          |
| Ensino médio completo    | Karen     | Preta  | 61    | Diarista                                |
| Graduação incompleta     | Cláudia   | Branca | 30    | Dona de salão de beleza                 |
|                          | Bruna     | Branca | 44    | Fotógrafa                               |
|                          | Laura     | Branca | 35    | Diarista                                |
| Graduação completa       | Eduarda   | Preta  | 30    | Profissional de comunicação e marketing |
| Pós-graduação incompleta | Ana       | Branca | 23    | Doceira                                 |

|                        | Mônica  | Parda  | 30 | Padeira                   |
|------------------------|---------|--------|----|---------------------------|
| Pós-graduação completa | Débora  | Branca | 30 | Microtrabalhadora de site |
|                        | Heloísa | Branca | 29 | Microtrabalhadora de site |
|                        | Isadora | Branca | 26 | Doceira                   |

Fonte: Diário de Campo, 2021.

Em 2004 e 2008, levando em conta a relação das remunerações e os anos de estudo, os homens negros e mulheres negras que apresentam os piores níveis de escolaridade e entre as mulheres as negras estão em desvantagem com relação às brancas. Entretanto, de modo geral, independentemente da raça, os rendimentos medianos dos homens superam os das mulheres (Tabela 5).

Em 2013, o rendimento médio da população em trabalhos informais correspondia a 57% do rendimento da população ocupada em trabalhos formais. Nos últimos nove anos, a desigualdade caiu, pois a variação do rendimento médio dos informais foi de 51,8%, percentual superior ao dos formais (26,7%).

**Tabela 5.** Trabalhadores informais conforme anos de estudo, sexo e raça e rendimentos medianos em salários mínimos/hora, no Brasil, em 2008

| Anos de estudo | Distribuição |        |       |        | Rendimentos medianos |        |       |        |
|----------------|--------------|--------|-------|--------|----------------------|--------|-------|--------|
|                | Homem        | Mulher | Homem | Mulher | Homem                | Mulher | Homem | Mulher |
|                | branco       | branca | negro | negra  | branco               | branca | negro | negra  |
| Menos de 8     | 42,9         | 18,5   | 61,9  | 32,6   | 1,06                 | 1,06   | 0,92  | 0,88   |
| De 8 a 10      | 22,8         | 21,1   | 20,6  | 21,5   | 1,20                 | 1,10   | 1,06  | 1,01   |
| De 11 a 14     | 26,3         | 44,7   | 15,5  | 39,7   | 1,86                 | 1,59   | 1,41  | 1,33   |
| 15 ou mais     | 8,0          | 15,8   | 2,0   | 6,2    | 5,30                 | 3,98   | 3,53  | 3,18   |
| Total          | 100,0        | 100,0  | 100,0 | 100,0  | 1,33                 | 1,47   | 1,00  | 1,10   |

**Obs.:** Menos de 8 anos de estudo: antigo 1º Grau Incompleto ou Fundamental Incompleto  
 8 a 10 anos de estudo: antigo 1º Grau ou Ensino Fundamental completo e Médio Incompleto  
 11 a 14 anos de estudo: antigo 2º Grau ou Ensino Médio Completo e Superior Incompleto  
 15 anos ou mais: Superior Completo

Fonte: IBGE - Pnad, 2004 e 2008. Elaboração: LEONE, 2010, p. 23. Adaptado. 2022.

Das quatro entrevistadas autodeclaradas negras, três relataram que obtêm, ou em algum momento durante a pandemia da COVID-19 obtiveram, no trabalho informal sua renda principal. Enquanto que, das oito mulheres que se

autodeclararam brancas, apenas três têm ou tiveram, no mesmo período, sua renda principal na informalidade.

Waldemir Rosa (2009) apresenta um argumento para explicar a relação entre as disparidades nos rendimentos e a manutenção de uma hierarquia que tem o homem branco no topo, seguido da mulher branca, ficando abaixo homens e mulheres negras, nesta sequência. Diz respeito aos valores ligados à branquidade e à masculinidade que conferem uma supremacia aos homens brancos, ficando os outros grupos em posições subalternizadas.

A maior parte das pessoas que se inserem no mercado informal pertencem a grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho. Os dados acima apresentados apontam a existência de desigualdades de classe, gênero, raça e geracional, ao concentrar um número maior de pessoas com baixa escolaridade; pessoas negras de ambos os sexos; de mulheres, em geral, maiores que as dos homens; e de pessoas com mais de 50 anos em trabalhos informais em relação aos trabalhos formais.

O mercado de trabalho brasileiro pouco tem se alterado nas últimas décadas: não tem sido capaz de gerar trabalho formal para parcela significativa dos/as trabalhadores/as, nem de reduzir de forma expressiva a informalidade. Assim, a informalidade continua fazendo parte da realidade laboral de um amplo contingente de trabalhadores/as que, de outra forma, não teriam trabalho nem rendimentos (CARDOSO, 2016). Quadro que contribui para que as mulheres não superem os obstáculos que as impedem de alcançar uma maior equidade no mercado de trabalho, tanto em termos de igualdade de remuneração, como com maiores proteções sociais, ou mesmo superar a segmentação de gênero nas ocupações.

### **3.3. Contexto social e territorial da pesquisa: um olhar sobre Pelotas**

(...) a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. (MINAYO, 2012, p. 623)

As características econômicas e socioculturais da cidade de Pelotas dão contornos específicos ao conjunto das experiências vivenciadas pelas pessoas inseridas no seu contexto social e que podem ser identificadas nas narrativas das

interlocutoras desta pesquisa. O contexto social influencia nas experiências laborais das entrevistadas e de seus familiares, bem como nos processos de construção do sentido atribuído ao trabalho.

Pelotas está localizada ao sul do estado do Rio Grande do Sul (Figura 15), possui uma população de 343.826 mil habitantes, conforme estimativa do IBGE (2021b), configurando a 4ª mais populosa do estado. A maior parte dos habitantes é jovem, possuindo entre 0 a 29 anos de idade (Tabela 6). Além disso, a cidade é considerada capital regional do Rio Grande do Sul, devido sua importância cultural, política e econômica – concentra diversos serviços e algumas atividades industriais, em geral ligado ao setor de alimentos.

**Figura 15.** Mapa de Pelotas/RS



Autoria: ABREU, 2006.

**Tabela 6.** População de Pelotas por faixa etária, em 2010

| População por faixa etária (2010)           |        |
|---|--------|
| 49.764 pessoas com mais de 59 anos de idade | 15,16% |
| 131.290 pessoas entre 30 e 59 anos de idade | 39,99% |
| 147.221 pessoas entre 0 e 29 anos de idade  | 44,85% |

Fonte: IBGE, Pnad - COVID-19, 2019.

A cidade possui paisagem natural serrana – elevada e ondulada, onde se concentrou a colonização alemã e italiana – e planície baixa e plana (Figura 16). Está a 7 metros do nível do mar<sup>55</sup> e se encontra às margens do canal São Gonçalo, navegável em toda sua extensão. O canal liga a laguna dos Patos e a lagoa Mirim<sup>56</sup>, fazendo parte da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e do Canal São Gonçalo (SEMA, 2020) (Figura 17).

Este curso d'água natural, que passa pelo arroio Pelotas, forma uma conexão líquida importante na formação sociocultural da cidade, pelas águas se estabeleceram relações entre pessoas de distintos territórios e fluxos comerciais (com o transporte de mercadorias) de outras localidades.

**Figura 16.** Fotografia Centro da cidade de Pelotas – vista da Rua Barão de Santa Tecla



Fonte: Acervo pessoal. 2022.

---

<sup>55</sup> Devido à proximidade com o Oceano Atlântico, a temperatura da cidade é amena com elevada umidade atmosférica (com média anual de cerca de 85%). Os invernos são com geadas frequentes e ocorrência de nevoeiros. Disponível em: <<http://pelotas.ufpel.edu.br/geografia.html>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

<sup>56</sup> Esta última é um importante reservatório de água doce, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://pelotas.ufpel.edu.br/geografia.html>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

**Figura 17.** Mapa de Pelotas e suas águas

Fonte: *Google Maps*. Adaptado, 2022.

A cidade tem a constituição de sua diversidade cultural e religiosa, fruto de uma pluralidade étnica, propiciada pelas águas. Foi erguida por mão-de-obra escravizada, sobretudo, de pessoas vindas com tráfico transatlântico do continente africano; indígenas, instalados/as no território – se estabelecendo, principalmente, perto das recursos hídricos; e, por pessoas de origem europeia, vindas principalmente por conta das políticas de incentivo migratório perpetuadas no país no século XIX<sup>57</sup>.

A interação entre esta diversidade, de maneira nem sempre pacífica, (re)constrói uma cidade diversa, que mescla diferentes modos de vida, a pesca e o comércio, o campo e o concreto, revelando uma pluralidade em seus próprio patrimônios culturais materiais e suas manifestações culturais imateriais<sup>58</sup>.

Pelotas apresenta características de médios centros urbanos – possui a característica de cidade universitária e exerce posição de centralidade em relação aos municípios próximos –, mas também carrega uma atmosfera rural (Figura 18) –

<sup>57</sup> As pessoas vindas de sociedades africanas a Pelotas são predominantemente das regiões da África Ocidental e Central Atlântica (PESSI, 2012). Em relação aos/às indígenas, estudos indicam que em Pelotas, quando os Guarani chegaram à região (cerca 530 e 380 A.P. – Antes do Presente), já haveriam grupos pampeanos, considerados ancestrais dos Charruas e Minuanos nas áreas alagadiças (TEIXEIRA, 2014). Já as pessoas de origem europeia são principalmente vindas de Portugal e Itália, mas também há forte presença de descendentes alemães.

<sup>58</sup> Sobre este tema ver exposição Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas é realizada pelo projeto de pesquisa Margens: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas/RS em parceria com a Bibliotheca Pública de Pelotas. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/margens/>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

é cercada por charqueadas, colônias e os modos de vida estão intimamente ligados ao campo (PINTO; SALAMONI, 2012). Assim, as fronteiras entre campo e urbe se confundem.

A área rural do município ocupa 88,48% de seu território (cerca de 1,5 mil quilômetros quadrados de colônia), ocupados por 22.089 moradores – o que corresponde a 6,7% do total de habitantes de toda Pelotas, de acordo com o IBGE (2010). Oito distritos compõem a divisão territorial: Colônia Z3 (2º distrito), Cerrito Alegre (3º), Triunfo (4º), Cascata (5º), Santa Silvana (6º), Quilombo (7º), Rincão da Cruz (8º) e Monte Bonito (9º)<sup>59</sup> (Figura 19).

**Figura 18.** Fotografia tirada no 8º distrito, Rincão da Cruz

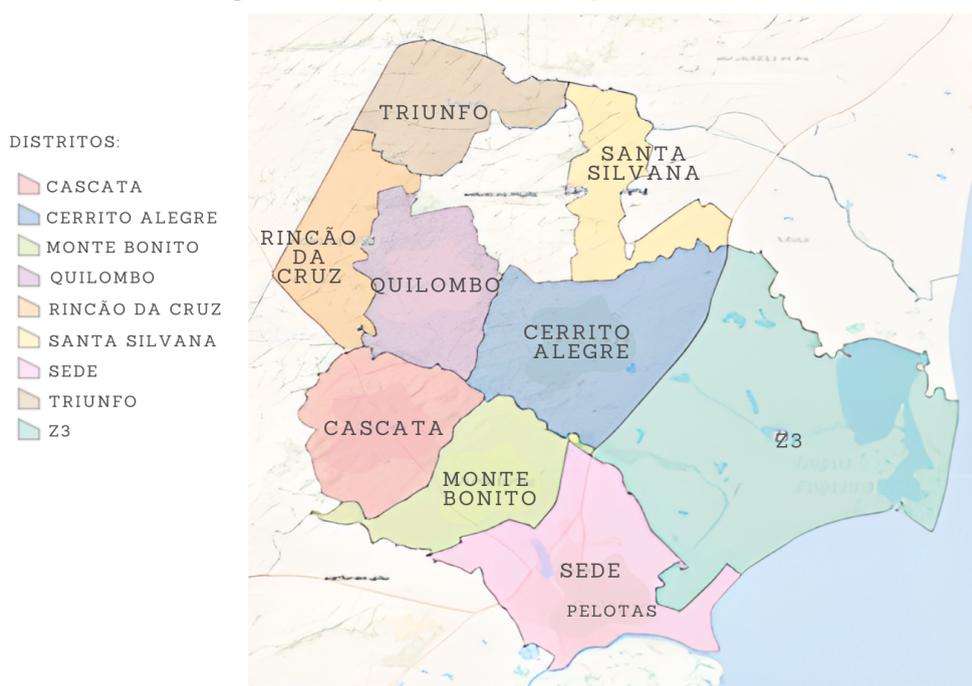


Fonte: Acervo pessoal, 2020.

---

<sup>59</sup> Dia do Colono: Prefeitura avalia conquistas e planeja ações para a zona rural. Por Tânia Magalhães. Disponível em: <<https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dia-do-colono-prefeitura-avalia-conquistas-e-planeja-acoes-para-a-zona-rural>>. Acesso em: 23 de mar. de 2022.

**Figura 19.** Mapa rural do Município de Pelotas/RS



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Pelotas<sup>60</sup>. Adaptado, 2022.

Alguns hábitos rurais são narrados por Mônica e Isadora. Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa), doceira, nasceu em uma cidade interiorana, próxima a Pelotas, e contou que na infância via sua avó usar o fogão a lenha para fazer doces – como chimia<sup>61</sup> de frutas. Mônica, padeira, relata que durante a pandemia foi para o “interior” de Pelotas (distrito localizado na zona rural) morar com os pais e durante sua estada lá aprendeu a fazer pães e bolos, prática que mais tarde passou a desenvolver em trabalho informal como forma de sustento. A respeito contou:

Eu me isolei mesmo, porque eu tava bem preocupada e lá eu fiquei com meu pai e minha mãe... lá fora é ali no interior da colônia Maciel. E o meu pai sempre fez tudo, biscoito, massa, macarrão, pães e ele me ensinou a fazer o pão caseiro dele, que é uma receita que ele aprendeu com a mãe dele. Aí, a partir disso, a gente começou a fazer todos os dias e tudo mais... Era mês de isolamento e a gente ficou um mês lá, na verdade um mês e uma semana. E todos os dias... A cada dois dias, fazendo pão, fazendo pão, e eu gostei dessa prática. (Mônica, parda, 30 anos, pós-graduação incompleta)

<sup>60</sup> Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/servicos/gestao-da-cidade/mapas>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

<sup>61</sup> Chimia é um doce à base de frutas, similar à geleia (embora haja diferença, pois a chimia é mais consistente, por ser produzida não só com o suco, mas também com o bagaço e, eventualmente, as cascas das frutas ou legumes utilizados), conhecida em regiões coloniais no Rio Grande do Sul.

A característica de médio centro urbano da cidade de Pelotas pode ser observada na atmosfera universitária da cidade e na concentração de hospitais que reúne. As universidades fazem parte do percurso profissional de várias das interlocutoras – Ana, Bruna, Cláudia, Débora, Eduarda, Isadora, Laura<sup>62</sup> e Mônica, que possuem graduação ou pós-graduação concluídos ou em andamento em alguma das instituições de ensino superior de Pelotas e região. Ainda, Karen, que exerce trabalho como diarista e também faz doces e salgados como forma de complementar sua renda, contou que apesar de já cozinhar desde muito nova, fez cursos na Faculdade de Tecnologia Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) de Pelotas para aprimorar algumas técnicas.

Na cidade está localizada a Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Universidade Católica de Pelotas (UCPe), Faculdade Anhanguera, o Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSUL) e a Faculdade de Tecnologia Senac. Além de estar próxima a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), localizada na cidade de Rio Grande (que está a 59 Km de Pelotas).

Além disso, o espaço hospitalar pelotense aparece nas narrativas de Bruna, Eduarda e Jaqueline quando descrevem suas trajetórias laborais e a de seus familiares. Pelotas reúne um conjunto de hospitais que atendem a demanda de várias cidades ao redor, são eles o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, Hospital Escola UFPEL (EBESERH), Hospital Miguel Piltcher, Hospital Universitário São Francisco de Paula (HUSFP/UCPe) e Hospital Sociedade Portuguesa de Beneficência e o Hospital Unimed.

A trabalhadora Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta) trabalha em um dos hospitais há 16 anos com vínculo formal. Jaqueline (parda, 30 anos, ensino médio incompleto) a partir de experiência enquanto cuidadora de um idoso durante a pandemia frequentou hospital e descreveu que o seu contato com equipe de técnicos/as de enfermagem a fez colocar a profissão em seus planos a longo prazo. Já Eduarda conta que sua mãe trabalhou por muito tempo em um destes hospitais.

A presença de várias universidades (sendo uma delas Federal) e de hospitais em Pelotas remonta ao século passado, quando a cidade se tornou um

---

<sup>62</sup> Inclusive Laura conta com apoio financeiro de um programa estudantil concedido pela universidade.

polo econômico até a segunda metade do século XIX (OST, 2017a), “não apenas do Rio Grande do Sul, como de todo o Império do Brasil” (VARGAS, 2014, p. 541).

As charqueadas, locais em propriedades rurais onde era produzido o charque<sup>63</sup>, deram “origem a unidades produtivas escravistas nos moldes daqueles que caracterizavam a sociedade colonial brasileira: latifúndio, monocultura e mão de obra escrava” (THIESEN; MOLET; KUNIOCHI, 2011). Em 1870, ocorreu a expansão do charque nacional e internacionalmente (SILVEIRA, 2020), que promoveu um significativo desenvolvimento econômico da cidade.

As primeiras charqueadas datam do final do século XVIII e o primeiro sítio charqueador foi fundado pelo cearense José Pinto Martins que, fugindo da seca do Nordeste brasileiro, encontrou às margens do Arroio Pelotas, solo propício para criação de gado (GUTIERREZ, 2001).

Com o auge das charqueadas também passou a ser explorada a fabricação de doces (Figura 20). A produção dos doces surgiu quando os senhores de engenhos que comercializavam o charque ao Nordeste passaram a retornar com açúcar em abundância. Com isto, diversos tipos de doces começaram a ser produzidos na cidade a partir de receitas de origens multiculturais<sup>64</sup> – principalmente africana e portuguesa –, que começaram a ser feitos “no interior dos casarios e eventos sociais da elite local, produzida majoritariamente por mulheres escravas” (CHAGAS, 2021, p. 54).

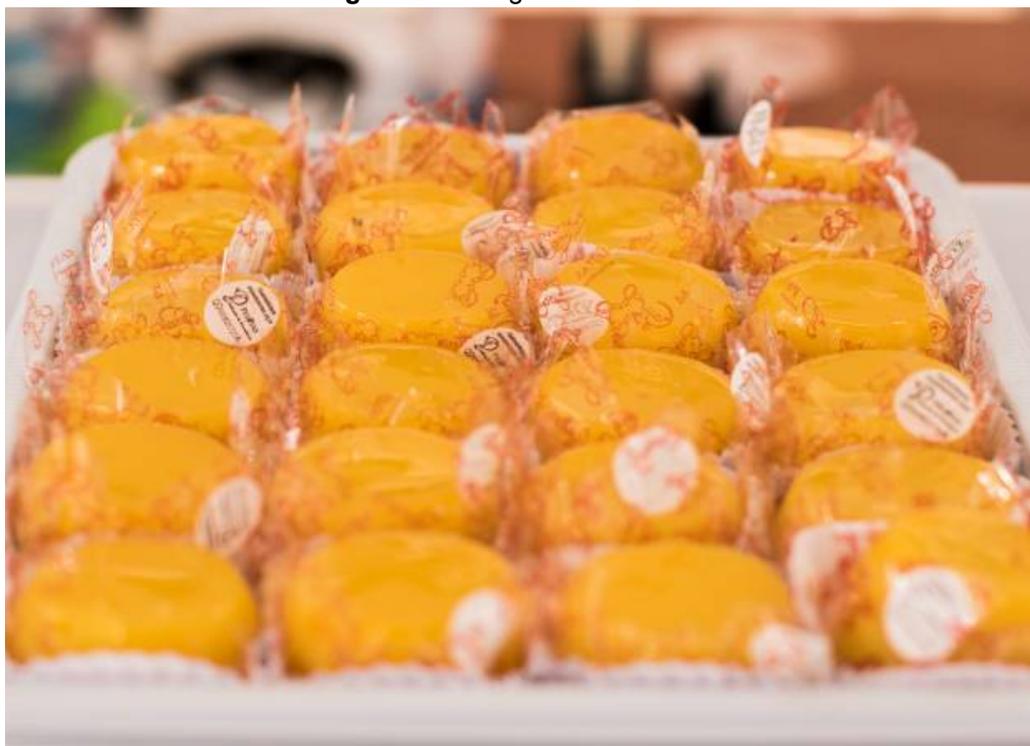
Os doces são elementos culturais que carregam uma diversidade de grupos étnicos e sociais que compõem a cidade e que estão intimamente ligados ao patrimônio material da cidade.

---

<sup>63</sup> O charque é uma carne que passa pelo processo de salga e é seca ao sol, sofrendo desidratação como forma de preservá-la por mais tempo.

<sup>64</sup> Há forte influência nos doces de Pelotas de culturas africanas e europeias que adaptaram os ingredientes e o modo de fazer doces e que hoje constituem a tradição doceira da região.

**Figura 20.** Fotografia de Quindins



Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Pelotas<sup>65</sup>. Autoria: Michel Corvello, 2021.

Os doces, em um primeiro momento, permaneceram restritos ao consumo da elite local – os chamados de doces finos –, mas a partir de meados do século XX alcançaram a zona rural e ultrapassaram os limites da cidade – chegando a outras partes do país (CHAGAS, 2021). Na zona rural os imigrantes alemães, italianos e franceses passaram a utilizar diversas frutas, mas principalmente o pêssego e o figo, para a fabricação de doces, em conservas e chimias<sup>66</sup> (Figura 21), originando os doces coloniais.

---

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/quinzena-aproxima-os-doces-de-pelotas-do-publico>>. Acesso em: 4 de jan. de 2022.

<sup>66</sup> Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/passeio-virtual/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

**Figura 21.** Fotografia da Casa Gruppelli - restaurante italiano localizado no 7º distrito, Quilombo



Fonte: Acervo pessoal. 2019.

Porém, no final do século XIX, mais precisamente na década de 1880, ocorreu a crise do charque. A crise foi resultado de conflitos por terras e rebanhos com países platinos vizinhos – em um momento em que a fronteira não estava bem definida – e da “abolição da escravidão (1888) [somada] a queda da própria monarquia (1889) – constituída por empresários das carnes um de seus sustentáculos” (VARGAS, 2014, p. 541).

O declínio do ciclo das charqueadas em Pelotas, que possuía toda sua economia fundamentada na pecuária, acompanhou o começo da decadência econômica da Metade Sul<sup>67</sup> do estado (Figura 22). Com a crise da década de 1930 a situação piorou, o que fez com que a região perdesse seu dinamismo econômico (ETGES, 2010).

---

<sup>67</sup> Termo utilizado para designar a região localizada ao sul do RS, reunindo 106 municípios. “O recorte territorial é composto por grandes áreas territoriais, ocupando mais da metade da área do Estado do Rio Grande do Sul” (CARGNIN, 2014, p. 54). A região é denominada também, por alguns, como região da campanha.

**Figura 22.** Mapa da Metade Sul do Rio Grande do Sul



Fonte: CARGNIN, 2014. Adaptado, 2022.

Neste mesmo período, "em contraposição ao processo de decadência da economia da Metade Sul, ocorria um rápido crescimento agrícola-industrial da região norte do Estado" (ETGES, 2010). A Metade Norte, que tem como o seu modo de produção as pequenas propriedades familiares e como base a diversidade no cultivo, que é policultura – com o cultivo de milho, vinho, erva-mate, trigo, arroz, feijão, cana de açúcar e cebola – se desenvolveu industrialmente e hoje concentra os maiores polos metal-mecânicos, madeira, mobiliário e têxtil do estado.

No início do século XX, Pelotas, assim como a Metade Sul do estado, não acompanhou o crescimento da economia do Brasil, o que contribuiu para a sua estagnação econômica. A dinâmica dessas atividades, a organização do espaço, seus modos de vida particulares e as crises cíclicas definem comportamentos sociais e demográficos, as formas de concentração de renda e o estilo de consumo.

O reflexo das diferenças entre o desenvolvimento da região norte e sul do estado é percebido por Gabriele, que prestou o serviço de massoterapia em Porto Alegre na década de 1990:

(...) como eu trabalhei em Porto Alegre em uma clínica, a gente tinha nossa agenda sempre cheia. Inclusive tinha lista de espera, mas é gente que tem

outra consciência e tem outro nível financeiro. A gente atendia muitos bancários, professores, de todas as classes, era bastante gente de trabalho burocrático (...) Mas em cidades do interior o pessoal não valoriza, sabe? (Gabriele, branca, 63 anos, ensino médio incompleto)

O passado dos tempos das charqueadas e dos casarões estão presentes na paisagem pelotense, e juntamente com a fama de capital nacional do doce<sup>68</sup> fazem Pelotas ser um grande atrativo turístico. Características que ganharam ainda mais visibilidade em 2018, em virtude do duplo reconhecimento concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) enquanto portadora de Patrimônio Material e Imaterial<sup>69</sup>.

Cabe ainda mencionar uma das últimas grandes transformações econômicas em Pelotas, o processo de industrialização no século XIX. As primeiras fábricas<sup>70</sup> que surgiram na cidade eram dos ramos da pecuária e do cultivo do arroz. Um dos maiores engenhos de arroz da América Latina, implantado em 1922 pelo Coronel Pedro Osório durante o ciclo do arroz, foi o Engenho Pedro Osório (Figura 23). O Engenho encerrou suas atividades em 1994, mas ainda hoje é possível encontrar indícios do complexo industrial – das vilas operárias, da escola Visconde de Mauá, construída para as crianças filhas dos/as trabalhadores/as do engenho, o futebol clube Osório. Mais tarde, nas décadas de 1950 e 1970, passaram a existir na zona rural, ganhando destaque nacional, as indústrias de conservas de frutas e legumes, que tornaram-se a principal atividade econômica da cidade até fins dos anos 1980 (BACH, 2017).

---

<sup>68</sup> Desde 1986 ocorre a Feira Nacional do Doce em Pelotas com a finalidade de promover a cultura doceira pelotense. Disponível em: <<https://fenadoce.com.br/historia/>>. Acesso: 24 de fev. de 2022.

<sup>69</sup> O patrimônio material tombado pelo IPHAN que conformam um conjunto de patrimônios históricos é formado pelas Praças José Bonifácio, Coronel Pedro Osório, Piratinino de Almeida e Cipriano Barcelos; o Parque Dom Antônio Zattera; a Chácara da Baronesa; e a Charqueada São João. Já as tradições doceiras da região da cidade e da Antiga Pelotas (composta por Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo e Turuçu foram inscritas pelo IPHAN no Livro de Registro dos Saberes. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/496>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

<sup>70</sup> Essas fábricas se concentravam no espaço urbano localizado entre o Porto (1832), região já desenvolvida em função da produção saladeril, e a Estação Férrea (1884), pela facilidade de escoamento da produção.

**Figura 23.** Fotografia do Engenho Coronel Pedro Osório



Fonte: Acervo digital do projeto de pesquisa Margens.

Outros indícios do período da ascensão industrial pelotense são encontrados em várias partes da cidade<sup>71</sup>, constituindo o patrimônio industrial de Pelotas. Este cenário industrial fez parte da vida laboral da mãe de Jaqueline e da avó de Bruna. Jaqueline (parda, 30 anos, ensino médio incompleto), durante a entrevista, narrou que nos anos 1990 a sua mãe, além de prestar serviços como diarista, trabalhava em indústrias de conservas em períodos sazonais: “(...) ela trabalhava descascando frutas da época, como o figo, mas não só o figo, pêssego também, antes de irem pra caldeira”.

A avó de Bruna também trabalhou em uma fábrica de conservas de doce, de pêssego e figo, e contou que: “ela trabalhou durante toda sua vida laboral lá... até se aposenta”. A avó de Bruna após aposentar-se seguiu trabalhando como cuidadora de uma idosa, da família que era dona da indústria em que trabalhou por praticamente toda sua vida laboral.

Nos anos de 1980 e 1990, a situação da economia pelotense piorou, época em que a economia no país como um todo entrou em crise. Ao longo da década de

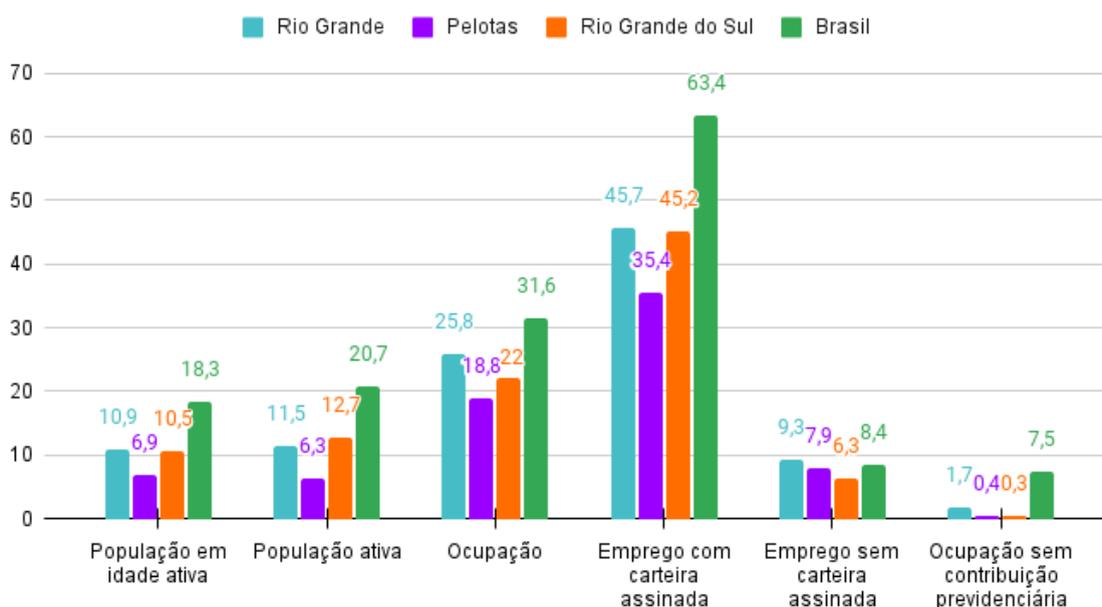
---

<sup>71</sup> Podem ser vistos no seguinte endereço:  
<https://wp.ufpel.edu.br/patrimoniointustrial/galeria/imagens/>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

1990, a maioria destas empresas encerraram suas atividades, mas as que permanecem em funcionamento atingem hoje grande parcela da produção neste segmento no mercado brasileiro (BACH, 2017).

Neste momento o país foi marcado pelas reformas liberais e políticas de abertura comercial (OST, 2017a) e os efeitos destas “mudanças sobre a economia local foram desastrosos, provocando um cenário social marcado pelo desemprego, informalidade e pobreza elevados” (OST, 2017a, p. 13). Conforme o Observatório Social do Trabalho (OST)<sup>72</sup>, nos anos 2000, a economia da cidade começou a dar sinais de melhora, com indicadores sociais e de mercado de trabalho positivos, com o crescimento da ocupação e do emprego formal, e da redução do desemprego e da informalidade (Gráfico 6).

**Gráfico 6.** Taxas de crescimento da população em idade ativa e da população ocupada (em %), Rio Grande, Pelotas, RS, Brasil, 2000-2010



Fonte: IBGE, censos demográficos. Elaboração: OST, 2017b. Adaptado, 2022.

Em 2014, outra crise econômica atinge o país, impactando negativamente o mundo do trabalho. Entre 2015 e 2016 um período de crise recessiva instalou-se

<sup>72</sup> O Observatório Social do Trabalho é um projeto de pesquisa, ensino e extensão, da UFPel, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFSP), que monitora as transformações do trabalho e do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, com ênfase na região sul do estado (Pelotas, Rio Grande e demais municípios da chamada Zona Sul), publicando regularmente, através do Portal do Observatório, boletins informativos e relatórios de pesquisa os principais indicadores de mercado de trabalho. Disponível em: <<https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u2175>>. Acesso em 22 de jun. de 2021.

gerando a “desestruturação do mercado de trabalho, de redução do emprego, aumento do desemprego e da informalidade, seguido de um processo de recuperação lento e incerto” (OST, 2017a, p. 2).

Este cenário atingiu as particularidades regionais, causando a crise e desestruturação do polo naval de Rio Grande, por exemplo. Apesar disso, os indicadores locais de mercado de trabalho em 2018 apresentaram uma melhora, com saldos de movimentação do emprego positivos tanto em Pelotas como em Rio Grande.

### **3.4. A crise dentro da crise: impactos decorrentes da pandemia da COVID-19**

O aparecimento de um novo vírus, no final de 2019 na China, e a rapidez com que se proliferou, causando a morte de dezenas, centenas, milhares de pessoas por dia, desencadeou uma crise internacional que fez a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar pandemia mundial da COVID-19<sup>73</sup>, no dia 11 de março de 2020. Dias depois foram registradas as primeiras mortes em decorrência da doença no Brasil<sup>74</sup>.

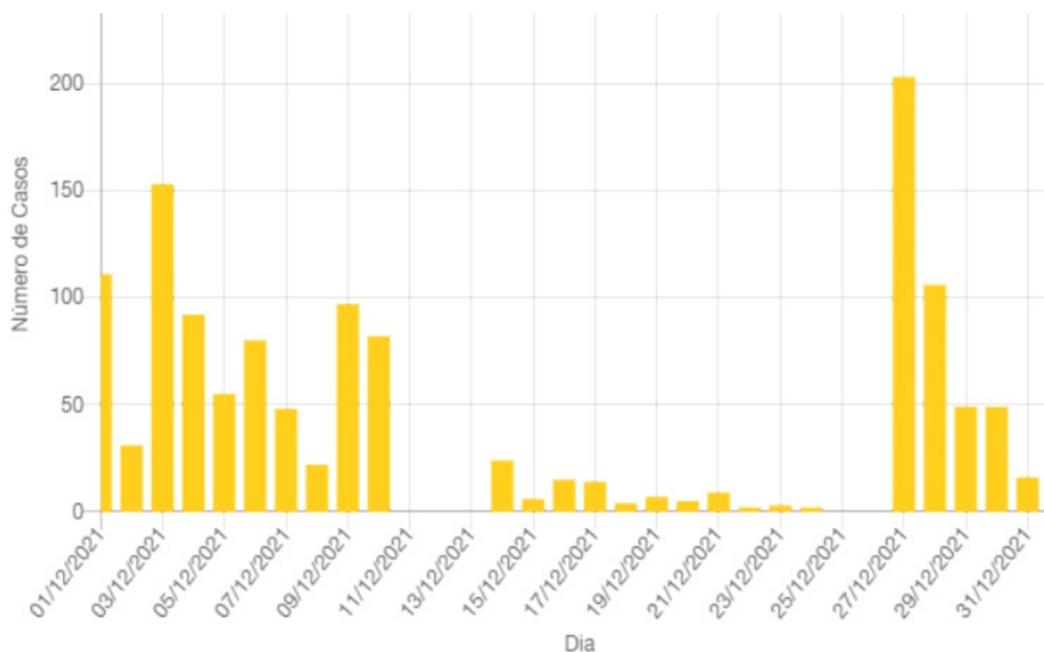
No ano de 2019 o mercado de trabalho pelotense já se mostrava incerto e com a chegada da pandemia da COVID-19, no ano seguinte, o cenário passou a piorar. Além disso, o número de casos de pessoas que contraíram a doença da COVID-19 em Pelotas apresentou várias oscilações, alcançando o número de 200 casos de contaminação no final do ano de 2021 (Gráfico 7) e um número total de 1397 óbitos, conforme divulgado pela Prefeitura Municipal de Pelotas no Painel Covid-19 - Pelotas<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada no dia 31 de dezembro de 2019 a respeito da ocorrência de vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, na China. Após uma semana, no dia 7 de janeiro de 2020, houve a confirmação por autoridades chinesas de que se tratava de um novo coronavírus – denominado SARS-CoV-2 – causador da doença COVID-19, nunca identificado até então em seres humanos. Após dois meses a OMS, no dia 11 de março de 2020, declara pandemia mundial da COVID-19. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

<sup>74</sup> No Brasil, até o dia 5 de abril de 2022, identificou-se 30.502.501 casos e 663.759 mortes, sendo que não se sabe ainda até quando ocorrerá a proliferação da doença no país. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 8 de mar. de 2022.

<sup>75</sup> Número de óbitos registrados até o dia 4 de maio de 2022. Disponível em: <<http://painel-covid.pelotas.com.br/>>. Acesso em: 4 de maio de 2022.

**Gráfico 7.** Número de casos em Pelotas

Fonte: Fiocruz/Ministério da Saúde, 2020. Elaboração: IBGE, Pnad Covid-19, 2020.

Os efeitos decorrentes da crise sanitária têm sido devastadores sobre a economia do país, atingindo e desencadeando efeitos particularidade em distintas regiões e locais, cenário de dificuldades que se prolonga até o presente (OST, 2020).

As transformações que se sucedem modificam profundamente as formas de viver e as dinâmicas da vida em sociedade, pois diante de tantos dilemas – a desinformação, a exposição ao vírus, o temor pelo desemprego – grande parte da população teve que escolher entre a sobrevivência material e a exposição de suas famílias à doença (LEAL, 2020).

As catastróficas consequências ultrapassam as questões relacionadas à saúde pública. A situação econômica do Brasil já era grave e com a pandemia da COVID-19 o quadro piora, atingindo o contexto político, trabalhista e tantos outros, gerando insegurança em parcela significativa de trabalhadores/as. No mundo do trabalho deixa rastros de desemprego, perda de ocupação e renda e aumento da informalidade.

Desta maneira, é preciso destacar a importância de se olhar para o período anterior à crise sanitária, visto que as instabilidades geradas somaram-se à significativas mudanças que estavam em curso nas condições de vida de trabalhadores/as. No Brasil pós-golpe, contrastando aos primeiros anos da década

inicial dos anos 2000 – momento de crescimento econômico, de políticas de geração de emprego e renda, de aumento do salário-mínimo e dos índices de formalização do trabalho (MARQUES, *et al*, 2018, p. 6) – engrenaram-se políticas de austeridade que provocaram uma profunda regressão social.

No Brasil um rol de direitos sociais já havia sido desmantelado muito antes da primeira morte por COVID-19 na China (LEAL, 2020). As alterações na CLT pela Reforma Trabalhista, instrumentalizada pela Lei nº 13.467/2017 no governo de Michel Temer e as mudanças legislativas provenientes da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos<sup>76</sup> e da Reforma da Previdência<sup>77</sup> provocaram um profundo enfraquecimento no que tange ao da proteção de direitos sociais de grande parcela da população.

O desmantelamento da proteção jurídica do trabalho, objetivo da agenda neoliberal do país desde 2015, logrou importante êxito com a aprovação da Reforma Trabalhista (KREIN; COLOMBI, 2019). A Reforma, que passou a vigorar em novembro de 2017 – pautada fortemente no discurso da modernização do mercado de trabalho brasileiro e na promessa de milhões de empregos – modificou significativamente a CLT resultando no aumento do número de pessoas no trabalho informal (KREIN; COLOMBI, 2019; NUZZI, 2020; CARDOSO; PERES, 2020).

No mesmo sentido, destaca o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em nota técnica (2021), que a situação de precarização do mercado de trabalho e o aumento do custo dos alimentos não são consequência apenas da crise sanitária mundial<sup>78</sup>, mas estão relacionados com o projeto econômico e político implementado muito antes. A interlocutora Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto), que exerce a atividade de diarista, percebe a mudança e afirma que “não foi só a pandemia que mudou as coisas, mas

---

<sup>76</sup> A Emenda Constitucional (EC) n.º 95, também conhecida como a EC do Teto dos Gastos Públicos ou, ainda, como a PEC da Morte (PEC 241/2016, quando em tramitação na Câmara dos Deputados e PEC 55/2016, no Senado Federal) alterou a Constituição brasileira de 1988 (CF/88) para instituir um novo regime fiscal. A medida restringiu os investimentos públicos, agravando, principalmente, a situação dos mais pobres, ao diminuir recursos para as políticas sociais (BRASIL, 2016).

<sup>77</sup> Promovida pela EC n. 103, de 12 de novembro de 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 9 de maio de 2021.

<sup>78</sup> Em relação aos preços, o descontrole ocorre devido a diversas medidas executadas desde 2016, como: a redução dos estoques reguladores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimentos); o fim do subsídio do gás e da política de valorização do salário mínimo; e o aumento das exportações de alimentos (DIEESE, 2021).

esse governo fez as coisas mudarem também”, manifestando sua insatisfação com o governo Bolsonaro e os impactos que percebe nos preços dos alimentos básicos.

As doceiras Ana e Isadora contam que suas atividades laborais foram afetadas com o aumento do preço dos insumos dos alimentos. Ana está neste ramo desde 2013, de maneira informal, e fez a seguinte observação durante a entrevista:

Uma coisa que eu acho que afetou foi a questão do mercado, mercado que eu digo é de fazer compras. Quando eu chegava do mercado, quando eu comecei a me organizar pensando em produzir o ano todo, o leite condensado custava R\$ 2,99, quando estava caro... Hoje por menos de R\$ 3,59 tu não acha, mesmo a marca mais à toazinha lá, tu não acha. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta)

Isadora, que começou a trabalhar informalmente vendendo doces e bolos no ano de 2020 com seu companheiro, também percebeu um aumento rápido de ingredientes básicos para sua produção e teve receio de perder clientela ao fazer reajustes muito frequentes. A respeito, falou que:

(...) percebemos os impactos... E isso é bem engraçado, porque ano passado, quando a gente tava começando... tudo bem que a gente vendia... Ano passado a gente fez mais, por um período de tempo, pronto entrega, mas mesmo assim a gente não voltou a fazer só pronto entrega, porque o número de pedidos é menor que o de encomendas, então não valia a pena de qualquer forma. Mas do ano passado... não do ano passado... de... tipo a Páscoa foi muito boa esse ano, a gente fez coisas de Páscoa, a gente vendeu muito bolo e brigadeiro na Páscoa, né. Mas por mais que... ah! A gente fez ovos de colher e tudo, a gente vendeu muito. Em abril, maio... de junho pra cá baixou muito [o número de vendas], não foi uma coisa, tipo, do início desse ano, foi mais de junho pra cá. E mesmo assim a gente já tinha alterado valor, porque já tava mais caro, do ano passado pra cá, já tava tudo mais caro... Mas então, de junho, julho pra cá baixou mesmo, muito mesmo. A gente percebeu, a gente viu que “poxa vida”... **Porque muita coisa aumentou, e coisas muito simples, tipo, o açúcar mesmo**... foi mais ou menos por aí que aumento, em julho, né... Que até então era R\$ 1,90 no máximo, por 2 pila pagava reclamando, e agora cê nem acha, nunca mais se achou nem por R\$ 2,00 (...) E acho que isso fez o pessoal [clientes] sentir também, no dia-a-dia ali da casa mesmo, pessoal fazendo rancho, acabou sentindo e acabou dando essa baixada. (Isadora, branca, 26 anos, pós-graduação completa)

Ana também compartilhou observações a respeito da repercussão no poder aquisitivo da própria clientela:

Claro, eu tive um lucro bacana no início, mas depois começou a cair. Por vários fatores, eu comecei a produzir menos, porque eu não consegui mais dar conta. Mas teve um momento que eu percebi a crise... das pessoas. Porque o quê que acontece... Trabalhar com doce é uma coisa assim: se tu

tiver dinheiro tu vai comprar o doce, tu vai presentear, tu vai pegar pra comer com as tuas amigas no final de semana, pra sair com o teu namorado, pra levar pro almoço em família... Mas se tu não tiver [dinheiro] tu não vai comprar. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta)

Com o cenário de crise sanitária, os problemas estruturais de desigualdades e de precarização do trabalho informal se aprofundaram no Brasil. Através dos dados da PNAD – Contínua Trimestral ao se comparar o mercado de trabalho de novembro de 2019 a janeiro de 2020 com fevereiro a abril de 2020 constata-se que 3 milhões de postos de trabalho foram fechados, sendo 2 milhões informais e 1 milhão formais (PRATES *et al*, 2021).

Conforme PNAD Covid-19 (IBGE, 2020), nos meses de maio, junho e julho, ocorreu um leve aumento da taxa de informalidade seguido de uma pequena redução que pode estar associada com a queda na taxa de participação da força de trabalho e o aumento da desocupação (Tabela 7). Em outras palavras, parte das pessoas que se encontravam na informalidade passaram à situação de desocupação ou de inatividade (SILVA; SILVA, 2020).

Os dados da PNAD Covid-19 revelam que parcela das mulheres que estavam na informalidade – representando 73,2% em maio, 72,6% em junho e 68,5% em julho de 2020 –, sem vínculo e proteção social, saíram do mercado de trabalho e deixaram de auferir renda (IBGE, 2020).

**Tabela 7.** Dados de ocupação por cor ou raça e sexo, no Brasil, em 2020

|       | Indicadores                          | Total         | Mulheres negras | Mulheres brancas | Homens negros | Homens brancos |
|-------|--------------------------------------|---------------|-----------------|------------------|---------------|----------------|
| Maio  | Pessoas na força de trabalho (1 mil) | <b>94.533</b> | 21.020          | 19.595           | 29.104        | 23.637         |
|       | Taxa de participação (%)             | <b>55,6</b>   | 44,6            | 49,6             | 63,6          | 66,7           |
|       | Taxa de desocupação (%)              | <b>10,7</b>   | 13,8            | 10,5             | 10,7          | 8,2            |
|       | Taxa de informalidade (%)            | <b>37,2</b>   | 41,4            | 31,8             | 41,6          | 32,7           |
| Junho | Pessoas na força de trabalho (1 mil) | <b>95.264</b> | 21.272          | 19.645           | 29.685        | 23.594         |
|       | Taxa de participação (%)             | <b>56,0</b>   | 44,9            | 49,7             | 64,5          | 66,8           |
|       | Taxa de desocupação (%)              | <b>12,4</b>   | 16,1            | 12,0             | 12,5          | 9,3            |
|       | Taxa de informalidade (%)            | <b>37,3</b>   | 41,5            | 31,1             | 42,3          | 32,9           |

|       |                                      |               |        |        |        |        |
|-------|--------------------------------------|---------------|--------|--------|--------|--------|
| Julho | Pessoas na força de trabalho (1 mil) | <b>93.737</b> | 20.598 | 19.141 | 29.391 | 23.540 |
|       | Taxa de participação (%)             | <b>55,1</b>   | 43,5   | 48,5   | 63,9   | 66,4   |
|       | Taxa de desocupação (%)              | <b>13,1</b>   | 17,6   | 13,0   | 12,7   | 9,5    |
|       | Taxa de informalidade (%)            | <b>36,2</b>   | 39,3   | 29,2   | 41,9   | 32,2   |

Fonte: PNAD Covid-19, 2020. Elaboração: SILVA; SILVA, 2020. Adaptado, 2022.

O impacto da pandemia foi maior para as famílias mais pobres e a fim de atenuar a crise econômica decorrente aos efeitos causados pela pandemia de COVID-19 no Brasil, foi criado o Auxílio Emergencial. A implementação do Auxílio Emergencial<sup>79</sup>, instituído por meio da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, foi um benefício financeiro pago pelo Governo Federal para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade social, durante o período de emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus.

Contudo, o processo de requisição do Auxílio Emergencial para sua concessão não se deu de forma acessível a todas as pessoas. Para aqueles/as que não estavam incluídos no Cadastro Único tiveram que realizar solicitação por meio de plataforma digital (art. 2º, §4º, da citada Lei), ainda que a maior parte das pessoas que faziam jus ao recebimento do auxílio estarem excluídas digitalmente no país<sup>80</sup>.

O Auxílio, primeiramente, foi pago em três parcelas mensais, no valor de R\$ 600,00, para cada pessoa elegível, segundo as regras do programa, sendo possível acumular até dois benefícios por família. As mulheres solteiras e mães de crianças ou adolescentes de até 18 anos receberam em dobro, R\$ 1.200,00 mensais.

A maioria das entrevistadas nesta pesquisa não recebeu o auxílio. Algumas relataram que não eram elegíveis e não fizeram a solicitação. Ou ainda, o que ocorreu com a trabalhadora Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto), que solicitou, mas não recebeu o benefício. Sem saber dar melhores explicações ou justamente por não ter recebido tais justificativas para o não recebimento do auxílio, Jaqueline contou: “Eu solicitei, mas não recebi. Tô esperando até hoje”.

<sup>79</sup> Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

<sup>80</sup> Como já apontado no Capítulo 2 (seção 2.1) desta dissertação.

Mas pelo menos três das interlocutoras receberam o benefício, Cláudia (branca, 30 anos, graduação incompleta) por um curto período de tempo e outras por um lapso maior, nos casos de Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta) e Isadora (branca, 23 anos, pós-graduação completa). Isadora foi elegível e teve acesso ao benefício, contou que:

Eu recebi a partir de junho de 2020... Junho ou julho, agora não lembro, e recebi até o final do ano e aí depois, mais as 3 ou 4 de 250 [reais]. **Eu não precisei fazer o cadastro, porque eu já tava no Cadastro Único.** E aí, eu recebi. Tinha um site pra tu fazer consulta, pra ver se tu tava apto pra receber, algo assim... Quando eu fui me cadastrar pra receber eu tava no Cadastro Único, e como né, sendo maior de 18 anos, sem carteira assinada, eu tava desempregada, eu pude receber. A minha mãe não, mas eu pude. E eu tava montando ainda, começando a vender os doces e foi bem bom, porque eu usei o dinheiro pra comprar as primeiras coisas mesmo foi com isso. (Isadora, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifo meu)

Já Laura, mãe de dois meninos (um recém nascido e outro de 12 anos), relatou que:

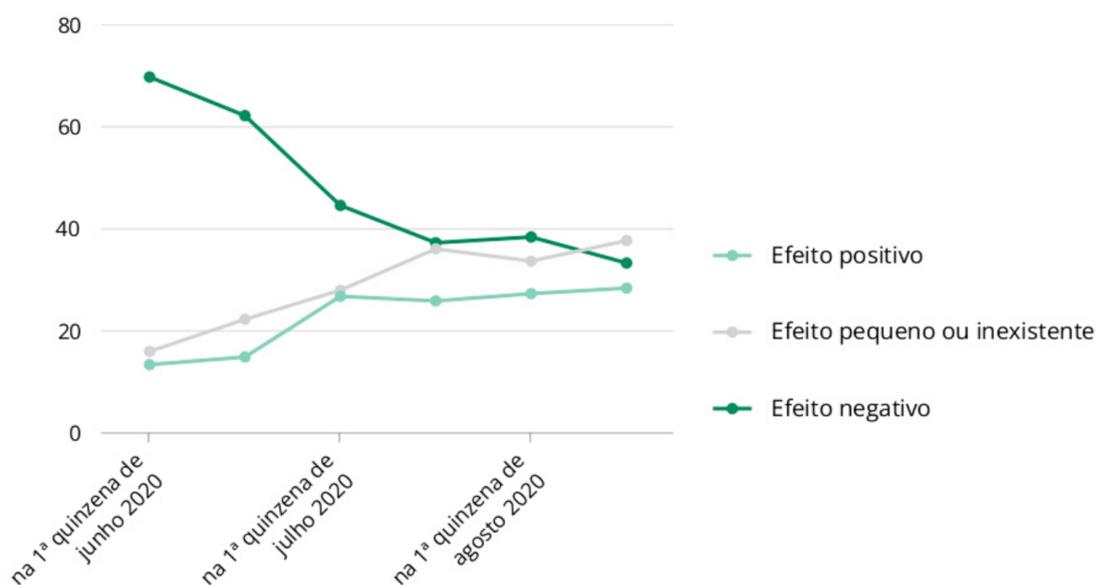
Sim...**eu recebi a primeira vez que foi de 600 reais. Recebi direto porque eu tinha Cadastro Único já**, que era junto com da minha mãe. Depois baixo pra 300 reais, mas eu recebi tbm. A partir daí fiz um cadastro somente meu e dos meus filhos, mas daí... Então não pude receber mais porque meus irmãos recebiam já e era 1 ou 2 por endereço. (Laura, branca, 35 anos, graduação incompleta) (grifo meu)

Em meados de junho de 2020, o benefício atingia 61 milhões de pessoas e o valor médio do benefício possibilitou que a renda média domiciliar dos mais pobres aumentasse significativamente, ou seja, para muitas pessoas receber o auxílio representou uma adição de renda essencial, que certamente evitou consequências ainda mais graves no caso de sua inexistência (BARBOSA; PRATES, 2020). Porém, o recebimento de uma “quantia monetária por um curto período pré-definido (e durante uma recessão), não é capaz de alterar, de maneira duradoura, outras formas de privação que incidem particularmente sobre os mais pobres” (BARBOSA; PRATES, 2020, p. 66).

Com o advento da pandemia o que pode ser observado, no Brasil, é que a maior parte das trabalhadoras perderam “seus meios de sustento de vida quase imediatamente, sem nenhuma rede de apoio ou possibilidade de substituir a renda diária em geral” (ONU MULHERES, 2020). Este foi o caso de Eduarda, que

começou a trabalhar no início de 2020 no setor de comunicação e marketing de uma instituição em Pelotas e foi “demitida”<sup>81</sup> em 2021 por questões relacionadas aos impactos da pandemia na empresa. De acordo com os dados da Pnad Covid-19 os efeitos observados no período da crise sanitária nas empresas no Brasil foram extremamente negativos nos meses de junho, julho e agosto 2020 (Gráfico 8), com redução no número de funcionários (Gráfico 9).

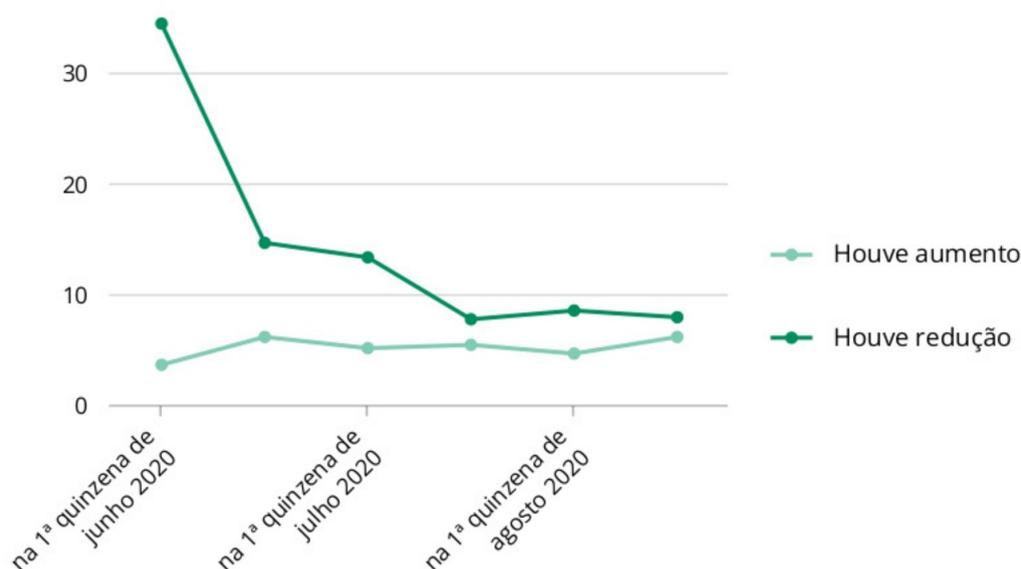
**Gráfico 8.** Efeitos da pandemia nas empresas nas primeiras quinzenas de junho, julho e agosto de 2020



Fonte: Pnad Covid-19, 2020.

<sup>81</sup> Demitida entre aspas porque não tinha vínculo empregatício, apesar de atuar com subordinação figurava enquanto MEI.

**Gráfico 9.** Impacto da pandemia no número de funcionários das empresas nas primeiras quinzenas de junho, julho e agosto de 2020



Fonte: IBGE, Pnad Covid-19, 2020.

Além disso, no início da pandemia, com a implementação das restrições ao comércio e prestação de serviços não essenciais, para conter o avanço do coronavírus, o número de trabalhadores informais caiu. Porém, nos trimestres seguintes de 2021 estes números voltaram a aumentar (Tabela 8).

**Tabela 8.** População ocupada e proporção em ocupações informais, por gênero e cor ou raça, no Brasil, em 2019 e 2020

| População ocupada |        |  |        |          |                 |                |
|-------------------|--------|--|--------|----------|-----------------|----------------|
|                   | Total  | População em ocupações informais (%) (1) |        |          |                 |                |
|                   |        | Total                                    | Gênero |          | Cor ou raça (2) |                |
|                   |        |  | Homens | Mulheres | Branca          | Preta ou parda |
| 2019              | 94.642 | 41,6                                     | 41,5   | 41,7     | 34,5            | 47,4           |
| 2020              | 86.673 | 38,8                                     | 38,9   | 38,5     | 31,8            | 44,7           |

(1) Inclui empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar.

(2) Não são apresentados resultados para cor ou raça amarela, indígena e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2020 e 2021.

No contexto de crise sanitária, as interlocutoras menos afetadas desta pesquisa, em relação às condições laborais e remuneração, foram as trabalhadoras

Débora e Heloísa – brancas, sem filhos/as e com pós-graduação completa – moderadoras de site. Enquanto várias empresas e instituições passaram a adotar o *home office* na pandemia, a fim de evitar a aglomeração de pessoas, estas já realizavam suas atividades remotamente.

Já as trabalhadoras mais afetadas com a pandemia foram as domésticas, sendo afetadas de forma imediata<sup>82</sup>. No Brasil, o trabalho doméstico tem como uma das principais características a informalidade. Além disso, são vários os estudos que apontam para a precariedade do trabalho doméstico no país, “vulnerabilidade desta categoria tem como uma de suas marcas mais fortes e permanentes (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020, p. 7), ainda que tenham, atualmente, proteção trabalhista e social juridicamente reconhecida.

O trabalho doméstico tem na sua essência a exploração do trabalho feminino, sobretudo das mulheres negras com baixa escolaridade. A maioria das trabalhadoras assalariadas começa trabalhando como ajudantes, ainda crianças, “muitas vezes vindas do campo ou das periferias, e têm no serviço a única saída possível para a sobrevivência” (PINHEIRO, 2021, p. 98). Esta forma de ingresso é “caracterizado pelo isolamento, a exploração e a alienação sobre os direitos” (*idem*). Elementos presentes na narrativa de Karen, diarista, negra, que com 11 anos começou a trabalhar de babá em cidade interiorana próxima a Pelotas.

Em 2016, o trabalho doméstico com carteira assinada chegou a 34,6%, enquanto em 2019, até julho, caiu para 27,9%, ao mesmo tempo em que cresce o trabalho de diarista sem carteira (PINHEIRO, 2021). Os números do primeiro trimestre da PNAD Contínua de 2020 mostram que apenas 28% das/dos trabalhadoras/es domésticas/as do país possuíam carteira de trabalho assinada.

O trabalho doméstico remunerado sem carteira assinada foi a categoria consideravelmente atingida durante a pandemia: o contingente de pessoas ocupadas no trabalho doméstico passou de 4.458 mil, em maio, para 3.946 mil em julho de 2020, apresentando uma perda estimada de 11,5% de postos de trabalho em três meses. Cabe destacar que a categoria de trabalho doméstico é composta

---

<sup>82</sup> No Brasil uma das primeiras mortes registradas em virtude da Covid-19 foi de uma trabalhadora doméstica. Segundo o jornal Nexo (MAMMI; ARCOVERDE; CORSALETTE, 2020), a trabalhadora era negra e tinha 63 anos de idade, desempenhava atividades domésticas em uma residência localizada no bairro Leblon, no Rio de Janeiro. A trabalhadora contraiu o vírus Sar-cov-2 da patroa que havia retornado da Itália (um dos países, até então, focos do vírus). Este acontecimento evidencia o contexto social enfrentado pelas domésticas no país na pandemia.

majoritariamente por mulheres (92,3%), entre as quais 67,7% são negras, com ampla atuação na modalidade de diaristas (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020).

Durante os primeiros 6 meses após declarada a pandemia da COVID-19, Karen recebeu o pagamento de 3 famílias para as quais prestava seus serviços de maneira mais regular, sem necessidade de prestar seus serviços. Nos caso das interlocutoras Laura (branca, com 35 anos e graduação incompleta) e Jaqueline (parda, com 32 anos e ensino médio incompleto), que também são diaristas, isto não ocorreu.

Depois das trabalhadoras domésticas, as que mais foram afetadas pelo distanciamento social foram as trabalhadoras em serviços pessoais de beleza, compostos em maior número por mulheres. O trabalho de manicure e cabeleireira são atividades exercidas por mulheres, em sua maioria na informalidade, em salões de beleza, no atendimento em domicílio ou em pequenos empreendimentos (RANGEL, 2021, p. 99).

As interlocutoras Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta), Cláudia (branca, 30 anos, graduação em incompleta) e Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto), que exercem ou exerciam atividades laborais ligadas a área da estética, no momento em que foi declarada a pandemia da COVID-19, sentiram os impactos nos rendimentos.

Bruna, além de trabalhar com carteira assinada, obtinha renda complementar de maneira informal como maquiadora e manicure em sua própria residência. Cláudia, dona de salão de beleza, onde presta diversos serviços estéticos, teve que fechar temporariamente seu negócio. Gabriele relatou que: “Eu fazia mais massagens na época da... Antes da pandemia. Mas agora eu vejo que virou uma coisa mais supérflua”, e que percebe algum sinal de mudança após o início da vacinação da COVID-19: “E agora com a vacinação tá querendo o pessoal voltar”.

Bruna e Cláudia contam que perceberam a repercussão direto na área em que estavam atuando e criaram estratégias para contornar os impactos. Cláudia passou a ofertar às/aos clientes voucher ou venda antecipadas de serviços como forma de cobrir investimentos que havia feito no salão, um pouco antes de ser declarada a pandemia, e para arcar gastos que possui com o negócio – como o aluguel – bem como seus gastos pessoais. Bruna, apesar de não ter na atividade de

maquiadora e manicure sua renda principal, buscou continuar desenvolvendo outra atividade de maneira informal para obter renda complementar, começou a trabalhar com a fotografia.

Cabe destacar, ainda, que além de serem maioria em trabalhos informais, recaí às mulheres as atividades da esfera da reprodução, o trabalho doméstico e de cuidados. No contexto de crise sanitária, a vida e o trabalho – produtivo e reprodutivo – das mulheres tiveram impactos particulares, uma vez que pré-existia uma realidade desigual entre homens e mulheres que não foi neutralizada ou minimizada, mas agravada.

As mulheres já eram oneradas com o trabalho do cuidado (HIRATA, 2016) e com o trabalho reprodutivo não remunerado (ABRAMO; VALENZUELA, 2016). Em casa, com o distanciamento social<sup>83</sup>, o trabalho doméstico se intensifica – com o cuidado de crianças, dos familiares idosos e doentes, que fazem parte do grupo de risco para agravamento da COVID-19<sup>84</sup> (MENDES, 2020). Esta condição colabora para que tenham ainda menos disponibilidade no mercado de trabalho.

Nas narrativas compartilhadas durante esta pesquisa, foi possível perceber a divisão das tarefas domésticas com base na naturalização na dinâmica cotidiana na vida de Bruna, Karen e Jaqueline. A interlocutora Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta), Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo) e Jaqueline (parda, com 32 anos e ensino médio incompleto) contam que a realização da maior parte das tarefas relativas à reprodução – de procriação, manutenção e desenvolvimento dos seres humanos (ÁVILA, 2004) – são de sua responsabilidade.

Jaqueline e Bruna, que moram com o companheiro e o marido, respectivamente, quando relatam sobre as divisões de tarefas em suas casas, acabam utilizando a expressão “eu faço, mas ele me ajuda”. Expressão que não traz ideia de uma real divisão de tarefas, colocando o papel do marido ou companheiro um caráter de auxílio e como apenas um auxílio para diminuir a sobrecarga sobre a responsável “natural” sobre deste trabalho (ÁVILA, 2004). Já Karen (preta, com 61

---

<sup>83</sup> “Distanciamento social é a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus.” Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/telessauders/posts\\_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/](https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/)>. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

<sup>84</sup> Conforme Folha informativa sobre COVID-19, constitui grupo de risco “as pessoas idosas e as que têm outras condições de saúde como pressão alta, problemas cardíacos e do pulmão, diabetes ou câncer, têm maior risco de ficarem gravemente doentes”. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>.

anos, ensino médio completo) ao contrário afirmou em tom breve e resolutivo: “aah, eu que faço tudo”.

Além disso, o que particulariza ainda mais a vida das mulheres é a maternidade. Em tempos de pandemia da COVID-19, recaiu nas mulheres mães, principalmente de bebês ou de crianças pequenas, um trabalho ainda mais intenso, visto que as creches e escolas foram fechadas. Situação vivida por Mônica (parda, 30 anos, pós-graduação incompleta), Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta) e Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) durante a crise sanitária. A Mônica e Laura, entretanto, contaram com uma rede de apoio familiar, que diminui a sobrecarga individual.

Contudo, no caso da interlocutora Jaqueline, apesar de ter relatado que há uma distribuição das responsabilidades domésticas e no cuidado com os filhos com o marido, narrou que passa considerável tempo com os filhos e a filha e que se sente angustiada por não conseguir dar conta de tudo, falou que “não é fácil conciliar tudo”. Além disso, Jaqueline contou que os filhos passaram a estudar em ambiente virtual, após declarada a pandemia, mas mesmo percebendo a dificuldade deles neste novo formato não consegue ajudar.

O trabalho doméstico, base material de sustentação das necessidades cotidianas, é, nessa forma de organização social, inteiramente destituído de valor social e “está implícita na concepção tradicional do feminino associado às mulheres, está questionada e, em algumas situações, alterada, mas não está superada” (ÁVILA, 2004, p. 7). Mesmo com a crescente incorporação da mão-de-obra feminina nas esferas produtivas, poucas mudanças têm sido geradas na dedicação masculina às atividades domésticas e de reprodução (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

As mulheres, ainda que possuam trabalho extradomiciliar, continuam sendo as principais responsáveis pela realização de grande parte das tarefas domésticas, acumulando uma dupla jornada de trabalho ou até, como no caso de Bruna, uma múltipla jornada de trabalho (trabalho formal + informal + reprodutivo). A utilização do tempo pelas mulheres e as relações de poder que determinam esse uso, em nossa sociedade, é definida pelos interesses da acumulação capitalista e do poder patriarcal. A não oportunidade de dedicação exclusiva da mulher ao trabalho na esfera pública é um dos fatores determinantes da posição que elas ocupam no mercado de trabalho (SORJ, 2004).

## **Capítulo 4. A escala individual do social e os sentidos do trabalho informal**

A informalidade é historicamente predominante no mundo do trabalho brasileiro e estudá-la não seria exatamente uma novidade senão pela opção de analisá-la a partir de novas bases teórico-metodológicas para sua compreensão. Logo, este capítulo trata da análise mais substancial do material empírico produzido no trabalho de campo com base na metodologia disposicional de Lahire com apoio da abordagem interseccional.

Primeiramente, são apresentadas percepções das interlocutoras na informalidade no mundo do trabalho e o papel que os trabalhos informais ocupam em suas vidas. Após, é tratada a relação entre presente e passado das trabalhadoras considerando os microcontextos escolar, familiar e laboral, seguindo como fio condutor a centralidade do trabalho. Por fim, são tecidas considerações sobre as práticas laborais desenvolvidas informalmente durante a pandemia da COVID-19 e as implicações deste contexto na atribuição de sentido do trabalho informal para as interlocutoras.

### **4.1. “Trabalho é trabalho”: a relação porosa entre o formal e o informal**

A análise das experiências das interlocutoras em trabalhos informais são descritos nas páginas seguintes considerando aspectos negativos ou positivos associados à informalidade, a natureza dos ganhos obtidos e o status da permanência em trabalhos informais. As entrevistadas, durante as narrativas, não fizeram distinção explícita entre suas experiências em trabalho formal e informal. Alguma distinção entre estes aparece com a realização da última pergunta gerativa, relacionada à percepção delas a respeito do trabalho – nas respostas das trabalhadoras Ana, Bruna e Laura –, ou de maneira mais dispersa durante os relatos – como no caso de Gabriele, Heloísa, Isadora, Jaqueline, Karen e Débora.

Apesar de não levantarem estas diferenças de forma nítida, não significa que não percebam certas características particulares que envolvem a informalidade e os trabalhos informais. Dilemas como a incerteza de ter um trabalho no dia seguinte e a insegurança econômica foram as questões mais citadas, mas a precarização em virtude da ausência de uma rede de proteção relacionada ao trabalho ou de condições do ambiente de trabalho adequado para a realização das atividades também foi mencionada.

As diaristas Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto), Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo) e Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta), frisam as incertezas de ter sempre um serviço no dia seguinte e a falta de segurança financeira que esta situação carrega. A massoterapeuta Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto), do mesmo modo, destaca a incerteza de ter uma agenda com clientes marcados.

No mesmo sentido, a fotógrafa Bruna, ao responder sobre o que era o trabalho para ela, falou sobre o porquê de não se desligar do trabalho formal e continuar somente no trabalho informal, citando como o principal fator a segurança tanto financeira como emocional que o vínculo formal proporciona:

**(...) ele é uma estabilidade, falando assim tanto na parte financeira e até da emocional.** Porque eu sou uma pessoa assim que... Eu me arrisco, mas arrisco sempre com o pé no chão, sabe? Eu tenho medo de amanhã dizer “ai, eu vou pedir minhas contas” depois de 16 anos de emprego.. Aí eu vou abrir um estúdio na minha sala e vou fazer fotos? Mas eu tenho medo... (Bruna, branca, 44 anos, graduação incompleta) (grifo meu)

Já a entrevistada Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta), doceira, que teve maior parte das suas experiências laborais em trabalhos informais, ao discorrer sobre o que é o trabalho informal para si o classificou em dois tipos, a partir das suas experiências laborais: “tem aquela em que tu é subordinada e tem aquela em que tu é a dona”.

Quando falou sobre ser a dona do seu “empreendimento” Ana listou desvantagens. A primeira que mencionou foi ter sua casa como local de trabalho, narrou episódios em que os clientes batem à sua porta nos horários mais diversos do dia e também sobre a necessidade de readequar cômodos da residência para a produção dos doces. Apontou para a romantização do “empreender”, que é disseminado como algo benéfico e libertador aos/às trabalhadores/as, mas que na realidade não existe uma autonomia verdadeira, relatou que acorda cedo e vai dormir muito tarde em virtude da produção de doces. Além disso, trata-se de um trabalho árduo, contou sobre queimadura recente que teve na mão quando estava cozinhando e que, por conta da demanda, teve que “contratar” alguém para ajudá-la.

Os trabalhos em que Ana foi subordinada foram dois, um em empresa familiar e outro em um restaurante. Quando trabalhou no restaurante sem carteira assinada falou sobre desvantagens relacionadas ao próprio ofício de garçom ou garçonete,

como ficar muito tempo em pé, ou que revelam as faces do próprio machismo, por sofrer assédio dos clientes.

A respeito da experiência em que prestou seus serviços em empresa familiar, conta que era algo bom para si e para o seu familiar, pois ela não estaria parada e este contaria com alguém de confiança, relatou que:

(...) e eu recebia né, tudo era... Ah, tipo... **Como se eu tivesse uma carteira, eu recebia por quinzena**, eu tinha... Eu trabalhei um ano só, mas quando eu me desliguei eu recebi tudo, recebi férias, eu recebi décimo terceiro, eu só realmente não descontei. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta)

A experiência narrada por Ana vai ao encontro do que aponta a literatura a respeito de ser um dos atrativos dos trabalhos informais a possibilidade de agregar familiares à atividade, pois a partir de vínculos sociais de confiança já constituídos o contrato de trabalho formal acaba sendo dispensado (CARDOSO, 2016).

No mesmo sentido, a trabalhadora Laura, diarista, falou sobre a ausência de um contrato formal, mas na que existência de um compromisso, sobre isto falou que:

(...) **tu consegue entrar em acordo com o patrão** e tipo se faltar... tanto das duas partes, se precisar de algum favor, se precisa ficar mais tempo tu fica, no outro dia sai mais cedo... Ainda que tu não tenha compromisso tu ainda tem né. Assim, a pessoa tá contando contigo... **Mas não se tem segurança pro futuro**, sabe? Até se tu precisa fazer uma compra tu não consegue porque tu não tem carteira assinada, vai provar a renda daonde, sabe? Tu vai... Qualquer coisa... Tu quer comprar uma coisa e tu não pode, vai dizer que trabalho onde e vai provar como? E por mais que tu saiba que tu tem aquela renda todo mês, sempre, não tem como provar. Às vezes tu quer fazer uma simples compra numa loja, e não dá... **Então tem essa insegurança**. (Laura, branca, 35 anos, graduação incompleta) (grifos meus)

Além disso, mencionou a característica da flexibilidade do trabalho informal como aspecto positivo. Explicou que como é mãe solteira, por vezes já foi necessário interromper jornada de trabalho para atender necessidades de um dos seus filhos, citando como exemplo algumas situações:

Porque o resto é trabalho como qualquer outro, acho que até melhor porque eu pude aproveitar bastante... **Dá pra levar o filho na escola, levar ele pro médico e foi bom porque eu pude acompanhar ele, em outro lugar eu não teria como fazer isso**. (Laura, branca, 35 anos, graduação incompleta) (grifo meu)

Neste ponto, é possível verificar a forma social do trabalho informal, no qual as relações econômicas construídas estão assentadas, especialmente, por mecanismos inscritos na sociabilidade: “a confiança, o medo, a inveja, a solidariedade, o ‘outro’ estereotipado (Schutz), o ‘outro’ generalizado (Mead), a responsabilidade moral por um membro vulnerável na família etc.” (CARDOSO, 2014, p. 21). A sociabilidade é estruturada em uma “gama de disposições para a ação que toma o outro como referência” (CARDOSO, 2014, p. 4). Trata-se, portanto, de relações em que o fim almejado é a renda, mas que estão inscritas, imediatamente, nas relações sociais:

(...) as inter-relações resultantes do modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, linhas que organizam as expectativas recíprocas de grupos e classes sociais quanto: aos valores mais gerais de orientação da ação recíproca, ou da ação que leva o outro em conta; e aos padrões prevalecentes de justiça, ou de bem comum, ou “do que deve ser” a vida em comum; e, com ambos, as próprias ações recíprocas. (CARDOSO, 2010, p. 50)

Em termos de direitos, Heloísa, moderadora de site, falou que com o passar do tempo subiu de cargo, teve aumento do valor recebido pela realização das tarefas e ganhou férias de 20 dias. Mas tem consciência de que não acessa os direitos trabalhistas a que faz jus.

Falando do meu trabalho propriamente dito é que... É um trabalho que não tem nada a ver com a minha área Isso me frustra bastante assim né .. é um trabalho que eu já to meio saturada, **é um pouco monótono**, sabe... tem as desvantagens de **ter poucos dias de férias, porque agora eu tenho 20 dias de férias, mas por uns 3 anos sem ter nada de férias...** Eu sempre sai de um trabalho pra ir pra outro, eu não tinha férias... E essa questão de **não ter carteira assinada, não ter 13º, são desvantagens, e trabalhar de casa também**, claro que tem gente que trabalhando de casa tem isso melhor organizado, mas eu mesmo não tenho, trabalhar em casa me tornou muito mais sedentária, sabe, assim, essa questão que tu fica muito casa, e se tu não buscar te exercitar... E eu acho que **me deixou uma pessoa introvertida**, assim, né, trabalhar de casa, sedentária... Daí eu também fiquei nessas de “aí, to em casa” então vou lá abro a geladeira e acabo comendo mais...então eu engordei também trabalhando em casa... Fiquei assim... Deixei de sair um pouquinho mais... Vamos dizer assim eu fiquei mais bicho do mato... (risos). (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa) (grifos meus)

Além disso, tanto Heloísa como Débora, também moderadora de site, sublinharam a facilidade na realização das atividades e o fato de que recebem o que consideram um bom salário. Nestes casos, a desigualdade de renda entre trabalho

formal e informal não é tão evidente, o que acaba camuflando a falta de proteção social trabalhista. Apesar disto falam em desvantagens particulares da atividade, como ser repetitivo e da ausência de sociabilidade.

O trabalho informal engloba, simultaneamente, flexibilidade e exploração colocando as trabalhadoras em posições vulneráveis no mercado de trabalho, quando comparadas aos trabalhadores formais – que estão protegidos de alguma forma pelo Estado (CARDOSO, 2016). Os/as trabalhadores/as inseridos/as na informalidade no mundo do trabalho, por não possuírem contrato formal de trabalho, não recebem a proteção social estatal que existe com o finalidade de proteger a sociedade e os indivíduos dos riscos naturais, sociais e econômicos.

O que pode ocorrer ainda é a configuração de uma cobertura parcial de direitos sociais associados ao trabalho conferidos pelo Estado, como ocorreu com a interlocutora Eduarda. A trabalhadora, no período que esteve na ocupação de profissional em comunicação e marketing para uma empresa em Pelotas, se encontrou em uma situação de contradição, pois pode acessar, em alguma medida, direitos e proteções, mas não deixou de vivenciar a informalidade, pois quando começou a trabalhar, a empresa solicitou seu registro como Microempreendedor Individual (MEI).

Apesar da figura do MEI ter sido criada como um instrumento para a formalização de trabalhadores/as informais, permitindo que acessem a seguridade social e alguns direitos associados ao trabalho formal<sup>85</sup>, atualmente tem ocorrido o processo de MEIcização no qual trabalhadores/as inseridos em relações de trabalhos com subordinação e regularidade na prestação dos seus serviços se formalizam como microempreendedores (ABÍLIO, 2021).

Contudo, apesar dos aspectos negativos e positivos apresentados, as narrativas permitiram perceber que as interlocutoras não apresentaram diferenças na atribuição de sentidos do trabalho de forma explícita, entre formal e informal nas narrativas. Quando descreveram suas experiências laborais, contando uma após a outra, não distinguiram quais eram com e quais eram sem carteira assinada. O que se deve, provavelmente, ao fato de não fazerem distinção entre o trabalho formal ou

---

<sup>85</sup> Estando em dia com um número mínimo de contribuições o MEI pode acessar os seguintes benefícios previdenciários: Aposentadoria por idade; Aposentadoria por invalidez; Auxílio-doença e Salário-maternidade. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/quero-ser-mei/direitos-e-obrigacoes>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

informal. Neste sentido, a trabalhadora Laura, que exerceu a atividade de diarista durante a pandemia, quando questionada sobre o que era o trabalho para ela, sintetiza em determinado momento em sua resposta que “trabalho é trabalho”.

Os dados da pesquisa apresentam uma realidade diversa, um mosaico que reúne diferentes atividades na informalidade, desde as mais tradicionais, como diarista e doceira, às mais modernas, como a de moderadoras de site ou com a exigência de registro de Microempreendedor Individual (MEI)<sup>86</sup>. Além disso, a combinação entre formal e informal e o trânsito por diferentes tipos de vínculo ao longo da vida das entrevistadas revelam que não há uma linha divisória completamente definida entre formal e informal, estas realidades se articulam e se complementam na semiformalidade (NOGUEIRA, 2018).

Mas, ainda que as trabalhadoras não apresentem distinção explícita entre trabalho formal e informal, foi possível perceber que os trabalhos informais ocupam espaços distintos nas vidas das interlocutoras, a depender tanto em relação à natureza dos rendimentos obtidos quanto com o status de permanência nestes. Durante as entrevistas, as interlocutoras apresentaram em suas respostas o que representam os rendimentos obtidos em trabalhos informais desenvolvidos durante a pandemia da COVID-19, que aqui foram agrupados em poupança ou renda principal (Quadro 3). Porém, cabe destacar que trata-se de situações que podem assumir diferentes gradações ou tonalidades.

Os rendimentos tinham caráter de poupança para metade das interlocutoras, enquanto constituíam a renda principal para a outra metade. A renda principal refere-se a remuneração recebida em troca de prestação de serviço ou da venda de produtos de maneira informal para pagar a maior parte dos gastos essenciais das trabalhadoras, como os com aluguel, luz e água. A poupança se configura quando não há uma necessidade imprescindível daquele trabalho para subsistência e permite uma renda extra. O termo poupança trata-se advém do campo de pesquisa a partir da fala da interlocutora Ana, que tem no trabalho informal uma forma de obter uma renda complementar.

Durante a entrevista Ana disse que:

---

<sup>86</sup> São modalidades surgidas a partir de mudanças ocorridas na estrutura laboral e social durante os anos 1990. No contexto brasileiro, o debate sobre a nova informalidade permite encontrar os nexos entre a formalidade e a informalidade em que práticas e atividades aparentemente pretéritas que muitas vezes ressurgem com novas faces, resignificadas e reeditadas.

O trabalho pra mim, dos doces, **não era a forma pra eu me manter, entende? E isso é um privilégio... Meu trabalho com os doces é uma poupança** (...) Dá um dinheiro que eu guardo, é um dinheiro que eu tenho pra uma emergência, é um dinheiro que eu tenho pra qualquer coisa. Não é um dinheiro que vai pra pagar minha água, minha luz... Não. Então, não posso dizer que [a pandemia me] afetou, ela muito mais me afetou como pessoa... Mas não economicamente, né. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifo meu)

Os rendimentos no trabalho informal tinham caráter de renda principal para Jaqueline, Heloisa, Eduarda, Cláudia, Débora e Mônica. Conforme Cardoso, estes são casos em que, assim como para a maioria das pessoas inseridas na informalidade, não encontram outra forma de sobrevivência (SOVERAL, 2014). Segundo Cardoso (2016), em geral as pessoas são impelidas a encontrar ou criar atividades vendendo produtos ou ofertando serviços em troca de rendimentos a fim de garantirem sua sobrevivência. Esta alternativa torna-se frequentemente a mais viável, quando não a única, visto que o trabalho informal caracteriza-se pela facilidade de acesso, pouco ou nenhum investimento e/ou qualificação.

Em 2019 Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) estava trabalhando em uma loja com carteira assinada, mas foi demitida. Quando declarada a pandemia, Jaqueline já estava trabalhando como babá, porém, neste trabalho relatou que começou acumular funções além do combinado, em suas palavras: “começaram a pedir pra limpar uma coisa ali, fazer uma outra ali”. Então, tentou negociar um aumento de “salário” ou a carteira de trabalho assinada, mas não obteve êxito de forma que deixou de prestar seus serviços.

O trabalho como cuidadora de um idoso veio logo em seguida, também sem carteira assinada. Contudo, o senhor de quem cuidava foi internado em Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) para casos de COVID-19, por ter contraído a doença. Neste momento Jaqueline começou a trabalhar como diarista. Em todas as atividades mencionadas a trabalhadora obtinha rendimentos para arcar, juntamente com seu companheiro, também trabalhador inserido na informalidade, os principais gastos da família, como aluguel, luz e água.

Já Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa) foi contratada por uma empresa estrangeira onde trabalha como moderadora de site desde 2014. Quando estava no final da faculdade trocou o estágio no qual estava pelo trabalho de plataforma, pois logo teria seu contrato de estágio encerrado devido a conclusão da

graduação<sup>87</sup>. Além disso, viu no trabalho de moderação de site um atrativo financeiro, pois inicialmente realizava jornadas de 4h e recebia um “salário” de R\$1.200,00, que superava os ganhos com o estágio. Após se formar, foi este rendimento que possibilitou Heloísa morar sozinha.

No caso de Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa), que mora sozinha desde 2017 e atualmente atua como profissional de comunicação e marketing institucional, o ingresso na informalidade decorreu da necessidade de ter uma renda e uma ocupação, ou, como ela definiu, um emprego.

A interlocutora Cláudia (branca, 30 anos, graduação incompleta) é dona de um salão de beleza desde 2013 e mora com o marido, que também é trabalhador informal, no ramo da alimentação. Durante a entrevista narrou que só no contexto de pandemia, quando começou a pagar parcela maior das contas principais da casa, passou a enxergar seu trabalho de outra forma. Em virtude da pandemia seu marido sofreu impactos laborais e neste momento Cláudia passou a assumir a maior parte dos gastos de casa e, inclusive, auxiliar familiares financeiramente durante este período.

Mônica (parda, 30 anos, pós-graduação incompleta) e seu companheiro, trabalhador informal, também foram afetados financeiramente pela pandemia. Mônica estava sem trabalhar por conta da gravidez e o companheiro passou a ter menos oferta de serviços em virtude da pandemia, o que acarretou em perdas de ganhos do casal. Neste momento, a interlocutora passou a desenvolver o ofício de padeira, vendendo pães e cucas, durante a pandemia, como forma de renda principal.

Os rendimentos obtidos em trabalhos informais enquadram-se enquanto poupança para seis das 12 interlocutoras – Ana, Bruna, Gabriele, Isadora, Karen e Laura –, pois possuem outras fontes de renda para atender a maior parte de suas despesas – como salário fruto de emprego com vínculo formal, pensão alimentícia, aposentadoria, rendimentos do marido, aluguel de imóvel próprio, bolsa de estudos

---

<sup>87</sup> De acordo com a Lei nº 11.788/2008, que regulamenta o exercício do estágio, um/a estagiário/a, em regra geral, não pode ficar mais de dois anos em uma mesma instituição. Além disso, conforme art. 3º da Lei, o/a educando/a deve celebrar termo de compromisso com a parte concedente do estágio e a instituição de ensino – no qual deve ter matrícula e frequência regular. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

ou contam com apoio financeiro da família. Dentre estas trabalhadoras, a maioria se autodeclarou branca e apenas Karen se declarou preta.

Além disso, todas possuem como aspecto comum o fato de que não moram sozinhas – moram com o pai e/ou mãe, com companheiro ou marido – e possuem apoio material familiar, residem em casas em que não precisam pagar aluguel, por exemplo. A doceira Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta), mora com a mãe e não precisa arcar com gastos de aluguel, conta de água e luz. A trabalhadora Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta), da mesma forma, mora com mãe, pai e irmãos.

Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa) mora com o companheiro e o status do trabalho informal se alterou de renda principal para poupança recentemente, de 2020 para 2021. Ao iniciar o ofício de doceira, como forma de obter rendimentos, em 2020, utilizava os ganhos para cobrir os gastos principais da casa, que divide com seu companheiro. A finalidade neste momento era substituir a perda de renda principal. Porém, com a obtenção de outra fonte de renda como principal, no ano seguinte, a venda de doces passou a ser uma atividade para complementar ganhos.

Quando a atividade se tornou forma de obter sua renda principal para renda complementar em 2021, passou a servir para pagar contas como a de água, luz, internet e outros gastos que classificou enquanto menores da casa. No decorrer da entrevista citou como exemplo, a situação recente em que utilizou o lucro obtido para pagar as vacinas dos seus animais de estimação.

Já Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta), Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto) e Karen (preta, 61 anos de idade, ensino médio completo) vivem com o marido ou o companheiro, e as despesas maiores são cobertas por rendimentos de fontes como aposentadoria, trabalho com vínculo formal ou aluguel de imóvel próprio.

**Quadro 3.** Interlocutoras por natureza dos rendimentos obtidos em trabalhos informais, segundo perfil e atividade desempenhada

|                 | <b>Nome</b> | <b>Cor/<br/>raça</b> | <b>Idade</b> | <b>Escolaridade</b>      | <b>Estado civil</b> | <b>Filhos/as</b>   | <b>Atividade</b>                                      |
|-----------------|-------------|----------------------|--------------|--------------------------|---------------------|--------------------|---|
| Poupança        | Ana         | Branca               | 23           | Pós-graduação incompleta | Solteira            | Não                | Doceira   |
|                 | Bruna       | Branca               | 44           | Graduação incompleta     | Casada              | Uma filha          | Fotógrafa   |
|                 | Gabriele    | Branca               | 63           | Ensino médio incompleto  | Casada              | 2 filhos           | Massoterapeuta  |
|                 | Isadora     | Branca               | 26           | Pós-graduação completa   | União estável       | Não                | Doceira   |
|                 | Karen       | Preta                | 61           | Ensino médio completo    | União estável       | 2 filhas           | Diarista e faz salgados e doces                       |
|                 | Laura       | Branca               | 35           | Graduação incompleta     | Solteira            | 2 filhos           | Diarista  |
| Renda principal | Cláudia     | Branca               | 30           | Graduação incompleta     | Casada              | Uma filha          | Dona de salão de beleza                               |
|                 | Débora      | Branca               | 30           | Pós-graduação completa   | Solteira            | Não                | Microtrabalhadora de site                             |
|                 | Eduarda     | Preta                | 30           | Graduação completa       | Solteira            | Não                | Profissional de marketing e comunicação institucional |
|                 | Heloísa     | Branca               | 29           | Pós-graduação completa   | Solteira            | Não                | Microtrabalhadora de site                             |
|                 | Jaqueline   | Parda                | 32           | Ensino médio incompleto  | União estável       | 2 filhos e 1 filha | Diarista e cuidadora de idosos                        |
|                 | Mônica      | Parda                | 30           | Pós-graduação incompleta | União estável       | 1 filha            | Padeira   |

Fonte: Diário de Campo. 2021.

Outro fator que varia entre as interlocutoras é o status de permanência em trabalhos informais (Quadro 4). Estes podem ter status transitórios ou provisórios, permanentes, e, por vezes, transitórios-permanentes – quando a permanência é vivida sob o signo do provisório (DRUCK; OLIVEIRA, 2008, p. 169). A situação permanente em trabalhos informais, ou seja, que possuem como característica um aspecto mais definitivo nas trajetórias laborais, pode ser identificado nos casos da Ana, Bruna, Cláudia, Gabriele e Karen.

As duas últimas interlocutoras são as mais velhas deste subgrupo e estão a mais tempo desenvolvendo atividades informalmente. Neste sentido, o que se observa atualmente na realidade brasileira é que a ocupação informal vem garantindo uma forma de obtenção de rendimentos para parcela relevante de pessoas com mais de 60 anos, ainda que já aposentado/a. Existe um “reaproveitamento de um contingente situado no outro extremo da escala etária produtiva, os da chamada terceira idade” (ALENCAR; CAMPOS, 2006, p. 29).

Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto) e Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo) desenvolvem um trabalho informal há cerca de 30 anos. Gabriele e Karen estão vivendo a terceira idade, possuem uma baixa escolaridade e não pensam em procurar outro trabalho. Gabriele exerce a atividade de massoterapia desde 1992, mas contou a respeito de outras experiências prévias na informalidade. Sua primeira experiência laboral foi em uma loja de antiguidade pertencente a um membro da família, sem carteira assinada. Além disso, relatou que em algum momento neste período trabalhou com uma amiga na venda de peças em couro (como bolsas, cintos, etc.).

Karen trabalha como diarista e vendedora de doces e salgados desde 1993, sem carteira assinada ou com outro registro formal. Mas antes desta época Karen narrou que em seu primeiro trabalho experienciou a informalidade como babá na casa de uma família, no qual permaneceu dos 11 aos 17 anos.

Já Ana (com 23 anos), Bruna (com 44 anos) e Cláudia (com 30 anos) são mulheres brancas, possuem menos de 50 anos e maior grau de escolaridade quando comparadas a Gabriele e Karen. Ana está com pós-graduação em andamento e começou a vender bolos e doces em 2013, atividade que desenvolve até hoje. Bruna está realizando um curso na faculdade, possui vínculo formal de trabalho e começou a trabalhar como fotógrafa de maneira informal, em 2020, mas

destacou durante a entrevista que sempre buscou desenvolver alguma atividade informalmente. Cláudia também está com uma graduação em andamento, trabalha como cabeleireira há 8 anos e é dona de salão de beleza.

O aspecto de transitório-permanente pode ser observado nas narrativas de Heloísa, Débora, Isadora, Laura e Jaqueline. Nos casos de Débora, Isadora e Laura foi possível identificar que conciliam o trabalho informal com os estudos, no qual planejam uma outra vida profissional. Débora com o andamento de uma segunda graduação, Isadora de uma segunda pós-graduação e Laura de sua primeira graduação.

Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa) possui graduação e pós-graduação em área que pretende atuar futuramente e Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) faz planos para retomar os estudos e poder atuar na área da saúde.

Débora (branca, 30 anos, pós-graduação completa) é moderadora de site e tem na atividade uma forma de, como mencionou na entrevista, simplesmente pagar as contas. Depois que se formar, na segunda faculdade que faz, pretende começar a trabalhar na sua área de formação. Já Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa), pretende atuar na área em que está construindo sua trajetória acadêmica, mas disse que enquanto for vantajoso continuará com a venda de bolos e doces.

Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta), que estava trabalhando como diarista, contou que parou de trabalhar em 2021 quando ganhou seu segundo filho. Disse que pretende continuar prestando serviços como diarista, mas somente quando o contexto pandemia apresentar alguma melhora que a deixe mais tranquila. Enquanto isso, segue seus estudos na faculdade em formato virtual.

Heloísa está há sete anos trabalhando como moderadora de site, a mais tempo do que gostaria, como observou durante a entrevista, seu planejamento é juntar dinheiro suficiente para poder atuar na área de sua formação – ramo diferente do que atua.

Já Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) manifestou que quer concluir o ensino médio e realizar um curso técnico em enfermagem. Aspiração que se construiu de forma recente nos seus planos, após ter exercido a atividade de cuidadora e ter acompanhado o senhor de quem cuidava nas primeiras semanas em

que este esteve internado no hospital. Neste momento teve contato com a equipe de técnicos/as de enfermagem, o que suscitou interesse pela profissão.

Além disso, para seus planos mais imediatos, manifestou querer trabalhar com carteira assinada. Apesar de trabalhar como diarista, Jaqueline está em busca de outra oportunidade, relatou que ganha R\$ 100 por faxina, mas só tem dois clientes fixos por semana, o que não gera segurança financeira nem supre totalmente suas despesas. Mencionou que se tivesse quatro faxinas semanalmente ficaria até mais tranquila. Jaqueline foi a única entrevistada que manifestou o desejo de obter um emprego com vínculo formal. Neste caso, o trabalho informal passou a ser percebido de permanente a transitório-permanente.

O caráter de provisoriidade foi identificado nos casos de Eduarda, que atuou na comunicação e marketing de uma empresa, e de Mônica, que exerceu o ofício de padeira, durante a pandemia da COVID-19. Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa) e Mônica (parda, 30 anos, pós-graduação incompleta) possuem uma alta escolaridade e permaneceram por mais ou menos dois anos em um trabalho informal e ambas relataram que atualmente estão em outro trabalho, com carteira de trabalho assinada. Cabe destacar que apesar da inserção ter se configurado nestes casos como provisório não significa que havia uma expectativa ou o planejamento para que o trabalho informal fosse substituído, posteriormente, por um trabalho formal.

**Quadro 4.** Interlocutoras por status atribuído ao trabalho informal, segundo perfil e atividade desempenhada

|                        | <b>Nome</b> | <b>Cor/<br/>raça</b> | <b>Idade</b> | <b>Escolaridade</b>      | <b>Estado civil</b> | <b>Filhos/as</b>   | <b>Atividade</b>                        |
|------------------------|-------------|----------------------|--------------|--------------------------|---------------------|--------------------|---|
| Permanente             | Ana         | Branca               | 23           | Pós-graduação incompleta | Solteira            | Não                | Doceira                                 |
|                        | Cláudia     | Branca               | 30           | Graduação incompleta     | Casada              | Uma filha          | Dona de salão de beleza                 |
|                        | Bruna       | Branca               | 44           | Graduação incompleta     | Casada              | Uma filha          | Fotógrafa                               |
|                        | Gabriele    | Branca               | 63           | Ensino médio incompleto  | Casada              | 2 filhos           | Massoterapeuta                          |
|                        | Karen       | Preta                | 61           | Ensino médio completo    | União estável       | 2 filhas           | Diarista                                |
| Transitório-permanente | Débora      | Branca               | 30           | Pós-graduação completa   | Solteira            | Não                | Microtrabalhadora de site               |
|                        | Heloísa     | Branca               | 29           | Pós-graduação completa   | Solteira            | Não                | Microtrabalhadora de site               |
|                        | Isadora     | Branca               | 26           | Pós-graduação completa   | União estável       | Não                | Doceira                                 |
|                        | Jaqueline   | Parda                | 32           | Ensino médio incompleto  | União estável       | 2 filhos e 1 filha | Diarista e cuidadora de idoso           |
|                        | Laura       | Branca               | 35           | Graduação incompleta     | Solteira            | 2 filhos           | Diarista                                |
| Transitório            | Eduarda     | Preta                | 30           | Graduação completa       | Solteira            | Não                | Profissional em marketing e comunicação |
|                        | Mônica      | Parda                | 30           | Pós-graduação incompleta | União estável       | 1 filha            | Padeira                                 |

Fonte: Diário de Campo. 2021.

As percepções compartilhadas pelas trabalhadoras nas entrevistas a respeito da informalidade, a partir de suas experiências pregressas, bem como aspectos dos trabalhos informais, que desenvolveram durante a pandemia da COVID-19 – como natureza dos rendimentos obtidos e o status que atribuem ao trabalho informal em suas vidas – contribuíram para a apreensão da realidade atual e as percepções que as trabalhadoras carregam dos trabalhos informais.

Na seção seguinte, com a finalidade de alcançar uma maior aproximação e um entendimento mais profundo sobre a construção dos sentidos atribuídos ao trabalho informal pelas interlocutoras, por meio dos repertórios de esquemas disposicionais incorporados e ativados das trabalhadoras, foram analisados três contextos sociais, o familiar, o escolar e o laboral.

#### **4.2. Passado-presente das disposições na produção de sentidos do trabalho**

Ninguém consegue, com efeito, analisar as propriedades objetivas do contexto que vão, *a priori*, determinar o comportamento dos atores. Mas não se pode mais concordar com as teorias que visam a fazer do ator, senão um quase estrategista em matéria de mobilização das propriedades do contexto, pelo menos um indivíduo definindo e mobilizando conscientemente, como recursos potencialmente exploráveis, as propriedades do contexto que vão auxiliá-lo em sua ação. (LAHIRE, 2004, p. 329)

Os contextos de ação, de acordo com Bernard Lahire, não possuem propriedades estáveis e definidas, nem os atores sociais são capazes de mobilizar suas disposições sempre de forma consciente. Além disso, a configuração dos possíveis quadros de ação são infinitas, visto que as possibilidades de situações, relações e as múltiplas disposições que podem ser desencadeadas são incontáveis (LAHIRE, 2004).

Logo, para analisar as disposições incorporadas pelas trabalhadoras que influenciam na construção de sentidos de trabalhos informais foi necessário reduzir estas possibilidades. Para isso, foram exploradas três contextos sociais, o familiar, o escolar e o laboral, tendo como fio condutor a centralidade do trabalho. Estes foram escolhidos em virtude de, geralmente, ocuparem espaço mais prolongado na vida das pessoas, produzindo disposições mais duráveis e com mais chances de serem ativadas em momentos e contextos posteriores.

Os atores sociais, que entram e saem destes espaços, podem colocar em trânsito as disposições em diferentes momentos. Assim, os três contextos são relativamente autônomos – com regras sociais próprias compartilhadas por um determinado grupo, por exemplo –, mas não desconexos entre si. Conforme Lahire (2004), olhar com atenção para estes fluxos permite perceber a relação entre esse passado, incorporado, e o presente, contextual. Na análise das narrativas das interlocutoras foi possível apreender diálogos que se estabelecem entre os contextos e as experiências das trabalhadoras, a partir dos fluxos de diferentes disposições para pensar e agir.

Puderam ser percebidas diferentes formas de socialização – por treinamento direto, por efeito difuso de uma situação e por inculcação ideológica ou simbólica – associadas aos contextos que contribuem na incorporação de disposições e na formação dos sentidos do trabalho. Por vezes, foi identificado, inclusive, mais de uma forma de socialização em um mesmo contexto responsável por este processo, como, por exemplo, o contexto escolar, que pode tanto contribuir na incorporação de patrimônios disposicionais por socialização por treinamento direto como por inculcação simbólica.

O contexto escolar e universitário descrito pelas trabalhadoras apresentou-se como formador de um repertório disposicional, especialmente, por meio da socialização por treinamento ou prática direta. Nas narrativas predominou relatos sobre comportamentos na escola e em sala de aula (se faltavam ou não as aulas, se eram mais agitadas ou não no contexto escolar), a relação com os estudos (se gostavam ou não de estudar, se tinham dificuldades ou facilidades de aprendizagem), sobre o acompanhamento da vida escolar pela família (questões que afetam o processo de aprendizado) e a importância que os estudos possuem para si.

Com os dados a respeito das experiências educacionais foi possível perceber o lugar que a escola e a universidade ocupam na vida das interlocutoras. A escolarização e a qualificação profissional para a maioria das entrevistadas são formas para planejar um futuro laboral, estão relacionados a preocupação delas em melhorar as condições de vida ou construir uma carreira, mas para outras não faz parte dos seus planos. Esta diferença é um fator que coloca a própria experiência na informalidade em patamares diferenciados.

Além disso, as interações e a influência familiar neste processo educacional, contribuem, direta ou indiretamente, para que continuem, abandonem ou retomem seus estudos. Lahire destaca, em sua obra *o Sucesso escolar nos meios populares* (2004), que os atores sociais, ainda que estejam inseridos em contextos sociais semelhantes, vivem diferentes configurações familiares que influenciam no alcance ou não do sucesso escolar em suas trajetórias (LAHIRE, 1997). O autor explora na obra a relação entre a família e escola, e a coloca da seguinte forma:

Se a família e a escola podem ser consideradas como redes de interdependência estruturadas por formas de relações sociais específicas, então o "fracasso" ou o "sucesso" escolares podem ser apreendidos como o resultado de uma maior ou menor contradição, do grau mais ou menos elevado de dissonância ou de consonância das formas de relações sociais de **uma rede de interdependência a outra**. (LAHIRE, 1997, p. 19)

Lahire define as "redes de relações de interdependência" como as relações em que os seres sociais vivem:

(...) em relação de interdependência, ocupando lugares em redes de relações de interdependência, e com isso, possuindo capitais ou recursos ligados a esses lugares, bem como a sua socialização anterior no seio de outras configurações sociais. (LAHIRE, 1997, p. 39)

A seguir são apresentadas as trajetórias escolares das entrevistadas (Quadro 5), que foram agrupadas da seguinte forma: a) as que tiveram seus estudos interrompidos durante a realização do ensino regular; b) que possuem baixa escolaridade e não demonstram interesse em concluir o ensino básico e/ou ingressar no ensino superior; c) concluíram o ensino fundamental e médio sem interrupções, mas ingressaram na faculdade depois de alguns anos da conclusão do ensino regular; e, d) terminaram o ensino médio e ingressaram na faculdade em seguida ou em um intervalo curto de tempo (até um ano depois que concluíram o ensino médio).

As interlocutoras, Cláudia e Jaqueline, tiveram seus estudos interrompidos durante a realização do ensino regular, devido a necessidade, respectivamente, de ter que trabalhar e assumir responsabilidades familiares, ou seja, o espaço que os estudos assumiram em suas vidas acabou competindo com outras questões.

Contudo, isso não impediu que considerassem como um caminho a ser retomado no futuro.

Cláudia, branca, com 30 anos e atualmente com graduação em andamento, dona de salão de beleza, parou de estudar aos 13 anos, quando estava na 7ª série do ensino fundamental, para começar a trabalhar. Jaqueline, parda, 32 anos, com ensino médio incompleto e diarista, interrompeu sua trajetória escolar no 2º ano do ensino médio quando ficou grávida da sua filha mais velha.

Cláudia fez supletivo em 2010 para concluir o ensino fundamental e ensino médio, concluindo com 20 anos. Mais tarde, entre os anos de 2012 e 2020 contou que fez diversos cursos no ramo da estética (um curso profissionalizante de cabeleireira, relacionadas à área capilar, design de sobrancelhas, depilação egípcia, esteticista de cílios, etc). Além disso, em 2020 iniciou curso em faculdade particular. Para Cláudia estas qualificações (cursos e a faculdade recém iniciada) são formas importantes de aperfeiçoar sua atuação no ramo em que atua.

Já Jaqueline faz planos de voltar a estudar. Pretende fazer um supletivo para concluir o ensino médio para depois fazer curso de técnico em enfermagem. Mas trata-se de planos que concorrem com a maternidade, que considera mais importante no momento. Atualmente, Jaqueline trabalha como diarista e destacou durante a narrativa que com este trabalho consegue conciliar o tempo para estar junto a seus filhos e sua filha, principalmente neste período de crise sanitária. Assim, a interlocutora contou que gostaria de aguardar ao menos que seu filho mais novo, que tem dois anos, estivesse um pouco maior para colocar em prática seus planos de retomada aos estudos.

A realidade de Jaqueline expressa a dificuldade que as mulheres enfrentam para conseguir se qualificar e se engajar no mercado de trabalho. Apesar de ter narrado que divide as tarefas domésticas no interior de sua família, é possível perceber que recai a ela com maior peso as responsabilidades da manutenção da casa e atenção a seus filhos e sua filha, implicando desta forma na gestão do seu tempo (ÁVILA, 2004).

Em relação ao trabalho informal que Cláudia e Jaqueline desenvolvem, trata-se de forma onde obtêm seus rendimentos para arcar com gastos de subsistência. Contudo, enquanto Cláudia tem o trabalho informal como permanente, Jaqueline o tem, atualmente, sob o status de transitório-permanente.

Já Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo), diarista, e Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto), massoterapeuta, que possuem baixa escolaridade, não demonstram interesse em concluir o ensino básico e/ou ingressar no ensino superior. Karen contou que na infância mudou constantemente de residência e de escola por problemas de saúde de sua mãe, assim a sua trajetória escolar foi difícil desde o início, ainda assim conseguiu concluir o ensino regular.

Gabriele relatou ter também enfrentado dificuldades de aprendizado desde o começo de sua trajetória escolar e de ter interrompido os estudos quando estava no ensino médio por conta disto. Ambas não colocam a realização de uma faculdade em seus horizontes e têm no trabalho informal, sob status de permanência, uma forma de complementar a renda.

As interlocutoras Laura, diarista, e Bruna, fotógrafa, concluíram o ensino fundamental e médio sem interrupções, mas ingressaram na faculdade depois de alguns anos da conclusão do ensino regular. Laura relatou que teve dificuldades de aprendizado durante o período escolar e que após a conclusão do ensino médio não se considerava capaz de ingressar em uma universidade.

Em sua narrativa foi possível identificar que a classificação como incapaz para seguir os estudos têm relação com a trajetória escolar e profissional dos membros da sua família. Entre pai, mãe, irmã e irmãos foi a única a entrar na faculdade. A decisão quanto à dar continuidade aos estudos teve como principal influência incentivos de uma amiga próxima que a fez mudar de perspectiva sobre sua capacidade. Hoje para Laura estar na informalidade é algo permanente-provisório, pois planeja, quando concluir a graduação, exercer sua profissão.

Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta) relata que sua mãe e seu pai nunca acompanharam atentamente seu desenvolvimento escolar, mas sempre nutriu vontade de adquirir conhecimentos. Fez ensino médio com curso técnico em administração – momento em que foi morar com sua avó –, concluindo em 1994. Em 2019 iniciou um curso em faculdade particular. Durante sua fala sublinha a importância do estudo e do trabalho em sua vida, expressando que sempre quis fazer uma faculdade. Nesse sentido, a informalidade acaba se apresentando como um espaço possível para novos aprendizados, além de fotógrafa já exerceu atividade como artesã, cabeleireira e manicure.

As entrevistadas Débora, Ana, Isadora, Eduarda, Heloisa, que terminaram o ensino médio e ingressaram na faculdade em seguida ou em um intervalo curto de tempo (até um ano depois que concluíram o ensino médio) contaram com apoio familiar. Nestes casos foi possível identificar o pertencimento das trabalhadoras a uma classe social média e de seus ascendentes a uma classe social mais baixa. Em tais situações, houve um esforço da família em garantir a continuidade dos estudos das filhas até o ensino superior, seja por meio de incentivo de ordem psicológica, apoio financeiro ou mesmo enquanto imposição. Condutas que podem ter origem ou estarem relacionadas a própria experiência de mobilidade social.

Conforme narrou Débora (branca, 30 anos, pós-graduação completa), moderadora de site, seu pai, diferenciando-se dos seus progenitores (avós de Débora), conquistou a graduação com muito esforço, o que acarretou à Débora este patamar educacional como o mínimo a ser alcançado, ou seja, não fazer uma graduação não era uma opção. Além disso, cabe destacar que a entrevistada contou por um longo período de tempo com apoio financeiro da família para seguir estudando.

Já a doceira Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) foi incentivada pelos pais a ingressar no ensino superior, porém, certa imposição foi relatada quanto ao curso pretendido. Conta que na primeira vez que prestou o vestibular cedeu ao curso desejado pelo pai e a mãe, mas não ingressou na faculdade. Foi em sua segunda tentativa, quando a escolha do curso foi totalmente sua que obteve êxito no ingresso. Tanto o pai quanto a mãe de Ana possuem graduação completa, o que contribuiu para se inserirem no mercado de trabalho formal, mas durante a entrevista Ana contou que possuem uma origem de classe social mais baixa.

Nos casos de Eduarda, profissional em marketing, e de Heloísa, moderadora de site, foi possível identificar também um forte empenho de suas mães para que seguissem estudando. Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa), assim e Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa), foram criadas somente pela mãe. Ambas falam do quanto suas mães sempre as apoiaram em seus estudos e no quanto trabalharam para propiciar este caminho à elas.

Heloísa foi a única entrevistada que mencionou a figura de uma professora em sua trajetória educacional enquanto marcante. Descreve como a professora foi importante no seu envolvimento com a leitura, o que resultou em disposição

incorporada para ler (que foi ativado durante seu percurso escolar e universitário, e na função de moderadora de site), configurando tanto uma situação de socialização por treinamento ou prática direta como por inculcação ideológica. Sobre esta relação contou:

(...) eu tive uma professora maravilhosa, inclusive agora, depois de mil anos, eu mandei mensagem pra ela no dia dos professores, assim, falando da importância dela na minha persona, assim mesmo, porque eu tive uma professora maravilhosa, ela... tinha aula de português, assim, muito legais, que ela levava uma mala de livros pra gente ler e daí a gente lia aqueles livros, a gente... ela fazia concursos de redação, assim, era uma professora que nos fazia pensar fora da caixa, **uma professora muito diferenciada** assim. Claro, eu sei que o ensino é sucateado, os professores não recebem bem e tal, mas ela era uma professora bem diferenciada, muito legal assim. Eu gostava muito da professora e ela também nos apresentou um cinema... Nossa! Imagina, eu assisti vários filmes árabes com ela, uma coisa de loco. Fora, filmes muitos legais, fazia a gente lê, fazia competição de escrita, nossa, eu amava essa professora, **eu gostava muito naquela época de escrever, amava muito lê, então pra mim era tudo**, assim. (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa)

Sobre a aquisição da sua disposição para ler, falou:

No ensino fundamental eu era uma criança bem comportadinha, **eu sempre gostei muito, muito de ler, eu sempre li muito**, eu ficava sempre muito feliz quando começava o ano, porque eu ia poder frequentar a biblioteca do colégio da escola. Eu lembro que todo o ano eu fica, tipo assim, muito feliz de pegar um real e ir lá na biblioteca, falar com a tia Maria, que era bibliotecária, e aí, eu tinha que pagar um real e podia pegar os livrinhos. Então, assim, eu sempre gostei muito de ler, de ler muito, era o meu refúgio ler, que não tinha muitas crianças e tal... (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa) (grifo meu)

A entrevistada Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa) contou que para sua família era importante estar estudando ou trabalhando. Quando escolheu ingressar na faculdade e construir uma trajetória acadêmica teve apoio familiar.

O apoio familiar identificado, no caso destas interlocutoras, configura o que Lahire compreende por um sistema de auxílio mútuo familiar ou solidariedade familiar, que é: “um conjunto dos elos que constituem uma ‘parte’ (mais ou menos grande) da realidade social concebida como uma rede de relações de interdependência humana.” (LAHIRE, 2004, p. 39-40).

Traçando um paralelo importante com a seção anterior, em nenhum dos casos neste subgrupo – de Débora, Ana, Isadora, Eduarda ou Heloísa – o trabalho informal se configura com o status permanente em suas vidas e tampouco é fonte de renda principal.

**Quadro 5.** Interlocutoras e suas trajetórias escolares, segundo perfil e atividade desempenhada

|  | Nome      | Raça   | Idade | Atividade                               |
|--|-----------|--------|-------|---|
| Os estudos foram interrompidos durante a realização do ensino regular  | Cláudia   | Branca | 30    | Dona de salão de beleza                 |
|  | Jaqueline | Parda  | 32    | Diarista                                |
| Possuem baixa escolaridade, mas não demonstram interesse em concluir o ensino básico e/ou ingressar no ensino superior                                   | Gabriele  | Branca | 63    | Massoterapeuta                          |
|  | Karen     | Preta  | 61    | Diarista                                |
| Concluíram o ensino fundamental e médio sem interrupções, mas ingressaram na faculdade depois de alguns anos   | Bruna     | Branca | 44    | Fotógrafa                               |
|  | Laura     | Branca | 35    | Diarista                                |
| Terminaram o ensino médio e ingressaram na faculdade logo em seguida ou em um intervalo curto de tempo (até um ano depois que concluíram o ensino médio) | Débora    | Branca | 30    | Moderadora de site                      |
|  | Ana       | Branca | 23    | Doceira                                 |
|  | Isadora   | Branca | 26    | Doceira                                 |
|  | Eduarda   | Preta  | 30    | Profissional de marketing e comunicação |
|  | Heloisa   | Branca | 29    | Moderadora de site                      |

Fonte: Diário de Campo. 2021.

Todas as interlocutoras revelaram disposições, para pensar e agir, voltados para o estudo ou para a aquisição de novos conhecimentos, especialmente em relação a uma atividade específica. Mas nem todas encontraram condições contextuais favoráveis para colocá-las em prática e desenvolvê-las. Desta forma, a informalidade se apresenta de forma distinta para elas.

Quando discorrerem sobre a trajetória laboral de seus familiares, descrevem a de familiares com graus de parentesco próximos, com quem tiveram significativo tempo de convivência ou estabelecimento de vínculos afetivos, como mãe, pai, tia, tio, avó e avô. Contudo, a pessoa que a maioria das entrevistadas mais se deteve

em suas narrativas foi uma figura feminina de sua família (oito das 11 entrevistadas citam a mãe, a tia ou a avó), em relação a esta contextualizam e narram minuciosamente sua trajetória de trabalho. Aspecto que configura uma socialização a forma de uma inculcação simbólica, apresentando também como importantes referências para a construção do sentido do trabalho.

Ana contou que seu pai e sua mãe são funcionários públicos (concursados). Frisa que vem de uma família de mulheres trabalhadoras, em certo momento da entrevista disse: “Porque assim, eu sou muito do exemplo, sabe? Eu sou criada por mulheres, entende? Por tantas mulheres e por mulheres que são independentes, sabe?”. Em sua narrativa sublinha a importância principalmente de sua avó e mãe:

Minha mãe trabalhava durante o dia e eu ficava com a minha avó. A minha avó, ela trabalha em fábrica quando eu nasci, mas ela sempre conta que... E essa é uma história que eu tô repassando, não tô me exibindo, mas assim, quando ela me viu ela disse “meu Deus”... E a minha mãe foi morar com a minha avó porque ela tinha 20 anos, e a minha vó olhava e dizia “nossa esse bebê tão lindo vai pra minha casa e vai ser cuidada por outra pessoa?” e daí ela decidiu se aposentar, ela já tinha idade pra se aposentar e se aposentou, “não, eu que vou cuidar desse bebê lindo”. E minha vó ficava comigo durante o dia.

**E aí a minha avó... imagina, uma mulher que trabalhava pesado em fábrica, em pé o dia inteiro, (...) de repente fica em casa assim parada, então eu cresci com a minha vó lavando forro, lavando parede, fazendo comida, minha vó lavava parede da casa duas, três vezes por ano, e a minha vó conta, até hoje, “quando a Ana era bebê, ela era do tamanho de um balde e ela chorava até ganhar um balde pra lavar as paredes junto”, daí minha vó me colocava pra lavar o rodapé, porque eu não era uma criança que conseguia ficar paradinha. E isso é meu, eu sou muito proativa. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifo meu)**

Ana destaca a importância da independência financeira, aspecto que menciona em vários momentos em sua fala. Quando discorreu a respeito do que seria o trabalho para ela, relacionou diretamente a figura de sua mãe, que sempre trabalhou e teve autonomia financeira. Nesse ponto repetiu que: “a independência sempre foi algo muito sagrado pra mim”.

Uma figura feminina também é citada pela interlocutora Bruna, a sua avó. Destacando o apoio que teve desta durante a adolescência, quando saiu de casa por conflitos com pai, e a admiração que sentia por ela. A avó é apresentada por Bruna como uma mulher forte e trabalhadora:

Porque **minha vó, assim, ela sempre trabalhou**, mesmo aposentada ela seguiu trabalhando e ela ficou viúva aos 40 anos, então **ela sempre foi minha mulher sozinha e forte**, assim, né, então, aí eu **me enxerguei mais com ela, me adaptei mais com ela**.

(...) Ela já é falecida, tem 18 anos, mas ela ela trabalhava lá fora na Vila Nova, tinha uma fábrica de conservas de doce de pêssego, de figo, e ela trabalhava lá, aí depois ela se aposentou, veio pra cidade, mas cuidava de uma senhora, que era dessa família onde morava e trabalhava lá e aí então ela começou a cuidar da senhora, ela era cuidadora, ficava aos finais de semana com ela e durante a semana às vezes quando os filhos iam sair ou tinham compromisso e daí chamavam ela, ela ficou de cuidadora dessa senhora, e ela mesmo sendo idosa ela era cuidadora, ela tinha 70 e poucos anos e ela ia cuidar, ficava de babá de outra senhora. (Bruna, branca, 44 anos, graduação incompleta)

Já Cláudia quando começa a falar da trajetória laboral de seus ascendentes, começa a descrever a de sua mãe:

A minha mãe em relação ao trabalho tem muita experiência, porque ela é dona de casa faz muitos anos, sempre foi muito dependente do meu padrasto, com quem ela é casada, faz muitos anos, tem 30 anos. (Cláudia, 30 anos, graduação incompleta)

Contou que seu pai atualmente tem 74 anos e é aposentado, mas trabalhou muitos anos com couro. Em relação aos estudos relatou que seu pai tem até a 4<sup>a</sup> série e sua mãe parou na 7<sup>a</sup> série, mas retornou mais tarde, fazendo supletivo e concluindo o ensino básico.

Nas narrações de Eduarda e Heloísa, ambas criadas somente pela mãe, esta se torna protagonista em suas falas. Eduarda contou que sua mãe sempre foi trabalhadora e estudiosa e seu pai tem graduação completa e hoje é “dono de casa”. Contou que não tem uma relação tão estreita com seu pai como tem com sua mãe, mas que o considera uma pessoa tranquila, uma pessoa que definiu como *good vibes*.

Eduarda descreveu sua mãe enquanto uma mulher guerreira. Contou que sua mãe desde muito nova precisou “se virar” sozinha, que começou a trabalhar como empregada doméstica, mas através de qualificação se tornou técnica em enfermagem. É possível notar a influência de sua mãe, inclusive, em virtude da primeira escolha de curso que Eduarda fez na faculdade: na área de atuação da mãe. Sobre esta importante figura para ela narrou:

**E a minha mãe sempre foi muito trabalhadora.** (...) era só ela no mundo, então, **ela sempre teve que se virar pra tudo e ela passou isso muito pra mim**, isso eu tenho certeza, assim, a gente se vira muito fácil, a gente se resolve. Meus amigos até brincam “ah, fala com a Eduarda, ela sabe, ela sempre resolve tudo”... E é uma coisa muito presente assim.

Então minha mãe é uma pessoa muito inspiradora, muito... O pessoal fala muito em guerreira né, mas ela realmente é, **ela é uma guerreira**. Comprou o apartamento dela sozinha, se vira sozinha (...) Ela sempre foi assim, tem que ir, tem que fazer, tem que evoluir e isso ela passou muito pra mim e hoje ela é aposentada e vive a vida dela bem tranquila. (Eduarda, preta, 30 anos, graduação completa) (grifos meus)

Além disso, quando a entrevistada responde a última questão gerativa, sobre a concepção de trabalho para si, fala em como um trabalho deve ser útil e contribuir para o todo, ter um propósito, aspectos que podem ser associados à própria profissão de sua mãe.

A interlocutora Heloísa relatou que quando era criança sua mãe trabalhava de dia e de noite. Nos períodos em que Heloísa não tinha escola, ela ficava com sua “família de criação”. Assim, Heloísa e sua mãe puderam contar com uma rede familiar ampliada, constituída a partir de laços de amizade:

Eu fui criada só pela minha mãe, eu só tive a minha mãe, e aí minha mãe trabalhava de dia e de noite, e eu ficava muito com a família.. como eu posso te dizer... **eu tinha uma família de criação, a família da minha dinda, que é melhor amiga da minha mãe e minha mãe trabalhava muito, eu ficava muito lá** e eram pessoas muito idosas, então eu fiquei muito sozinha, cresci bem sozinha. Então eu gostava muito de ler, colecionava gibi e eu tive professores assim que me marcaram muito no ensino fundamental. (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa)

Ao narrar sobre a trajetória laboral de sua mãe, Heloísa fala a respeito de várias responsabilidades que sua mãe assumiu desde nova:

Minha mãe, assim, ela é outra ralada (risos)... Mas a minha mãe assim, ela foi criada só pela mãe dela, a mãe dela era costureira... E aí, a minha mãe começou a trabalhar desde muito nova assim, porque a minha mãe só tinha a minha vó e a minha mãe perdeu minha vó quando ela tinha 25 anos... E assim... Antes da minha mãe perder minha avó, ela [a avó] já tinha perdido... Não sei se foi isquemia, mas assim, a minha avó já não podia trabalhar, **a minha mãe tinha que trabalhar desde nova pra ajudar na casa**. Então, **minha mãe trabalhava assim, em caixa de super, assim, quando ela tinha seus 18 anos, trabalhava nuns empregos assim, porque ela tinha que cuidar minha avó e sustentar minha avó**, era só ela e minha vó... E aí, né, com 25 anos ela engravidou de mim e minha avó faleceu, um ano depois e ela ficou sozinha comigo, ela só tinha eu e não tinha mais ninguém porque ela... Não tinha família por parte de mãe ou por parte de pai, então ela literalmente ficou sozinha comigo no mundo, com 25

anos. Minha mãe tem uma história bem puxada. E aí, minha mãe tinha uma melhor amiga, **que é minha dinda**, e nossa, minha dinda deu uma baita de uma força pra ela, porque minha dinda ficava comigo de dia enquanto minha mãe trabalhava sabe... Eu ficava com ela e com os pais dela e hoje eu chamo eles de avós assim, eles meio que me adotaram. Então, a minha mãe sempre pode me deixar com eles pra trabalhar. (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa)

Sobre as experiências laborais de sua mãe, Heloísa relatou:

Então minha mãe trabalhava assim no super, eu sei que ela fez um concurso pra prefeitura também. Ela fez um concurso pra serviços gerais assim, ela passou e aí ela trabalhava na (...) e aí depois, eu acho que eu era adolescente já... Claro, trabalhando com limpeza ela teve um monte de coisa, tendinite, bursite, essas coisas assim, daí então ela não pode mais seguir trabalhando com limpeza, mas como eles não podiam mandar ela embora, nada do tipo porque ela era concursada, então mudaram... E aí, eu sei que então, nessa época ela trabalhava ali e de noite trabalhava cuidando de idosos pra ganhar um dinheiro extra. (Heloísa, branca, 29 anos, pós-graduação completa)

Isadora relatou a ausência paterna (desconhece a escolaridade ou profissão do seu pai) e que foi criada somente pela mãe, mas com a presença da avó e do avô (mãe e pai de sua mãe) muito fortes na infância. Sua mãe tem ensino médio completo (com técnico em contabilidade), trabalhou como faxineira na casa de uma família e depois começou a trabalhar como massoterapeuta. Porém, com o advento da pandemia voltou a fazer faxinas.

Nas narrativas tanto de Laura como Jaqueline e Karen não é dado um foco tão grande à trajetória laboral familiar ou de uma figura especificamente quando comparada aos relatos de Eduarda e Heloísa, por exemplo. Contudo, é perceptível a inserção ocupacional igual ou semelhante a de suas mães, que eram donas de casa e/ou diaristas. Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) contou que sua mãe trabalhava como diarista e também nas fábricas de doce em compota em Pelotas durante algumas temporadas. Seu pai era vigia, mas sofreu um acidente quando ia de bicicleta para o trabalho, quebrando o fêmur. Quando foi operar a perna, por conta da fratura, descobriu que tinha osteoporose e não poderia operar, neste momento se aposentou por invalidez.

Karen (preta, 61 anos de idade, ensino médio completo) não discorre tanto sobre a família de origem, durante a entrevista falou muito mais sobre suas filhas, netas e bisnetas, mas falou que teve uma infância difícil, carregou responsabilidade sobre as irmãs mais novas e que sua mãe era diarista. Já Laura contou que seu pai

é mestre de obras e seus irmãos seguiram o mesmo caminho e sua mãe sempre foi dona de casa.

Assim, a trajetória laboral dos familiares das interlocutoras tem papel relevante, ainda que se apresentem algumas questões contraditórias em suas relações. A figura feminina se revelou como aspecto que compõem um eixo importante na construção do sentido do trabalho para a maioria das entrevistadas. Mais uma vez foi possível identificar a influência das redes de relações de interdependência familiares.

Entretanto, não é só o passado que está presente e que influencia na produção de sentido do trabalho. As experiências mais recentes das trabalhadoras permitem tanto a atualização de seus repertórios disposicionais como também a incorporação de novas disposições. Diante disto, foi possível identificar a configuração tanto da incorporação de disposições por socialização por treinamento ou prática direta (advindos da entrada e saída em diferentes trabalhos, por exemplo) como por inculcação ideológica nas trajetórias laborais.

Quando analisadas as trajetórias laborais das interlocutoras foi possível identificar uma relação entre experiências prévias com as atividades que desenvolvem ou desenvolveram de maneira informal durante a pandemia da COVID-19.

Das 11 entrevistadas na pesquisa, sete tiveram como primeira experiência laboral um trabalho informal. Seja dando aulas particulares, trabalhando com fotocópias, como babá, no ofício de doceira, em empresa familiar, como auxiliar em mercado ou como animadora em festas infantis.

A maioria das interlocutoras teve sua primeira experiência laboral após os 17 anos de idade, com exceção de Cláudia, Jaqueline e Karen. Jaqueline e Karen tiveram sua trajetória laboral iniciada de forma mais precoce, aos 11 anos de idade, de maneira informal. Jaqueline como auxiliar de mercadinho no bairro em que morava na época e Karen como babá com uma família em cidade interiorana próximo a Pelotas. Cláudia teve sua primeira experiência de trabalho aos 13 anos de idade, como animadora de festa infantil, sem carteira assinada.

Considerando os casos de Karen e Jaqueline, importa sublinhar que fazem parte do grupo de mulheres negras que são, geralmente, obrigadas a se inserir mais cedo no mercado de trabalho quando comparadas às mulheres brancas. Desta

maneira, as mulheres negras vivenciam precocemente a concorrência entre trabalho e escola, o que acarreta implicações na trajetória profissional nos quais os “danos serão provavelmente sentidos na redução de chances de melhor alocação e ascensão profissional” (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013, p. 65).

As demais entrevistadas (oito) tiveram sua primeira experiência laboral depois dos 17 anos, sendo sete delas mulheres brancas. Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa), Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa), e Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta) mencionaram suas participações no Programa Jovem Aprendiz (PJA). O Programa foi criado pelo governo federal com o objetivo de incentivar as empresas a contratarem jovens que nunca tiveram oportunidade de trabalhar de maneira formal, priorizando pessoas jovens de famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa<sup>88</sup>.

As três interlocutoras mencionaram ter participado do programa, mas apenas Eduarda e Heloísa tiveram de fato uma experiência de trabalho em virtude dele. Heloísa trabalhou por dois meses como vendedora em uma loja, mas só para “manchar a carteira”, ou seja, ter uma experiência laboral registrada. Já Eduarda contou que trabalhou por alguns meses de caixa de supermercado, mas ao ingressar na universidade procurou aproveitar as oportunidades que este contexto oferecia (desenvolvendo, assim, atividades como monitorias e estágios remunerados).

Para Bruna e Débora a primeira experiência laboral foi a realização de um estágio. Sendo que Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta) realizou o estágio durante o ensino médio e Débora (branca, 30 anos, graduação completa) por meio do vínculo na graduação.

A trabalhadora Laura foi a exceção entre as entrevistas, passando pela primeira experiência de trabalho aos 24 anos, algo que, inclusive, relatou demonstrando incômodo, em vários momentos disse que poderia ter começado a trabalhar mais cedo.

Além disso, todas as entrevistadas desta pesquisa tiveram experiências laborais em mais de uma área ou atividade em suas trajetórias, o que permitiu que

---

<sup>88</sup> O/a jovem deve estar estudando e possuir uma idade mínima de 14 anos, a duração máxima é de dois anos, porém, após o término do contrato, há possibilidade do aprendiz ser efetivado. Acesso direitos como férias no mesmo período do recesso escolar, FGTS, bolsa auxílio, décimo terceiro salário, vale transporte, e vale alimentação. Disponível em: <<https://jovemaprendizbr.com.br/>>. Acesso em: 16 de abr. de 2022.

armazenassem um repertório de disposições para agir. Gabriele, Ana, Heloísa, Laura e Débora chegaram a exercer até três atividades distintas em trabalhos formais e informais. Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto) exerceu atividade de vendedora e massoterapeuta. Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) como doceira, atuou no setor administrativo e lecionou. Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa) trabalhou como vendedora de loja através do PJA, fez dois estágios na área da graduação e trabalhou como moderadora. Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta) trabalhou com fotocópias, como vendedora de loja e diarista. Débora (branca, 30 anos, pós-graduação completa) trabalhou para um blog, depois foi garçõete em cafeteria e moderadora site. Isadora (branca, 23 anos, pós-graduação completa) deu aulas particulares, trabalhou em projetos de pesquisa na faculdade e exerceu ofício de doceira.

As trabalhadoras Bruna, Jaqueline, Karen, Cláudia e Eduarda exerceram mais de três atividades em trabalhos formais e informais. Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta) tem experiência em funções administrativas, em contabilidade, como cabeleireira, manicure, artesã e fotógrafa. Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto) trabalhou como reposição de estoque em mercado, na cozinha de uma lancheria, como diarista, como vendedora em loja e como diarista e cuidadora de idosos. Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo) trabalhou como babá, depois como funcionária pública e por último como diarista e vendedora de doces e salgados. Cláudia (branca, 30 anos, graduação incompleta) como animadora de festa infantil, garçõete, vendedora e por fim como profissional da área da estética. Eduarda (preta, 30 anos de idade, graduação completa) teve experiência através do PJA, foi monitora na faculdade, fez estágios, trabalhou com marketing e como vendedora.

Ademais, outro aspecto que também se destaca em relação às trajetórias laborais é que a maioria das entrevistadas passou pela experiência na informalidade no mundo do trabalho mais de uma vez em sua trajetória laboral, com diferenças em relação a frequência na passagem de trabalhos formais e informais. A única exceção foi Eduarda que passou pela experiência uma única vez e de forma mais recente.

As interlocutoras que mais tiveram entradas e saídas alternando formais e informais, foram Jaqueline e Cláudia. Ambas começaram a vida laboral cedo, com

11 e 13 anos de idade, respectivamente e sofreram interrupção na trajetória escolar. Além disso, compartilhavam até pouco tempo o fato de que tinham em comum a informalidade sob status permanente. Cláudia, que atualmente é dona de salão de beleza, havia vivenciado quando mais jovem, de forma transitória, trabalhos vários trabalhos sem carteira assinada, relatou:

Esses três anos [2007, 2008, 2009] eu trabalhei como modelo, recepcionista de evento, como modelo de showroom, enfim, trabalhei com tudo que é coisa que tu possa imaginar, fiz extra em balada, trabalhei de garçonete em barzinho, me virei nesses três anos que vivi lá. (Cláudia, branca, 30 anos, graduação incompleta)

As demais entrevistadas Ana, Bruna, Gabriele e Karen foram as que tiveram menos entradas e saídas em trabalhos formais e informais, mas com uma permanência maior na informalidade quando comparadas às outras. Ana, doceira, que está inserida na informalidade desde 2013, ao falar de suas experiências laborais pregressas narrou que:

(...) **praticamente todas elas foram informais, desde a que eu comecei até hoje.** A primeira vez eu era super jovem, eu tinha saído do ensino médio, aí, até parece que eu sou velha agora, mas eu era bem novinha mesmo, eu tinha saído do ensino médio e **meu tio (...) tinha uma empresa** (...) e um dia ele disse, “ah, eu precisava de alguém né que pudesse confiar, que eu pudesse entregar os dados dos clientes, que a pessoa pudesse ir fazendo uma ficha e eu te pago e se tu quiser a gente faz por um mês meio turno, pra tu ir te adaptando, e depois tu trabalha os dois turnos e eu te pago mil reais. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifos meus)

Bruna, fotógrafa, disse que sempre buscou conciliar com alguma atividade desenvolvida informalmente:

E aí eu comecei a trabalhar lá [com carteira assinada] e já faz 16 anos, **só que nesse tempo eu nunca fiquei só ali com ele, sabe? Eu sempre tive algum serviço informal**, continuei com artesanato, depois eu comecei com a maquiagem. (Bruna, branca, 44 anos, graduação incompleta)

Destas quatro, Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto), massoterapeuta, e Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo), diarista, foram as que tiveram menos entradas e saídas em trabalhos em geral, mas são as que estão inseridas na informalidade a mais tempo, cerca de 30 anos.

Cabe destacar que as interlocutoras Ana, Isadora, Débora e Heloísa desenvolvem atividades informalmente, mas conciliam com outros planos de longo prazo. Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta), trabalha como doceira desde 2013, mas nunca deixou de estudar, a fim de construir outro caminho de carreira.

Neste mesmo sentido, Isadora (branca, 23 anos, pós-graduação completa) é doceira e investe seu tempo nos estudos. Heloísa e Débora são moderadoras de site, mas pretendem exercer a profissão ao qual estão se qualificando.

**Quadro 6.** Entrevistadas e suas trajetórias laborais

| <b>Nome</b> | <b>Idade com que iniciou a trajetória laboral</b> | <b>Experiências áreas ou atividades em suas trajetórias (considerando trabalho formais e informais)</b> | <b>Entradas na informalidade</b> |
|-------------|---|---|----------------------------------|
| Ana         | 17 anos   | Até três atividades distintas   | Três                             |
| Bruna       | 17 anos   | Mais de três atividades   | Mais de três                     |
| Cláudia     | 13 anos   | Mais de três atividades   | Mais de três                     |
| Débora      | 20 anos   | Até três atividades distintas   | Mais de três                     |
| Eduarda     | 17 anos   | Mais de três atividades   | Menos de três                    |
| Gabriele    | 17 anos   | Até três atividades distintas   | Três                             |
| Heloísa     | 17 anos   | Até três atividades distintas   | Mais de três                     |
| Isadora     | 17 anos   | Mais de três atividades   | Mais de três                     |
| Jaqueline   | 11 anos   | Mais de três atividades   | Mais de três                     |
| Karen       | 11 anos   | Mais de três atividades   | Menos de três                    |
| Laura       | 24 anos   | Até três atividades distintas   | Mais de três                     |

Fonte: Diário de Campo. 2021.

A maioria das interlocutoras possui uma trajetória laboral diversificada, tanto no que diz respeito à natureza de vínculo, quanto à ocupação propriamente dita. Todas as entrevistadas narraram já ter experienciado o trabalho informal antes de declarada a pandemia de COVID-19 em 11 de março de 2020, algumas apresentando trânsito mais recorrente pela formalidade-informalidade que outras. Dentre as entrevistadas, Eduarda foi a trabalhadora que passou pela experiência na

informalidade mais recentemente, ingressando meses antes de ser declarada pandemia.

A trajetória laboral da maioria das trabalhadoras – iniciada entre 11 e 17 anos de idade – são relativamente longas e contribuíram para que acumulassem experiências em uma variedade de situações e de desdobramentos da informalidade no mundo do trabalho. As vivências prévias permitiram que as interlocutoras já tivessem também uma bagagem de experiências em relação às intempéries externas que acabam afetando seus trabalhos na informalidade. Quando desencadeada a pandemia da COVID-19 não repercutiu um contexto completamente desconhecido por elas.

Neste sentido, Mossi observa que a insegurança gerada pela crise sanitária não é uma particularidade desencadeada neste contexto especificamente:

E isso é verdadeiro não apenas neste momento particular em que estamos vivendo. **É importante lembrar que esta é a realidade do trabalhador informal com ou sem pandemia.** O que a pandemia está produzindo é uma generalização de uma situação que os informais sempre conheceram para todos os trabalhadores: por motivos externos que estão fora do seu controle, estão impedidos de garantirem o seu sustento. (UFRGS, 2020, p. 1) (grifo meu)

Com um mapeamento parcial das experiências e das disposições que circularam (e continuam circulando) nos contextos escolar, familiar e laboral, tomando a centralidade do trabalho como guia, foi possível identificar eixos que sustentam os sentidos atribuídos ao trabalho informal pelas interlocutoras e perceber que o sentido do trabalho informal se constrói de forma relacional, transcontextual e de forma dinâmica.

Além disso, a partir do relato das trajetórias laborais das trabalhadoras também foi possível identificar um destaque conferido aos saberes, ao fazer e às atividades atrelados ao trabalho informal que desenvolvem. Desta maneira, indicando um aspecto importante para a atribuição de sentido àquele trabalho realizado. A partir disto, buscou-se nesta variável possíveis referências para a construção do sentido do trabalho informal, que serão exploradas na seção seguinte.

### 4.3. Entre práticas laborais, disposições e a construção do sentido do trabalho informal

A expressão “mundo do trabalho” abrange um universo de possíveis situações, que envolvem uma ampla variação de ocupações, condições de trabalho (com diversos graus de proteção social, de ambientes e jornadas de trabalho, entre outros) que somada a distintas percepções de ordem subjetiva dos/as trabalhadores/as — como aquelas advindas da relação com o próprio fazer ou com a prática desenvolvida, ou, ainda, com o ato de trabalhar —, resulta em infinitas configurações e combinações possíveis.

Neste sentido, uma das facetas desta complexidade é desvelada no estudo de Vanda D’Acri (2003). A pesquisadora desenvolveu um estudo com trabalhadores/as de uma indústria têxtil de amianto no Rio de Janeiro com o objetivo de compreender como era experimentada de forma objetiva e subjetiva o ato de trabalhar e identificou um processo de adoecimento, resultando em morbidades e mortalidade, devido a manipulação da matéria-prima amianto.

Ela observou que mesmo em meio a péssimas condições de salubridade no ambiente de trabalho, de “sofrimento, esforço e dor”, havia satisfação e alegria na realização das atividades, na “criação de um fazer humano e o sentimento de participação no mundo” (D’ACRI, 2003, p. 20). D’Acri percebeu que mesmo em condições precárias e de exploração, “as pessoas encontram pequenos espaços para situar o sentido para o seu trabalho” (*idem*). Mas sublinha que trata-se apenas de uma “brecha” encontrada em um contexto opressivo de trabalho.

Desta forma, apesar dos debates a respeito da informalidade voltarem-se, principalmente às questões relacionadas a sua precariedade, instabilidade e falta de proteção social aos/às trabalhadores/as – discussões de suma importância para o tema – as narrativas das interlocutoras conduziram a um olhar às suas práticas desenvolvidas na informalidade, nos quais encontram suas “brechas” para construir o sentido dos seus trabalhos. Investigar outras facetas da informalidade revelam aspectos relevantes para o entendimento de sua própria complexidade:

O fato é que se no debate acadêmico e político são fartas as evidências da precariedade e instabilidade que imperam na informalidade, essa percepção não é partilhada no mesmo grau ou com relevância semelhante na vida cotidiana de grandes contingentes de trabalhadores. Podendo ser, inclusive, contestada, no plano dos sujeitos, por evidências empíricas de suas

trajetórias individuais concretas. Mesmo a desigualdade de renda entre trabalho formal e informal, (...) tende a não ser tão evidente na vida cotidiana de trabalhadores inseridos em determinadas condições de trabalho não regulado. (RANGEL, 2021, p. 195)

Assim, a ampla variação de situações inicialmente mencionada, se manifesta tanto em trabalhos formais como informais. Nesta pesquisa, ainda que se tenha centrado nas experiências pregressas e nos contextos que funcionam como molas de ação de disposições, a fim de identificar possíveis eixos de sustentação dos sentidos do trabalho informal para as interlocutoras, foi possível identificar também que as distintas práticas desenvolvidas por elas no mundo do trabalho (que foram aprendidas ao longo de vários momentos de socialização, em diferentes contextos), representam variáveis significativas.

Ao falarem de suas práticas laborais revelam que encontram nas atividades que desenvolvem possibilidades para manterem-se ativas, adquirir novos conhecimentos, desenvolver novas atividades, alcançar satisfação nas práticas desenvolvidas ou independência financeira. Ou seja, viabiliza que sejam atingidos um conjunto de resultados importantes e que tensionam o sentido do trabalho para elas. A percepção que as interlocutoras possuem de suas práticas mitiga os binômios formal/informal, direitos/opressão, satisfação/exploração.

Além disso, algumas demonstram uma relação afetiva com o conhecimento ou o saber envolvido no fazer ou no ofício desenvolvido, no contexto de pandemia da COVID-19, seja por terem aprendido com alguém da família ou pela satisfação em ter aprendido em suas trajetórias laborais ou educacionais. Assim, a fim de identificar os distintos processos de incorporação de esquemas de ação pelas interlocutoras, as práticas laborais foram classificadas enquanto aprendidas no núcleo familiar, em suas próprias trajetórias laborais e no decorrer da trajetória escolar e universitária (Quadro 7). Nestes podem ser identificados a incorporação de esquemas de ação por meio da socialização por treinamento ou prática direta e, para algumas, também por meio da socialização simbólica.

Ana e Isadora, doceiras, revelaram que possuem disposição para o ato de cozinhar. A disposição é incorporada nos dois casos por meio da socialização por treinamento ou prática direta. A respeito, Ana contou que em casa é a principal responsável por fazer a janta e Isadora que nas reuniões familiares pouco a pouco foi assumindo espaço na cozinha:

Eu sempre gostei, eu desde... sei lá, meus 10 anos... **Eu comecei a cozinhar desde muito cedo**, porque minha mãe trabalhava, trabalhava o dia inteiro, era só eu e ela, e aí tinha que cozinhar, arrumar a casa, essas coisas e eu fazia. Quando eu comecei ali com 13, 12, acho que com uns 10, pros 10 anos... Mas com 12 era oficial, eu comecei a fazer bolo de aniversário pro pessoal, doces, essas coisas em casa, pra familiar... A vó tava de aniversário nesse final de semana, o bolo eu fazia ou senão, sei lá, saladas do churrasco, essas coisas, eu que fazia tudo... (Isadora, branca, 23 anos, pós-graduação completa)

Em relação ao ofício de doceira, Isadora menciona que lembra de ver sua avó fazer doce no fogão a lenha quando era criança. Já Ana conta que aprendeu e aprende muito a fazer doces na internet, principalmente pelo *Youtube*, mas que também aprendeu muita coisa com uma tia. Neste caso há uma presença da socialização por inculcação simbólica:

A minha tia, irmã da minha mãe, faz doce. Ela faz muita coisa boa pra comer. Muito bolo eu já fiz com ela. Agora eu fiquei... A gente vai pensando e vai vendo as coisas, né? É isso... **A minha tia... Eu aprendi muito com ela mesmo, porque a gente fazia bolo, a gente fazia várias coisas.** Hoje em dia sou eu que ensino para ela. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta)

Ana ao compartilhar o que pensa sobre o ato de cozinhar, demonstrou o quanto gosta da prática que desenvolve informalmente (configurando uma disposição somada a uma apetência):

Eu sempre **gostei muito de cozinhar**, muito mesmo. Pra mim várias coisas envolvem o cozinhar. É uma das coisas da casa que eu mais tenho prazer em fazer. Eu gosto realmente. É por que tem muito do afeto, entende? Eu acho que a comida afeta as pessoas. Eu sempre quando vou fazer uma coisa eu penso... Eu penso que é uma oportunidade. Porque não são todas as pessoas que têm aquilo pra produzir? E eu penso assim, poxa, a minha mãe ficou o dia inteiro trabalhando, vou fazer um prato para ela ou vou fazer uma coisa especial pra mim, isso é uma forma, é uma coisa... De tu transmitir algo, entende? (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifo meu)

As trabalhadoras Jaqueline (parda, 32 anos, ensino médio incompleto), Laura (branca, 35 anos, graduação incompleta) e Karen (preta, 61 anos de idade, ensino médio completo) aprenderam as práticas laborais que desenvolvem enquanto diaristas no próprio seio familiar, com a distribuição de funções em suas famílias. Limpar, arrumar, cozinhar são práticas que desenvolviam e ainda desenvolvem no âmbito do trabalho reprodutivo.

Em suas narrativas trouxeram fragmentos das experiências laborais de suas mães, relacionadas à própria trajetória destas mulheres, permitindo perceber que são filhas que compartilham um fazer de suas mães. Assim, nestes casos se configuram a incorporação de disposições por meio da socialização por inculcação simbólica como principal modo de transferência.

Nos casos de Jaqueline e Karen foi possível identificar ainda uma disposição para agir relacionada à organização somada à uma apetência de satisfação com a realização da prática. Assim expressaram:

(...) **eu posso ajudar as pessoas terem uma casa limpa, organizada** (...) elas chegam dum trabalho e tá tudo limpo. (Jaqueline, parda, 32 anos, ensino médio incompleto) (grifo meu)

(...) **eu gosto** de limpar e de deixar tudo em ordem. (Karen, preta, 61 anos, ensino médio completo) (grifo meu)

Já a trabalhadora Mônica contou que aprendeu a fazer pão quando foi morar com seu pai e sua mãe no interior de Pelotas, em virtude da pandemia. Como estava grávida preferiu se resguardar, momento em que seu pai ensinou a fazer seu pão caseiro, receita que ele aprendeu com a mãe dele. A partir disso, conta que passou a gostar da prática<sup>89</sup>.

Além disso, Ana, doceira, Karen, diarista, e Mônica, padeira, associam o trabalho informal à oportunidade de estarem ativas e a possibilidade de dar certa autonomia financeira. A importância de estarem trabalhando, independente do tipo de relação trabalhista que estabeleçam (formal ou informal), representa à elas um valor importante associado à como ocupam seu tempo. Ana manifesta tal concepção ao relatar uma experiência de 2007 quando, após término do ensino médio, foi trabalhar em empresa familiar:

Na época, meu tio ele era microempreendedor né, que não pode ter mais do que x funcionários, então tipo, ah, pra ele era bom, porque tava me empregando e pra mim, ah, eu não tava parada né, eu levava pra esse lado, poxa **eu não tô parada, tô fazendo alguma coisa**. (Ana, branca, 23 anos, pós-graduação incompleta) (grifo meu)

---

<sup>89</sup> Neste caso não há como afirmar que se trata de uma disposição, visto que durante as conversas informais manifestou apenas gostar de fazer pão e não de cozinhar.

Ana, inclusive, reproduz a vontade de estar ativa em período mais recente, durante a pandemia. Narrou que com a interrupção das aulas do seu curso de graduação no início de 2020 devido à crise sanitária, teve mais tempo livre passando a dedicar mais tempo ao exercício de doceira.

Da mesma forma, Karen sublinha a importância de estar “fazendo algo” mais de uma vez durante a entrevista. Relatou que sentiu vontade de voltar a trabalhar depois que se aposentou por invalidez, em 1992. Neste caso, a aposentadoria representou papel relevante na sua trajetória laboral, principalmente, devido ao tempo que dedicava à atividade exercida, tanto que logo após começou a trabalhar como diarista. O que se repetiu de forma similar mais recentemente, no contexto da pandemia da COVID-19. Karen contou que parou de fazer faxinas por um tempo, mas sentiu anseio em retornar: “Fiquei uns meses em casa, mas não consegui ficar sem fazer nada, então eu voltei a fazer faxina”.

Mônica manifesta sentimento parecido quando discorreu, durante conversas estabelecidas informalmente, sobre o momento que teve que parar de trabalhar por um ano – do início de 2019 até início de 2020 –, por conta da gestação, que exigiu cuidados especiais. Disse:

**E bom, eu já tava um ano sem trabalhar e já tava doendo no meu calo, em função da liberdade financeira e tudo mais,** eu trabalho desde os meus 14 anos e a gestação inteira foi muito difícil pra mim, eu passava muito mal e tudo mais, e além de tudo não podia trabalhar, não conseguia, não conseguia estudar, e foi tudo uma tragédia atrás da outra, em relação a minha liberdade pessoal. (Mônica, parda, 30 anos, pós-graduação incompleto) (grifo meu)

Estes últimos relatos de Ana, Karen e Mônica manifestam a centralidade que o trabalho tem na vida das pessoas em geral e expressam a recepção negativa que o não-trabalho pode carregar, como nos casos de desemprego e de aposentadoria (SEVERO, 2019).

As outras quatro entrevistadas – Gabriele, Bruna, Cláudia, Eduarda – tiveram a incorporação de disposições, que se manifestam por meio de suas práticas, no decorrer de suas próprias trajetórias laborais. A trabalhadora Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio incompleto) fez curso de massoterapia, em 1987, na cidade de Porto Alegre, e desenvolve a atividade desde 1992 como forma de complementar sua renda. O interesse por fazer o curso surgiu quando foi diagnosticada com um

problema de coluna e uma das formas que buscou para realizar um tratamento foi através da massoterapia, que, conforme explicou, na época era algo mais relacionado à fisioterapia.

Durante a entrevista foi possível constatar o envolvimento de Gabriele com a prática quando descreve a técnica que utiliza, a massagem bioenergética, de forma detalhada. Neste momento, demonstrou ter um repertório de conhecimento mais amplo relacionado à espiritualidade. Durante a entrevista narrou sobre a profunda ligação entre o corpo e mente, bem como as consequências que os (des)equilíbrios entre estes acarretam em determinados aspectos da vida das pessoas. Além disso, que através da massagem bioenergética o objetivo é estabelecer um equilíbrio desta energia contribuindo na manutenção da saúde como um todo. Quando questionada sobre os impactos da pandemia da COVID-19, seu envolvimento é apresentado de forma explícita: “Ah, sim! Primeiro a massagem não dá dinheiro, tá? Eu faço porque eu gosto mesmo”.

Já para Bruna, a informalidade é meio para exercer práticas que permitam novos aprendizados laborais. No decorrer de sua fala contou que já exerceu diversas atividades informalmente, enquanto artesã, manicure, maquiadora e, mais recentemente, como fotógrafa. Sublinhando que em relação a esta última, que começou durante a pandemia, sempre teve interesse em conhecer melhor. Bruna relatou que desde que começou a fotografar tem gostado muito da atividade (demonstrando disposição e apetência):

Porque eu sempre tive um sonho de ter uma máquina de fotografia, sempre, sempre, e aí um dia uma moça postou no Face que tava vendendo uma câmera, daí eu pesquisei e vi que a câmera tava muito barata, dava pra comprar e era uma moça que eu conhecia também, era filha de um primo de um conhecido. E aí meu marido disse "eu compro para ti a máquina", "aí, não, mas é caro", mas aí a gente pesquisando viu que tava bom e aí eu comprei a máquina, mas não com a intenção de trabalhar com a máquina, só que aí eu comecei a tirar foto da minha filha, do meu marido, foto de lugares. E aí o pessoal começou a pedir "ah, tu tira umas fotos minha, tira umas fotos assim" e aí eu comecei a tirar. (...) aí eu comecei com a fotografia, **que é uma coisa que eu gosto, que eu amo**, que eu sempre tive vontade de trabalhar e aí, comecei a fazer isso em paralelo, já te digo, é bem bom o valor que eu recebo com a fotografia. (Bruna, 44 anos, graduação incompleta)

A interlocutora Cláudia, após realizar seu primeiro curso profissionalizante de cabeleireira, fez vários cursos na área da estética e abriu um salão de beleza. Manifestou várias vezes na entrevista que gosta muito do ramo em que atua:

Pra mim trabalho é tudo. Eu sou uma pessoa que sem trabalho eu piro. Então tu pode ver que na pandemia, eu consegui ficar só um período sem trabalhar... Então, pra mim trabalho é tudo, é minha independência, é a minha alegria.. Eu amo o que eu faço. (Cláudia, branca, 30 anos, graduação incompleta)

Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa) narrou que quando estava trabalhando no setor de comunicação e marketing gostava tanto das suas atribuições, das atividades, como o fato de trabalhar em equipe. Observando sua trajetória laboral foi possível identificar sua facilidade para liderança e trabalho em equipe. Ao falar sobre o que é o trabalho para si diz que o trabalho deve estar associado a melhor aplicação das habilidades individuais de uma pessoa e relatou: “Olha eu acho que.. Eu tenho uma coisa assim, que eu não sei se é uma coisa geracional, mas eu acho que trabalho bom pra mim é um trabalho que eu vejo um propósito”. A trabalhadora ainda falou que o trabalho não deve ser considerado como a vida de alguém, em sua totalidade, mas apenas como parte da nossa vida.

Nas atividades desenvolvidas pelas interlocutoras Débora (branca, 30 anos, pós-graduação completa) e Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa) como moderadoras de site, foi possível identificar que a principal disposição ativada no contexto laboral é voltada à leitura. O que pode ser associado à trajetória escolar e universitária de ambas. Contudo, as trabalhadoras não demonstraram um vínculo ou apetência a esta. Ainda que ler faça parte da vida acadêmica de Débora e tenha sido mencionada várias vezes por Heloísa como prática que gosta. Por meio de suas falas foi possível perceber que o trabalho informal tem finalidade puramente financeira. Heloísa em determinado momento da entrevista chega a mencionar: “é só um trabalho pra pagar as contas”.

**Quadro 7.** Interlocutoras e o aprendizado das práticas desenvolvidas na informalidade durante a pandemia de COVID-19

| <b>Aprendizado da atividade desenvolvida informalmente</b> | <b>Nome</b> | <b>Atividade</b>                        | <b>Raça</b> | <b>Idade</b> | <b>Escolaridade</b>      |
|--|-------------|---|-------------|--------------|--------------------------|
| No decorrer da trajetória escolar e universitária          | Heloísa     | Moderadora de site                      | Branca      | 29           | Pós-graduação completa   |
|  | Eduarda     | Profissional de marketing e comunicação | Preta       | 30           | Graduação completa       |
| No decorrer das trajetórias laborais                       | Gabriele    | Massoterapeuta                          | Branca      | 63           | Ensino médio incompleto  |
|  | Bruna       | Fotógrafa                               | Branca      | 44           | Graduação incompleta     |
|  | Cláudia     | Dona de salão de beleza                 | Branca      | 30           | Graduação incompleta     |
|  | Débora      | Moderadora de site                      | Branca      | 30           | Pós-graduação completa   |
| No núcleo familiar   | Ana         | Doceira                                 | Branca      | 23           | Pós-graduação incompleta |
|  | Isadora     | Moderadora de site                      | Branca      | 26           | Pós-graduação incompleta |
|  | Jaqueline   | Diarista                                | Parda       | 32           | Ensino médio incompleto  |
|  | Karen       | Diarista                                | Preta       | 61           | Ensino médio completo    |
|  | Laura       | Diarista                                | Branca      | 35           | Graduação incompleta     |
|  | Mônica      | Padeira                                 | Parda       | 30           | Pós-graduação incompleta |

Fonte: Diário de campo. 2021.

As interlocuções permitiram perceber que as trabalhadoras estabelecem diferentes relações com as práticas exercidas informalmente, representando um eixo importante na construção do sentido do trabalho informal. Para algumas a importância que a prática adquire em suas vidas reforça o sentido de “brechas” que o trabalho informal pode assumir.

Contudo, vale destacar que estão ali também estão as brechas para exploração do trabalho. As atividades envolvem esgotamento do corpo (como mencionado por Ana e Karen<sup>90</sup>), interrupção do trabalho por conta da maternidade sem poder acessar o benefício do salário-maternidade (nos casos de Laura e Mônica), além de vários outros como não ter 13º salário, férias conforme determina a CLT, não ter a certeza de trabalho no dia seguinte, ou seja, vivem uma desproteção social que afeta e limita suas vidas. As interlocutoras poderiam ter em suas práticas uma ação ainda mais benéfica caso acessassem a proteção estatal estabelecida na CF/88 e na CLT.

Apesar da satisfação que a maioria das interlocutoras sentem na realização das práticas (à exceção de Débora e Heloísa, que as veem no seu sentido mais instrumental de obter renda), esta se traduz enquanto uma pequena compensação frente às formas de opressão atreladas à informalidade. Neste sentido, D'Acri, a partir da concepção de sentido de trabalho formulado por Antunes (2000), levanta segunda questão no final de seu artigo:

(...) se, em condições tão adversas de trabalho, é possível encontrar um sentido para o trabalho, embora este sentido se dê em pequenas brechas, pode-se imaginar o quanto de possibilidade existe numa outra organização social voltada para o sentido da vida, do trabalho, das pessoas? (D'ACRI, 2003, p. 21)

Os sentidos atribuídos ao trabalho informal está imbricada a atribuição de sentido ao trabalho de forma geral e atrelada a questões de ordem objetivas e subjetivas. Em síntese, o sentido do trabalho informal é plurivalente, pois se constrói de forma relacional, transcontextual e dinâmica. A partir destas constatações, nas páginas seguintes a finalidade foi responder o principal questionamento que guiou esta investigação: a pandemia da COVID-19 afetou os sentidos atribuídos ao trabalho informal pelas interlocutoras?

Quando declarada pandemia da COVID-19, nove das 12 interlocutoras já se encontravam em trabalhos informais – Ana, Bruna, Cláudia, Débora, Eduarda, Gabriele, Heloisa, Laura e Karen – enquanto que as demais passaram a exercer alguma atividade informalmente depois desta data – Isadora, Jaqueline, Mônica. Mas a vivência na informalidade anterior que a maioria trazia de outros momentos

---

<sup>90</sup> Como mencionado na seção anterior, Karen já possui um comprometimento de saúde que, inclusive, foi o que motivou a sua aposentadoria por invalidez.

de suas vidas e o fato de já terem enfrentado adversidades externas, fez com que os desencadeamentos provocados pela crise sanitária não representassem exatamente uma situação nova para elas.

Durante este contexto, a maioria delas relatou ter tido impactos laborais, seja no modo de realização, na remuneração ou, em alguns dos casos, com mudanças nestes dois aspectos. Porém, o mais mencionado foram as consequências nos rendimentos. Com exceção das trabalhadoras Débora e Heloísa, moderadoras de site, que além de já desenvolverem a atividade de forma remota, não tiveram repercussões nos seus ganhos.

Diante deste cenário, quando tensionado o sentido do trabalho informal para as interlocutoras e o contexto da pandemia da COVID-19, foi observado três diferentes situações. A primeira diz respeito a não alteração na concepção de sentido; a segunda, uma reafirmação ou reforço do sentido do trabalho informal; e, a terceira, uma mudança do sentido do trabalho informal. Na maioria das narrativas foi possível perceber que diante do novo contexto os sentidos atribuídos ao trabalho informal são reforçados.

Para Débora, Heloísa, Gabriele e Laura não houve alterações no sentido do trabalho. Débora (branca, 30 anos, pós-graduação completa) e Heloísa (branca, 29 anos, pós-graduação completa), microtrabalhadoras de plataformas, já trabalhavam remotamente no âmbito de suas casas. Débora contou que antes da pandemia, por vezes, fazia uso de salas compartilhadas, mas isto era algo raro.

Gabriele (branca, 63 anos, ensino médio completo) e Laura (branca, 30 anos, graduação incompleta) sentiram os impactos provocados pela pandemia, mas puderam contar com uma rede de apoio familiar do ponto de vista financeiro, o que neutralizou os efeitos da crise sanitária. Ambas moram com familiares com quem possuem apoio financeiro.

Nos casos de Ana, Bruna, Eduarda, Karen e Mônica pode ser constatado que o sentido atribuído ao trabalho foi reforçado durante o contexto de pandemia. Ana (branca, 23 anos, pós-graduação incompleta), Karen (preta, 61 anos, ensino médio completo) e Mônica (parda, 30 anos, pós-graduação incompleta), que compartilham a necessidade de estarem ativas, com o advento da pandemia e a necessidade de praticarem o distanciamento social, tiveram esta necessidade aflorada.

A interlocutora Bruna (branca, 44 anos, graduação incompleta) sempre desenvolveu alguma atividade de maneira informal – como artesã, manicure, cabeleireira, visto que está sempre em busca de novos aprendizados. Para ela, a pandemia foi um contexto que a impulsionou a se reinventar como fotógrafa, assim, o sentido do trabalho informal para ela não mudou, foi reafirmado. Eduarda (preta, 30 anos, graduação completa) discorreu sobre o sentido do trabalho para si mencionou principalmente o trabalho motivado por um propósito, em ser útil, mas que este não deve tomar proporções que se sobreponham às outras dimensões da vida. Apresenta várias experiências em áreas e atividades em sua trajetória laboral, e pouco tempo após ser demitida conseguiu ingressar novamente no mercado de trabalho.

Puderam ser percebidas mudanças no sentido atribuído ao trabalho informal em três casos, de Isadora, de Jaqueline e Cláudia. Durante o contexto de pandemia, Isadora (branca, 26 anos, pós-graduação completa) começou a vender doces para substituir a perda de renda principal. Para isso, a utilização da verba concedida pelo auxílio emergencial possibilitou a articulação do negócio. Mas a natureza dos rendimentos obtidos sofreu alteração quando conseguiu outra fonte de renda. O status dos rendimentos passou para extra ou, como classificado anteriormente, como poupança. O seu envolvimento na produção dos doces, desde a captação de clientes até o desenvolvimento do ofício de doceira, passou a não demandar tanto do seu tempo.

Jaqueline (parda, 30 anos, ensino médio incompleto) após ter transitado do trabalho informal para formal e depois do formal para o informal, passou a colocar o trabalho com vínculo empregatício no horizonte a ser alcançado. O trabalho de diarista, em que está atualmente, passou de um status permanente para provisório-permanente. Em seu caso, dois fatores parecem ter contribuído para a mudança. O primeiro foi não poder contar com apoio do Auxílio Emergencial e ter que continuar trabalhando informalmente. O segundo foi a experiência recente como cuidadora de um idoso, que a permitiu ter contato com uma equipe de técnicos/as de enfermagem em um hospital, profissão que passou a colocar nos seus planos a longo prazo.

Cláudia (branca, 30 anos, graduação incompleta), dona de salão de beleza, manifestou várias vezes na entrevista que gosta do que faz. Nesse sentido é

possível identificar em sua trajetória educacional que sempre está em busca de novos conhecimentos na área da estética. Contudo, disse que percebeu o seu trabalho, no contexto da pandemia, de outro jeito, em suas palavras disse durante a entrevista: "Nessa pandemia eu vejo meu trabalho de outra forma". Cláudia narrou que no contexto de crise sanitária seu marido sofreu impactos laborais e neste momento ela passou a arcar com a maior parte dos gastos de casa e, inclusive, auxiliar familiares financeiramente. Neste caso, o sentido do trabalho informal mudou, principalmente, em virtude da importância que a sua fonte de renda passou a adquirir em seu núcleo familiar (de subsistência), passando Cláudia a desempenhar um papel de mantenedora.

## **Considerações finais**

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender os efeitos da pandemia da COVID-19 nos sentidos atribuídos ao trabalho informal por mulheres na cidade de Pelotas/RS. Para atingir este propósito o caminho desta pesquisa foi profundamente inspirado na teoria e na metodologia de Bernard Lahire. Teoricamente o conceito de disposições do autor contribui para o entendimento de que o sentido do trabalho informal é construído e ganha contornos particulares a depender dos repertórios e esquemas de ação de cada interlocutora.

Os sentidos do trabalho são complexos e multifacetados na medida em que são construídos a partir de diferentes referências ao longo da vida e sustentados por distintos eixos. Os sentidos atribuídos ao trabalho informal pelas interlocutoras deste estudo encontram relação com os contextos, os marcadores sociais da diferença, as disposições incorporadas por elas em diferentes quadros de socialização, as relações estabelecidas com pessoas próximas e o significado que as práticas desenvolvidas informalmente possuem para si. Desta maneira, os sentidos atribuídos ao trabalho informal são multifacetados e plurivalentes.

No caminho metodológico percorrido, o uso da entrevista narrativa permitiu uma aproximação com uma gama de experiências de mulheres que estiveram em algum momento no contexto da pandemia da COVID-19 trabalhando informalmente em Pelotas. Durante as entrevistas as trabalhadoras apresentaram uma variedade de mesclas narrativas das suas experiências em trabalhos formais e informais, de aspectos negativos e/ou positivos relacionados à informalidade e às práticas, revelando diferentes facetas para compreensão dos sentidos atribuídos ao trabalho informal. Este esmaecimento de fronteiras desafiou uma perspectiva crítica sobre a informalidade e demandou uma análise cuidadosa sobre as narrativas das trabalhadoras.

Já a metodologia disposicional e contextual de Lahire auxiliou no mapeamento parcial das experiências e das disposições que circularam (e continuam circulando) nos contextos escolar, familiar e laboral das interlocutoras. Bem como na análise do material produzido, permitindo encontrar conexões significativas entre passado e presente das trabalhadoras. Assim, foi possível perceber que o sentido do trabalho informal se constrói de forma relacional,

transcontextual e de forma dinâmica e que os aspectos de ordem objetiva e subjetiva se entrelaçam na sua constituição.

Para descortinar o sentido do trabalho informal e identificar os efeitos que a pandemia da COVID-19 provocou (ou não) nestes, as trabalhadoras e suas falas também foram situadas a partir de uma perspectiva macrosocial. Primeiramente, levou-se em conta que estão inseridas em um mundo do trabalho com estrutura alicerçada no período colonial, carregando marcas do patriarcalismo e da escravidão, reverberada na atual divisão sociosexual e racial do trabalho.

A colonialidade está presente nas relações laborais e no trabalho informal, tornando as diferenças sexuais, raciais e geracionais elementos geradores de desigualdades sociais e de opressões. Estas desigualdades permeiam e se manifestam na informalidade quando concentra trabalhadores/as com baixa escolaridade ou qualificação, parcela significativa de mulheres e pessoas negras, pessoas com mais de 50 anos (quando comparado aos trabalhos formais), ou seja, grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho.

O alto grau de informalização no Brasil encontra raízes neste passado e hoje o trabalho informal configura-se como uma das tradicionais estratégias de sobrevivência. No Brasil, o trabalho informal é uma forma social típica de trabalho que está fortemente amparada nos contextos, sociabilidades e vínculos locais (CARDOSO, 2014; 2016) e reflete uma hierarquia ocupacional definida a partir dos lugares socialmente estabelecidos.

Nos últimos anos a informalidade ampliou-se no país devido aos processos globais de flexibilização-precarização do trabalho e desenvolvimento tecnológico, a partir da década de 1990. Mas, sobretudo, por dois elementos recentes e centrais: 1) a aprovação da Reforma Trabalhista, que instituiu elementos legais que ampliou a informalidade em diversos níveis, ao mesmo tempo em que não garantiu qualquer tipo de extensão de direitos ou proteção aos/às trabalhadores/as que já se encontravam em trabalhos informais; e, 2) a pandemia da COVID-19, pois frente ao atual contexto de crise sanitária a informalidade se aprofundou, ao mesmo tempo em que evidenciou uma mudança no prumo das políticas de governo.

Perante o aparecimento de um novo coronavírus e as repercussões da pandemia da COVID-19 no mundo do trabalho no Brasil ocorreu a redução de oportunidades de trabalho, aumento da instabilidade e redução dos ganhos

econômicos. Questões que somaram-se a um profundo enfraquecimento no que tange a proteção de direitos sociais de grande parcela da população, com as alterações na CLT pela Reforma Trabalhista, as mudanças legislativas provenientes da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos e da Reforma da Previdência.

O trabalho informal abrange uma diversidade considerável de trabalhadores/as que enfrentam inúmeras desvantagens, principalmente, em relação à proteção de direitos sociais, que no Brasil estão associados ao vínculo formal. Quando declarada a pandemia da COVID-19, muitas pessoas que estavam inseridas na informalidade, à margem do sistema de proteção social no país, ficaram impedidas de exercer seus trabalhos e ganhar o seu sustento por questões sanitárias. Além disso, essa desproteção não é neutra, pois atinge de forma distinta homens e mulheres, pessoas negras e brancas, mais jovens e mais velhas, de modo que reproduz e aprofunda as desigualdades de gênero, classe, raça e geracional, na sociedade em geral e no mercado de trabalho especificamente.

Diante disto, a hipótese levantada neste estudo foi de que as disposições incorporadas ao longo da vida de mulheres inseridas na informalidade na cidade de Pelotas provocam variações importantes na atribuição de sentido ao trabalho informal e que com o advento da pandemia mudanças significativas teriam ocorridos nestes. O que foi parcialmente confirmado.

O primeiro passo foi apreender como são construídos os sentidos atribuídos ao trabalho informal para as interlocutoras. Assim, vários aspectos da vida das trabalhadoras, levando em conta a centralidade do trabalho, a multiplicidade de trajetórias e experiências anteriores, que são responsáveis por influenciar de distintas formas a produção de sentido do trabalho informal.

Durante as narrativas, as interlocutoras não apresentaram uma distinção explícita entre suas experiências em trabalho formal e informal, mas trataram de pontos negativos e positivos para descrever suas perspectivas a respeito de trabalho informal. As entrevistadas também descreveram a natureza dos rendimentos (poupança ou renda principal) e o status de permanência (permanente, transitório, permanente-transitório) em trabalhos informais, que variam conforme as particularidades da vida de cada uma.

Com a finalidade de alcançar uma compreensão mais profunda sobre os sentidos atribuídos ao trabalho informal foi realizada a análise de três contextos sociais, o familiar, o escolar e o laboral, pois são importantes formadores dos repertórios de esquemas disposicionais incorporados e ativados das trabalhadoras. Por este caminho foi possível identificar relações estabelecidas entre os contextos e a influência muito forte da família em relação à trajetória escolar e laboral.

A família exerce um papel fundamental nas continuidades, rupturas ou interrupções nas trajetórias educacionais. O apoio ou não da família para a continuidade nos estudos tem reflexo direto nas trajetórias laborais das interlocutoras. As diferenças que estas relações apresentam para cada uma é um fator que coloca a própria experiência na informalidade em patamares diferenciados. Além disso, a própria trajetória laboral dos familiares das entrevistadas tem papel relevante nas suas escolhas e valores associados ao trabalho, ficando evidente a importância da família na produção de sentido do trabalho.

A trajetória laboral da maioria das interlocutoras é longa e diversificada, com entradas e saídas em trabalhos formais e informais e em diferentes ocupações. O que contribuiu para que acumulassem experiências em uma variedade de situações e de desdobramentos da informalidade no mundo do trabalho. E, ainda, as práticas desenvolvidas informalmente pelas trabalhadoras também apresentaram nuances importantes para a constituição de sentido, visto que para a maioria reforça a concepção de “brecha” que o trabalho informal pode assumir.

Após realizadas estas análises, o passo seguinte foi observar o novo contexto provocado pela pandemia da COVID-19 e tensionar com os sentidos atribuídos ao trabalho informal. Para tal, os aspectos macro e microsociológico deste contexto de crise sanitária foram estreitados a fim de identificar impactos, repercussões e mudanças. Os efeitos da crise sanitária podem ser percebidos na vida de cada uma das entrevistadas desta pesquisa e, ainda que não fosse foco das perguntas realizadas às interlocutoras, todas relataram alguma mudança decorrente em outras áreas de suas vidas.

Acerca do trabalho informal, este já fazia parte, majoritariamente, das trajetórias laborais, mesmo antes de declarada a pandemia da COVID-19. As trabalhadoras já haviam experienciado a informalidade no mundo do trabalho em

diversas modalidades, como em empreendimentos familiares, por conta própria, assalariadas sem carteira ou empregadas domésticas sem carteira assinada.

Quando declarada pandemia da COVID-19, nove das 12 interlocutoras já se encontravam em trabalhos informais (Ana, Bruna, Cláudia, Débora, Eduarda, Gabriele, Heloisa, Laura e Karen) enquanto que as demais passaram a exercer alguma atividade informalmente depois desta data (Isadora, Jaqueline, Mônica). Neste contexto, quase todas sofreram algum impacto em suas atividades laborais, seja na remuneração e/ou no modo de realização. Porém, de formas diferentes a depender da área ou atividade desenvolvida, pois foi distinto para as doceiras (Ana e Isadora), as diaristas (Karen, Laura e Jaqueline), as trabalhadoras na área da estética (Bruna, Cláudia e Gabriele) e as microtrabalhadoras de site (Débora e Heloísa).

Contudo, o fato de ter havido repercussões nas atividades laborais das interlocutoras não significou que tenha ocorrido uma mudança no sentido do trabalho informal. Foi possível perceber que em alguns casos não houve qualquer alteração de sentido (nos casos de Débora, Heloísa, Gabriele e Laura), em outros ocorreu um reforço deste sentido (Ana, Karen, Eduarda, Bruna, Mônica) e em três casos foi possível identificar uma alteração no sentido do trabalho informal (Jaqueline, Cláudia e Isadora).

A intenção deste estudo foi contribuir com investigação sobre os sentidos do trabalho e suprir com a lacuna no que tange ao sentido do trabalho informal para as mulheres. Ao longo do seu desenvolvimento, a escolha pela identificação de determinadas características do trabalho informal, a partir das trajetórias laborais das entrevistadas (como a natureza dos rendimentos, permanência, entre outras), foi possível problematizar algumas questões sobre a informalidade e o trabalho informal. Assim, espera-se que o estudo também traga contribuições para o entendimento deste tema.

## Referências

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Relatório de pesquisa: informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In.: MARQUES (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, 2021.

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: Uma repartição desigual. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo. 2016.

ABREU, Alice P.; JORGE, Angela F.; SORJ, Bila. Desigualdade de gênero e raça: o informal no Brasil em 1990. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ. Edição especial, out. 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16101>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Mapa de Pelotas, Rio Grande do Sul**. 2006. Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/62/Locator\\_map\\_of\\_Pelotas\\_in\\_Rio\\_Grande\\_do\\_Sul.svg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/62/Locator_map_of_Pelotas_in_Rio_Grande_do_Sul.svg)>. Acesso em: 29 de set. de 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra. 2020

ALBERTON, Diego Marocco. **Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos profissionais do ramo publicitário de Porto Alegre**. 2008. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

ALENCAR, Raimunda Silva d'; CAMPOS, Juliana Britto. Velhice e trabalho: a informalidade como (re)aproveitamento do descartado. **Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento**. V. 10, 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4794/2700>>. Acesso em: 7 de mar. 2022.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. **Sociologias**. V. 18, n. 42, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/79xVzqYq8pkCdMFDcmGM5qR/?lang=pt>>. Acesso em: 3 de mar. de 2022.

AMÂNDIO, Sofia Lai. O fio constitutivo da sociologia empírica de Bernard Lahire. **Sociologia, Problemas e Práticas**. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/spp/1669>>. Acesso em: 12 de jun. 2021.

AMARAL, Rosane Aparecida. **O sentido do Trabalho**: visões de um problema nos séculos XIX e XX. 1994. 158f. Dissertação (Mestrado em História Social) -

Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal de São Paulo (USP). São Paulo, SP. 1994.

ANDRADE, Sílvia Patricia Cavalheiro de; TOLFO, Suzana da Rosa; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Sentidos do Trabalho e Racionalidades Instrumental e Substantiva: Interfaces entre a Administração e a Psicologia. **Revista de Administração Contemporânea**. V. 16, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6999/sentidos-do-trabalho-e-racionalidades-instrumental-e-substantiva--interfaces-entre-a-administracao-e-a-psicologia>>. Acesso em: 1 de out. de 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; AMORIN, Elaine Regina Aguiar; FERREIRA, Verônica Clemente. Os sentidos do trabalho da mulher no contexto de reestruturação produtiva. In.: **VIII Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004. Disponível em: <[https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo\\_ElaineAmorim\\_VeronicaFerreira.pdf](https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/AngelaAraujo_ElaineAmorim_VeronicaFerreira.pdf)>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Caderno de Pesquisa**. V.43, n.149. 2013. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742013000200005&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In.: **Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. **Os sentidos do trabalho autosugerido**: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de economia solidária. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007.

BACH, Alcir Nei. **Patrimônio Agroindustrial**: Inventário das fábricas de compotas de pêssego na área urbana de Pelotas (1950-1990). 2017. 239 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**. V. 11, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhw/?lang=pt#>>. Acesso em: 13 de nov. 2020.

BARBOSA, Rogério Jerônimo; PRATES, Ian. Efeitos do desemprego, do Auxílio Emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda

(MP n. 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da pandemia. **IPEA**. Notas técnicas. 2020. Disponível em:  
<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10187>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

BASSO, Itacy Salgado. Significado e sentido do trabalho docente. **Cad. CEDES**. V. 19, n. 44. 1998. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Sc7BRSNfgRFsvLMYtP9Fzf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 22 de ago. de 2021.

BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PINHO, Ana Paula Moreno; COSTA, Clériston Alves. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 6. 1995. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000600004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000600004)>. Acesso em: 8 de set. de 2021.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Editora HUCITEC. 1997.

BINDO, Marcia. Bernard Lahire: “A escola é a estrutura estável de quem vive numa família instável”. **Nova Escola**. 2014. Disponível em:  
<<https://novaescola.org.br/conteudo/872/bernard-lahire-a-escola-e-a-estrutura-estavel-de-quem-vive-numa-familia-instavel>>. Acesso em: 25 de nov. de 2021.

BORGES, Livia de Oliveira. Os atributos e a medida do significado do trabalho. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. V. 13, n. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. 1999. As concepções do trabalho: Um estudo de análise de conteúdo de dois periódicos de circulação nacional. **Revista de Administração Contemporânea**. V. 3, n. 3, 1999.

BORGES, Livia de Oliveira; FILHO, Antônio Alves. A mensuração da motivação e do significado do trabalho. **Estudos psicol.** V. 6, n. 2. 2001. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/epsic/a/nK7VrQfhw8nv6GckQBCgf/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 9 de set. 2021.

\_\_\_\_\_. A estrutura fatorial do Inventário do Significado e Motivação do Trabalho, IMST. **Aval. psicol.** V. 2, n. 2, 2003. Disponível em:  
<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-04712003000200004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712003000200004)>. Acesso em: 9 de set. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. 1ª ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouko. 2007.

\_\_\_\_\_. **As regras da arte**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943**. CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

\_\_\_\_\_. **CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 de mar. de 2020.

\_\_\_\_\_. **Emenda constitucional n. 103, de 13 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm)>. Acesso em: 9 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 10 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai à promulgação. **Senado Notícias**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em: 5 de out. de 2021.

\_\_\_\_\_. A implementação do Auxílio Emergencial, instituído por meio da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. **Ministério da Cidadania**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2008. Proposição Originária: PL 2419/2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 26 de dez. de 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1986-1995. **Textos FCC**. 1998. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/textosfcc/article/download/2435/2390>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, p. 67-104, julho/ 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/dzDXTKKnr96DdTZSqnmH5r/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 de nov. de 2021.

Bureau Internacional do Trabalho (BIT). **Les plateformes de travail numérique et l'avenir du travail. Pour un travail décent dans le monde en ligne**. Genève: BIT, 2019. Disponível em: <[https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS\\_721011/lang--fr/index.htm](https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_721011/lang--fr/index.htm)>. Acesso em 04 nov. 2021.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e Processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo. 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CACCIAMALI, Maria Cristina; JOSÉ-SILVA, Maria de Fátima. Mais Informalidade, Menos Cidadania. Os Efeitos Criados por esse Círculo Vicioso sobre a Formulação da Política Social na América Latina. **Cadernos PROLAM/USP**. V. 2, n.1, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/83044/86088>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

CARDOSO, Adalberto. *Informality and public policies to overcome it. The case of Brazil*. **Sociologia & Antropologia**. N. 64,. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sant/a/Qj8SYmdHBmCdwy4dVrGdtQy/?lang=en>>. Acesso em: 11 de nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Sociedade de Trabalho no Brasil**: Uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2ª ed. Rio de Janeiro: Amazon, 2019.

\_\_\_\_\_. Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas. In.: **XXXII Congresso da Latin American Studies Association - LASA**. Chicago, 2014.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

CARDOSO, Adalberto; PERES, Thiago Brandão. A “modernização das relações de trabalho”, a informalidade e a pandemia. **Revista da Associação Brasileira de Emprego e Trabalho - ABET**. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/a-modernizacao-das-relacoes-de-trabalho-a-informalidade-e-a-pandemia/>>. Acesso em: 12 de abr. de 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledes**. 2003. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

CHAGAS, Pierre Donires dos Santos. **As disputas e (re)invenções de uma política pública: as cidades do Dia do Patrimônio - Pelotas/RS**. 2021. 186f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2021.

CARGNIN, Antonio Paulo. Duas décadas de políticas para o desenvolvimento da metade sul do Rio Grande do Sul. **REDES - Rev. Des. Regional**. V. 19, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3146>>. Acesso em: 28 de nov. de 2021.

CODA, Roberto; FONSECA, Glaucia Falcone. Em busca do significado do trabalho: relato de um estudo qualitativo entre executivos. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**. V. 6, n. 14. 2004. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/6431/em-busca-do-significado-do-trabalho--relato-de-um-estudo-qualitativo-entre-executivos>>. Acesso em: 5 de out. de 2021.

CORREAL, Diana Marcela Gómez. Feminismo y modernidad/colonialidad: entre retos de mundos posibles y otras palabras. In.: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUNÓZ, Karina Ochoa (Eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Colombia, Universidad de Cauca, 2014.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cad. CRH**. V. 23, n. 58. 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/yj6WzVDLPLscCtPjYVF7BHh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 1 de maio de 2021.

COUTINHO, Maria Chalfin; GOMES, July Silveira. Sentidos do trabalho: reflexões a partir de uma oficina vivencial desenvolvida com jovens. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. V. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Sentidos\\_do\\_Trabalho\\_-\\_Reflexoes\\_a\\_partir...MC\\_Coutinho.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Sentidos_do_Trabalho_-_Reflexoes_a_partir...MC_Coutinho.pdf)>. Acesso em: 26 de ago. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução: Liane Schneider. **Estudos Feministas**. Ano 10, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 8 de abr. de 2021.

D'ACRI, Vanda; Trabalho e saúde na indústria têxtil de amianto. **São Paulo em Perspec**. V. 17, n. 2. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/DZzyWJYt4zRtSh7MSLkMJfg/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 de jun. de 2021.

DEBERT, Guita G. Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. **BIB**, n. 33, p. 33-49. 1992.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Boletim de Conjuntura – N. 22, maio de 2020**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura022.html>>. Acesso em: 22 de dez. de 2020.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua da cidade de Salvador. **Revista Vera Cidade**. Ano 3, n. 3, 2008. Disponível em:

<<http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v3/images/veracidade/pdf/artigo1.pdf>>. Acesso em: 20 de dez. de 2021.

DUARTE, Adriana. A crise do fordismo nos países e no Brasil. **Trabalho & Educação**. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9203>>. Acesso em: 23 de jun. de 2021.

ETGES, Virginia Elisabeta. Desenvolvimento regional: uma análise da metade sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**. V. 13, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/478>>. Acesso em: 3 de jan. de 2022.

Fenadoce – Feira Nacional do Doce em Pelotas. **História**. Disponível em: <Disponível em: <<https://fenadoce.com.br/historia/>>. Acesso: 24 de fev. de 2022.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>>. Acesso em: 20 de ago. 2020.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

GILL, Lorena Almeida. Um ofício em transformação: a pesca artesanal contada por quem a pratica (Pelotas, RS). **Revista Mundos do Trabalho**. Florianópolis. V. 11. 2019. Disponível em: <[http://www.guaicaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6206/1/Um\\_oficio\\_em\\_transformacao\\_a\\_pesca\\_artesanal\\_contada\\_por\\_quem\\_a\\_pratica\\_Pelotas\\_RS.pdf](http://www.guaicaca.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6206/1/Um_oficio_em_transformacao_a_pesca_artesanal_contada_por_quem_a_pratica_Pelotas_RS.pdf)>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record. 2004.

ROSSO, Larissa. “A velhofobia está cada vez mais explícita, perversa e cruel”, diz antropóloga que estuda o envelhecimento. **GZH**, 19 jun. 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/06/a-velhofobiaesta-cada-vez-mais-explicita-perversa-e-cruel-diz-antropologa-que-estuda-o-envelhecimento-ockbm80acq009o015n60dfk3a1.html>>. Acesso em: 24 de set. de 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. 1ª ed. Rio Janeiro: Zahar. 2020.

\_\_\_\_\_. Mulher negra. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente*. 1ª ed. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução: Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. V. 80,

2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697#quotation>>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

GUTIERREZ, Ester. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. Pelotas: Editora da UFPEL, 2001.

HART, Kart. *Informal income opportunities and urban employment in Ghana*. **Journal of Modern African Studies**. Cambridge University Press, v. 3, n. 11, p. 61-89, 1973.

HASEGAWA, Aline Y.; SANTOS, Charles dos; FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues; TEIXEIRA, Ana Lúcia; PIRES, Aline Suelen; PERIN, Vanessa Parreira. Entrevista com Bernard Lahire. **Áskesis**. V. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/447>>. Acesso em: 24 de jul. de 2020.

HIRATA, Helena. Divisão sexual do trabalho: novas tendências e problemas atuais. In: Fundação SEADE. **Gênero no mundo do trabalho**. São Paulo: Ellus, 2000.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos pagu**. V. 46, jan.-abr., 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/NzFw5L38grv8hZNZ5ZFwymy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Biblioteca IBGE, 2021a. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf)>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Cidades e Estados** - Pelotas, Rio Grande do Sul. 2021b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017**. Biblioteca IBGE, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf)>. Acesso em: 31 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>>. Acesso em: 6 de ago. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020**. IBGE, Coordenação de População e

Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>>. Acesso em: 7 de jun. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Pnad Covid-19**. IBGE, 2020. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 7 de set. de 2021.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Livro de Registro dos Saberes** - Bens Culturais Imateriais. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/496>>. Acesso em: 10 de abril de 2022.

\_\_\_\_\_. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Pelotas (RS)**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1766>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

JARDIM, Fernanda Santana. **O sentido do trabalho na contemporaneidade**: um estudo de caso. 2010. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2010.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista narrativa. In.: BAUER, Martin. W.; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

KREIN, José Dari; COLOMBI, Ana Paula Fregnani. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade**. V. 40, 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302019000100209&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302019000100209&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. Economia informal: aspectos conceituais e teóricos. **OIT**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília, 2010. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_227055.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227055.pdf)>. Acesso em: 12 de dez, de 2020.

KUBO, Sergio Hideo; GOUVEA, Maria Aparecida; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. Dimensões do significado do trabalho e suas relações. **Revista Pretexto**. V. 14, n. 3, p. 28-28, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/20038/dimensoes-do-significado-do-trabalho-e-suas-relacoes>>. Acesso em: 25 de set. de 2021.

LAHIRE, Bernard. **Retratos Sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed. 1ª ed. 2004.

\_\_\_\_\_. **Sucesso escolar nos meios populares**: As razões do improvável. São Paulo: Editora Ática. 1ª ed. 1997.

\_\_\_\_\_. **O homem Plural**: Os determinantes da ação. 1ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2002.

\_\_\_\_\_. O singular plural, por Bernard Lahire. Tradução: Thiago Panica. **Cadernos do Sociófilo**. Rio de Janeiro, IESP/UERJ. 2016. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2016/11/16/o-singular-plural-2/>>. Acesso em: 30 de set. 2020.

\_\_\_\_\_. Patrimônios de disposições: para uma sociologia em escala individual. P. 31-76. In.: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília (Orgs.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017a.

\_\_\_\_\_. Aprimoramentos sobre a maneira sociológica de tratar o "sentido". P. 353-371. In.: VISSER, Ricardo; JUNQUEIRA, Lília (Orgs.). **Dossiê Bernard Lahire**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017b.

LEAL, Eduardo Martinelli. Trabalho e relações de classe em tempos de pandemia. **Tessituras**. V. 8, N. 1. Pelotas, RS. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18906>>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

LEMOS, Ana Heloísa da Costa; SÁ, Julianna Gripp Spinelli de. Sentido do Trabalho: Análise da Produção Científica Brasileira. **Revista ADM. MADE**. V. 21, n. 3, 2017. disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/49038/sentido-do-trabalho--analise-da-producao-cienti>>. Acesso em: 7 de out. de 2021.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. Escritório da OIT no Brasil. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: <[https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS\\_227068/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_227068/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 23 de jan. de 2022.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In.: MARCONDES, Mariana Mazzini; PINHEIRO, Luana; QUEIROZ, Cristina; QUERINO, Ana Carolina; VALVERDE, Danielle (Orgs.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, set-dez, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 5 de out. 2020.

\_\_\_\_\_. Colonialidade e gênero. In.: HOLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACHADO, Débora; COSTA, Maria Luisa Walter; DUTRA, Delia. Outras Epistemologias para os Estudos de Gênero: feminismos, interseccionalidade e divisão sexual do trabalho em debate a partir da América Latina. **Revista De Estudos e Pesquisas Sobre As Américas**. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/20997/19336>>. Acesso em: 23 de jan. de 2021.

MAMMI, Antonio; ARCOVERDE, Letícia; CORSALETTE. Coronavírus: a morte no Rio e o trabalho doméstico na pandemia. **Jornal Nexo**. 19 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/podcast/2020/03/19/Coronav%C3%ADrus-a-morte-no-Rio-e-o-trabalho-dom%C3%A9stico-na-pandemia>>. Acesso 20 de março de 2020.

MARQUES, Léa; HENRIQUE, Artur; TEIXEIRA, Daniel; ABÍLIO, Ludmila. **Informalidade**: realidades e possibilidades para o mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2018.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

MELO, Hildete Pereira de. **O trabalho industrial feminino**. Brasília: IPEA. 2000. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0764.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0764.pdf)>. Acesso em: 22 de nov. 2021.

MELLO, Luciana Garcia. De dia é doméstica, de noite é mulata! A inserção e participação da mulher negra no mercado de trabalho. In.: SILVA, Márcia Alves da (Org.). **Gênero e diversidade: debatendo identidades**. São Paulo: Perse, 2016. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatorio/files/2016/09/e-book-PALESTRANTES.pdf>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

MENDES, Janaína Dutra Silvestre. As mulheres a frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **METAXY**. Revista semestral do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos do NEPP-DH/UFRJ. 2020. Disponível em: <[http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo\\_20\\_05\\_2020\\_doutora\\_Janaina.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/artigo_20_05_2020_doutora_Janaina.pdf)>. Acesso em: 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. Práticas e saberes de saúde e educação: contribuições da pesquisa qualitativa. V. 5, n. 7, 2017. Disponível em: <<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>>. Acesso em: 30 de nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**. V. 17, n. 3, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMFf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 28 de nov. de 2021.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec. 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciênc. saúde coletiva**. V. 19, n. 4, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/DgfNdVrZzZbN7rKTSQ8v4qR/?lang=pt>>. Acesso em: 6 de out. de 2021.

MORIN, Estelle. Os sentidos do trabalho. **Rev. adm. empres.** V. 41, n. 3. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/w9w7NvLzpqcXcjFkCZ3XVMj/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 4 de ago. de 2021.

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.** V. 19. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/xGQxjGgwqV3s8HRgHxnrL5B/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 de set. de 2021.

NEVES, Magda de Almeida; COSTA, Bianca Lima. Relações de gênero: informalidade e experiências de economia solidária. In.: ÁVILA, Maria Betânia; PRADO, Milena; SOUZA, Tereza; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica (Orgs.) **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**. Recife: Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo; SOS Corpo. 2008.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**. V. 33, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118>>. Acesso em: 12 de dez. de 2021.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A abordagem de Bernard Lahire e suas contribuições para a sociologia da educação. In.: **36ª Reunião Nacional da ANPED**. 2013. Disponível em: <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_sessoes\\_especiais/se\\_08\\_claudionogueira.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_08_claudionogueira.pdf)>. Acesso em: 20 de nov. de 2020.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. **IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. 2016. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td\\_2221.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6907/1/td_2221.pdf)>. Acesso em: 20 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. Infinitos tons de cinza: entre o formal e o informal, o Brasil se faz no semiformal. **Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. V. 64. 2018. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8389/1/bmt\\_64\\_infinitos.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8389/1/bmt_64_infinitos.pdf)>. Acesso em: 2 de jan. de 2021.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**. V. 18, n. 53, outubro. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

NUZZI, Vitor. Em três anos de ‘reforma’ trabalhista, desemprego e informalidade aumentaram. **Revista da Associação Brasileira de Emprego e Trabalho - ABET**. 2020. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/em-tres-anos-de-reforma-trabalhista-desemprego-e-informalidade-aumentaram/>>. Acesso em: 13 de abr. de 2021.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **A OIT e a economia informal**. Escritório em Lisboa. 2005. Disponível em: <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_714564.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf)>. Acesso em: 10 de abr. de 2021.

OLIVEIRA, Maria Bernadete dos Santos de. **O sentido do trabalho para o servidor técnico-administrativo da UFPA**. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, PA. 2012.

OLIVEIRA, Sheila Borges de. As teorias disposicionalistas e o estudo da pluralidade do repórter-amador. **Cadernos de Estudos Sociais**, V. 28, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/35/44>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmíria C., Fontoura, Daniele dos Santos; SCHWEIG, Cristine. Buscando o sentido do trabalho. In.: **Anais do XXVIII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**. Porto Alegre, RS: ANPAD. 2004.

ONU MULHERES. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de Gênero na resposta. **ONU**. 2020. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19\\_LAC.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf)>. Acesso em: 15 de abr. 2020.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da Pandemia da Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

OST - Observatório Social do Trabalho. **O Mercado de Trabalho de Pelotas – Relatório Anual 2017 (versão preliminar)**. 2017a. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2018/07/O-Mercado-de-Trabalho-de-Pelotas-Relat%C3%B3rio-Anual-2017.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. 2017b. **Transformações no Mercado de Trabalho no Sul do Rio Grande do Sul**: Desenvolvimento políticas públicas e desigualdades. Apresentado no XV Encontro Nacional da ABET. Trabalho, crise e desigualdade: caminhos e descaminhos da sociedade contemporânea. 2017. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>>. Acesso em 15 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. **O Mercado de Trabalho de Pelotas – Relatório Semestral (1º Semestre de 2020)**. 2020. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/files/2020/08/O-Mercado-de-Trabalho-de-Pelotas-1o-Semestre-de-2020-Versao-Final-.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia; NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O fenômeno da terceirização e a divisão sociosexual e racial do trabalho. **Revista Katál**. V. 21, n. 3. 2018. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p484/37963>>. Acesso em: 28 de nov. de 2021.

PELOTAS. Dia do Colono: Prefeitura avalia conquistas e planeja ações para a zona rural. Por Tânia Magalhães. **Site da Prefeitura Municipal de Pelotas**. Disponível em:

<<https://www.pelotas.rs.gov.br/noticia/dia-do-colono-prefeitura-avalia-conquistas-e-planeja-acoes-para-a-zona-rural>>. Acesso em: 23 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. Gestão da cidade. **Site da Prefeitura Municipal de Pelotas**. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/servicos/gestao-da-cidade/mapas>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

\_\_\_\_\_. Quinzena aproxima os doces de Pelotas do público. **Site da Prefeitura Municipal de Pelotas**. Por César Soares. 2021. Disponível em: <<https://www.pelotas.com.br/noticia/quinzena-aproxima-os-doces-de-pelotas-do-publico>>. Acesso em: 4 de jan. de 2022.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, 2012.

PEREIRA, Eliane França; TOLFO, Suzana Tolfo Rosa. Estudos sobre sentidos e significados do trabalho na psicologia: uma revisão das suas bases teóricoepistemológicas. **Psicologia Argumento**. V. 34, n. 87. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/18252/0>>. Acesso em: 7 de set. de 2021.

PERES, Thiago Brandão. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da Associação Brasileira de Emprego e Trabalho - ABET**. V. 14, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/27956/15023>>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

PETERS, Gabriel Moura. **Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu**. 2006. 268f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Bourdieu em pílulas (2): objetivismo, subjetivismo e praxiologia. **Cadernos do Sociofilo**. Rio de Janeiro, IESP/UERJ. 2020. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2020/03/02/bourdieu-em-pilulas-2-que-cazzo-e-praxiologia-por-gabriel-peters/>>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

PINHEIRO, Rita Maria. O patriarcado na trajetória das trabalhadoras informais: mulheres invisibilizadas. In.: MARQUES (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. *Nota Técnica*, n. 75. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em:

<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT\\_75\\_Disoc\\_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf)>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

PINTO, Carlos Vinícius da Silva; SALAMONI, Giancarla. Urbanização e ruralidade: concepções teóricas e estudo empírico em Pelotas-RS. In.: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. 2012. Disponível em: <[http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1306\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1306_1.pdf)>. Acesso em: 3 de ago. de 2021.

PISCITELLI, Adriana Gracia. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. V. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/703/70311249015.pdf>>. Acesso em: 27 de jul. de 2021.

PRATES, Ian; LIMA, Márcia; SOUSA, Caio Jardim; COSTA, Gisele Silva; BERTOLOZZI, Thayla Bicalho. Desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho em meio à pandemia. Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, **CEBRAP**, n. 7, 2021. Disponível em: <<https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Informativo-7-Desigualdades-raciais-e-de-ge%CC%82nero-no-mercado-de-trabalho-em-meio-a%CC%80-pandemia.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. 2021.

PRATES, Caroline; SILVA, Natália Gomes da; PICCININI, Valmíria Carolina. O Sentido do Trabalho para o Operário: estudo de caso em uma fábrica de componentes eletrônicos. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. V. 13, n. 24, 2014. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ccsaemperspectiva/article/view/8565>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

PREVITALI, Fabiane Santana. Ricardo Antunes: Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. **Configurações**. V. 12, 2013. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/configuracoes/2192>>. Acesso em: 25 de ago. de 2021.

PRONI, Marcelo Weishaupt; GOMES, Darcilene Claudio. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça. **Revista Estud. Av.** V. 29, n. 85. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142015008500010>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, ARG: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, Vol. XLIV, n. 4, 1992.

QUINTEIRO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; ELIZALDE, Paz Cpncha. Uma breve história dos estudos decoloniais. **Masp Afterall**. 2019. Disponível em:

<<https://masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>>. Acesso em: 5 de jul. de 2021.

RANGEL, Felipe. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. In.: MARQUES, Léa (org). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** - Tomo I. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1994.

RODRIGUES, Renan. A sociologia de Bernard Lahire e suas críticas à sociologia de Pierre Bourdieu. **Sinais**. Rev. de Ciências Sociais. V. 22, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/18654/13922>>. Acesso em: 3 de dez. 2020.

ROSA, Waldemir. Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. **Estudos feministas**. Florianópolis. V. 17, n. 3, setembro/dezembro, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/PcJnHLyHqNrqdRyjPnKFyPL/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 9 de nov. de 2021.

ROSENFELD, Cinara Lerrer; QUEIROZ, Allan; BLANCO, Diego Monte; NVAZO, Mathilde Mondon. Entrevista: Bernard Lahire. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. **Sociologias**. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/soc/a/gSZRywsqF55HMGHqC8fSypR/?lang=pt>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

ROSENFELD, Cinara; ALMEIDA, Marilis Lemos de. Contratualização das relações de trabalho: embaralhando conceitos canônicos da sociologia do trabalho. **Revista de Ciências Sociais**. V. 2, n. 41, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/21219>>. Acesso em: 6 de jun. de 2021.

ROSENFELD, Cinara; MOSSI, Thays. Trabalho decente no capitalismo contemporâneo: dignidade e reconhecimento no microtrabalho por plataformas. **Sociedade e Estado**. V. 35, n. 3, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/33097>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. **Civitas** - Revista De Ciências Sociais. V. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/17116/11471>>. Acesso em: 8 de jun. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular - Fundação Perseu Abramo, 2015.

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura. **Inserção de municípios e bacias hidrográficas no Estado do Rio Grande do Sul**. Nota Técnica nº 002/2020, Porto Alegre, 2020. Online. Disponível em: <<https://sema.rs.gov.br/upload/arquivos/202009/04180448-nt-dipla-2020-002-municipios-e-bacias.pdf>>. Acesso em 26 de maio de 2022.

SEVERO, Renata Vieira Rodrigues. **As relações de trabalho e a terceirização**: um estudo com as trabalhadoras do setor de conservação e limpeza em um órgão público. 2019. 123f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2019.

SILVA, Fernanda Dias dos Santos da. **Quando as lagartas não se transformam em borboletas**: Metamorfoses do sentido do trabalho para os auxiliares de apoio operacional da empresa SERPRO. 2020. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2020.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandro Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. **IPEA**. N. 26, 2021. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI\\_26\\_TrabPopNegra.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf)>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

SILVEIRA, Melina Monks da. **Territorialidades em disputa**: normativas e narrativas do Passo dos Negros em Pelotas/RS. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2020.

SPINK, Mary Jane Paris; GIMENES, Maria da Gloria. Práticas discursivas e produção de sentido: apontamentos metodológicos para a análise de discursos sobre a saúde e a doença. **Saúde e sociedade**. V. 3, n. 2., 1994. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/wNf4HcfnwDqnyCwxYrMwk5P/?lang=pt>>. Acesso em: 8 de jun. 2021.

SOF - Sempre Viva Organização Feminista. **Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. 2020**. Disponível em: <[http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf)>. Acesso em: 8 de jun. de 2021.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. In: RAGO, Margareth; OLIVEIRA, Suely de; RECAMÁN, Marisol; VENTURI, Gustavo. (Orgs.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Janair Machado de. **Os sentidos do trabalho e o envelhecimento**: um estudo de caso com adultos maduros que atuam como corretores de imóveis. 2017. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2017.

SOVERAL, Charles. A informalidade é simplesmente a forma com que muitas pessoas “ganham a vida”, diz Adalberto Cardoso. **DMT em Debate**. 2014. Disponível em: <<https://www.dmtemdebate.com.br/a-informalidade-e-simplesmente-a-forma-com-que-muitas-pessoas-ganham-a-vida-diz-adalberto-cardoso/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2021.

TEIXEIRA, Paulo Fabres. **A presença Guarani na região de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil**: apontamentos para uma revisão a partir do diálogo intercultural. 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2014.

TEREZA, Ana. Crescimento da informalidade é maior dentre os trabalhadores com ensino superior. **IDADOS**, 2020. Disponível em: <<https://blog.idados.id/crescimento-da-informalidade-e-maior-dentre-os-trabalhadores-com-ensino-superior/>>. Acesso em: 30 de jan. de 2022.

THIESEN, Beatriz Valladão; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Marcia Naomi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In.: **Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre. 2011. Disponível em: <[http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20valladao\\_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf](http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20valladao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf)>. Acesso em: 28 de jun. de 2021.

TOLFO, Suzana; COUTINHO, Maria; BAASCH, Davi; CUGNIER, Joana. Sentidos y significados del trabajo: un análisis con base en diferentes perspectivas teórico-epistemológicas en Psicología. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 10, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v10n1/v10n1a15.pdf>>. Acesso em: 5 de set. de 2021.

TOLFO, Suzana; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia e Sociologia**. V. 19. Edição Especial 1, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/GnLRwtX3KcddXXjnJ8LgRWy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 4 de set. de 2021.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais. **Literafro - Lélia Gonzalez**. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1204-lelia-gonzalez>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

UFPel – Universidade Federal de Pelotas. **Pelotas - Aspectos geográficos**. Disponível em: <<http://pelotas.ufpel.edu.br/geografia.html>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Imagens do patrimônio industrial adquirido pela UFPel**. História, memória e patrimônio industrial de Pelotas. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/patrimonioidustrial/galeria/imagens/>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. Exposição Patrimônios Invisibilizados: Para Além dos Casarões, Quindins e Charqueadas. **Projeto de pesquisa Margens**: Grupos em Processos de Exclusão e suas Formas de Habitar Pelotas/RS. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/margens/>>. Acesso em: 24 de mar. de 2022.

\_\_\_\_\_. **Museu do doce - Passeio virtual**. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/museudodoce/passeio-virtual/>>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. “Distanciamento social é a diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade para diminuir a velocidade de transmissão do vírus.” **TelessaúdeRS**. 2020. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/telessauders/posts\\_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/](https://www.ufrgs.br/telessauders/posts_coronavirus/qual-a-diferenca-de-distanciamento-social-isolamento-e-quarentena/)>. Acesso em: 22 de jan. de 2021.

\_\_\_\_\_. Impacto da pandemia no trabalho informal. Entrevista com Thays Mossi. **Iguana Podcast**. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal>>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

VANDENBERGHE, Frédéric. A sociologia na escala individual [1]. **Cadernos do Sociólogo**. Rio de Janeiro, IESP/UERJ. 2017. Disponível em: <<https://blogdolabemus.com/2017/06/13/a-sociologia-na-escala-individual-1-por-fred-eric-vandenberghe/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2020.

VARGAS, Jonas Moreira. Abastecendo plantations: A inserção do charque fabricado em Pelotas (RS) no comércio atlântico das carnes e a sua concorrência com os produtores platinos (século XIX). **História (São Paulo)**. V. 33, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/his/a/8wT3z8DtWQgnbC3Bt9sdsBD/?lang=pt>>. Acesso em: 23 de jun. 2021.

VASCONCELLOS, Eliane Julie Godoy de. **Trabalhadores informais: o sentido da sua escolha de trabalho**. 1994. 200f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 1994.

VELOSO, Fernando; FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; PERUCHETTI, Paulo. Impactos da educação no mercado de trabalho. **IBRE - FGV**. 2022. Disponível em: <<https://bityli.com/QqBbmc>>. Acesso em: 4 de fev. de 2022.

## **Apêndices**

## Apêndice I

## QUESTIONÁRIO (I) APLICADO EM MÍDIAS SOCIAIS

|   |  |  |
|---|--|--|
| Título: Mulheres no mercado informal  |  |  |
| <p>Descrição: Meu nome é Gabriela Pecantet Siqueira e este questionário faz parte da pesquisa acadêmica que desenvolvo no mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O objetivo é alcançar mulheres com experiências em trabalhos informais (freelas, sem carteira assinada, trabalham com venda direta sem CNPJ, entre outras maneiras). Se tu já fez ou faz parte desse grupo de trabalhadoras e puder responder algumas perguntas eu agradeço muito!</p> |  |  |
| *Obrigatório  |  |  |
| 1. Endereço de e-mail*  |  |  |
| 2. Em que cidade tu moras?*   |  |  |
| 3. Em qual estado?*   |  |  |
| Marcar apenas uma oval.   |  |  |
| <input type="radio"/> AC<br><input type="radio"/> AL<br><input type="radio"/> AP<br><input type="radio"/> AM<br><input type="radio"/> BA<br><input type="radio"/> CE<br><input type="radio"/> DF<br><input type="radio"/> ES<br><input type="radio"/> GO  | <input type="radio"/> MA<br><input type="radio"/> MG<br><input type="radio"/> MT<br><input type="radio"/> MS<br><input type="radio"/> PA<br><input type="radio"/> PB<br><input type="radio"/> PE<br><input type="radio"/> PI<br><input type="radio"/> PR | <input type="radio"/> RJ<br><input type="radio"/> RN<br><input type="radio"/> RO<br><input type="radio"/> RR<br><input type="radio"/> RS<br><input type="radio"/> SC<br><input type="radio"/> SP<br><input type="radio"/> SE<br><input type="radio"/> TO |
| 4. Qual sua idade? *  |  |  |
| 5. Se identifica com qual gênero?*  |  |  |
| Marcar apenas uma oval.   |  |  |
| <input type="radio"/> Feminino<br><input type="radio"/> Masculino<br><input type="radio"/> Outro: _____   |  |  |
| 6. Qual sua cor ou raça?*   |  |  |
| Marcar apenas uma oval.   |  |  |
| <input type="radio"/> Branca<br><input type="radio"/> Preta<br><input type="radio"/> Parda<br><input type="radio"/> Amarela<br><input type="radio"/> Indígena   |  |  |

|  |
|--|
| <p><input type="radio"/> Outro: _____</p>  |
| <p>7. Trabalha de maneira informal (sem carteira assinada) atualmente?<br/>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim<br/><input type="radio"/> Não, trabalho com carteira assinada agora<br/><input type="radio"/> Não, estou desempregada<br/><input type="radio"/> Não, por outros motivos<br/><input type="radio"/> Outro: _____</p>   |
| <p>8. Já trabalhou de maneira informal (sem carteira assinada)?*<br/>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim<br/><input type="radio"/> Não</p>  |
| <p>9. Se respondeu "sim" para a pergunta anterior, quando?</p>   |
| <p>10. Qual seu nível de escolaridade?*</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Fundamental incompleto<br/><input type="radio"/> Fundamental completo<br/><input type="radio"/> Segundo grau/ensino médio incompleto<br/><input type="radio"/> Segundo grau/ensino médio completo<br/><input type="radio"/> Graduação incompleta<br/><input type="radio"/> Graduação completa<br/><input type="radio"/> Outro: _____</p> |
| <p>11. Posso entrar em contato para fazer mais perguntas?*</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim<br/><input type="radio"/> Não</p>   |

**Apêndice II**  
**QUESTIONÁRIO (II) APLICADO EM MÍDIAS SOCIAIS**

|  |  |  |
|--|--|--|
| Título: Mulheres em trabalhos informais  |  |  |
| <p>Descrição: Meu nome é Gabriela Pecantet Siqueira e este questionário faz parte da pesquisa acadêmica que desenvolvo no mestrado em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Nesta pesquisa estudo as experiências de mulheres em trabalhos informais (freelas, sem carteira assinada, trabalham com venda direta sem CNPJ, com entregas ou como motorista por aplicativos, entre outras maneiras).</p> <p>Se <b>durante a pandemia</b> tu já <b>fez</b> ou <b>faz</b> parte desse grupo de trabalhadoras e puder responder algumas perguntas eu agradeço muito!</p> <p>Informo que este questionário irá preservar o anonimato (nomes não serão identificados).</p> <p>*Obrigatório</p> |  |  |
| 1. Em que cidade tu moras?*  |  |  |
| 2. Em qual estado?*  |  |  |
| Marcar apenas uma oval.  |  |  |
| <input type="radio"/> AC<br><input type="radio"/> AL<br><input type="radio"/> AP<br><input type="radio"/> AM<br><input type="radio"/> BA<br><input type="radio"/> CE<br><input type="radio"/> DF<br><input type="radio"/> ES<br><input type="radio"/> GO   | <input type="radio"/> MA<br><input type="radio"/> MG<br><input type="radio"/> MT<br><input type="radio"/> MS<br><input type="radio"/> PA<br><input type="radio"/> PB<br><input type="radio"/> PE<br><input type="radio"/> PI<br><input type="radio"/> PR | <input type="radio"/> RJ<br><input type="radio"/> RN<br><input type="radio"/> RO<br><input type="radio"/> RR<br><input type="radio"/> RS<br><input type="radio"/> SC<br><input type="radio"/> SP<br><input type="radio"/> SE<br><input type="radio"/> TO |
| 3. Qual sua idade? *   |  |  |
| 4. Te identificas com qual gênero?   |  |  |
| <input type="radio"/> Feminino<br><input type="radio"/> Masculina<br><input type="radio"/> Outro: _____  |  |  |
| 5. Qual sua cor ou raça?*  |  |  |
| Marcar apenas uma oval.<br><input type="radio"/> Branca<br><input type="radio"/> Preta<br><input type="radio"/> Parda<br><input type="radio"/> Amarela   |  |  |

|   |
|---|
| <p><input type="radio"/> Indígena</p> <p><input type="radio"/> Outro: _____</p>   |
| <p>6. Qual seu nível de escolaridade?*</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Fundamental incompleto</p> <p><input type="radio"/> Fundamental completo</p> <p><input type="radio"/> Segundo grau/ensino médio incompleto</p> <p><input type="radio"/> Segundo grau/ensino médio completo</p> <p><input type="radio"/> Graduação incompleta</p> <p><input type="radio"/> Graduação completa</p> <p><input type="radio"/> Pós-graduação incompleta</p> <p><input type="radio"/> Pós-graduação completa</p> <p><input type="radio"/> Outro: _____</p> |
| <p>7. Trabalha ou trabalhou de maneira informal durante a pandemia?</p> <p>Marcar apenas uma oval.</p> <p><input type="radio"/> Sim, trabalho informalmente hoje</p> <p><input type="radio"/> Sim, mas não estou mais</p> <p><input type="radio"/> Não</p>  |
| <p>8. Que tipo de trabalho informal?</p> <p><input type="radio"/> Assalariado sem carteira assinada</p> <p><input type="radio"/> Autônomo/conta própria</p> <p><input type="radio"/> Trabalho não remunerado</p> <p><input type="radio"/> Outro: _____</p>  |
| <p>9. Que atividades desenvolve ou desenvolveu? Trabalha ou trabalhou com venda ou prestação de serviços, que produtos vendia ou ?</p>  |
| <p>10. Posso entrar em contato para fazer mais perguntas? Se sim, como posso entrar em contato? (Informe teu <i>WhatsApp</i>, <i>e-mail</i>, <i>Instagram</i>, por exemplo)</p>   |

**Apêndice III**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

| <b>Blocos temáticos</b>                                   | <b>Questão gerativa</b>   | <b>Outras questões...</b>   |
|---|---|---|
| <b>Trajetória escolar</b>                                 | Eu gostaria de ouvir sobre a tua vida escolar. A tua relação com os estudos, quando começou, como era quando criança, adolescente até chegar à fase adulta.   | Como era tua relação com estudos, como era teu aprendizado?<br>Frequentou escola pública ou particular?<br>Fez faculdade? Se sim, em que?<br>Fez algum curso (técnicos, profissionalizante) que te permitiram novos aprendizados?   |
| <b>Trajetória laboral familiar</b>                        | Agora eu queria que tu me contasse sobre a tua família. Gostaria de saber qual foi a trajetória da tua mãe, do teu pai relacionado ao trabalho.   | Que trabalhos desenvolveram e/ou desenvolvem hoje?<br>Alguém da tua família te inspirou de alguma forma? Pais, tia, avó....   |
| <b>Experiências de trabalho (produtivo e reprodutivo)</b> | Queria que tu me contasse sobre a tua trajetória em relação ao trabalho. Gostaria de saber qual foi tua primeira experiência e então que tu passasse a me contar todas as coisas que te aconteceram nesta trajetória, uma após a outra, até o dia de hoje, incluindo tua experiência com o trabalho informal. | <u>Passado:</u><br>Qual foi o teu primeiro trabalho?<br>Quantos anos tu tinha?<br>Por que começou a trabalhar?<br>E depois dessa experiência, o que tu fez?<br>E no trabalho informal quando e como ingressou?<br><br><u>Presente:</u><br>O que tu faz (ou que tipos de atividades são desenvolvidas no seu trabalho)?<br>Estás há quanto tempo estás neste trabalho?<br><br><u>Futuro:</u><br>É um trabalho provisório?<br>Tem espaço mais permanente nas projeções... |
|   | E o trabalho na casa que tu reside hoje, como são divididas as tarefas domésticas?  | Quem é o responsável pela organização da casa?<br>É uma tarefa dividida entre os integrantes da família?<br>Quem são as pessoas que ajudam na realização das tarefas?   |

|                                      |  |   |
|--------------------------------------|--|---|
|                                      |  | Conta com o trabalho de alguém de fora da família?  |
| <b>Pandemia</b>                      | E quando entramos na pandemia da COVID-19, como este período afetou o teu trabalho, a tua renda e a da tua família.  | A pandemia provocou mudanças no teu cotidiano? Quais?<br>Percebeu impactos na tua carga de trabalho (considerando o realizado em casa e na rua)?<br>Afetou a tua renda?         |
| <b>Sentido do trabalho informal</b>  | Depois que tu me contaste das tuas vivências no mundo do trabalho, da dos teus pais, da tua relação com os estudos, eu gostaria de te fazer agora uma última pergunta. Pensando (considerando) agora todas as tuas experiências laborais, o que é o trabalho pra ti? | O que foi/é pra ti esta experiência, como trabalhadora informal?<br>Foi/é uma experiência boa?<br>Tu enfrentou/a dificuldades?<br>Quais vantagens e desvantagens encontradas... |
| Gostaria de falar mais alguma coisa? |  |   |

**Dados da trabalhadora (em caso de não ter sido informado no decorrer da entrevista)**

Nome:

Raça/cor:

Idade:

Estado civil:

Escolaridade:

Tem filho/a/os/as:

## Apêndice IV

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Meu nome é Gabriela Pecantet Siqueira e sou mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), no qual realizo pesquisa sob orientação da professora Dr<sup>a</sup>. Marilis Lemos de Almeida, com o título provisório de “A construção de sentidos do trabalho informal e o contexto de pandemia: Uma análise de narrativas de mulheres na cidade de Pelotas/RS”.

A pesquisa visa analisar as experiências de mulheres em trabalhos informais – trabalhos como venda direta sem CNPJ, com entregas ou como motorista por aplicativos, trabalhos sem carteira assinada, entre outras maneiras – em Pelotas/RS e cidades vizinhas, desenvolvidos durante algum momento da pandemia da COVID-19.

Sua participação envolve uma entrevista que durará mais ou menos 1h, podendo ser gravada caso você autorize. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo, seu nome será alterado e serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Além disso, destaco que mesmo não tendo benefícios diretos ao participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do tema estudado e para a produção de conhecimento científico.

Possíveis dúvidas relativas à pesquisa poderão ser solicitadas a qualquer momento.

Atenciosamente,

---

Gabriela Pecantet Siqueira

---

Local e data

Consinto participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

---

Nome e assinatura do participante

---

Local e data